

ISSN 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIV - Nº 779
JAN/FEV/MAR 98

**RUSSIA:
DO COMUNISMO
AO FEDERALISMO**
Therezinha de Castro

**A CASA DO TREM**

A Casa do Trem foi edificada em 1762 e, já em 1764, foi reedificada, respectivamente, nas administrações dos vice-reis Conde de Bobadella e Conde da Cunha. Ela vinha constituir uma espécie de base logística do sistema de defesa do Vice-reino, cuja necessidade foi sentida desde quando, logo após o Descobrimento, começaram as investidas dos corsários franceses e holandeses ao nosso litoral, em busca do pau-brasil ou na tentativa de nele se fixarem.

Durante a fase colonial da formação do Estado brasileiro, todo o material bélico necessário às ações de defesa, dos canhões à pólvora, era trazido do Reino pelas frotas portuguesas. O suprimento era incerto, por ser muitas vezes prioritário o atendimento aos pedidos de outros pontos do império luso, na África e na Ásia, e as restrições impostas pela Coroa, visando ao domínio que tinha que exercer sobre a Colônia, dificultavam a conservação e a manutenção do material recebido, seja pelas más condições de armazenamento, seja pela qualidade, ou qualificação, dos meios materiais e humanos disponíveis.

No século XVIII, a guerra de movimento tornou impositivo, entre outras coisas, a proteção do material de artilharia à exposição ao tempo, a estocagem de peças sobressalentes, a existência de manutenção, e o acondicionamento apropriado das munições, para que se tornasse efetiva a rápida ação da defesa a ameaças à integridade do nosso território, evitando desastres como o ocorrido diante da incursão do francês Du Guay Trouin ao Rio de Janeiro. Urgia a construção de um espaço que, ao mesmo tempo, servisse de depósito e oficina de manutenção, reparação e construção de petrechos bélicos, e que atendesse, não só à sede do Vice-reino como, em particular, às capitâncias de Minas Gerais, importante para o equilíbrio das finanças do Reino, e de S. Pedro do Rio Grande, palco do confronto entre as coroas ibéricas.

Dentro desse espírito, ainda que deformado pelo fato de manter a construção de peças de artilharia fora da sua alçada, foi construída e equipada a Casa do Trem nas fraldas do então existente Morro do Castelo, junto à Fortaleza de Santiago que o guardava.

No século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, as funções da Casa do Trem tiveram que ser reavaliadas, em face da situação no ultramar, que não permitia aos arsenais do Reino abastecerem as possessões lusas em material bélico, como era feito até então. Assim foi que, pelo alvará de 1º de março de 1811, o Príncipe D. João veio a criar a "Real Junta de Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundições do Rio de Janeiro" e a Casa do Trem, com novo nome, "Arsenal Real do Exército", teve ampliadas suas atribuições, entre as quais a fundição de vários tipos de armamentos, inclusive canhões. Dessa forma, já em 1820/1821 eram nela fabricadas as primeiras peças de artilharia no Brasil e, em 1832, como "Arsenal de Guerra da Corte", a Casa do Trem se transformava no primeiro centro manufatureiro do império.

E não mais parou de diversificar sua produção. A partir de 1868, passou, inclusive, a fabricar fardamento e equipamento para soldados, ampliando os inestimáveis ser-

viços prestados à tropa empenhada na Guerra da Tríplice Aliança e, mais tarde, na Campanha de Canudos.

É extremamente rica e pouco divulgada a história da Casa do Trem, sendo impossível resumir-la no curto espaço de um editorial.

"Arsenal de Guerra da Capital", em 1889, e "Arsenal de Guerra do Rio", em 1902, ela deu origem a diversas fábricas de material bélico, explosivos e munições, algumas extintas e outras ainda existentes, como as de Estrela, Itajubá e Juiz de Fora. Precursora da Companhia Siderúrgica Nacional e da indústria automobilística brasileira, capaneou o desenvolvimento industrial e do ensino no País, dividendo que as Forças Armadas costumam proporcionar, em qualquer parte do mundo. De suas instalações serviram-se respeitáveis estabelecimentos de ensino e de cultura, de que a Real Academia Militar, célula máter da Academia Militar das Agulhas Negras, é apenas exemplo e o Museu Histórico Nacional é testemunha viva.

A Casa do Trem teve momentos de particular orgulho em sua história. Um deles foi marcado pela honra de ter sido feito, em suas instalações, o velório do Marechal Osório. Mas em dois outros momentos suas dependências foram palco de atos circunstanciais que não as enaltecem: a guarda do corpo esquartejado de Tiradentes, por medida de segurança, antes que seguisse para os sítios de destino no Caminho Novo, e o assassinato do Marechal Machado Bittencourt, Ministro da Guerra de Prudente de Moraes, no conturbado alvorecer do regime republicano.

Em nossos dias, a antiga Casa do Trem tem o encargo de fabricar geradores, alternadores e morteiros pesados, de recuperar armamentos, material de Comunicações a de Engenharia e, desde 1996, de realizar a manutenção de optrônicos.

Mais que justa foi portanto a escolha do motivo para ilustrar a capa desta edição, pelo que representou e representa a Casa do Trem nos seus desdobramentos, em especial para o nosso Exército. Poder-se-ia mesmo dizer que, se a Primeira Batalha de Guararapes proporcionou o surgimento simbólico do Exército Brasileiro, a Casa do Trem foi que lhe garantiu existência concreta, real.

SUMÁRIO

EDITORIAL	01
RÚSSIA: DO COMUNISMO AO FEDERALISMO Therezinha de Castro	05
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ (FIP) INTERVENÇÃO DA OEA NA REPÚBLICA DOMINICANA EM 1965 Carlos de Meira Mattos	21
O RECRUTAMENTO MILITAR NO BRASIL NO PÉRIODO POMBALINO Silvino da Cruz Curado	27
ENGESSAMENTO DA AMAZÔNIA Rubens Bayma Denys	41
OS CORREDORES INTEROCEÂNICOS: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA ESTRATÉGIA E DA SEGURANÇA NACIONAL Jorge Pardo Lisana	51
OS SETE PILARES DA SABEDORIA E AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS Ronaldo Paz do Nascimento	67
A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA DA GUERRA DO PARAGUAI Hélio Leônicio Martins	77
COMBATE EM LOCALIDADE Cláudio Ricardo Hehl Forjaz	105
COMENTÁRIOS	
Cinco Séculos do Descobrimento Marco Maciel	127
A Arte da Guerra — Resenha Leocir Dal Pai	128
Uma Visão Sumária da História Militar e o seu Ensino na AMAN Manoel Soriano Neto	130
O Direito como Ciência Reis Friede	133
INFORMAÇÕES	
O Uso Militar de Jangadas no Brasil – Um Exemplo Claudio Moreira Bento	139
As Múltiplas Funções do Dirigível Marcello Augusto de Fellipes	140
DESTAQUES DA IMPRENSA	149
ÍNDICE REMISSIVO	171

A DEFESA NACIONAL

Diretor

Gen Bda Sérgio Roberto Dentino Morgado
Editor

Cel Art EM Luiz Paulo Macêdo Carvalho
Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Palácio Duque de Caxias
Praga Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
Tel.: (021) 516-2366
(0800) 23-8365
Fax (021) 519-5569
E-mail: bibflex@acuarius.ime.eb.br

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praga Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Mardil Díaz
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 519-5569

EDITORAMENTO e PRODUÇÃO GRÁFICA
PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 533-0625

REVISÃO

Ronaldo di Stasio

PUBLICIDADE E IMPRESSÃO
Marques Saráiva Gráficos e Editores Ltda.
Tel.: (21) 502-8495 / Fax: (21) 502-0635

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente opinião do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297cm), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha A4, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhando de uma sinopse do currículo.

Os originais encaminhados à Redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar sentido ou conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura e Venda de Números Avulsos

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4820; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:

Brasil — R\$ 15,00

Exterior — US\$ 30,00

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Editora — Presidente: Tomás . EDITORIAL MILITAR, ESTADO MAIS DE CURITIBA • 2. DE SANTA CATARINA

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I,

Gruppo manchegos: Bernardo Klinger, Estevão Leite de Carvalho, Joaquim de Souza Ribeiro (coordenador); Francisco de Paula Cidada, Maria Clementina, Lame e Silveira, Paixão Rodrigues, Jorge Pacheco, Pompeu Carvalho, Eustáquio Flecker, Tadeu, Amaro Vilas Boas, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 — 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL)

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Bda Sérgio Roberto Dentino Morgado

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macêdo Carvalho

Diretor-Administrativo

Cel Eng Luiz Eugénio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

2º Ten João Marcelo Devide Serafim

Conselheiros

Cel Prof Celso José Pires

Cel Art EM Omar Santos Menina Barreto

Conselho Fiscal

Cel Art EM Luiz de Alencar Araújo

Cel Art EM Enir dos Santos Araújo

Cel Cav Hélio Pinheiro

Suplentes

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Cap Int Nelson Joaquim Rodrigues Filho

1º Ten Int Alexandre Maia de Carvalho

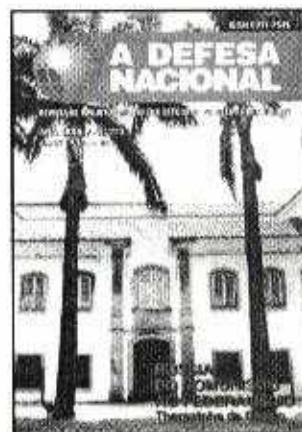
NOSSA CAPA

A Casa do Trem, origem do Arsenal de Guerra. Criada, em

1º de março de 1811, por

D. João VI, constitui,

efetivamente, a origem material do nosso Exército.



Rússia: do Comunismo ao Federalismo

Therezinha de Castro*

O artigo apresenta uma análise sintética do desempenho de um dos principais protagonistas da História do século XX.

Os grandes impérios coloniais formados a partir do século XVI teriam sua liquidação teórica em nossos dias. As metrópoles europeias — Portugal, Espanha, França e Inglaterra não detêm mais os territórios que ocuparam nos vários continentes. O último a desmoronar, o *Império Russo ou Soviético*, diferia dos conjuntos ultramarinos, quanto ao posicionamento, posto que os oceanos não se paravam suas várias nacionalidades.

Guardadas as devidas idades cronológicas, repetiu-se com o *Império Russo* o fenômeno do *Império Romano*, onde até o governante,

czar, era corruptela do imperador, Cesar. Foi na segunda metade do século XV, entre as numerosas formações geopolíticas russas (ducados, kanatos e até repúblicas) que o *Grão-Ducado de Moscou*, tal como Roma na antigüidade, se revelaria como o mais poderoso, transformando-se no *núcleo geohistórico* do vasto império, ao se instalar, em 1462, na Europa Central.

A Rússia passava a formar seu *império terrestre* no momento em que os países atlânticos europeus criavam seus *impérios ultramarinos*. Os espanhóis conquistavam a América, desde o México até o Chile, numa dorsal envolvendo o Pacífico, enquanto a Rússia procurava

atuar no estratégico Báltico, espraiando-se pelo Ártico até as portas da Sibéria. De 1533 até 1689, quando a colonização do Brasil ainda se circunscrevia à nessa marítima delimitada por Torde-silhas e os Estados Unidos eram simples núcleos comerciais esparsos no litoral atlântico, a Rússia avançava na direção do Cáspio, Lago Baikal, todo o litoral do Ártico e trecho do Pacífico.

Comparativamente, o *expansionismo russo*, marcado pelas facilidades oferecidas pelas planícies, seria bem mais rápido que o crescimento territorial do Brasil e dos Estados Unidos, encravados no litoral atlântico e para ele atraídos pela navegação, na Revolução Comercial.

* Professora. Do Corpo Permanente da ESG.

A expansão russa foi *essencialmente superficial*, caracterizada pela ocupação de territórios em busca de riquezas, entre as quais pedras raras e ouro. A *marcha para o leste* realizada pelos russos, de certo modo, apresenta certas analogias e variados contrastes com a expansão portuguesa para o oeste americano.

Na expansão para o oeste, os portugueses tiveram confrontos com tribos indígenas e espanhóis. Indo para o leste, não precisando lutar contra os cossacos,² o fator negativo para os pioneiros russos seria imposto pelo *poder da distância e inclemência do deserto* (1581-1636).

Na América, os portugueses com suas Bandeiras, graças e união das monarquias ibéricas (1580-1640), anexavam vasto *hinterland*, muito embora mantivessem sua colonização bem mais ligada ao litoral atlântico; daí o desafio geopolítico que a integração de áreas continentais marginalizadas ainda hoje nos impõe. Conquistada a Sibéria, seu núcleo central manter-se-ia também

ilhado tanto econômica como culturalmente, já que a *colonização russa esteve limitada a estreita faixa de litoral no Pacífico*, onde havia solo fértil com suficiente pluviosidade para a atividade agrícola. Assim, a Rússia Asiática se mantém como *área geopolítica neutra*, com um coeficiente populacional relativamente baixo, fazendo da Transiberiana (Moscou-Vladivostok) o verdadeiro "cordão umbilical" que a une à Rússia Européia.

Ante o deserto gelado, cercado por *mares frios*, o ímpeto russo para atingir as águas quentes do sul seria marcado por etapas de expansão bem mais difíceis, que se estenderiam de 1839 até 1855.

Mas, ao se iniciar o século XX, a *ocupação dos territórios marginais da Eurásia* e o posicionamento de que já disputava, levaram Mackinder a classificar o vasto império como o *heartland*, ou *coração da Terra*. Império que se estendia de Kaliningrado, no Báltico, até Vladivostok, no Pacífico, controlando praticamente a "ilha mundial", mas sem conseguir satisfazer-se dentro da *teoria de Mahan*, já que o Bloco Ocidental

mantinha os principais acessos oceânicos.

CONCEPÇÃO GEOESTRATÉGICA

Em 1870, Napoleão III era vencido em Sedan, surgiendo a Alemanha como nação unificada. Desafiada a França, sua rival no continente europeu, a Inglaterra passava a ser, no *posicionamento russo, o perigo em potencial*. Era o Poder Marítimo da Inglaterra frente ao Poder Terrestre da Rússia, bipolaridade que se divisava mas que, face à dinâmica geopolítica já detectada por Tocqueville, desde 1835, não chegaria a se concretizar.

Assim, ao se iniciar o século XX, acontecimentos históricos marcariam o *pronúncio de uma nova ordem mundial*. Os Estados Unidos despontavam timidamente no cenário mundial, na categoria de nação emergente, enquanto a Rússia, buscando posicionamento geoestratégico no Pacífico, era derrotada pelo Japão. E, nesse *jogo da multipolaridade*, Von Tirpitz começava a construir um poderio naval para a Alemanha, já instalada no umbral do *heartland*, com invejável posiciona-

² Caberia ao cossaco Yermak mostrar o caminho da Sibéria, que levaria o russo Dechnev ao Pacífico.

mento central geoestratégico, candidatando-se ao poder terrestre.

Diante desse cenário geopolítico, Mackinder, pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1904), divulgava sua tese, "O Pivô Geográfico da História", destacando que a Alemanha, já em parte do *heartland*, se viesse a conquistar a Rússia, ainda mais desmoralizada em 1905 com a derrota para o Japão, poderia se tornar perigosa para o equilíbrio mundial.

Mas a Alemanha seria vencida na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e já se aventurava a nova hegemonia. Dentro, pois, da dinâmica geopolítica, em plena Segunda Guerra Mundial, na Real Sociedade de Geografia (1943) Mackinder conjecturava: *se a União Soviética emerge dessa guerra como conquistadora da Alemanha estará classificada como primeira potência do Globo. Será, além do mais, a potência colocada, estrategicamente, em posição mais van-*

tajosa dentro do ponto de vista defensivo.

A aviação havia se firmado, mas Mackinder, que faleceu em 1946, subestimou sobremodo esse 3º Poder, destacando ser o *heartland* a maior fortaleza natural do Planeta. Para ele o espaço russo estava cercado por um manto de amplas defesas naturais: *o Oceano Ártico coberto pelos gelos, a Lenlândia³ com seus bosques e montanhas, bem como as áridas mesetas da Ásia Central.* Apontava porém, como fator negativo, *uma grande entrada de mil milhas de largura através da qual a Europa peninsular penetra na planície central pelo istmo, entre o Mar Báltico e o Negro.* O *heartland* russo tinha assim um manto protetor incompleto que, depois da Segunda Guerra Mundial, a Rússia conseguiu solucionar, pondo sob seu controle a *Cortina de Ferro* como sua retaguarda defensiva.

Em sua concepção geopolítica Mackinder te-

meu que a Alemanha se apoderasse do *heartland* — e esse país tentou, de fato, o poder terrestre nos dois conflitos mundiais. Já em 1943, temia bem mais a União Soviética, detentora do *heartland* e que, bem mais por previsão geoestratégica de Churchill do que de Roosevelt, não foi permitido a Stalin complementar, englobando toda a Alemanha que seria assim, em nome do equilíbrio mundial, dividida entre os que não mais eram os aliados do conflito mundial.

Caracteriza-se o espaço russo por uma extensa planície. O setor europeu é separado do asiático, denominado Sibéria,⁴ pelos Urais, montanhas com 2.400km de comprimento com altitudes de 1.700 metros, seguindo ao longo da fronteira com a Finlândia, o *Khibin*, com 1.000 metros acima do nível do mar.

Emolduram ainda essa vasta planície relevos montanhosos de periferia formando fortes barreiras naturais. São eles: o Cáucaso entre os mares Negro e Cáspio; montanhas da Ásia Central circundando o Pamir, não se prestando para a comunicação com os vizinhos e que, seguindo rumo

³ Área que Mackinder posicionava a leste do Ienissei, com o Rio Lena como acidente mais importante, dotada potencialmente de reservas naturais estrategicamente bem situadas.

⁴ Só este setor forma a maior planície do Mundo com 7.000km dos Urais ao Estreito de Bering; essa área de 12 milhões de km² forma aproximadamente a quarta parte do continente asiático.

ao Extremo Oriente, são difíceis de serem flanqueadas, partindo-se da Sibéria em direção ao mar.

A fisiopolítica russa transformou-se assim, dentro do enfoque geoestratégico, no maior aliado dentro do contexto *heartland*, fato registrado pela História como poderosa arma defensiva, frente à qual grandes exércitos caíram pela fadiga. Trata-se da propalada tática da terra arrasada, ante a possibilidade ilimitada do movimento que esse espaço geográfico proporciona, onde o recuo se transforma numa vitória que proporcionará outras vitórias.

Em 1821, Napoleão Bonaparte, desejando incorporar esse *heartland* ao seu crescente império, invadiu esse espaço vencendo, em Borodino, o exército do Czar Alexandre I, tomando Moscou. Impôs-se então a tática da "terra arrasada", com a capital russa incendiada por

seus moradores, tornando efêmero o triunfo napoleônico, já que o imperador dos franceses seria vencido pelo "general inverno", refazendo o caminho de volta com inúmeras vidas perdidas pelo frio, fome e rechaço das tropas do czar.

Nova investida contra esse *heartland* seria efetuada pelas tropas nazistas de Adolf Hitler, no verão de 1941. O exército russo caía, enquanto Stalin ordenava a tática da "terra arrasada", suportando a violência alemã em Leningrado (atual S. Petersburgo)⁵ e Stalingrado (atual Volvogrado), para se refazer e empreender a contra-ofensiva em 1943, culminando a marcha em Berlim.

A Segunda Guerra Mundial transformava a União Soviética em fator defensivo na política mundial e seu poderio caminharia paralelamente com sua extensão. Extensão em espaço compacto, bem definido então,

que o Governo de Moscou nada mais fez para incorporar do que *repelir para o oeste a pressão alemã e deslocar-se imediatamente para o leste europeu*, que Churchill chamou de "Cortina de Ferro".

Controlava praticamente todo o *heartland*, detentora do Poder Terrestre mas, na bipolaridade com os Estados Unidos, detentora do Poder Marítimo, mantinha-se a URSS recolhida *por traz de mares marginais* — Báltico, Negro e Pacífico, controlados por outros países. O confronto geoestratégico corria por conta dos Poderes Aéreos e Aeroespacial.

Atingia a URSS novas fronteiras mas não novos mares e, a despeito da estratégia da russificação, não conseguiria integrar as nacionalidades marginais de seus vizinhos.

Daí a rivalidade, sobretudo com a China, cujas reivindicações contrárias aos limites traçados pelo Tratado de S. Petersburgo (1871) vão desde o Lago Balkash até o Rio Zeya, incluindo, no Extremo Oriente, a cunha que abriga o estratégico porto de Vladivostok.

Aí também está o ponto nevrágico do Mar de Okhotsk, onde o Japão plei-

⁵ Durante 2 anos e 280 dias, os habitantes dessa cidade viveram sem água, com alimentos racionados, sem aquecimento, nem banho; cerca de mil homens morreram ao longo do sítio pelas tropas nazistas. O escritor Nikolau Tikhonov descreve o panorama diário: *Nas trevas se divisava às vezes, por cima dos telhados, os incêndios vermelhos que faziam ressaltar as negras esquinas das casas, a inclinação dos tetos, uma janela sem vida, hermeticamente fechada, e o pavimento resvaladiço e deserto... Tal era a Avenida Nevski na época do sítio de Leningrado. A cidade tinha que ficar na obscuridade, não se devia ver uma luzinha que fosse, e não se via.*

teia o sul da Sakalina e as Kurilas, que eram suas antes de 1945.

Do outro lado, desponham também fronteiras de latente tensão, em territórios anexados após a Segunda Guerra Mundial: a Bessarábia/Bukovina, da Rumânia; a Rutênia, da antiga Tchecoslováquia; a Carélia/Petchenga, da Finlândia, 46% do espaço polonês e, ainda, a Prússia Oriental, parte do núcleo geohistórico alemão.

Com a independência da Letônia, Estônia e Lituânia, o desmembramento da "Cortina de Ferro", a separação da Geórgia que outras nacionalidades deverão seguir, começando pela Chechênia, é incerto o destino da Federação Russa. Destino que, parece refletir, sobremodo, o Império Romano que implodiu geopoliticamente da periferia para o interior.

REVOLUÇÃO

Os domínios da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) ou SSSR, segundo nomenclatura russa, ocupavam a Eu-

ropa Oriental, todo o norte da Ásia, parte do setor central asiático e o istmo caucásico. O espaço soviético envolvia, em sua totalidade, 21.342.000km², com 1/4 aproximadamente pertencendo a Europa, correspondendo a maior parte aos domínios asiáticos. Ocupava, na direção norte/sul, 42 graus e, no leste/oeste, 163 graus, com paralelo de 50° atravessando-lhe o meio e com o sol precisando de umas 11 horas para percorrer essa área. Era duas vezes mais extensa que o continente europeu, representando a sexta parte do Globo. Suas fronteiras terrestres eram mais de duas vezes inferior em extensão às marítimas. Totalizando 65.000km, no conjunto, em terra, quase a metade (45%) corresponde aos limites China/Mongólia.

O conjunto político que, em 1917, deixou de ser império, passava a ser constituído por 15 Repúblicas Socialistas Soviéticas, a maior das quais a própria Rússia, e por 20 Repúblicas Soviéticas Autônomas, posicionadas, em sua maioria, em torno do núcleo geohistórico moscovita.

Integraram também esse vasto espaço vital, além das

áreas nacionais, os *okrugs*, quase todos dominando estratégicamente o Ártico, cujas ilhas, o princípio da defrontação, do Senador canadense Pascal Poirier, entregou ao domínio de Moscou. Faziam ainda parte do conjunto administrativo os *oblasts*, autônomos, necessários onde eram mais atuantes os "quistos" étnicos.

Teoricamente, todas as repúblicas tinham governos, legislaturas e até mesmo partidos próprios, muito embora, na realidade, as decisões fossem sempre tomadas pelo *Politburo*,⁶ em Moscou, e transmitidas a todo o território para a devida implementação.

Dividida, porém *russificada*, 82% da população era dita russa, predominante sobre *minorias nacionais*, reconhecidas como em número de 169 desde o censo de 1926. Autêntico mosaico étnico coabitava a União Soviética, formado por *eslavos* (russos, ucranianos, bielorrussos, eslavos do norte e do sul), *turcos* (tártaros, chuvashs, baskirs, usbekes, bazaks, kirguizes, turkmestâos, azers e outros), *caucásicos* (georgianos, armênios e dagestanis), *finungrianos* (mordovinhos, udmurts, mari, komis,

⁶ Órgão político do Comitê Central do Partido Comunista.

karels, finos e estonianos); além de eslavônicos do Báltico, judeus, rumenos, alemães e iranianos.

A russificação dessas nacionalidades vinha sendo imposta desde o tempo dos czares. Implantando o regime comunista, o grande russificador seria o georgiano Joseph Stalin. Em 1955, depois de sua morte, foram feitas algumas concessões mas, surgindo problemas nacionalistas na Ucrânia, nas três repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), na Armênia, na Geórgia e na Ásia Central soviética povoada por muçulmanos, foram suspensas as medidas "liverais".

Por outro lado, o renascimento do nacionalismo cultural viria reafirmar uma centralização e uma política de assimilação. Política essa corporificada no programa de 1961, preconizando a eliminação de fronteiras entre as diversas repúblicas para uma eventual "completa unidade". Tratava-se de evitar um possível esfacelamento territorial, muito embora, no exterior, o governo de Moscou defendesse o desmantelamento dos impérios coloniais, em nome da "autodeterminação dos povos oprimidos".

A Constituição de 1977 era, na realidade, mais um programa político do que propriamente uma definição do mecanismo governamental. Pelo Artigo 3º, declarava que o Estado Soviético seria organizado e funcionalista de "acordo com o centralismo democrático", diluindo assim as idéias de Lenine, grande opositor do unitarismo, que optava por um Estado multinacional, federal, integral. E, muito embora essa Constituição declarasse que as repúblicas gozavam do direito nominal de se separar do resto do país, diante dos atos não passava de pálida vela acesa no altar do federalismo.

Complementava porém o secessionismo o fato de o vasto complexo territorial soviético manter sua economia nos moldes de autêntico império colonial. Havia, de um lado, a "metrópole", onde se concentrava o complexo industrial militar, em detrimento das "colônias" com indústrias leves e pesadas. Tratava-se de um jogo político, no qual a metrópole explorava as colônias, regime do monopólio, transformadas em mercados dependentes, e sugando-lhes os capitais tão necessários, além de privá-la de seus re-

cursos vitais. Dentro desse sistema, face ao déficit de matérias-primas, por necessidades defensivas, a metrópole dava prioridade aos recursos para seu complexo industrial em detrimento das "colônias".

Rezava o Artigo 6º: *a força principal e o norteamento da sociedade soviética, o núcleo de seu sistema político, bem como o de todas as organizações políticas estatais é o Partido Comunista da União Soviética.* Nessas condições, se o Partido era dirigido por um sistema todo centralizado e esse mesmo Partido era o fator decisivo na administração da economia, a descentralização não o atraía.

Essa economia estatal, altamente paternalista, refletia uma produção industrial sem concorrência, contrariamente ao que ocorria no mundo capitalista. A falta de concorrência diminuía os estímulos, mesmo diante dos prêmios que aumentavam o salário do trabalhador que apresentasse maior produção. O desestímulo gerava a inércia, já que o intermediário ou administrador da loja era também um burocrata ligado ao Estado burocrata que, por sua vez, levava o produto a um consu-



midor que simplesmente não tinha escolha.

Curiosamente, essa aversão à iniciativa privada ou individual, não era tão marcante no setor agrícola. Mas, como meio para evitar a inflação, os *kolkozes*, embora não fossem fazendas estatais como os *sovrozes*, tinham toda a sua produção adquirida pelo governo, a preço fixo.

E, no contexto, anulada a inflação, o sistema econômico soviético conseguia manter, durante dez ou vinte anos, o mesmo produto ou o mesmo modelo antiquado a preços estáveis.

Cinco anos antes da implantação do regime comunista na Rússia, o sociólogo inglês Hilaire Belloc, em *The Servile State*, escrevia o seguinte: *Torna-se cada vez mais evidente que qualquer intenção de transformar o capitalismo em coletivismo não resultará de modo algum em coletivismos, e sim em algo que os coletivistas jamais imaginaram. Este algo é o Estado-Servil, um Estado no qual as massas humanas serão obrigadas, por lei, a trabalhar em benefício de uma minoria.*

Minoria essa que o Kremlin designou como *nomenklatura*, palavra que

exprime "quem é quem", incluindo todo aquele que era patrocinado pelo Governo soviético e que, com sua família totalizava menos de 1% da população. Eram poucos os da cúpula, que possuíam a mordomia de *kremliovka* ou alimentos selecionados, das *datchas* ou casas de campo, privilégio que não cabia nem mesmo aos membros e filiados diretos do Partido Comunista.

Durante o regime comunista os *governantes eram escolhidos* por simples troca de uma equipe política por outra. E, curiosamente, o país era sempre governado pelos *líderes mais velhos do mundo*; não havia lugar para políticos aposentados, pois a idade média dos 14 membros do Politiburo, o centro do poder, se situava na faixa dos 70 anos ou mais.

Não contando com um sistema formal de transferência do poder, os velhos dirigentes temiam abrir as portas para os mais jovens. E ia nisso o princípio de que o *Estado Soviético podia ser fisicamente débil, mas era ideologicamente forte*. Ainda dentro desse princípio, o Congresso do Partido era, na prática, um catalisador político; não formulava políticas quando se reunia,

muito pelo contrário, confirmava as fórmulas já discutidas pelas altas autoridades do Partido e devidamente aprovadas pela liderança.

O 26º Congresso do Partido, reunido em fevereiro de 1981, embora sustentando críticas ao sistema econômico vigente, não conseguiu superá-lo, pois o Estado teria que ceder e não poderia fazê-lo a ponto de interferir na base, que constituía o *sistema de lealdade partidária*.

As *renovações bastante sutis* só ocorriam durante as mudanças de cúpula — *de Stalin para Krutchev, deste para Brejnev*, que faleceu em 1982, quando o regime já mostrava sinais inequívocos de fragilidade.

Uma anedota reflete então a impressão geral sobre o Estado dos governantes soviéticos. Contava-se que, num trem com destino à terra prometida dos comunistas, viajavam Joseph Stalin, Nikita Krutchev e Leonid Brejnev. Eis que o trem enguiça. Imediatamente Stalin ordena que sejam fuzilados os tripulantes. Como tal medida de nada adiantou, Krutchev assume o comando, reabilitando e condecorando postumamente, os tripulantes. Não se resolvendo mesmo assim o problema,

caberia a Brejnev o comando, que finalizaria a questão dando a seguinte ordem: *bai-xem as cortinas, e façamos de conta que o trem está se movendo.*

E, assim, o sistema se impunha dentro da conceção de Lenine, de que a política é assunto para profissionais, e os profissionais eram os que pertenciam à cúpula do Partido Comunista.

O povo, que nada tinha a ver com a política, devia se ater ao princípio de olhar, mas não participar, vivendo num sistema estruturado de tal maneira que o cidadão só poderia chegar ao poder se fizesse parte da hierarquia que o levasse até o governo. O homem do povo podia escrever para os jornais,⁷ mas consciente de que havia censura, daf conformar-se que seus meios de agir eram — a adesão ou a abstração.

A família soviética contava com educação gratuita, aluguel simbólico, transpor-

te público barato, serviço médico subsidiado ou grátis e alimentação no local de trabalho. O problema começava, porém, quando se esperava qualidade em tudo que era oferecido. A má qualidade era suportada, pois no país não havia competição. Tinha-se que suportar, até mesmo, o abastecimento irregular dos gastrônomos, os supermercados do Governo, onde não faltavam as longas filas.

A família soviética contava com educação gratuita, aluguel simbólico, transporte público barato, serviço médico subsidiado ou grátis e alimentação no local de trabalho. O problema começava, porém, quando se esperava qualidade em tudo que era oferecido.

O sistema de censura soviético era não só cuidadoso com as notícias concernentes a própria vida privada da classe dirigente, como ainda sobre assuntos não interessantes ao regime vindos do Ocidente. Para sustentar, as fronteiras do país deviam estar vigiadas e, quando necessário, hermeticamente fechadas.

Assim, os turistas estrangeiros só podiam passar por determinadas estradas, sem ver um só dos vários povoados proibidos, os koljoz. Tanto cuidado tomava a Intourist, agência turística estatal, que determinava até mesmo as chamadas "zonas abertas" para as viagens. E, dentre as 33 cidades com mais de 500 mil habitantes incluídas nessas "zonas abertas", 20 não podiam ser visitadas significando que milhões de cidadãos soviéticos jamais se encontravam com um estrangeiro durante toda a vida.

Sem contar com a oposição popular, a União Soviética mantinha satisfeitos os seus teóricos e sobretudo os militares, objetivando sempre a crescente capacidade terrestre, marítima, aérea e aeroespacial que possibilitava ao país intervir e se promover em escala mundial, observando-se, consequentemente, que o único setor da indústria soviética que vinha funcionando satisfatoriamente era a dos armamentos. Mesmo assim, a maior parte desse material bélico era entregue aos países satélites ou comercializado a longo prazo.

⁷ O Pravda, significando "verdade", fundado em 1912, passou, a partir de 1917, a ser o porta-voz oficial do Comitê Central do Partido Comunista.

Parte ínfima era vendida no exterior em troca de moeda viva. Daí, mesmo funcionando satisfatoriamente, a produção bélica significar outra carga a mais para o orçamento soviético.

Mesmo assim compensava, pois em *política externa* os russos seguiam o lema de Lenine — “enfiar a baineta até onde puder”. E, na consecução dos objetivos expansionistas ou *intervencionistas*, procuravam a *liderança da revolução mundial*, ajudando os movimentos declaradamente comunistas.

A *doutrina militar do Kremlin* na fase da invasão alemã na Segunda Guerra Mundial, estabelecia que a União Soviética devia assumir a defensiva no caso de iminente conflito bélico — doutrina só defensiva na teoria, pois na prática mostrou-se sempre mais ofensiva. Seguia, antes de tudo, o princípio de que para evitar um ataque ao território soviético era necessário o uso da ação militar contra o inimigo prestes a se re-

belfar. Justificou-se assim, a invasão da Hungria (1956), da Tchecoslováquia (1968) e a intervenção no Afeganistão (1979). Observando-se que a definição de *Guerra Fria* atribuída ao financeiro estadunidense Bernard Baruch, não seria jamais aceita pelo Kremlin como

Com serviço militar obrigatório a partir dos 18 anos, com reservistas até os 50 podendo ser convocados, o tempo no Exército/Aeronáutica era de 2 anos, chegando aos 3 na Marinha e no Corpo de Guarda da Fronteira.

confronto entre o Ocidente e o Oriente. A ação soviética era tida como a de uma *coexistência pacífica*.

“Coexistência pacífica” que mantinha o efetivo militar soviético dividido em 5 serviços principais: Exército, Marinha, Aeronáutica, Força de Foguetes Estratégicas e Forças de Defesa, além das Forças Páramilitares, incluindo guardas fronteiriços e tropas de segurança interna com destaque para a KGB,⁸ a polícia secreta.

Com serviço militar obrigatório a partir dos 18 anos, com reservistas até os 50 podendo ser convocados, o tempo no Exército/Aeronáutica era de 2 anos, chegando aos 3 na Marinha e no Corpo de Guarda da Fronteira.

Os sucessivos governos “gerontocráticos” que se vinham sucedendo desde Stalin construíram e organizaram *Forças Armadas poderosas*, superioridade que se fazia atuante com *líderes militares* transformando-se nos *pilares do regime e civis burocratas* abrigando-se sob seu manto, pois Stalin foi “Generalíssimo”, Krutchev era “General” e Brejnev se

autoproclamou “Marechal da União Soviética”.

Deve-se ressaltar que, em 1924, Lenine morria passando o poder para Stalin, quando se estabeleceu uma luta surda pela sucessão com Trotsky que, deportado para a Sibéria, foi depois exilado e assassinado no México.

CONTRA-REVOLUÇÃO

A partir de 1982, com a morte de Brejnev, a fragilidade mostrava-se na própria condição física dos

⁸ Sigla de Komitet Gosudarstvenoi Bezopatnosti, órgão que tinha por função zelar pela segurança do Estado.

seus sucessores. Assim, Iuri Andropov morria 15 meses após assumir o cargo, Konstantin Tchernenko sobreviveria apenas 13 meses à frente do governo, *abriindo-se naturalmente os caminhos para a contra-reforma*.

Os velhos líderes russos haviam ressuscitado o totalitarismo nacionalista militar que, em regimes de direita, havia caracterizado o facismo e o nazismo. O povo autodirigido confiava nas armas; renascia o antigo conceito czarista da "rotina" ou mãe-pátria, que Marx e Lenine tanto abominavam.

Em março de 1983, os Estados Unidos lançavam o IDS, mais conhecido como *Guerra nas Estrelas*, obrigando os novos líderes soviéticos a pensar nos efeitos internos que a investida em novos armamentos poderia provocar. E, assim, na luta pelo poder abria-se o caminho para o reformista Mikhail Gorbaciov, que assumia os destinos do país em março de 1985.

Lançaria duas palavras de ordem: *glasnost* (transpa-

rência) e *perestroika* (reestruturação) — a primeira significando abrandamento da censura, e a segunda critérios de eficiência na gestão da economia. No âmbito externo multiplicaram-se os encontros *Gorbaciov/Reagan*, que levavam o Eixo Leste/Oeste para o campo da distenção. Era a "Guerra Fria", que desaparecia, passo a passo, nas reuniões de *Genebra* (novembro de 1985), *Reykjavik* (outubro de 1986) e *Washington* (dezembro de 1987).

Nesse mesmo ano de 1987, em programa de distenção interna, eram libertados os prisioneiros políticos, iniciando-se manifestações populares de caráter nacionalista ou democrata, entre as quais a dos tatars da Criméia, em Moscou, exilados coletivamente por Stalin (julho de 1987), as reivindicações pró-eleições livres na *Estônia* e *Armênia* (fevereiro de 1988), o movimento separatista no *Karabash*, povoado por 80% de armênios mas administrado pelo Azerbaidjão, e dos pogroms⁹ muçulmanos do Sumgait (fevereiro de 1988).

Não tardaria o efeito dominó nas chamadas democracias populares, os satélites soviéticos da "Cortina de

Ferro", com movimentos na *Hungria* (março de 1988), greves do Solidariedade, sindicato polonês (abril/maio de 1988), na *Tchecoslováquia* (agosto/outubro de 1988), culminando com a queda do *Muro de Berlim* (novembro de 1989), e o fim do *Pacto de Varsóvia* (julho de 1990).

Revelando-se devastador por um lado e ilusório pelo outro, o processo de abertura passa a contar com a oposição dirigida por Boris Yeltsin.

Como a *Declaração de Soberania* estabelecia o primado da Rússia sobre os demais membros da União Soviética, esvaziava-se a autoridade de Gorbaciov e elegia-se, em 12 de junho de 1991, Boris Yeltsin.

Já em agosto, setores conservadores do Partido Comunista e das Forças Armadas tentavam restaurar a linha dura no leme do Estado Soviético, frustrando-se a tentativa de golpe com a mobilização popular.

Decretava-se o fim da URSS no dia 8 de dezembro de 1991, substituída pela CEI (Comunidade de Estados Independentes), na prática um mero fórum, sem governo central, para coordenação entre as repúblicas

⁹ Termo russo dado aos massacres inicialmente contra judeus, organizados com o beneplácito ou convénio do próprio governo.

que se tornavam independentes. A Comunidade era criada pelas 3 repúblicas eslavas — Rússia, Ucrânia e Bielorrússia (atual Bielarús). Não tendo outra alternativa, os espaços muçulmanos, no dia 21 de dezembro, no Encontro de Alma Atá no Kazaquistão, se anexavam ao trio.

Desaparecida a URSS como "sujeito de direito internacional", a Rússia se transformava de fato na sua herdeira, no gesto da troca de bandeiras — a vermelha com foice e martelo pela branca, azul e vermelha, até 1917 símbolo do czarismo.

Dissociada a CEI do comunismo, o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) perdia seu monopólio decisório, transformando-se nas demais repúblicas em *partidos nacionais*. Na guinada para o capitalismo, implantava-se a *economia de mercado*, com grandes empresas privatizadas se transformando em sociedades acionárias.

Nesse dividir para democratizar, a Rússia perdia o

controle das *Forças Armadas da CEI*, não impedindo mesmo que se criassem *exércitos nacionais*, moedas separadas e, até mesmo, conflito entre as repúblicas, como o ocorrido com a Ucrânia, na repartição da Armada sediada em Sebastopol e a entrega da Criméia.

Desaparecida a URSS como "sujeito de direito internacional", a Rússia se transformava de fato na sua herdeira, no gesto da troca de bandeiras — a vermelha com foice e martelo pela branca, azul e vermelha, até 1917 símbolo do czarismo.

Detectado o "barril de pólvora", tornava-se necessária a conclusão de um *Pacto de Segurança Coletiva*,¹⁰ firmado em 15 de maio de 1992, levando, dez dias depois, a Rússia e o Kazaquistão, as *duas potências nucleares*, a um acordo e coordenação de suas políticas militares e econômicas. Poucos dias depois, em 23 de maio, os Estados Unidos firmavam um protocolo de aplicação do START com as *4 potências nucleares* — Rússia, Kazaquistão, Ucrânia e Bielorrússia, sendo que

as três últimas renunciavam às armas nucleares e aderiam ao TNP.

Embora as *correntes geopolíticas centrífugas continuassem a agir*, o conjunto multinacional, em 21 de março de 1993, transformava-se em *Federación Russa*. Instável também, essa sucessora da

CEI, já que a destruição da URSS não foi fruto de vontade geral, havendo mesmo, entre os democratas, os que consideram ter sido o fim da "União" um gesto aventureiro ou, até mesmo, uma tragédia. Tragédia que, nas eleições legislativas de dezembro de 1993, daria

destaque a extrema direita, liderada por Vladimir Jirinovski, obtendo 24% dos votos para sua organização neofascista, chovinista e anti-semita, pregando o retorno às fronteiras do Império Russo.

Concluindo-se que a Federación Russa é uma "URSS reduzida", constituindo-se também numa *incógnita multinacional* que tem tudo para se polarizar, por contar, no seu interior, com *auto-domínios nacionais* que, como a Chechênia, por exemplo, sem dispor de es-

¹⁰ Rússia, Armênia, Kazaquistão, Usbequistão, Tadjiquistão e Turmenistão.

truturas estatais, luta por sua independência.

Por outro lado, o risco da secessão subsiste, tanto no interior quanto na periferia, onde o *islamismo*¹¹ quer voltado para a ocidentalista Turquia, quer fundamentalista aliado ao Iran, no Eixo Pan Rússia de Haushofer, se impõe, face a ausência de estrutura unificadora.

A Federação Russa com superfície avaliada em 17.075.400km², ou seja 3/4

da antiga URSS é nome também provisório, com as Kurilas reivindicadas pelo Japão e sem escapar de possíveis ajustes territoriais na própria Europa, por países que se estendem desde o Báltico ao Mar Negro.

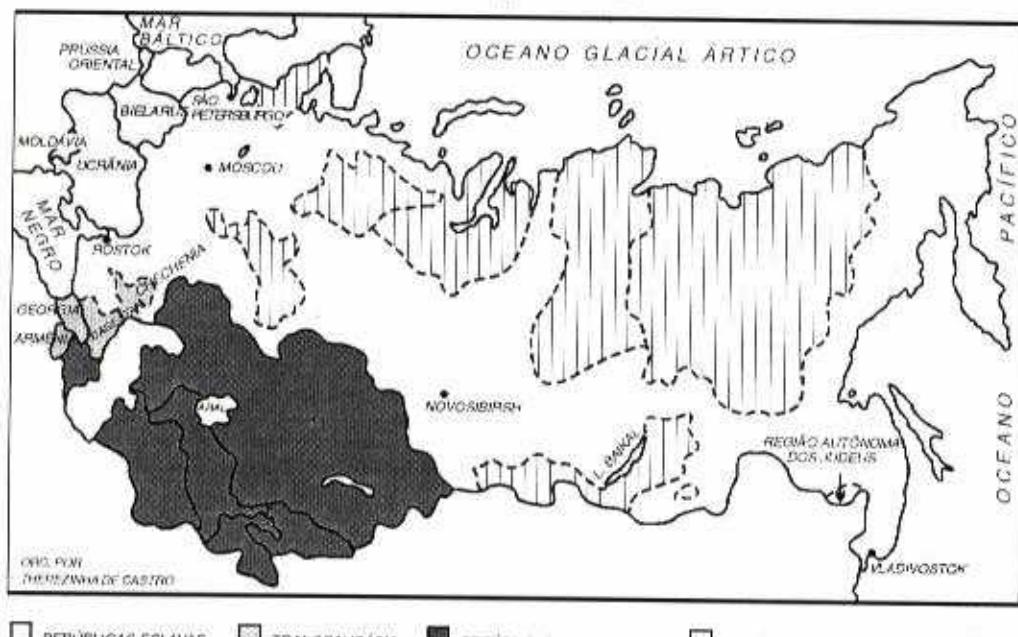
Com política externa orientada para a Europa, candidata à UE (União Europeia) e à OTAN, aderiu, em 27 de abril de 1992, ao FMI, não podendo pelas dimensões da Sibéria, sua

área geopolítica neutra, abdicar de sua vocação asiática.

CONCLUSÃO

Carecendo das tradições ocidentais do burgo e da nobreza independente, que puderam, na Europa, limitar o poder central, a Revolução Bolchevista (novembro de 1917) implantou na Rússia uma força ideológica bem original.

FEDERAÇÃO RUSSA



¹¹ Além do Azerbaijão, Turmenistão, Usbequistão, Tadjiquistão, Kirguizia e Kasaquistão, no coração da própria Rússia o perigo está nas Repúblicas Autônomas do Tatars e Bachkir.

Essa originalidade surgiria em função do *antagonismo que sempre existiu entre os ideais de Marx e Lenine*. Para o criador do chamado comunismo a base de tudo seria a emancipação do indivíduo numa *sociedade sem classes*, livre da coerção, exploração e da própria guerra. E tal base marxista deveria ser implantada pela *revolução do proletariado*, nos países industrialmente avançados, como a Alemanha e a Inglaterra, e não numa Rússia caracterizadamente agrícola.

Contrariamente, pois, às tendências marxistas, a revolução comunista era implantada na Rússia, seguindo-lhe as tendências geopolíticas. E, numa adaptação do marxismo, Lenine adotava o *slogan da ditadura do proletariado*, estendendo-o como um poder absoluto, *institucionalizado num Partido de Vanguarda*. E foi justamente esse Partido que, adaptando-se ao pô-

der absoluto já vigente na Rússia, embora falando em nome do proletariado, passava a agir, independentemente de sua vontade real.

Criava Lenine um *marxismo afastado de suas idéias ocidentais*, adaptando ao *status quo* não ocidental da tradição histórica russa, justificando-se a criação dos *sovietes*¹² servindo de base a um país destituído de qualquer organização democrática de massas.

No entanto, o *leninismo* transformaria a Rússia numa *potência mundial*, sem concretizar o ideal marxista de uma sociedade sem exploração, coerção ou guerra, implantando um *governo totalitário* que manteve posição de *hostilidade às empresas privadas do capitalismo*.

Falhando como força revolucionária no Ocidente, não conseguindo implantar sua ideologia em nenhum país industrial avançado, o *leninismo manteria um mundo fundamentalmente*

dividido. Mundo dividido política e economicamente e, consequentemente, *antagônico sob o ponto-de-vista militar*.

Nos países ocidentais industrializados, *democracia e pluralismo* estavam de tal forma vinculados, com *classes médias tão fortes* que, sem respeitar tais realidades, o leninismo não encontraria chances.

A exportação do leninismo não se coroou de sucesso porque os chamados Partidos Comunistas de massa, criados nos países industrialmente avançados, abandonaram solenemente os princípios russos. Na Europa surgiu o *eurocomunismo*, enquanto a China implantava a sua *revolução cultural*.

Conseguindo na "Cortina de Ferro" implantar a sua *faixa protetora de Membros da Kominform*¹³ a Rússia nada mais faz do que lançar as bases para novas formas de *conflitos nacionais entre Estados comunistas*. Tentando forçar o conformismo ideológico na *Jugoslávia* acabou por afastá-la da submissão, desembaraçando-a, tal como a China, das amarras do *internacionalismo proletário* soviético.

¹² Palavra russa significando assembleia ou conselho político eleito por organizações econômicas; mais comum, pois, no ocidente, sob a forma de sindicatos.

¹³ Centro de Informações dos Partidos Comunistas criado pela Conferência de Verona (setembro de 1947) e dissolvido em abril de 1956, sucedeu ao Komintern, nome dado pelos russos à III Internacional Comunista (março de 1919 a maio de 1943).

Como novas perdas seriam perigosas para a Rússia, levaram Krutchev a *esmagar, pela força militar*, a Hungria e a Tchecoslováquia, enquanto Brejnev teve que anestesiar o liberalismo que surgia na Polônia.

Destacando a Constituição da URSS, em seu Artigo 28, que se impunha o dever de *consolidar a situação do socialismo mundial, apoiando as lutas dos povos pela libertação nacional e pelo progresso social*, era criado um movimento internacional dentro da chamada

estratégia da *Frente Popular*. Isso permitiria aos soviéticos *conquistar adeptos* em outros países e, até mesmo, influenciar a política de alguns governos, porém no âmbito do Terceiro Mundo.

Desfeito o Eixo Leste/Oeste, acabaram-se os Primeiro e Segundo Mundos. Findava-se a Geopolítica do Confronto que alimentava, desde 1945, a bipolaridade URSS/EUA. Iniciava-se a fase Multipolar dos Eixos Norte/Sul, apresentando-se, ao lado dos EUA, outros dois Estados Diretores — Japão

e Alemanha. E, nesse cenário, o desmoronamento da União Soviética não reforçou a *Federação Russa, caracterizada como autêntica geopolítica de decomposição*, lutando com o elemento espaço de fronteira flutuante em constante alteração, a que se junta a fragilidade de Yeltsin com saúde abalada, e que, em maio de 1997, não conseguiu impedir que a Polônia, a Hungria e a República Tcheca fossem admitidas na OTAN, Organização onde a Rússia poderá, sem direito a voto, simplesmente opinar nas decisões.



BIBLIOGRAFIA

- BRUCHAT, Jean. *História da URSS*. Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1961.
- CASTRO, Therezinha de. "Império Soviético: Marxismo e Leninismo". *A Defesa Nacional*, nº 695, maio/junho de 1981.
- _____. "Sibéria: de Mackinder à Andropov". *A Defesa Nacional*, nº 711, janeiro/fevereiro de 1984.
- CHALIAND, Gérard e RAGEAU, Jean-Pierre. *Atlas Stratégique (Géopolitique des Nouveaux Rapports de Forces dans le Monde)*. Editions Complexe, Librairie Arthème Fayard, Paris, 1988.
- GIRAUT, R. e FERRO, M. *De la Russie à L'URSS. Histoire de la Russie de 1850 à Nous Jours*. Nathan, Paris, 1989.
- LESGAFT, E. F. *Geografia de la Russia Soviética*. Editorial Labor S. A. Barcelona, 1930.
- MARENCHES. *Atlas de Geopolitique*. Stock, 1986.
- MOOREHEAD, Alan. *A Revolução Russa*. Instituição Brasileira de Difusão Cultural, S. Paulo, 1960.
- ZORGIDE, Charles. *L'Après — Guerre Froide en Europe*. Presses Universitaires de France, Paris, 1993.

BIBLIEXBIBLIEXBIBLIEXBIBLIEXBIBLIEXB PROGRAMA EDITORIAL 1998

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

1. *Canhões de Agosto* Barbara W. Tuchman

Obra notável da historiografia contemporânea. Apresenta, em forma de narrativa literária e estilo jornalístico, aspectos humanos e profissionais de estadistas, políticos, estrategistas e técnicos, pinçados à luz da fato, fatos e comportamento ético-pragmático. A autora se propõe a compreender a inteligência do pensamento político-estratégico-militar da Europa na segunda metade do século XIX a início do século XX, culminando no irrompimento da Primeira Guerra Mundial.

2. *O Choque de Civilizações* Samuel P. Huntington

Samuel P. Huntington introduz, partindo de avaliação histórico-cultural, a tese da revisão do conceito tradicional ocidental de uma "civilização universal" para a definição de várias "civilizações", com núcleos, culturas e objetivos políticos e econômicos próprios. Trata-se de uma contribuição analítica e valiosa à pesquisa conjuntural de todo o intrincado processo dinâmico global, como o que se prepara a próxima geração.

3. *O Dia D* Stephen E. Ambrose

O livro apóia-se em 1400 minuciosos depoimentos de pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram da Operação Overlord, no período da meia-noite de 5 para 6 até meia-noite de 6 para 7 de junho de 1944. Os depoimentos são integrados e analisados, a eles se juntam apreciações sobre o planejamento e execução das operações e as atitudes de comandantes e líderes aliados e alemães. Obra escrita em estilo de leitura fácil e atraente, prenda a atenção do leitor e contém grande quantidade de informações para os estudiosos do assunto e o público em geral.

4. *Introdução à Estratégia* André Beaufre

Obra prefaciada pelo não menos célebre estudioso de assuntos militares, o Cap. Liddell Hart, que a considera o tratado de Estratégia mais completo e mais cuidadosamente formulado dentre todos os que foram publicados ultimamente. O livro do Gen. Beaufre é um esplêndido manual de Estratégia, claro, preciso e atual em suas apreciações e objetivo nas análises que apresenta.

5. *Formação do Oficial do Exército* Jeovah Motta

O livro é, ao mesmo tempo, um ensaio de história e um debate de assuntos pedagógicos. Em essência, aborda as questões das bases da estrutura intelectual e a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército Brasileiro desde a criação, em 1810, da Real Academia Militar.

6. *Do Recôncavo aos Guararapes* — Antônio de Souza Junior

Por ocasião dos festaços comemorativos dos 350 anos da vitória das embrionárias armas brasileiras sobre as holandesas na Primeira Batalha dos Guararapes é reeditada essa obra de fundamental interesse para os estudiosos de história militar brasileira. De leitura fácil, descreve as estratégias e táticas empregadas, apresentando de maneira detalhada os etetivos em confronto, bem como documentos e relatórios nacionais e holandeses sobre as duas Batalhas de Guararapes.

7. *A Grande Barreira* J. F. Maya Pedrosa

No meio civil, círculos universitários, políticos e dentro o público geral é de se esperar que o livro seja elogiado e criticado. Maya Pedrosa enderaça sua obra "aos jovens que não viveram a confrontação ideológica no Brasil e ficam ouvindo versões condenatórias da conduta das Forças Armadas em suas intervenções históricas na política". Caso seus críticos, civis ou militares, publiquem reparos ou mesmo refutações ao trabalho do autor, ele se constituirá em um marco na história da participação do Exército na vida nacional.

8. *Tempestade do Deserto* Frank N. Schubert e Theresa L. Kraus

É a história da Guerra do Golfo (agosto de 1990 a fevereiro de 1991), em que uma espetacular força militar composta por uma coligação de países liderada pelos Estados Unidos, atuou contra o Iraque. Mostra o Exército norte-americano dos anos 90 e como foi empregado debaixo de fogo e sob a atenção do mundo. O livro, escrito em linguagem simples, direta e clara, como são as obras militares, é do maior interesse para os profissionais das armas, mas não faltará civis dedicados ao estudo de História Militar capazes de o apreciar.

9. *Democracia na América* Alexis de Tocqueville

Embora publicado no inicio do Século XIX, permanece atual e desperta interesse geral. "Democracia na América" exalta o valor do Império das leis e da oportunidade para todos como truncamentos do regime democrático prevalentes na sociedade dos EUA no séc. passado. Trata-se de um clássico, que vem preencher uma lacuna na estante da Coleção Ben Benício.

10. *O Brasil e a Globalização* Francisco de Assis Grieco

Trata-se de obra de interesse atual, de vez que aborda um dos mais controvéridos fenômenos contemporâneos: a globalização das atividades humanas, quer sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais. O autor, Francisco de Assis Grieco, é Mestre em Economia pela Universidade George Washington e pós-graduado em Economia Internacional e Pensamento Econômico pela London School of Economics and Political Science, de Londres.

11. *A Evolução Militar do Brasil* Cel. J. B. Magalhães

Após uma apresentação sobre as origens e transformações da guerra, o autor realiza um estudo das nossas instituições militares, examinando-as em cada período histórico distinto. "A compreensão e o justo julgamento da razão de ser da eficiência ou não do mecanismo militar nacional, reclamam análise atenta das circunstâncias de cada momento histórico" — esta é uma das conclusões apresentadas nesse estudo de leitura útil e interessante.

12. *O Príncipe* — Comentado por Napoleão Nicolau Maquiavel

A obra, elaborada a partir de um antigo realista e humanista, dissecava o Estado, a ação política e seu agente — o político — mais como são do que como deveriam ser. Maquiavel se refere, nela, a um universo sócio-político específico e analisa fatos que lhe eram contemporâneos ou de ocorrência recente no encerramento do mundo medieval. Os comentários registrados por Napoleão, em 1816, apresentados em notas de rodapé, vem complementar este clássico escrito há quase cinco séculos, assegurando maior validade aos conceitos emitidos pelo florantino Maquiavel.

SEJA ASSINANTE DA BIBLIEB!

No final deste número da revista V. encontrará uma página com o "PEDIDO DE ASSINATURA" e maiores informações.

Ligaçao gratuita para todo o Brasil

800) 238365

E-mail:bibliex@aquarius.lme.eb.br

A Experiência Brasileira na Força Interamericana de Paz (FIP) - Intervenção da OEA na República Dominicana — 1965

Carlos de Meira Mattos*

Matéria transcrita do livreto *Análise do II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos*, do Centro de Estudos Estratégicos da Presidência da República e do Núcleo de Análises Interdisciplinares de Políticas e Estratégias (NAIPPE) da Universidade de São Paulo (USP).

ANTECEDENTES

A presença militar do Brasil na República Dominicana foi uma consequência da Resolução da 10ª Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA (6 de maio de 1965).

Os acontecimentos que suscitaram essa intervenção do organismo regional podem ser resumidos nos fatos seguintes:

- desde o assassinato do ditador Trujillo, em maio de 1961, vinha vivendo a República Dominicana um clima contínuo de instabilidade política. No período de quatro anos sucederam-se,

em ambiente de agitação, três chefes de governo;

- em 24 de abril de 1965, um golpe militar obrigou o então presidente Reid Cabral a renunciar. Os militares rebeldes ocuparam o palácio do governo e empossaram na Presidência o Dr. Molina Ureña. Em seguida, o palácio do governo foi invadido e saqueado por enorme multidão, gerando uma situação de desordem incontrolável.

As facções em plena rebelião se desentenderam. O grupo castrista, liderado pelo Movimento 14 de Junho, atacou o quartel dos carabinheiros, armou-se e ocupou parte da cidade. Seguiram-se combates entre facções rivais. Paralelamente, grupos de desor-

deiros realizaram invasões e saques no comércio e em residências. A ameaça de

invasão das embaixadas estrangeiras por grupos armados provocou o pânico no Corpo Diplomático. Ficou caracterizado que o grupo castrista havia assumido o controle de parte da cidade (Ciudad Nueva), onde instalou um governo chefiado pelo Coronel Camaño. Nesse momento, existiam três governos e uma força militar independente no país: o governo do General Imbert Barreras, o do Coronel Benoit, da Força Aérea, o do Coronel Camaño e a brigada militar do General Wessin, independente;

- no dia 28 de abril, atendendo ao pedido de proteção do governo Benoit, os fuzi-

* General-de-Divisão.

leiros navais dos Estados Unidos, partindo do navio-transporte *Boxer*, desembarcaram de helicópteros nas proximidades do Hotel Ambassador, onde havia se refugiado a maioria do pessoal do Corpo Diplomático, e estabeleceram a segurança do hotel e da Embaixada dos Estados Unidos. Nesse mesmo dia o governo de Washington pediu a convocação da Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA. Prosseguiram os desembarques de tropas norte-americanas no território dominicano;

- em 1º de maio foi instalada, em caráter permanente, a Secretaria Geral da OEA;

- em 8 de maio a reunião de consulta da OEA aprovou a intervenção coletiva na República Dominicana, com a missão de restabelecer a ordem, a paz e restaurar a democracia;

- mais de dois terços dos países membros da OEA aprovaram a resolução da 10ª Reunião de Consultas, entretanto, somente enviaram contingentes militares o Brasil, o Paraguai, a Nicarágua, Honduras e Costa Rica. A força militar norte-americana já se encontrava no país.

O EMPREGO DA FORÇA DE PAZ

A Força da Paz se insere no quadro de uma intervenção coletiva em área conflagrada, realizada sob os auspícios da ONU ou de um organismo regional ou multinacional (OEA, OTAN, União Européia).

A prática de emprego da Força de Paz vem se intensificando nos últimos tempos. Desde a criação da ONU, em 1945, até 1988, período no qual predominou a bipolaridade do poder mundial, a ONU realizou treze operações de intervenção coletiva. Após a queda do muro de Berlim, em 1989, até 1995, a ONU já assumiu a responsabilidade de administrar quinze conflitos. Esses números indicam a aceleração do processo de intervenção internacional nos conflitos.

A missão da Força de Paz é profundamente diferente da missão tradicional de emprego militar na guerra.

A operação de guerra visa a derrotar e submeter as forças inimigas. Na missão de paz não há forças inimigas. Há facções a serem reconciliadas. O objetivo principal é usar a força como mais um meio de convenci-

mento, depois de esgotados todos os recursos diplomáticos de persuasão e de pressão.

O cumprimento da missão de paz exige dos participantes habilidade, paciência e firmeza quando necessário. O maior perigo que envolve a missão de paz é ela, apesar do seu caráter neutral entre as facções em luta, inclinar-se pela causa de um dos partidos. Quando isso acontece, ela perde sua autoridade, que se apóia na isenção em face das razões do conflito. A repressão exercida pela Força de Paz, quando necessário, visa a coibir o comportamento das facções (violência exagerada, genocídio, impedimento de socorro humanitário etc.) e nunca favorecer a sua causa, ou seja, a sua posição ideológica.

A classificação geral das intervenções de forças internacionais, visando à pacificação de um país ou de uma área, considera dois tipos principais de operações: de preservação da paz (*peace keeping*) e de impor a paz (*peace making*).

Não há dúvida de que a primeira é ideal. Não usa a violência da força. Procura insinuar-se pela presença; ou pela dissuasão (ameaça de

uso da força). Na segunda, a imposição da força só se justifica como missão de paz, diante de um mal maior e quando todos os recursos da dissuasão tenham sido esgotados.

Tomando como exemplo o caso da República Dominicana, há que se distinguir duas fases do conflito. Na primeira, grupos de desordeiros armados ocuparam a capital, praticando seqüestros, saques, assaltos, criando um clima de terror para a população e para as representações estrangeiras, e, na segunda, parte da capital foi dominada por uma facção castrista que criou um governo e um exército e entrou em luta armada contra os dois ou três outros governos e exércitos.

Na primeira fase, a situação de terror levou um dos governos então existentes a pedir proteção dos Estados Unidos através de *una intervención temporal y ayuda para restablecer el orden en el país*.

Em atendimento a essa solicitação e às pressões do Corpo Diplomático (que na sua maioria abandonou os prédios das Embaixadas e refugiou-se no Hotel Ambassador, perto do centro da cidade), os Estados Uni-

dos desembarcaram fuzileiros navais e, em seguida estabeleceram uma cabeça de ponte aérea, desembarcando uma unidade de pára-quedistas (a 82ª Divisão).

A missão ali se iniciou como *peace making*, em face das circunstâncias internacionais e da natureza do conflito local. Essa fase foi desempenhada apenas pela força norte-americana.

A PRESENÇA DO BRASIL

A decisão política do Governo do Brasil de votar a favor da intervenção coletiva e de enviar um contingente militar foi coerente na seguinte diretriz traçada pelo presidente Castello Branco:

No caso brasileiro, a política externa não pode ignorar que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental (extraído do discurso proferido no Instituto Rio Branco em 31.07.1964).

Como se viu, ficou caracterizado o perigo de Fidel Castro, no caso de consolidação do governo chefiado pelo Coronel Camañó vir a estender o seu domínio na área do Caribe. Por isso,

ocorreram a posição da OEA e o apoio do Brasil.

A presença do Brasil na crise dominicana foi marcante. Estivemos presentes diplomaticamente na Comissão Ad-Hoc da OEA, de três membros, deslocada para o local do conflito, a fim de conduzir as negociações de pacificação do país. Nossa representante nessa comissão foi o embaixador Ilmar Penna Marinho.

Tivemos nossa presença militar marcada pelo comando da Força Interamericana de Paz (FIP), exercido, sucessivamente, pelos Generais-de-Exército Hugo Parnasco Alvim e Alvaro Braga e pelo contingente de 1.200 homens (FAJBRAS), composto de tropa do Exército (1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria) e do Corpo de Fuzileiros Navais.

Visando a dar uma estrutura operacional aos diferentes contingentes nacionais de composição irregular, foi criada a Brigada Latino-Americana, sob comando brasileiro, composta de dois batalhões, o batalhão brasileiro do Exército e um batalhão formado pelos nossos fuzileiros navais e abrigando os contingentes paraguaios, nicaragüense, hondurenho e costarricense.

Assim, a FIP ficou constituída por comando e dois braços operacionais — força norte-americana e Brigada Latino-Americana.

Os efetivos da FIP variaram durante o período da missão (dezesseis meses). A força norte-americana, no período mais crítico, os primeiros seis meses, chegou a ter no país cerca de 25 mil homens. No período seguinte baixou para 12 mil. A Brigada Latino-Americana teve seu efetivo praticamente inalterado, durante toda a permanência no país, com cerca de 2 mil homens.

O transporte e a manutenção dos efetivos brasileiros a 7 mil quilômetros do Rio de Janeiro exigiu uma difícil operação de transporte da Força Aérea e da Marinha de Guerra, realizada com admirável precisão. O transporte da tropa para a República Dominicana e sua retirada, com todo o equipamento, foram feitos por comboios da FAB e da Marinha de Guerra. Além disso, deram-se duas substituições de dois terços do efetivo e a manutenção de uma linha periódica para correspondência e suprimentos.

Coube à Brigada Latino-Americana o isolamento da parte da capital conhecida como Ciudad Nueva, além de algumas operações especiais como a ocupação do Palácio Nacional, enclave das forças do General Imbert Barreras no centro do dispositivo ocupado pelas forças do Coronel Camaño e, em seguida, garantir a neutralização da área do Palácio Nacional.

O transporte e a manutenção dos efetivos brasileiros a 7 mil quilômetros do Rio de Janeiro exigiu uma difícil operação de transporte da Força Aérea e da Marinha de Guerra, realizada com admirável precisão.

O EMPREGO DA TROPA BRASILEIRA

As principais missões realizadas pela tropa brasileira, integrada na Brigada Latino-Americana e sob meu comando, foram:

- assegurar parte do cinturão de isolamento da Ciudad Nueva, ocupada pelas forças do Coronel Camaño;
- ocupar o Palácio Nacional, enclave na área do Co-

ronel Camaño, dali retirando quatrocentos homens poderosamente armados, e manter o Palácio como zona neutra;

- garantir a posse do governo provisório do Dr. García Godoy;
- manter a ordem na área da Ciudad Nueva;
- garantir um clima de ordem durante a eleição presidencial que elegeu o Dr. Joaquín Balaguer.

Todas essas missões, do tipo preservação da paz, só foram transformadas em uso violento da força em momentos de curta duração, quando elementos de nossa tropa foram atacados. Assim, conseguimos manter, pela presença e pela dissuasão, um clima de *peace keeping* ao longo da missão. Tivemos oito feridos em ação e quatro mortos por acidentes.

CONCLUSÃO

Ao se encerrar a missão na República Dominicana, o então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, a cuja autoridade foi subordinada a FAIBRAS, em seu Boletim Especial de 30.09.1966, assim se expressou:

Vivendo um clima agudo de Guerra Revolucionária, o soldado brasileiro teve excepcional comportamento no exterior, em condições as mais adversas;

Revelou excepcionais qualidades para o cumprimento da missão de paz, em país amigo e fraterno. Nossa tropa foi exemplar na disciplina, na eficiência militar e na capacidade para operar em circunstâncias delicadas, em contato permanente com a população civil;

Revelou consciência da espinhosa e nobre missão, que foi chamado a desempenhar, dando provas de serenidade, paciência e firmeza de atitudes;

Nunca se excedeu no cumprimento da missão e só fez uso de suas armas para se defender. Deixa em

terras dominicanas o seu tributo de sangue à causa da democracia e da pacificação do país;

Teve seus feridos em ação e resistiu ao embate da conquista da mente do combatente pela campanha psicológica desenvolvida dentro de técnicas e propaganda aprimorada pelo comunismo internacional;

Prolongou — no espaço e no tempo — a experiência de convívio internacional entre grandes e pequenas Forças Armadas, como já aconteceu na Itália, Suez e Congo.

Essas palavras são uma síntese magnífica do comportamento de nossa tropa na Missão de Paz de que foi incumbida.

Consideramos a atuação da FIP na República Dominicana, embora obscurecida

por ter sido precedida de uma ação militar unilateral das forças norte-americanas, uma das mais completas e bem-sucedidas entre as inúmeras missões de paz que têm ocorrido neste mundo conturbado.

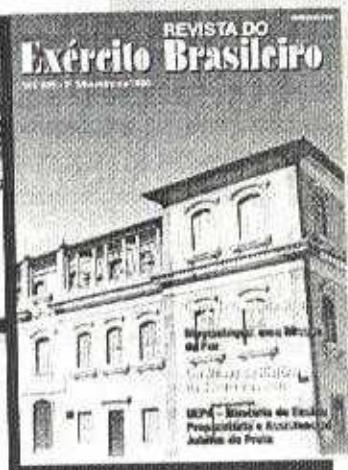
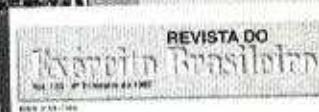
A missão recebida da OEA foi: restaurada a normalidade; manter a segurança de seus habitantes e a inviolabilidade dos direitos humanos; estabelecer um ambiente de paz e conciliação que permitisse o funcionamento das instituições democráticas.

Esta missão foi cabalmente cumprida e, após dezenas de meses de atuação, a FIP retirou-se do país, deixando a nação dominicana pacificada e um governo democrático empossado, eleito livremente por grande maioria.



REVISTA DO Exército Brasileiro

Seja assinante do periódico mais antigo do Exército Brasileiro, em circulação há mais de um século, sempre levando à tropa e ao meio civil, artigos variados sobre a vida da caserna, temas históricos e técnico-profissionais.



Basta remeter um cheque em nome da Biblioteca do Exército, constando no verso, a finalidade do mesmo e V. receberá em seu endereço, os quatro números anuais

LIGUE GRÁTIS
(0800) 238365

E-mail:bibliex@ism.com.br

**Veja no final deste número,
o PEDIDO DE ASSINATURA,
com maiores informações.**

ASSINATURA ANUAL

Brasil – R\$ 15,00
Exterior – US\$ 30,00

O Recrutamento Militar no Brasil no Período Pombalino

Silvino da Cruz Curado*

Comunicação apresentada, pelo autor, no VII Colóquio de História Militar — Lisboa, 05.11.1996. Contém uma apreciação retrospectiva do Serviço Militar no Exército Português no século XVIII e sua extensão no Brasil.

Durante séculos, o recrutamento militar teve aspectos dramáticos que nem à poesia escaparam.

O velho entrara triste: ao pé, junto do lar,

Estava a companheira, absorta, a meditar.

- Mulher, a fé perdi, falei a toda a gente,

E ninguém me valeu! — E ela com voz tremente:

“Dize-me, e o brasileiro?”

- Esse foi o primeiro.

* Oficial-General do Exército Português.

¹ Gonçalves Crespo, *Noturnos*, Lisboa, 1822. Ortografia atualizada.

Bati, fui ter com ele à casa de jantar.

Expliquei-lhe ao que vinha... entrou a gracejar:

“Com que então você quer livrar o seu rapaz?...

Vizinho, tão mal faz!

Deixe-me ir cada qual à sua sorte e ao seu destino!

Seu filho é um mocetão valente e muito digno

De servir o país.”

- E descascava um fruto...

- Desatei a chorar...” — Homem não seja bruto!

A farda não é morte...”

- E disse mais e mais

- Coisas de quem não sabe a dor de uns tristes pais!

E enquanto o velho punha a vista lacrimosa

Nos brasidos, a voz da mãe afita e ansiosa

Perguntou: “e o prior?”

— Negou, negou também!!

Assim começa Gonçalves Crespo a sua dolorosa “Venda dos Bois”, publicada em 1882. O poeta não nos diz como é que, com o dinheiro conseguido na referida venda, tencionavam aqueles pais evitar que o filho fizesse o serviço militar. Seria com o pagamento da “remissão” ou da “substituição”, formas legais na época de fugir às fileiras, ou da ação fraudulenta de algum

interveniente nas operações do recrutamento que conduzisse ao mesmo resultado mas com um custo mais baixo?

Infelizmente essas práticas, com as naturais adaptações às épocas e às legislações, já vinham de muito longe.

Em 1751, pouco depois de o futuro Marquês de Pombal chegar ao Governo, o comandante de um dos Regimentos do Rio de Janeiro deu à estampa o famoso "Capitão de Infantaria Portuguez" que inclui um extenso capítulo ao recrutamento, mostrando ao capitão as muitas formas com que todos cuidão, como lhe arranjo um engano de sorte que lhe fique o filho em casa. E avisa-o de que huma das causas que mais perturba, embaraça e toma tempo nas facturas (das levadas) e reconduções (dos desertores) são frades, clérigos, conventos e casas de pessoas poderosas.²

O experimentado coronel alerta ainda o novato nessas lides para o perigo das tentativas de suborno: *Muito cuidado se deve ter em que os crimes mais ordinários dessa diligência são aceitarem-se peitas das partes, por lhes escusarem seus filhos.*³

Cento e trinta e um anos separam esses dois escritos. Em ambos procuram os pais, desesperadamente, subtrair os filhos ao serviço militar, recorrendo às pessoas influentes a que tinham acesso, frades, clérigos, conventos e casas de pessoas poderosas no século XVIII, o prior e o brasileiro no século XIX. Se esse processo não resultava e a família tinha alguns recursos restava tentar o suborno dos agentes recrutadores ou, em alguns períodos, do próprio Estado que, mediante o pagamento de determinada quantia destinada à compra de armamento, concedia a isenção do serviço.

Convém recordar que a força terrestre estava organizada em 3 escalões: o Exército de Linha ou Tropa Paga, recrutado entre os solteiros; Forças Auxiliares, constituídas por homens válidos, geralmente casados; e Ordenanças, constituídas pelos restantes homens dos 16 aos 60 anos.

No Brasil, as tropas de linha eram muito reduzidas e estavam sempre desfalcadas nos seus efetivos. Os auxiliares, a partir de 1739, só existiam nas terras em que houvesse portos de mar.⁴ Fora desse esquema, eram contratadas companhias de aventureiros, pedestres ou caçadores para determinadas missões específicas.

O sistema de recrutamento tinha por base a legislação sebástica relativa às ordenanças que, na sua essência, vigorou no Brasil até para além da Independência.

Em cada vila de mais de 100 habitantes havia um capitão-mor de ordenanças, "pessoa da melhor nobreza, cristandade e desinteresse", que nessa época era de nomeação vitalícia. Nas restantes vilas o capitão da companhia de ordenanças desempenhava também funções idênticas às de capitão-mor.⁵

² André Ribeiro Coutinho. *O Capitão de Infantaria Portuguez*. Lisboa, 1751, tomo II, pp. 180 e 181.

³ Coutinho, op. cit., p. 173.

⁴ Real Ordem de 21 de abril de 1739, transcrita em *Collecção de Legislação Portuguesa*, suplemento.

⁵ Alvará Régia de 10 de outubro de 1709, Real Ordem de 21 de abril de 1739 e Determinação Régia de 12 de dezembro de 1749, transcritos em *Collecção e Legislação Portugueza*, Suplemento.

Era da sua responsabilidade manter listas permanentemente atualizadas das companhias de ordenças, incluindo todos os detalhes que pudessem interessar à seleção dos homens para as tropas pagas, durante a realização da leva.⁶

Esta era confiada a um oficial de linha que, auxiliado por um ajudante e alguns sargentos, se dirigia à Câmara, onde registrava as ordens de que era portador.

Depois, com as listas já referidas e outras informações entretanto recolhidas, era passada "mostra" às companhias com o apoio dos oficiais de ordenças, sendo recrutados os moços que *sejam mais livres e mais ca-*

*pazes de servirem nas tropas de Sua Majestade, de sorte que sempre sejam os mais desobrigados.*⁷

Os "moços" iam dos 16 aos 40 anos.

Não eram recrutados os incapazes, os filhos únicos dos lavradores e das viúvas e toda uma longa lista de privilegiados.⁸

Logo que se reunia um grupo de 30 recrutas, era o mesmo entregue a um alferez e dois sargentos de ordenças que os conduziam ao General Governador, o qual, depois de verificar o cumprimento das disposições legais, mandava assentar praça aos soldados.

Apesar das determinações régias procurarem evi-

tar as queixas e vexações dos povos, a leva era sempre realizada com alguma violência a fim de prevenir fugas e deserções.

Assim, os recrutados eram imediatamente presos, aguardando na cadeia a partida para o Regimento. Os elementos suspeitos de tentarem a fuga seguiam algemados dois a dois e pernoitavam nas cadeias ao longo do percurso.

Quando os pais não se apresentavam com os filhos, eram presos e, se não eram encontrados, punham-se-lhe homens às portas, acabando por se executarem os seus bens para pagamento das guardas.

De notar, ainda, que cada recruta tinha que indicar um fiador.

O recrutamento não escapou à detalhada e benéfica legislação elaborada ou inspirada pelo Conde de Lippe, nos anos de 1763 e 1764.

Tratando-se de uma área melindrosa, na fronteira civil-militar, o capítulo XV — "Das Reclutas" — dos famosos Regulamentos de 1763 é extremamente reduzido.

O recrutamento passou a ser regional, atribuindo-se a cada Regimento um determinado distrito ou comarca da qual o Chefe da Milícia, ou

⁶ A forma de realizar, na prática, uma leva é descrita com maiores detalhes e prevenções no *Capitão de Infantaria Português*, parte XII, pp. 157 a 184.

⁷ Ordem Régia de 2 de maio de 1761, transcrita na *Collecção de Legislação Portugueza*, Suplemento.

⁸ Os privilégios constituiam um sério obstáculo ao recrutamento. Tratava-se de isenções do serviço militar que foram sendo concedidas a determinados grupos, ao longo dos tempos, por razões humanitárias, econômicas, religiosas, etc. Se a estrita aplicação da legislação já abrangia legiões de privilegiados, o seu número era ainda muito aumentado, na prática, pela abusiva inclusão nas listas, elaboradas por particulares, de homens que não satisfaziam as condições legais.

O *Capitão de Infantaria Portuguez*, entre muitas outras referências a tais abusos, inclui a seguinte: *Ordinariamente se dificulta a entrega destas listas, em ordem a que como nestas ocasiões (das levas) os privilégios são mais pretendidos; as pessoas que os dão, cuidão em os vender mais caros; e em lhe ficar porta franca para tirarem-nuns, e meterem outros, que he o mesmo, que livrar de Soldados aos que o devião ser (...).*

aquela pessoa encarregada do dito ministério, será obrigado a fazer pronto ao Regimento o número de reclutas necessárias para o conservar sempre completo.⁹

Mas o coronel, quando verificasse que os recrutas apresentados não tinham a idade (18 a 40 anos), o vigor e a estatura prescritos, passava a ter autoridade para recrutar diretamente.

Adivinharam-se os conflitos!

Logo no ano seguinte, foi publicado um longo alvará régio que, além de definir os distritos atribuídos a cada Regimento, detalhou toda a matéria do recrutamento.¹⁰

A base continuava a ser as listas elaboradas pelos capitães-mores, fazendo-se um rateio do número de homens a incorporar e de mais uma reserva de 50 a 60 pelos conselhos do distrito, em função da respectiva população.

Os homens a recrutar em cada conselho eram escolhidos por sorteio efetuado numa mesa, em praça pública, onde tomavam lugar o capitão-mor, o sargento-mor, os capitães de ordenanças e o escrivão da câmara.

Só em casos particulares se admitia ser necessária a assistência de um oficial das tropas pagas mas, neste caso, sentava-se à mesa como *hóspede*.

Depois de reunidos, os recrutas eram conduzidos ao Regimento por um cabo da leva, nomeado pelo capitão-mor.

Desapareceram desse alvará as medidas violentas preventivas da fuga dos recrutas, não sendo presos, e seguindo conduzidos apenas por um graduado.

Mas os que se ausentassem antes do sorteio ou depois das sortes eram *transportados aos Estados da Índia, América ou África, como homens vadios, rebeldes ao Real serviço e inimigos do bem comum e da sua Pátria.*

Mantinha-se, ainda, uma considerável lista de privilégios o que levava a que a recruta continuasse a recair, principalmente, nos mais desprotegidos.

Entretanto alguns comandantes de regimento, insatisfeitos com as levas que os capitães-mores lhes enviavam, continuaram a mandar oficiais recrutar diretamente, supondo-se autorizados pelo Regulamento de 1763, nas disposições anteriormente citadas.

Foi por isso necessário, ainda em outubro de 1764, esclarecer que Sua Majestade havia cometido exclusivamente aos capitães-mores as diligências de alistarem, sortearem e remeterem os recrutas aos respectivos regimentos.¹¹

Essa legislação representou uma grande melhoria ao introduzir princípios de equidade, através do rateio pelos conselhos e do sorteio dos recrutas. Mas continuou a não fixar a duração do serviço, sempre inaceitavelmente longa e dependente da mercê Real.

Conhecida a legislação, deveria agora acompanhar-

⁹ "Regulamento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Infantaria (...)" por Sua Alteza e Conde Reynante de Schaumbourg Lippe. Marechal General, 1763.

¹⁰ Alvará Régio com força de lei, de 24 de fevereiro de 1764, transcrita na "Collecção das Leys, Alvarás e Decretos Militares, que desde o reinado do Senhor Rey D. José o I se tem promulgado até ao presente ano de 1794".

¹¹ Resolução de 1º de outubro de 1764, transcrita na *Collecção* referida na nota anterior.

se a sua aplicação no Brasil, no reinado de D. José. Porem, as limitações impostas pelo tempo disponível obrigam a centrar a análise em alguns aspectos relativos à Capitania de São Paulo que teve o maior esforço no período em apreço.

Não será de admirar que, entre muitos outros fatores, a extensão e diversidade do território, a baixa densidade da população e sua irregular distribuição, a existência de várias raças, incluindo elevado número de escravos, a fraca presença das autoridades em largos espaços, tudo agravado pela escassez de recursos e comunicações, obrigarão a que as ordens

do Rei se cumprissem apenas na medida do possível e com as adaptações que as circunstâncias obrigavam.

Confirmado essa linha de pensamento, seis anos depois de publicados os Regulamentos do Conde de Lippe, ainda o Governador e Capitão-General de São Paulo escrevia que as forças da sua Capitania eram governadas por *hum mixto entre o moderno e o antigo, sem haver couza determinada*.¹² De certo modo era a verificação do aforismo: *Para baixo do Equador manda o Governador*.

Nas demarcações de limites decorrentes do Tratado de Madrid de 1750, na

Guerra Guaranítica contra os índios das Missões Jesuítas e na resistência aos espanhóis na fronteira Sul durante a Guerra dos 7 Anos, foram utilizadas forças de tropas de linha do antecedente existente no Brasil e companhias de aventureiros paulistas, contratadas mediante a promessa de um soldo agradável e da atribuição de sesmarias aos que desejasse permanecer no Sul.

Esses voluntários eram especialmente aptos para as ações de guerrilha que sempre integraram os conflitos no Sul mas estavam fora do esquema oficial de forças e das possibilidades das finanças locais e mesmo régias. Foram-lhe prometidos soldos mensais de 4\$800 quando a Coroa, em 1766, veio a fixar o soldo das tropas pagas em apenas 1\$900.¹³

Prometeu-se mas não se pagou. Várias vezes enganados, fartos de miséria e de toda a sorte de sacrifícios, os paulistas cansaram-se e esta fonte de recrutamento voluntário terminou em 1765.

Daf para a frente, cresceram as necessidades de recrutamento, que passou a ser forçado e conseguido à custa de uma violência crescente.

¹² Transcrição extraída de "Carta de D. Luís António de Sousa para o Conde de Azambuja, Vice-Rei, sobre a prática de novo Regulamento, São Paulo, 27 de junho de 1769", e incluída em Nanci Leonzo, *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as Milícias*, São Paulo, 1979, p. 48.

Ainda na mesma página é referida uma ordem do Morgado de Mateus, de 20 de julho de 1766, que, referindo-se às tropas Auxiliares, ordena a observação somente naquillo em que for aplicável ao uso desta América conforme a observância que se praticá na Capital do Rio de Janeiro do Regulamento de Lippe.

Ora, no Rio de Janeiro, de acordo com o Relatório de 19 de junho de 1979 para o seu sucessor, o Vice-Rei Marquês do Lavradio, chegado em 1769, alterou algumas das medidas do General Bohm que *pôs em prática a execução do regulamento ainda em muitas daquelas coisas, que aliás não são praticadas neste país, pelos prejuízos graves que geralmente se podem seguir, assim à vida dos homens como do Estado*, cf. Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina*, 2^a ed., 1979, p. 216.

¹³ Bando de 16 de janeiro de 1752 e Real Ordem Régia de 1766 referidas em Enrique Peregalli, *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*, Campinas, 1986, pp. 66 e 107.

A correspondência oficial da época registra expressões que não deixam dúvida sobre a impopularidade do serviço militar e da deslocação de tropas para fronteiras desprovidas de tudo, situadas a milhares de quilômetros. Repugnância, odioso, horror, abominável e desprezível são algumas das palavras que logo se associavam ao simples nome de soldado.¹⁴

A partir de 1763, o Vice-Rei passou para o Rio de Janeiro e, em 1765, foi restabelecida a capitania de São Paulo com responsabilidades acrescidas na defesa do Sul a que deveria fornecer forças significativas.

Surgiam novas ameaças ao Brasil e era necessário desalojar os espanhóis das terras por eles ocupadas no Rio Grande de São Pedro.

Não sendo possível parar, em permanência, a um grande número de tropas de linha, passou a recorrer-se, em todo o Brasil, aos Auxiliares que, fardando e armado por conta própria, só eram pagos quando deslocados para as fronteiras.

Para incentivar o recrutamento desse tipo de tropas explorou-se a vaidade dos homens de maior destaque social para quem os postos militares representam, praticamente, a única forma de nobilitação, a qual até tinha

a vantagem de poder ser exibida em vistosos uniformes. Além disso, era-lhes concedido o foro militar que os livrava de problemas com a justiça civil, de vários impostos e serviços obrigatórios, e os fazia sonhar com hábitos, tenças, privilégios e mercês.

Procurando prestigiar tais forças, a que mais tarde se chamaria Milícias, os Capitães Gerais assumiam pessoalmente o comando de um dos respectivos Regimentos, montando à sua frente a cavalo, durante vistosas cerimônias públicas.

Em 1766, o Conde de Oeiras insistiu com o Morgado de Mateus, primeiro Governador de São Paulo depois do restabelecimento da Capitania, para alistar nos Corpos Auxiliares todos os moradores *sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos*.¹⁵

Ainda que os oficiais de Auxiliares arregimentassem os seus peões e colaborassem na formação das suas unidades, o Governador, sentindo dificuldades no voluntariado dos soldados, viu-se forçado a recorrer às listas das Ordenanças e forçar a formação de Companhias pelas vilas dispersas do ter-

¹⁴ ...pela repugnância com que os povos fogem de ser soldados (...), extrato da Carta do Morgado de Mateus ao Vice-Rei, de 10 de novembro de 1765; o horror que esses Povos tem do nome de soldados, extrato da Carta do Conde de Oeiras ao Morgado de Mateus, de 22 de julho de 1766, ambos incluídos em Nanci Leonzo, op. cit., pp. 32 e 35; Trocavam sua liberdade e sossego, sujeitando-se a deixar suas terras e familiares para tornarem o nome de soldados, muito odioso para eles, extrato da carta do Morgado de Mateus ao Vice-Rei, de 4 de janeiro de 1766. A situação de São Paulo atrás exemplificada não era diferente nas outras Capitanias. Daí nascia não haver n'esta Terra couza mais desprezível do que eram os soldados (...), escrevia o Governador da Bahia, em Carta de 4 de outubro de 1766, parcialmente transcrita em Eduardo de Castro e Almeida, *Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*, II Bahia, Rio de Janeiro, 1914, p. 155. Outro Governador da mesma Capitania oficialava, em 16 de outubro de 1775, chega ao ultimo extremo o horror que estes habitantes tem a tropa pela saudade (...), op. cit., p. 301. ... h̄ é muito abominável o nome de soldado e por esse motivo não há ninguém que por seu gosto queira sentar praça de soldado (...), em op. cit., p. 469.

¹⁵ Carta de 22 de março referida em Nanci Leonzo, op. cit., p. 34.

ritório, conseguindo levantar dois Regimentos de Cavalaria e quatro de Infantaria.

Para o conseguir, entre outras medidas coercivas, proibiu os moradores de abandonarem as suas habitações e se internarem nos matos, constituindo *sítios volantes*¹⁶, prática tradicional então muito aumentada para fugir ao recrutamento, e determinou que se aglomerassem em povoações com o mínimo de cinqüenta vizinhos.

Apesar dessas medidas, a utilização de auxiliares na exploração de sertões, na guarnição do forte Iguatemi e no envio para a fronteira Sul provocaram a fuga de numerosas famílias inteiras para o mato, a deserção de muitos auxiliares e soldados de linha e, até, resistências ao recrutamento por parte de algumas Câmaras.¹⁷

Progressivamente, os Sargentos-Mores e os Aju-

dantes dos Regimentos de Auxiliares, oficiais oriundos das tropas de linha destinados à instrução e disciplina das unidades, passaram a ser utilizados para o controle dos Capitães-Mores de Ordenanças, a quem o Governador, a partir das listas das respectivas companhias, indicava quem devia ser recrutado.

Como forma de dissuasão das numerosas deserções passaram a utilizar-se reféns, prendendo-se a família dos que iam para o Iguatemi, até se saber que tinham ultrapassado determinada guarda. Igual procedimento era utilizado com as famílias dos desertores, até que os mesmos se apresentassem com o armamento.

Os desertores capturados eram geralmente condenados a servir nas galés de Santos ou no Forte do Iguatemi que, ironicamente consagra-

do a Nossa Senhora dos Prazeres, causou indescritíveis sofrimentos e acabou sendo conhecido por *O maldito Iguatemi*.¹⁸

Não há dúvida que o Morgado de Mateus procurou que o recrutamento fosse aceito pelas populações mas, sobretudo pouco antes de ser substituído em 1775, pressionado pelas circunstâncias, recorreu a expedientes coercivos que ele próprio condenara antes. Assim, durante uma revista de tropas auxiliares ligada à recepção de um Bispo, mandou separar os homens mais robustos que, organizados em duas companhias, dariam seguimento diretamente para Santos, a caminho do Sul.¹⁹

Numa ordem para Parnaíba dizia: *faça prender em todo esse distrito e remeta em segurança à minha ordem para esta cidade 30 homens solteiros (...) para soldados pagos*.

Noutra ordem enviava uma lista a um Capitão-Mor e estabelecia, *no maior segredo, deveria numa só noite os prender e remeter a São Paulo ficando bem advertido que não pode, nem deve soltar nenhum*.²⁰

A situação ia ainda agravar-se. Pombal achou chegado o momento de expulsar

¹⁶ Bando de 2 de julho de 1766 referido em Enrique Peregalli, *op. cit.*, p. 119. Cf. Nanci Leonzo, *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo — Das origens ao Governo do Morgado de Mateus*. São Paulo, 1977, pp. 188 e 189.

¹⁷ Assunto desenvolvido e exemplificado em Enrique Peregalli, *op. cit.*, pp. 111 a 147.

¹⁸ Designação consagrada por Affonso de E. Tawnay, "A era das Bandeiras", in *Revista do IHGB*, separata do tomo 84, 1920.

¹⁹ J. Wash Rodrigues, *Tropas Paulistas de outrora*, São Paulo, 1978, pp. 63 e 64. Ver igualmente Enrique Peregalli, *op. cit.*, pp. 68 e 120.

²⁰ Extratos de cartas transcritos em Enrique Peregalli, *op. cit.*, p. 120.

os espanhóis do Rio Grande. Para São Paulo foi designado um novo Governador, Martim Lopes Lobo Saldanha, que logo se empenhou no recrutamento, de acordo com instruções e poderes especiais que lhe tinham sido conferidos. Só entre julho e setembro de 1775 expediu 252 ordens nominais de alistamento e 43 de prisão para fugitivos.²¹

De acordo com diretrizes de Lisboa, os auxiliares passavam a atuar apenas na Capitania onde, não só defendiam os seus portos e lugares, mas também as suas casas e famílias que é o maior estímulo para se comportarem como devem.²²

Em compensação, era necessário reorganizar e

completar o Regimento de Infantaria de Santos e criar a Legião de Voluntários Reais da Capitania de São Paulo, constituída por 6 Companhias a pé e 4 a cavalo, forças pagas a enviar para o Sul.

Sem outras forças de linha na Capitania, o Governador reorganizou e completou, de forma coerciva, os regimentos de Auxiliares de que passou a servir-se, mediante pagamento, para guarnição dos fortões do litoral e ações de polícia. Para esse último fim, chamava Companhia à capital, aproveitando a estadia para as instruir e disciplinar, prática igualmente utilizada pelo Vice-Rei no Rio de Janeiro, cujas forças de linha tam-

bém tinham seguido para o Sul.²³

Em 1777, isto é, no ano do falecimento de D. José e do afastamento do Marquês de Pombal, podia o Governador de São Paulo escrever: *minha rede tem sido tão miúda que os que escaparam de soldados pagos são auxiliares e todos os que podem ter alguma utilidade se acham empregados no real serviço.*²⁴

É forçoso concluir, mas não sem realçar a constância da deserção que se verificou ao longo de todo esse período.

Para além de causas inevitáveis como a saude, a fuga à incomodidade, o receio da guerra, etc., várias outras, de natureza objetiva e da responsabilidade do Estado, se podem apontar, dentre as quais: a indeterminação da duração do serviço, sempre muito longa, tendo sido preciso esperar por 1779, para ser fixada em 10 anos;²⁵ a miséria dos soldados motivada por revoltantes atrasos nos pagamentos dos baixos soldos e no fornecimento dos fardamentos;²⁶ a existência de numerosos privilégios do que resultava que só os desprotegidos fossem

²¹ Enrique Peregalli, op. cit., p. 121.

²² "Carta de Martinho de Mello e Castro, de 21 de abril de 1774", parcialmente transcrita em Nanci Leonzo, *Defesa militar e controlo social de São Paulo: as Milícias*. São Paulo, 1979, p. 51.

²³ Nanci Leonzo, op. cit., na nota 23, p. 61.

²⁴ "Carta de 20 de abril de 1777", parcialmente transcrita em nanci Leonzo, op. cit., na nota 23, p. 56.

²⁵ Decreto Real de 25 de agosto de 1779, transscrito na op. cit., na nota 11.

²⁶ São conhecidos os relatos de vários viajantes estrangeiros que estiveram em Portugal no século XVIII. Referem, geralmente, o estado de miséria que os soldados apresentavam, chegando mesmo a mendigar. Se isso se passava em Lisboa, não é de admirar que nos confins do Brasil a situação fosse muito mais grave. Ver, por exemplo, Jonathas da Costa Monteiro, *Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, 1935, pp. 26, 125, 203 e 288 e, ainda, João Batista Magalhães, *A evolução militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1958, pp. 191 e 219.

recrutados;²⁷ a utilização do serviço militar como castigo, forçando a incorporação de legiões de degradados, presos, vadios, ciganos, etc.;²⁸ a falta de consideração pelo soldado, "a escravidão" do seu serviço, o excesso de exigência quanto aos seus deveres, a falta de qualidade de muitos quadros e a conse-

quente fraca instrução militar e disciplinar.²⁹

No Brasil havia ainda uma causa muito particular para a deserção, sobretudo do pessoal recrutado no Portugal Continental e nas Ilhas. Tratava-se da atração das minas e do sonho de enriquecimento rápido.³⁰

A impopularidade do ser-

viço militar e a deserção eram, de resto, comuns na Europa do Século das Luzes. Na América não estávamos sós. Os nossos vizinhos e inimigos espanhóis padeciam dos mesmos males.

A organização deste colóquio admite que a história militar pode trazer um contributo ao estudo das

²⁷ Por todo o lado surgiam verdadeiros "viveiros" de privilégios, em especial durante os períodos de maior fraqueza da autoridade como eram os dos governos interinos das Capitanias. Tal foi o caso da Bahia. O ofício de 22 de julho de 1762, do respectivo Governo interino, referia que, só na cidade, havia, por exemplo, 18 Tesoureiros da Santíssima Trindade e 80 Mamposteiros e que com o número dos privilegiados existentes seria possível completar um Terço de Auxiliares e fazer outro.

O próprio Vice-Rei, Conde da Cunha, escrevia, em 1764, *nesta terra é rara a casa que não tem privilégio; umas o tem da Santíssima Trindade, outras o de Santo António de Lisboa e as maiores famílias o de moedeiros; estes não só livram os filhos do serviço militar, mas também, seus criados, caixeiros, feitores, roceiros, e os que estão adidos a seus engenhos de açúcar (...)*, de acordo com João Batista Magalhães, *op. cit.*, p. 224.

²⁸ Contrariando o contrabando de ouro, foram mandados prender e incorporar nos Regimentos dessa Cidade todos os officiaes e aprendizes do referido de ourives de ouro ou de prata (...), por Carta Régia de 30 de julho de 1766, transcrita em Eduardo Castro e Almeida, *op. cit.*, na nota 15, p. 175. Por Alvará Régio de 25 de setembro de 1760 foi mandado assentar praça aos ciganos adultos que tinham sido degradados para o Brasil, por causarem intolerável incomodo aos moradores. Em Tenente-General João Henrique Bhom, *Memórias relativas à expedição ao Rio Grande* consta: *O Vice-Rei mandou para cá as 8 companhias dos Regimentos de Moura e Bragança que haviam ficado no Rio de Janeiro. Eu não queria, nesta Fronteira, tão grande número de pessoas, composto não apenas da nova leva, mas também de criminosos tirados das prisões de Lisboa*. Em Dauril Alden, *Royal Goverment in Colonial Brazil*, Berkeley and Los Angeles, 1968, p. 135, é referido dever o Vice-Rei selecionar para soldados os degradados mais fortes que seguiam em dois navios que se destinavam a Moçambique e faziam escala no Rio de Janeiro. Enrique Peregalli, *op. cit.*, p. 138, informa ter o Morgado de Mateus esvaziado os cárceres, enviando 295 presos para o Iguatemi. Ali, possivelmente, seriam incluídos, no mínimo, nas companhias de ordenanças.

²⁹ Em Maria Beatriz Nizza da Silva, "Deserção", in *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, 1994, é feita referência a duas memórias de 1816 e 1819, redigidas por militares, no Brasil, nas quais se apontam, praticamente, as mesmas causas.

³⁰ O General Bhom, em 1767, referindo-se aos insulares escrevia: *Entre eles há a tradição transmitida de pais a filhos, de que o paraíso terrestre está nas Minas Gerais, pelo que só pensam em tingi-los. Quando se alistan na Europa para vir servir aqui, é somente visando a se aproximarem da Terra Santa e, apenas desembarcados, procuram advertir seus parentes ou amigos, que lhes mandam guias para os conduzir em segurança. Não há riscos de castigo, por mais severo, que não afrontem, conforme transcrição em João Batista Magalhães, *op. cit.*, p. 225.*

diversas formas de recrutamento, assunto que está na ordem do dia.

Algures, entre os que dizem que "a História é a mestra da vida" e os que afirmam que "a História não se repete", que pontos de reflexão retirar desse período da história militar luso-brasileira?

Os voluntários são extremamente úteis mas, não estando dependentes da vontade do Estado, desaparecem quando são frustradas as suas expectativas. Os paulistas sentiram-se enganados e de voluntários passaram a resistentes. Não se pode prometer o que se não pode pagar ou satisfazer!

Não estaremos hoje a enganar os nossos jovens voluntários com hipóteses de carreira que não existe, com vencimentos razoáveis em missões no exterior de existência aleatória e promessas de cursos civis difíceis de conciliar com uma atividade militar intensa?

Que vai suceder quando o Exército os forçar a regressar à vida civil para, já perto dos 30 anos, começarem uma nova atividade?

Infelizmente para o País, talvez o flagelo do desemprego continue a alimentar esse tipo de recrutamento.

Quanto aos conscritos, apesar de recrutados por métodos que hoje nos repugnam, forneceram ao Estado a força de que necessitava.

Os voluntários são extremamente úteis mas, não estando dependentes da vontade do Estado, desaparecem quando são frustradas as suas expectativas.

Os que foram entregues a um chefe natural, profundo conhecedor do terreno, como foi Rafael Pinto Bandeira, levaram a cabo, com o maior êxito, arriscadas ações mistas de guerrilha e pilhagem que muito contribuíram para o sucesso da guerra no Sul.

Aqueles que o General Bohm, diretamente, disciplinou, instruiu e treinou, realizaram de forma ordenada e destemida uma operação complexa que, iniciada pela transposição noturna de um curso de água, debaixo do alcance das ba-

terias inimigas, conseguiu tomar os fortes espanhóis na margem oposta.

Mas Bohm, exigente com os seus homens, lutou, permanentemente, pelo bem-estar destes, apesar disso sempre precário, das as difíceis circunstâncias. Durante a sua permanência no Sul, dirigiu 51 cartas ao Vice-Rei versando sempre, quantas vezes de forma desesperada, as necessidades da sua tropa: os soldos, a alimentação, o fardamento, o armamento, etc. E quando o Vice-Rei se agastou podia escrever: *Não pedi nada para mim.*³¹

Assinada a paz, logo as forças sob o seu comando foram esquecidas e o dinheiro voltou a faltar. Mas, coerente com os seus princípios, quando aos soldados e sargentos se deviam 2 ou 3 meses, aos oficiais já se deviam 6 e a Bohm e ao seu Quartel-General 8.

Conscritos semelhantes aos comandados pelo general alemão que guarne-

³¹ "Carta 37, de 6 de janeiro de 1778, de Bohm para o Vice-Rei", em Tenente-General João Henrique Bohm, *Memórias cit.* na nota 22.

ciam a Ilha de Santa Catarina, indispensável à defesa do Sul, tiveram um comandante que não estava à altura das circunstâncias e não se entendia com o Governador da Ilha. Resultado: uma vergonha nacional, debandaram sem

praticamente disparar um tiro.

Voluntários ou conscritos?

Voluntários e conscritos?

A História não nos dá a resposta mas parece recomendar prudência. Só em

1836 se tentou recorrer exclusivamente ao voluntariado e, não se conseguindo os 8700 homens necessários, logo se repôs o sorteio.

Mas, no tempo presente, serão tais "conquistas" reversíveis?³²



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil with Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Bahia 1613-1786, 2 vol., Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1913 e 1914.

AVELLAR, Hélio de Alcantara. "Administração Pombalina", in *História Administrativa do Brasil*, vol. 5, Brasília, Editora da UB e FUNCEP, 1983.

AZEVEDO, J. Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa, Clássica Editora, 2^a ed., 1990.

_____. "Política de Pombal relativa ao Brasil", in *Novas Epanóforas*. Lisboa, Clássica Editora, 1932.

³² Curiosamente, parece que o assunto está também na ordem do dia no Brasil, em especial, depois que a Argentina e o Uruguai adoptaram o voluntariado. É o que se depreende do artigo de opinião do Capitão de Cavalaria, instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, Leonardo Ramalho Rodrigues Alves, "Serviço Militar: Obrigatório por quanto tempo ainda?", in *Revista do Exército Brasileiro*, vol 133, 1º trimestre de 1996. O Autor que argumenta a favor do voluntariado dá-nos conta da continuação, ainda hoje, dos "viveiros" de privilégios. *Por outro lado, cumpre com pesar apontar um grande mal enraizado no serviço militar obrigatório, deficiência esta presente ao longo de toda História Militar do Exército. Está se falando das possibilidades facultadas pela própria Lei do Serviço Militar aos jovens cidadãos de se furtarem à prestação do serviço, através de formas atenuadas, tais como CPOR e Colégios Militares, ou mesmo se isentando. Dirão os empedernidos defensores do serviço militar que isto não é verdade. No entanto, se houvesse estatísticas poder-se-lá rapidamente verificar que entre a grande massa dos soldados não existem filhos de magistrados, altos dirigentes e oficiais das Forças Armadas e políticos, entre outros. Por quê?*

CPOR são Centros de Preparação de Oficiais de Reserva, isto é oficiais de complemento, destinados a mobilização que além do curso apenas passam pelas Unidades para fazerem um estágio de 45 dias. A isenção é naturalmente facilitada pela desproporção entre o elevado contingente potencial (mais de um milhão) e o incorporado (menos de 200.000, dos quais apenas cerca de 3.000 oficiais de reserva) e ainda pela existência numerosos contratados (até 3 anos). Dados aproximados e referidos à década de 80.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BHOM, João Henrique, PANIZZUTTI, Nei Paulo (tradução), BENTO, Cláudio Moreira (notas). *Memórias relativas à expedição ao Rio Grande 1774-1779*, a publicar pela Biblioteca do Exército do Rio de Janeiro, gentilmente cedido pelo seu diretor.

CARNAXIDE (António de Sousa Pedro Carnaxide) Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e Política Externa)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 2^a ed., 1979.

COELHO, José Maria Latino. *História militar e política de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*. Tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

COLECCÃO DAS LEYS, ALVARÁS E DECRETOS MILITARES, que desde o princípio do reinado do Senhor Rey D. José o I, se tem promulgado até o presente ano de 1794. Lisboa, Conselho de Guerra, 1794.

COSTA, Samuel Guimarães da. *Formação democrática do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957.

COSTA, Veríssimo António da. *Coleção systematica das leis militares de Portugal*. Tomo III (Leis pertencentes aos Milicianos) e tomo IV (Leis pertencentes às Ordenanças), Lisboa, Imprensa Régia, 1816.

COUTINHO, André Ribeiro. *O Capitão de Infantaria Portuguez*. Tomo II, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1751.

GOUVEIA, António Camões e MONTEIRO, Nuno G. "A Milícia", in AAVV *História de Portugal*, dirigida por Mattoso, José, 4^a vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, PERFIL DE UM POVO. Vol 1, Brasília, Estado-Maior do Exército, 1972.

LEONZO, Nanci. "Instituições Militares", in AAVV *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira, 8^a vol. — O Império Luso-Brasileiro 1750-1822, coordenado por SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

_____. *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo — Das Origens ao Governo do Morgado Mateus*. São Paulo, Museu Paulista da USP, 1977.

_____. "Notas para uma visão do sistema de recrutamento militar no Brasil colonial", in *Museu da Casa Brasileira*, São Paulo, 1973.

_____. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as Milícias*, Tese de doutoramento na USP, não publicada e gentilmente cedida. São Paulo, 1979.

LIMA, Henrique de Campos. *O Exército Português*. Porto, Lello e Irmão Editores.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Livraria Itatiaia e USP, 3^a ed., 1978.

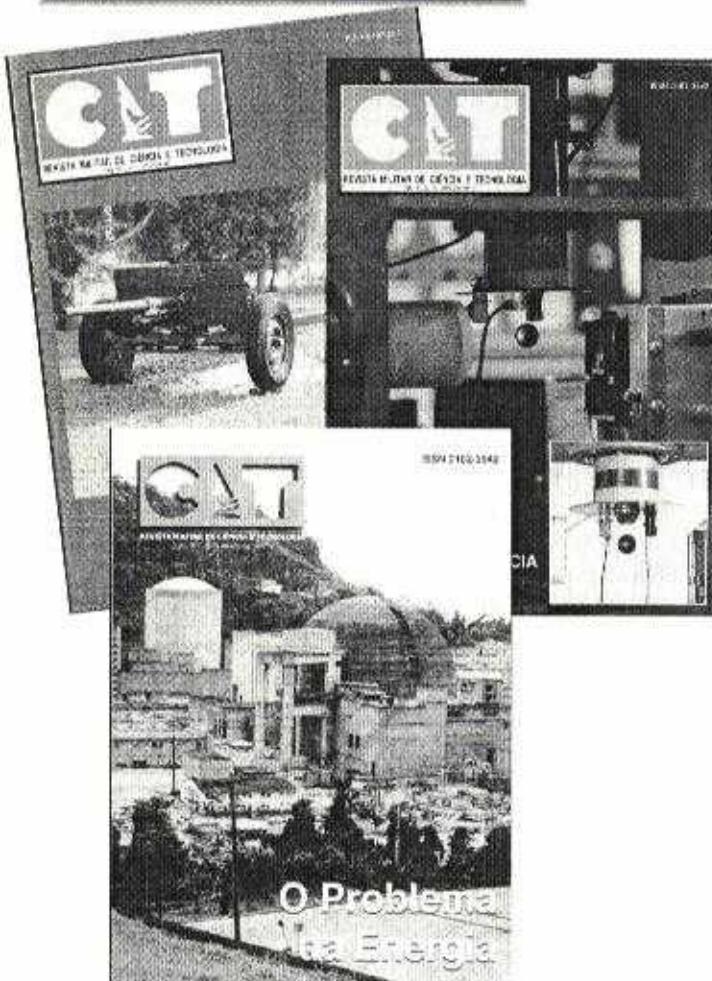
_____. *Crónica militar*. Belo Horizonte, Edição do Autor, 1960.

LORETO, Aliatar. *Capítulos de história militar do Brasil (Colônia-Reino)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1946.

- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil (Anotações para a História)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.
- MARQUES, Fernando Pereira. *Exército e sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- _____, "Recrutamento Militar" e "Exército", in AAVV *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, IHGB e Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Dominação espanhola do Rio Grande do Sul 1763-1777*. Rio de Janeiro, Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1935.

SEJA ASSINANTE DA

**REVISTA
MILITAR
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA**



**LIGUE GRÁTIS
(0800) 238365**

E-mail:bibliex@ism.com.br

*Veja no final deste número, o
PEDIDO DE ASSINATURA,
com maiores informações.*

*Publicação de
pesquisa
e desenvolvi-
mento científico-
tecnológico do
Exército
Brasileiro.*

**AGORA FICOU
MAIS FÁCIL
TORNAR-SE
ASSINANTE!**

Basta remeter um cheque
em nome da Biblioteca do
Exército, constando no
verso, a finalidade do
mesmo e V. receberá em
seu endereço, os quatro
nímeros anuais.

ASSINATURA ANUAL

Brasil – R\$ 15,00

Exterior – US\$ 30,00

Engessamento da Amazônia

Rubens Bayma Denys*

Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional durante o Governo Sarney (1985-1990), o autor denuncia a intenção internacional de "engessar a Amazônia", com a finalidade de preservar suas riquezas, até que se encontrem pretextos para nela intervir.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A REGIÃO AMAZÔNICA

AAmazônia Legal compreende uma área de 5.029.322km², constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Ela corresponde a 58,8% do território nacional, ou seja, mais da metade da enorme extensão do Brasil.

Essa imensa área abriga a maior floresta tropical úmida do mundo, que representa um terço da vegetação latifoliada do planeta, para a qual se voltam, cada vez mais, o interesse e a atenção das comunidades nacional e

internacional, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua ocupação e colonização. Temem que se repitam, nesta reserva florestal, freqüentemente designada como "pulmão do mundo", os mesmos crimes contra a natureza que desnudaram a superfície de continentes inteiros, como a África, a Ásia, a Europa e, mesmo, as Américas do Norte e Central.

O Brasil comunga dessa preocupação universal com a última grande floresta tropical intacta do globo terrestre. Enquadrado na onda de preservacionismo que, com certo retardio, é verdade, vem embalando a consciência mundial, a partir do início dos anos 80 o País despertou para o

problema, ainda no final dessa década, quando, através do Programa Nossa Natureza, lançado pelo Governo Sarney, em 1988, procurou equacioná-lo e buscar as soluções mais adequadas. Hoje, podemos dizer que o nosso País possui uma das políticas ambientais mais avançadas do mundo. E disso tem dado demonstrações cabais, com a adoção de medidas efetivas de preservação dos seus ecossistemas, em especial os da Amazônia, e com as suas propostas apresentadas na ECO 92 em defesa do meio ambiente.

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Na ocupação da região, três fases distintas podem ser apontadas.

* General-de-Exército.

Uma primeira, de ocupação tradicional, com penetração, pelos rios, de atividade eminentemente extrativista. Nela inclui-se o famoso "ciclo da borracha", que proporcionou a época áurea da economia amazônica e o surpreendente desenvolvimento urbano e cultural de Manaus. A extração da castanha, da juta e de outros produtos de grande valor comercial foi iniciada nesse período, assim como a pesca fluvial e a garimpagem nos leitos dos rios.

A questão do Acre também está inserida nessa primeira fase. A sua incorporação ao território brasileiro foi o resultado de uma guerra de guerrilhas conduzida por Plácido de Castro que, no final, acabou batendo as forças regulares bolivianas, a última das quais comandada pelo General Pando, que era então o presidente da Bolívia. Esses fatos deveram-se à importância econômica da extração da borracha naquela ocasião.

Uma segunda, decorrente da expansão econômica do País, que deslocou grandes efetivos humanos para a Amazônia, em busca das oportunidades que já se esgotavam nas tradicionais

áreas rurais do Sul e do Sudeste.

No início da década de setenta, grandes projetos agropecuários, governamentais e privados, bem como um sem número de empreendimentos menores se instalaram na área, condicionados pela abertura das estradas e incentivados pelo próprio governo. Essa fase inclui também os grandes projetos de mineração, e de produção de energia, bem como a expansão indiscriminada da garimpagem, da caça e da pesca predatórias, e de outras atividades motivadas, via de regra, pela ganância e pela aventura. A nova fronteira se instalou, de forma excessivamente rápida e desordenada, sem que a região dispusesse de uma infra-estrutura de governo adequada ao seu controle e à condução racional do processo, e que possibilitasse o mínimo de apoio à saúde, à educação, à segurança e à comercialização da produção das populações lá instaladas. O governo, pode-se dizer, viu-se "atropelado" pela expansão que ele próprio incentivou.

Uma terceira fase é a atual, da ocupação baseada na ordenação territorial, na ex-

ploração racional e orientada, na máxima preservação do meio ambiente, na proteção das comunidades indígenas e das populações da área, ribeirinhas e extrativistas. Em suma, uma fase de desenvolvimento sustentado, que teve início, poderíamos assim dizer, no final da década de oitenta com a reformulação da política ambiental brasileira, através do "Programa Nossa Natureza".

As áreas da Amazônia mais atingidas pela exploração econômica da segunda fase, especialmente através de empreendimentos agropecuários, estão localizadas ao sul dos rios Solimões e Amazonas, no Estado de Tocantins, no norte de Mato Grosso; ao longo da Rodovia Transamazônica e na área adjacente do Projeto Grande Carajás, no Pará; no oeste do Maranhão e nos estados do Acre e de Rondônia. Situam-se nas regiões acessíveis da Amazônia ao longo dos principais eixos rodoviários: Belém—Brasília, Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco (BR-364), Cuiabá—Santarém e a própria Transamazônica. A ocupação dessas áreas, em si mesma, foi um impe-

rativo do desenvolvimento, visando à abertura de nova fronteira econômica e a integração da Amazônia ao restante do País. Porém, tornou-se preocupante a forma indiscriminada e predatória com que essa ocupação se realizou, e de certa forma ainda se realiza, com intensa utilização de queimadas e outros processos irracionais de destruição da cobertura florestal, não obstante os esforços dos órgãos governamentais de proteção e fiscalização do meio ambiente, federais e estaduais.

A região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, conhecida como "Calha Norte", não sofreu idêntico processo de ocupação. Nela, a ocupação foi menos intensa, ocorrendo um pouco mais na região de Manaus e no Estado de Roraima.

Correspondendo a 14% do território nacional, praticamente inexplorada (abriga apenas 1,2% da população nacional) e com extensa faixa de fronteira habitada, virtualmente, por indígenas, a "Calha Norte" tem-se constituído, ao longo dos anos, em desafio e preocupações constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto

nacional, devido principalmente às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente.

Distante dos centros de poder e desenvolvimento do País, essa extensa área conta com apenas um grande polo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus (AM), e outros menores em Macapá (AP), Boa Vista (RR) e em algumas pequenas cidades ribeirinhas ao norte do Pará e na margem esquerda do Rio Solimões. Ainda incipientes, porém constituindo-se já como centros de polarização, temos atualmente as cidades de Tabatinga (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM). Esse afastamento é mais acentuado pelo obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas que tendem a dissociá-la do restante do território brasileiro, pelas óbvias limitações ao acesso terrestre.

Em contrapartida, verifica-se, ao norte dessa área, uma continuidade territorial que, se por um lado induz a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, por outro permite o fácil acesso aos agentes do comércio e de atividades ilegais.

O PATRIMÔNIO AMAZÔNICO

Esse valioso patrimônio é bastante diversificado em sua natureza. Segundo a visão de Samuel Benchimol, distribui-se pela superfície e pelo subsolo de um território que corresponde à vigésima parte (1/20) da superfície terrestre. A sua principal caracterização é a vasta cobertura florística, que encerra um terço (1/3) de toda a vegetação latifoliada ainda existente no mundo, além da vegetação de transição e de cerrado.

Inclui-se, no fabuloso patrimônio amazônico, uma biota de cerca de dois milhões de espécies, que vem a ser um décimo da existente em nosso planeta. Os recursos hídricos disponíveis nas amplas bacias hidrográficas da região representam cerca de um quinto (1/5) das disponibilidades mundiais de água doce. Conta com várias províncias minerais, das mais ricas do mundo, ao Sul e ao Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, de ferro, manganês, ouro, cobre, cassiterita, bauxita, caulim e outros minérios nobres e raros, e, mais recentemente, petróleo e gás natural. Destaca-se, ainda, um potencial hidrelétrico da or-

dem de 100 milhões de quilowatts (metade do total brasileiro).

São a concentração e a grande diversidade dessas riquezas que têm provocado a admiração universal e a cobiça internacional da capital e de governos estrangeiros, em relação à nossa Amazônia.

A COBIÇA INTERNACIONAL

A Amazônia brasileira tem sido alvo sistemático da cobiça internacional desde meados do século passado. A História registra inúmeras investidas, de governos estrangeiros e de entidades privadas internacionais, que têm caracterizado essa cobiça.

Em uma primeira fase, compreendida entre meados do século passado e os anos setenta deste século, as investidas traduziram o firme propósito de forçar o Governo brasileiro a conceder-lhes a autorização para explorar os vastos recursos da região. A partir da década de 80 deste século, elas visaram a transformar a região em um grande conteúdo internacional com o propósito de inibir a exploração dos seus recursos pelos próprios brasileiros.

Recordemos alguns dos fatos que caracterizam essas investidas.

O primeiro registro refere-se a um ultimato dado pelos norte-americanos ao governo brasileiro, em 1855, para que o Rio Amazonas fosse aberto à livre navegação estrangeira. Dom Pedro II soube reagir com muita firmeza, não cedendo à imposição. O Império manteve a proibição até 1867.

Ainda na segunda metade do século passado, uma outra investida, também repelida pelo Governo brasileiro, foi a da *Amazon River Corporation*, que desejava autorização para explorar a nossa Amazônia através de projetos de colonização. Tratava-se de uma

das grandes companhias internacionais de colonização que surgiram naquela época e que desejava explorar a região como as suas congêneres o fizeram na África e no Sudeste da Ásia, devastando aquelas áreas. Também não logrou sucesso pois o Governo brasileiro não autorizou a sua instalação no País.

A nossa diplomacia registra as lutas do Barão do Rio Branco para repelir as tentativas de invasões estrangeiras, no início do sé-

culo, revestidas do argumento de que o Brasil não tinha condições de explorar a região e de que a humanidade não podia ficar privada de desfrutar dos ricos recursos naturais da Amazônia. Uma delas, refere-se à entrevista do Barão do Rio Branco com o Ministro do Exterior da Alemanha, Barão de Oswald Richtofen, em Berlim, em 1902, na qual o primeiro ouviu a seguinte declaração do segundo: *Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia.*

O Presidente Epitácio Pessoa, estarrecido, ouviu, em Genebra, uma proposta do Presidente Wilson de internacionalização da Amazônia.

Na década de 60, o Governo brasileiro tomou conhecimento de um projeto, elaborado por um parlamentar japonês, para implantar na Amazônia brasileira 12 colônias japonesas. Cada qual teria o seu planejamento e a sua execução a cargo de uma universidade japonesa. A previsão era de instalar cerca de vinte mil imigrantes que seriam enviados à região, após estarem concluídas as infra-estruturas de subsistência que seriam construídas por imigrantes

precursors, assentados em campos avançados das respectivas universidades nipônicas. Lembro-me de que cada uma dessas colônias possuía uma vocação econômica principal. Assim, previa-se que a de Santarém deveria se desenvolver com base na construção naval. Recordo-me que duas mais seriam em Humaitá e em Tefé. Esse planejamento inspirou, de certa forma, a organização dos campus avançados das universidades que participaram do Projeto Rondon.

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, em 4 de julho de 1993, o Senador Sarney refere-se ainda a algumas outras constatações da cobiça internacional em relação a essa região. Em primeiro, o que foi relatado por Nícia Vilela Luz, há 40 anos, denunciando o plano do General James Watson Webb, ministro plenipotenciário de Washington, para que a Amazônia fosse destinada aos negros americanos, evitando-se que se repetissem as condições sócio-econômicas que levaram à Guerra da Secção. Relembra ainda o autor, no mesmo artigo, os seguintes fatos: as companhias exploradoras do

século XIX, dentre elas a *Amazon River Corporation*, com a finalidade de colonizar a Amazônia, a que já nos referimos; a tese japonesa de mandar para lá os filhos de americanos com japoneses durante a ocupação da Segunda Guerra; a proposta americana feita ao Presidente

Herman Khan, que transformava parte significativa da região num grande lago. Na época, o autor do plano não só justificava a iniciativa, como oferecia o financiamento norte-americano para a concretização do seu projeto. Curiosamente, Herman Khan alegava que os estudos tinham sido tão cuidadosos que haviam preservado o Teatro Municipal de Manaus, por se tratar de importante monumento histórico. E, assim, esse patrimônio histórico e cultural teria salvo a Amazônia brasileira de uma inundação descabida

bem maior.

Em todas as ocasiões, o Governo brasileiro reagiu, opondo-se firmemente a elas. Dessa forma, fomos nós brasileiros que preservamos a Amazônia de uma devastação semelhante a que ocorreu nas outras regiões de floresta tropical, da África e do Sudeste da Ásia.

te Dutra para o Brasil receber excedentes populacionais de Porto Rico; o desejo de colocar ali 200 árabes refugiados da Palestina; a denúncia de Juarez Távora sobre as concessões dadas à *Amazon River Corporation* para extrair, com exclusividade, as riquezas da área.

Cabe registrar, com especial ênfase, como o fez o Dr. Jaime Rotstein, em seu livro *Brasil Século XXI*, Cap. VII, "O Resgate Energético da Amazônia", o projeto do Hudson Institute, elaborado sob a direção do então famoso cientista e futurólogo

...fomos nós brasileiros que preservamos a Amazônia de uma devastação semelhante a que ocorreu nas outras regiões de floresta tropical, da África e do Sudeste da Ásia.

OUTRAS INVESTIDAS

Em 1981, surgiram as diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, com sede em Genebra. Elas afirmavam claramente, ao se referir a Amazônia e a po-

pulação indígena que a habita, tratarem-se os mesmos de *patrimônios da humanidade e não dos países, cujos territórios, pretensamente, dizem pertencer-lhes*. E, ao que parece, essas diretrizes passaram a sinalizar uma nova forma de investidas estrangeiras em relação aos destinos da Amazônia.

Nos anos de 1986 e seguintes, tornaram grande incremento as campanhas internacionais contra as devastações e queimadas das florestas amazônicas, promovidas por ONG europeias e parlamentares norte-americanos. Destacam-se, dentre estes, os senadores Albert Gore, Tim Wirth e John Heinz que, em comissão do senado americano, estiveram no Brasil, em 1988, quando foram recebidos pelo Governo brasileiro em Brasília e, após, visitaram Rondônia e Acre. Tinham vindo constatar as queimadas e as devastações da floresta amazônica que, segundo hipótese formulada no Capitólio, a partir do final de 1987, seriam responsáveis pelo efeito estufa que havia elevado a temperatura do planeta naquela época. Um pouco mais tarde, o senador Bobo Kasten chegou a declarar textualmente: quando

está em jogo o meio ambiente e especialmente o efeito estufa, as fronteiras nacionais são irrelevantes (*A Crítica*, edição de 3 de fevereiro de 1989). Sobre essa questão, Samuel Benchimol denomina de "a síndrome do Capitólio", em seu excelente trabalho intitulado *Amazônia: Planejamento e Moratória Ecológica*.

Foi a partir dessa época que passaram a ser mais explícitas as negativas de empréstimos para a construção de rodovias e de usinas hidrelétricas na região, por parte dos bancos internacionais de fomento, particularmente do BIRD. Os recursos já previstos para a construção do trecho Porto Velho—Rio Branco, da rodovia BR-364, negociados no âmbito do PNUD, no início da década, somente foram liberados após o Governo brasileiro ter atendido às inúmeras exigências relativas à proteção ambiental e à demarcação de áreas indígenas, inclusive a de uma tribo com apenas 90 índios, se tanto, ocorrida em 1984, e que obrigou a retirada de cerca de 800 famílias lá assentadas pelo INCRA, provocando um grande problema social, que certamente ainda

persiste. A liberação dos recursos para a continuação da construção dessa rodovia no Estado do Acre, trecho Rio Branco—Sena Madureira—Cruzeiro do Sul, estaria na dependência do atendimento, pelo Governo brasileiro, de exigências semelhantes.

Em 1989, ocorreu a atuação de parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, no sentido de interromper o Projeto Grande Carajás, de forma a inibir a exploração organizada de nossa riqueza mineral.

Ainda em 1989, conforme relato do senador Sarney, publicado em *O Globo*, de domingo, 18 de julho de 1993, o Presidente da França convidou o Presidente do Brasil para participar de uma reunião do Grupo dos Sete, em Amsterdan, cuja finalidade era aceitarmos delegar, sob a invocação ecológica, parte de nossos direitos aos organismos internacionais (controlados por eles), permitindo-lhes, assim, ditar normas sobre o aproveitamento dos nossos recursos naturais. O Presidente Mitterrand foi sincero e declarou: *Os detentores da floresta amazônica devem reconhecer que sua soberania sobre ela é relativa*. O

atual Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, o mesmo Sr. Al Gore, justificava o seu ponto de vista: *A devastação é inacreditável e constitui uma das maiores tragédias da história.* "O que não é bem verdade", concluía o autor desse relato.

Nessa mesma reunião do Grupo dos Sete, o chanceler da Alemanha, Sr. Helmut Kohl, disse que os países que formam o referido grupo precisam fazer um acordo com o Governo brasileiro, para que se estabeleçam normas sobre a administração da Amazônia. Defendiam uma estranha tese de "defesa compartilhada do meio ambiente", através de uma estrutura supranacional que teria direito de intervir em nossos assuntos internos.

CONCLUSÕES FINAIS

A cobiça internacional, anteriormente à década de 80, apresentava-se como investidas de governos e capitais estrangeiros para pressionar o Brasil a autorizar-lhes a exploração de seus recursos naturais. Atualmente, acrescidas de intervenções de ONG e religiosas, passaram a ser no sentido de

imobilizar as ações governamentais e, dessa forma, impedir a ocupação e a exploração dos seus recursos pelos próprios brasileiros.

O motivo das atuais investidas parece ser o de mantê-la intocável, como uma primeira meta, sob pretexto de proteção das populações indígenas e dos seus ecossistemas ambientais. A internacionalização, certamente porém, é o alvo principal.

Até o momento, as críticas internacionais têm pouparado as explorações de petróleo na bacia amazônica. É de se supor que assim o fazem porque a produção de petróleo interessa a todos os países desenvolvidos, enquanto que a dos demais recursos minerais, se bem explorados, vai aumentar a oferta mundial dos mesmos, baixando-lhes os preços no mercado internacional, como os minérios, ou porque, como os hidrelétricos, só dão proveito aos brasileiros.

Coincidemente, as pressões internacionais para manter a região intocável iniciaram-se logo após a divulgação das grandes riquezas minerais localizadas pelo Projeto Radam, no início da década de 70. Na mes-

ma época, a Srª Cláudia Andujá, natural da Áustria ou da Suíça, chegou ao Brasil e iniciou, em seguida, uma ampla e bem-sucedida campanha a favor da proteção aos Ianomami, contando com o apoio de vários segmentos da sociedade brasileira com os quais tinha facilidade de articular-se.

Em abril de 1985, logo após assumir a Chefia do Gabinete Militar, recebi esta senhora em audiência, a pedido do falecido Senador Severo Gomes. Solicitou-me ela apoio à sua campanha em favor dos Ianomami. Sugeria que o Exército brasileiro desse proteção aos mesmos, não permitindo a entrada dos garimpeiros nas áreas onde eles se encontravam. Fiz-lhe ver que esses índios, continuando espalhados por aquela extensa área, não poderiam receber a referida proteção, na medida que ela desejava que fosse dada. Cheguei mesmo a dizer-lhe que, ao longo dos anos, em face das dificuldades de toda a ordem, eles acabariam sendo irremediavelmente aculturados e, nesse caso, sem a adequada assistência. Ponderei que seria melhor atraí-los e concentrá-los em áreas mais férteis da região onde vivem, de forma que pudesse

sem ter toda a assistência e proteção necessárias, prestadas por pessoal especializado. Respondeu-me que os Ianomami, por serem nômades, deveriam permanecer onde e na forma como vivem. No que se refere ao nomadismo dos Ianomami, a questão não está comprovada e é controversa.

Em 1988, como preparativos para a demarcação das áreas Ianomami, sob a égide do "Projeto Calha Norte", foram organizadas duas equipes técnicas para o conhecimento *in loco* da situação real em que viviam aqueles índios. Eram elas constituídas por funcionários da FUNAI e representantes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (coordenadora dos assuntos da Faixa de Fronteira) e dos governos estaduais, bem como índios aculturados servindo como intérpretes. Pela primeira vez, através dessas equipes, fora efetuado um estudo global dos grupos Ianomami e Maiongog. As informações e notícias, até então disponíveis, eram muito precárias.

O diagnóstico conclusivo revelou que a ocupação do espaço físico, pelos referidos grupos indígenas, era feita

de modo descontínuo, disperso e irregular, sendo bem mais rarefeito no Amazonas. Foram registradas, em abril de 1988, cento e vinte (120) aldeias e malocas, com uma população total de 9.910 índios. Algumas aldeias, distanciadas entre si da ordem de cinco a dez quilômetros, constituiam agrupamentos de acordo com o clã familiar e o grupo dialetal. Esses agrupamentos de aldeias e malocas eram separadas por grandes distâncias e espaços vazios, da ordem de uma centena de quilômetros.

Constatou-se que os Ianomami, de modo geral, são horticultores, retirando a maioria dos alimentos das plantações de bananeiras, de mandiocas e de outros tubérculos. O restante, vem da caça e da pesca. Praticam uma espécie de agricultura itinerante, como a maioria das tribos da Amazônia, mudando de aldeias e roças em função do desgaste da terra. No entanto, essas mudanças se realizam dentro do território de cada grupo, uma vez que as hostilidades e rivalidades tribais são acentuadas. Deve-se considerar que as mesmas se baseiam não só nas necessidades matrimoniais, mas também nas seguintes diferenças: lin-

güísticas (existem vários dialetos); abundância da caça e da pesca; diferenciações ambientais entre as partes superiores e inferiores dos rios da região; e a antigüidade e a constância do contato com os garimpeiros e comerciantes brancos, entre outras. Eventualmente, em razão das hostilidades e rivalidades, uma tribo realiza uma migração de fato. A idéia de que são nômades é, portanto, uma questão não comprovada e controversa.

Tais aspectos, observados pelas equipes técnicas, confirmaram apreciações feitas pelo antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon, em seu livro *Yanomamo, The Fierce People*. ("...Although they have occasionally and erroneously been called nomadic hunters and gatherers, they in fact rely very heavily on cultivated food..." N. Chagnon-173).

Na realidade, a questão não são bem os índios, nem o efeito estufa. Tudo isso tem sido pretexto para "engessar a nossa Amazônia", no todo ou em algumas das áreas mais ricas, impedindo a ocupação e a exploração dos seus recursos pelos brasileiros. Se, ontem e

hoje, os argumentos têm sido esses, amanhã vão buscar outros pretextos para intervir em nossa soberania sobre a área.

A Amazônia brasileira é um patrimônio do Brasil e dos brasileiros. E, disso não restam dúvidas. Mas, mundialmente, é considerada como um bem da humanidade. Porém, esse entendimento não deve inibir que, no exercício de sua soberania sobre a região, de fato e de direito, o Brasil tenha uma política para a ocupação e a exploração racional de seus recursos, em proveito do bem-estar da Nação brasileira. Não devemos, isto sim, ficar imobilizados com as pressões que fazem parte da convivência internacional.

Com a reformulação da sua política ambiental, em 1988/1989, através do Programa Nossa Natureza, e das propostas que formulou durante a ECO 92, o Brasil já mostrou, mundialmente, que tem a determinação e a capacidade de preservar os ecossistemas da Amazônia. E, portanto, podemos e devemos explorar, racionalmente e de forma sustentável, as suas riquezas em benefício do bem-estar dos brasileiros.

Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, uma decisão política corajosa, consciente da nossa capacidade de preservar os ecossistemas da Amazônia, que não se deixe abalar pelas pressões externas e que consiga aglutinar os esforços de todos os setores da sociedade nacional, que possam e devam trabalhar em seu proveito. Essa decisão deve ser acompanhada de um planejamento estratégico que contenha programas e projetos bem definidos que conjuguem a ocupação e a exploração racional dos recursos naturais com a preservação dos ecossistemas da área. E, sobretudo, de um gerenciamento competente para levá-los a bom termo na execução.

Estratégica e economicamente, para garantir a soberania sobre a região amazônica e a exploração de suas riquezas, não mais há necessidade de se fazer a sua ocupação nos moldes tradicionais, como ocorreu no oeste paranaense e, nela mesma, no início da década de 70. Atualmente, já são disponíveis recursos eletrônicos e formas de deslocamentos mais rápidos que possibilitam o controle e a vigilância estratégica da região, sem a

necessidade da ocupação em toda a sua extensão.

Por outro lado, a partir de meados da década de 70, o País passou a dispor do grande potencial agrícola do Cerrado, cujo aproveitamento foi fruto de pesquisas da EMBRAPA. Adequadamente corrigidas, as terras do cerrado são mais fáceis de serem aproveitadas para a agricultura pois, a vegetação sendo mais rala, permite uma limpeza e preparação rápida do terreno, o qual, por sua vez, possibilita melhor o uso da mecanização e da irrigação, por ser mais plano. Assim, as novas frentes agrícolas deverão ser encaminhadas para essa vasta região e não para a Amazônia. É para o Cerrado que devem ser encaminhados, para

assentamento, os grandes contingentes populacionais dos sem terra e, se possível, também desempregados das cidades, visando ao incremento econômico e social do País, através do aumento da área de produção no campo.

A ocupação e a exploração dos recursos naturais da Amazônia, daqui para a frente, certamente serão conduzidas de forma sustentada e conforme as indicações dos resultados obtidos com o

ordenamento territorial a ser feito.

Entretanto, na execução desse processo de ocupação, não pode deixar de haver uma permanente preocupação com o fortalecimento da ação governamental sobre aquela vasta região, em especial sobre toda a região da faixa de fronteira, norte e oeste, que deverá ter sua demarcação permanentemente reforçada, simultaneamente com um aumento paulatino da presença brasileira, onde

estrategicamente for necessário.

A utilização dos meios eletrônicos, fotografias de satélites etc., se fará cada vez mais necessário para aumentar a eficiência desse controle sobre toda a região. Entretanto, acompanhando a evolução da disponibilidade desses recursos, será imprescindível a existência de uma estrutura de fiscalização efetiva, com possibilidades de intervenção em qualquer local e a tempo e hora, nos rios e em terra, de forma a poder

utilizar os dados de informação, que serão certamente recebidos em volumes cada vez mais crescentes.

Esse valioso patrimônio não pode ser dilapidado, nem degradado. Mas, também, não pode deixar de ser racionalmente explorado, preservando-se adequadamente os seus ecossistemas.

Devemos, isto sim, usufruir-lo corretamente em proveito do fortalecimento e do bem-estar da Nação brasileira.



Os Corredores Interoceânicos: Uma Visão sob a Perspectiva da Estratégia e da Segurança Nacional

Jorge Pardo Lisana*

A materialização dos corredores interoceânicos implicará em uma maior integração física, a qual trará consigo maior desenvolvimento mas, também a possibilidade de originar conflitos ou contribuir para mantê-los. Esse é o enfoque explorado pelo autor no trato de uma matéria normalmente apreciada, apenas, do ponto-de-vista econômico.

No mundo em que nos encontramos, estão ocorrendo notáveis avanços na ciência e na tecnologia. Mudanças acontecem com enorme velocidade, afetando de forma significativa os hábitos e as estruturas tradicionais de nossas sociedades.

Manejar essas mudanças de conformidade com os nossos interesses e os limitados recursos de países em desenvolvimento, é uma tarefa que requer imaginação, audácia e realismo. Num cenário internacional eminentemente competitivo, a contraposição de interesses de toda ordem que se pro-

diz entre os Estados pode dar origem a diversas e múltiplas formas de conflitos, sobre os quais tomamos conhecimento, com dramatismo, através dos meios de comunicação social.

Nesse contexto é que o equilíbrio da difícil equação "desenvolvimento-segurança", em uma interpretação ampla e sem outro norte senão o interesse nacional, representa uma árdua tarefa e, para resolvê-la de modo a atender da melhor maneira aos interesses nacionais, é que devemos contar com uma visão que nos permita, de forma oportuna, determinar, hoje, as possíveis ameaças de amanhã.

Para o desenvolvimento do presente ensaio, foi esta-

belecido o seguinte objetivo: *Estabelecer as implicações e repercussões que pode ter a abertura de corredores interoceânicos Atlântico-Pacífico, sob o ponto-de-vista da Estratégia e da Segurança Nacional.*

Para alcançá-lo, decidiu-se, inicialmente, determinar quais os corredores interoceânicos que unem o Atlântico ao Pacífico e os fatores político-estratégicos, ou outros, que possam ter alguma implicação ou repercussão na segurança nacional, face à sua materialização.

Como orientação e proposta sobre as relações entre as variáveis, foi estabelecida a seguinte hipótese: *a materialização dos corredores interoceânicos, no con-*

* Tenente-Coronel do Exército chileno.

texto de uma visão realista das relações internacionais, implicará em uma maior integração física, o que trará consigo, não só maior desenvolvimento mas, também, a possibilidade de originar conflitos ou contribuir para mantê-los.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

O Objetivo Nacional

Para determinar os possíveis efeitos que a materialização dos corredores interoceânicos poderiam ter para a Estratégia ou para a Segurança Nacional, considera-se conveniente estabelecer, previamente e de forma genérica, quais são os Objetivos Nacionais que realmente vêm, ou poderiam vir, a ser ameaçados com ela.

A respeito de Objetivos Nacionais, pode-se dizer que todo Estado que deseje projetar-se no tempo e dentro da comunidade internacional deve determiná-los ou estabelecer, pelo menos, certas metas e conceitos doutrinários que orientem sua ação política futura.

Esses objetivos serão especificamente de política interna, política econômico-social, política externa ou

diplomática e política militar, ou defesa nacional.

No caso do Chile, no *Objetivo Nacional y Generales de Gobierno de Chile*, publicado em 11 de março de 1981, são considerados os seguintes:

- manter a independência da República e conservar sua integridade territorial;
- estimular o desenvolvimento dos valores morais e espirituais característicos de nossa idiossincrasia que orientam os cidadãos a uma vida de esforço e responsabilidade individual, conjuntamente com um espírito cívico e de acendrado patriotismo;

- procurar alcançar um acelerado desenvolvimento político, econômico e social sobre a base de um claro conceito de unidade nacional e em permanente harmonia com a comunidade internacional. Tais esforços se realizarão em permanente concordância com a Segurança Nacional!'

Do mesmo modo, a República Federativa do Brasil tem contemplado, em

seus Princípios Fundamentais, o seguinte:¹

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania e a cidadania.

E rege-se, em suas relações internacionais, pelos seguintes princípios: independência nacional, auto-determinação dos povos, não intervenção e solução pacífica dos conflitos.

No Manual Básico da Escola Superior de Guerra, são identificados os seguintes Objetivos Nacionais Permanentes:² Integração Nacional, Integridade do Patrimônio Nacional, Paz Social, Progresso e Soberania.

No caso da República Argentina, no preâmbulo de sua Constituição Política está declarado:

...com o objetivo de constituir a união nacional, afiançar a justiça, consolidar a paz interior, prover a

¹ *Objetivo Nacional y Políticas Generales del Gobierno de Chile*, 11 de março de 1981 (Bib. ECEME).

² *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*, 1994, p. 3.

³ *Manual Básico*, Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 1993, pp. 57-62.

*defesa comum, promover o bem-estar geral e assegurar os benefícios da liberdade.*⁴

Com esses destaques, pode-se estabelecer, a seguir, que aspectos poderiam afetar o Estado, em seu afã de enfrentar com êxito as possíveis ameaças capazes de interferir na consecução do Objetivo Nacional.

A Segurança Nacional⁵

A Segurança Nacional é definida como a condição de capacidade conseguida pelo Estado, ao adotar um conjunto de previsões ou ações que tendem a fortalecer o Poder Nacional e a evitar, eliminar ou minorar vulnerabilidades, de modo a ficar em condições de enfrentar, com razoáveis possibilidades de êxito, ameaças ou agressões, de origem interna e externa, que podem afetar a consecução do Objetivo Nacional.

A Segurança Nacional não é um conceito estático, pois os fatores que a condicionam estão submetidos a uma evolução, positiva ou negativa. Realmente, tanto o Poder Nacional co-

mo as ameaças e as vulnerabilidades podem aumentar ou diminuir, não somente por nossa ação, mas também por causas exógenas, que normalmente escapam do nosso controle.

São consideradas *fatores de insegurança* aquelas situações que podem constituir uma ameaça potencial e que, caso se concretizem, trarão consequências de extrema gravidade para o Estado, pondo em perigo sua sobrevivência. Elas são, entre outras, as ameaças e agressões de ordem política, econômica ou militar; os conflitos internos levados a níveis de violência que alteram a paz social e, em situações extremas, põem em perigo a ordem institucional; as catástrofes naturais; a destruição do meio ambiente.

Vulnerabilidades do Estado que afetam a sua segurança são situações que, por erro, omissão, indefinição ou insuficiência, debilitam alguns dos fatores que têm incidência na Segurança Nacional, e portanto, facilitam a concretização de algu-

mas das ameaças apontadas como fatores de insegurança nas áreas interna, externa, econômica e da Defesa Nacional.

Na Área Interna, são vulnerabilidades a perda dos valores tradicionais da sociedade e o enfraquecimento da família, como estrutura fundamental da mesma; a falta de unidade nacional como resultado da exacerbada das posições ideológicas e do enfrentamento político; e a falta de probidade no Serviço Público. Na Área das Relações Internacionais, a incoerência entre a política interna e a externa; os tratados ou compromissos pouco claro ou firmados sob pressão; as alianças e compromissos externos baseados em fatores temporais e, por isso, pouco estáveis; os limites territoriais não reconhecidos plenamente; e a debilidade militar que torna impossível o apoio à Diplomacia como elemento de dissuasão. Na Área Econômica, o nulo ou baixo crescimento econômico; o endividamento externo superior à capacidade nacional e a incerteza e apreensão por parte de potenciais investidores nacionais e estrangeiros. Na Área de Defesa Nacional, são a problemática estratégica

⁴ Constitución Política de la Rep. Argentina.

⁵ La Seguridad Nacional. Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos de Chile. pp. 5-34.

gica desproporcional em relação aos recursos disponíveis (hipóteses de conflito); a falta de uma infra-estrutura industrial do país para satisfazer às necessidades das Forças Armadas em caso de guerra; as limitações derivadas das características geográficas (superfície, forma etc.); as fronteiras muito extensas com baixa densidade demográfica; e a deficiente integração do estamento militar com as autoridades responsáveis pela tomada de decisões no nível político-estratégico, em relação a problemas de Segurança e Defesa Nacional.

Entendemos por desenvolvimento um processo integral — político, econômico e social — que torna possível o crescimento do Poder Nacional em todas as suas expressões, permitindo ao Governo dispor de maiores recursos para a consecução do Objetivo Nacional.

É assim que a incrementação do Poder Nacional, em consequência do desenvolvimento, produz em si mesma uma melhora das condições de Segurança.

Por esse motivo é que os governos põem tanta ênfase no desenvolvimento. Entretanto, havendo preocupantes

necessidades em setores normalmente majoritários da população e sendo insuficientes os recursos disponíveis, é muito comum que, submetidos pelas pressões e considerações políticas, os governos não dêem a devida atenção aos problemas de âmbito da Segurança Nacional.

Isso pode produzir algumas vulnerabilidades que aumentam as ameaças, que podem derivar em conflitos internos, ou externos, que joguem por terra não somente os resultados alcançados, mas que coloquem o país em uma situação muito pior do que aquela que se pretendia superar.

É por essa razão que deve haver uma proporcionalidade entre Segurança e Desenvolvimento.

As Relações Internacionais e o Conflito

Geralmente, há três linhas principais de aproximação para o estudo do conflito:⁶ as correntes que negam a realidade do conflito, reduzindo-o apenas a problemas psicológicos ou semâ-

ticos; as que afirmam o caráter irredutível do mesmo, postulando que somente uma revolução profunda poderia transformar a natureza do homem e a sociedade, para criar um mundo sem conflitos; e os que estimam que o conflito é real e inseparável de qualquer organização social e por isso estudam suas funções e limites como um fenômeno normal.

No que diz respeito às relações internacionais, do mesmo modo que nas teorias a respeito do conflito, as diferentes correntes que existem não apresentam muitos pontos comuns.

Nesse contexto, pode-se verificar que existem muitas teorias dedicadas ao estudo da problemática do conflito motivadas pelo papel que este desempenha dentro das sociedades. Há um aspecto que não se pode desconhecer, no geral e em todo segmento, desde a família até as organizações sociais mais complexas: *o conflito é um fenômeno social normal. O anormal em uma sociedade humana seria a ausência de conflitos.*⁷

⁶ ACAGUE, Conceptos Básicos sobre el Conflicto, la Guerra y la Estrategia, MAGE Vº 1, 1989, p. 9.

⁷ Manuel A. Fraga, *Guerra y Conflicto Social*, Madrid: Ed. Gráficas Urbina, Meléndez Valdés, 1962, p. 3.

Entretanto, ao realizar este ensaio, foi decidido, como assinalado na hipótese, abordá-la sob um enfoque realista em relação ao conflito e às relações internacionais entre os Estados.

A Integração Regional

• Integração Física e Econômica

Ainda que alguns especialistas vejam na integração econômica a maneira de atenuar os conflitos entre os Estados, também há quem considere que, ao aumentar a interdependência, paralelamente se expande o número de matérias sobre as quais eles podem chocar-se.⁸

É sabido que o conflito é menor quando os Estados não são interdependentes (Chile e El Salvador, por exemplo) ou quando a interdependência é tal que um conflito ameaçaria e prejudicaria a ambos (EUA e Canadá, por exemplo).

É nesse contexto que as relações de alguns Estados

na América do Sul historicamente podem ser entendidas como uma relação de paz e conflito, este último sustentado por interesses nacionais dos países envolvidos em determinadas situações. Têm sido estabelecidas alianças, laços diplomáticos e relações de poder e, também, as relações têm estado marcadas por acordos

Falar de integração viária ultrapassa a simples interconexão viária. Esta supõe apenas a existência de vias que estejam conectadas entre si, mas não a exigência de afinidades normativas e operativas, fruto de uma harmonia de interesses entre as nações interconectadas.

de caráter internacional que impedem que se produza o conflito. Essa situação tem sido mediada, além disso, pela criação de complexos laços de interdependência entre esses Estados.

Essas constatações amparam a afirmação de que é possível a coexistência en-

tre a integração e o conflito, pelo que não é conveniente descartar nem um nem outro, quando seu fundamento é produto de uma situação conjuntural que a região, ou alguns dos países envolvidos, estejam vivendo em um dado momento.

• A Integração Viária na Região⁹

Falar de integração viária ultrapassa a simples interconexão viária. Esta supõe apenas a existência de vias que estejam conectadas entre si, mas não a exigência de afinidades normativas e operativas, fruto de uma harmonia de interesses entre as nações interconectadas. A integração viária implica, ao menos, a normatização de políticas aduaneiras, tarifárias e de trânsito.

Não se pode ignorar também a importância da integração viária no aspecto econômico.

Para todos os países, a integração viária e econômica na região é crucial. A busca de novos mercados é imperiosa, assim como a busca de capitais e investimentos. Depois de decênios perdidos na busca do desenvolvimento, a corrida para ele foi desatada na região. E os

⁸ Augusto Pinochet Ugarte, *El Ejército de Chile y las nuevas Proyecciones del Conflicto*, Santiago, agosto de 1995, p. 11.

⁹ Luís Alfredo Espinoza Aguilar, *Los Corredores Bioceánicos y los Intereses del Perú*, Política Internacional, Peru, outubro-dezembro de 1995, pp. 72-76.

resultados e as posições nas quais cada um se coloque dependerão de muitos fatores que, de alguma maneira, podemos sintetizar num termo hoje em voga: competitividade.

De como se coloque cada país no processo de integração interoceânica dependerá, em boa parte, seu posicionamento no contexto regional e em relação ao Pacífico. Nesse sentido, é claro que são necessárias a integração e a cooperação internacionais, mas além do ideal americanista ou bolivariano e sua correspondente retórica, não podemos deixar de ser realistas e esquecer que existem interesses nacionais correspondentes que competem com os de outros Estados.

Cabe ressaltar a existência de interesses extra-regionais, tanto a favor como contrário aos processos de integração viária. Aos países do Pacífico, em particular ao Japão, por sua qualidade de importador de quase tudo que consome, interessa importar as matérias-primas e alimentos da América do Sul em condições mais favoráveis, ou seja, mais rápido e a menores preços. Por outro lado, lhes interessa um acesso igualmente favorável para

suas exportações, em especial as dirigidas aos mercados da costa atlântica sul, os mais numerosos e de maior capacidade aquisitiva e de consumo.

Existem, por outro lado, interesses contrários aos projetos de integração viária, em particular aqueles que vinculam a Amazônia brasileira com o Pacífico. Essa posição é sustentada pelos Estados Unidos. Servem de pretexto para isto as considerações ambientais.

Corredores Interoceânicos

Os corredores interoceânicos são definidos como um sistema de infraestrutura física terrestre multimodal, no qual se desenvolve uma série de processos normativos e institucionais em que ambos extremos devem apoiar-se em portos que possuam as capacidades mínimas para assegurar o fluxo de toda ordem que seja efetuado por eles. Além de unir dois ou mais países, possibilita uma atividade comercial importante, facilitando o intercâmbio e a integração física das sub-regiões intermediárias do Cone Sul e o acesso fácil ao Atlântico e ao Pacífico, constituindo-se, portanto,

em um verdadeiro eixo de desenvolvimento para a área.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CORREDORES INTEROCEÂNICOS

A atual discussão sobre a integração física e o estabelecimento de corredores interoceânicos tem se desenvolvido, em geral, sob as vistas atentas dos especialistas que se interessam pelo tema, mas sem dúvida atrai a atenção de todos.

Da mesma forma, a atual liberalização econômica dos países da região, assim como os novos projetos de integração, que permitem ampliar os horizontes econômicos, exige, dos atores envolvidos, promover melhores condições de acesso aos mercados internacionais.

Isso adquire especial relevância, considerando que o intercâmbio dos países do Sudeste Asiático com o Cone Sul vem sendo incrementado, fazendo com que a existência dos corredores seja colocada como ator principal entre os fatores das relações comerciais entre esses pólos.

De acordo com o expositor, é importante conhecer os diferentes contextos nos quais vão se desenvolvendo

as diferentes instâncias que são materializadas, assim como sua evolução através das diferentes reuniões realizadas, e que têm permitido alcançar, até hoje, a priorização de alguns corredores interoceânicos que, sem dúvida, facilitarão no futuro não só a integração física, mas também a complementação econômica dos países do Cone Sul.

Em geral, pode-se dizer que o tema Corredores Interoceânicos, regionalmente, tem três âmbitos de negociação: o primeiro de caráter bilateral; o segundo são as reuniões interministeriais encabeçadas pelos Ministérios de Obras Públicas da Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai;¹⁰ o terceiro, resulta da associação do Chile com o Mercosul.

Cada foro vem tendo um desenvolvimento autônomo, mas convergem no tratamento integral do assunto, ao ocupar-se tanto dos requisitos de infra-estrutura, como da adequação de normas e procedimentos.

No Contexto Bilateral, obedece às diferentes con-

versações derivadas de tratados e convênios bilaterais que dizem respeito à integração física e econômica de países da área. Não será tratado em detalhe, por serem considerados de menor relevância para este estudo aqueles multilaterais.

• No contexto das Reuniões Interministeriais¹¹

No Cone Sul, desde 1970, são realizadas reuniões de Ministros de Obras Públicas e Transportes como uma instância setorial e autônoma. Esses encontros interministeriais, que se desenvolvem na subregião do Grupo Andino, fundiram-se em 1990.

Realmente, na Declaração Conjunta Presidencial, firmada pelos mandatários do Chile e do Brasil, nos dias 25 e 26 de julho de 1990, foi acordado o início de estudos técnicos que determinaram a viabilidade econômica de materializar eixos de transportes terrestres interoceânicos entre as costas do Pacífico e do Atlântico, no Cone Sul.

Para tal realização, durante a visita do Minis-

tro de Relações Exteriores do Brasil, em 26 de março de 1993, foram firmadas as Notas Recíprocas de ambos países, que deram origem à Comissão Técnica Binacional Chile-Brasil e que teria por objetivo estudar a integração física entre os dois países.

No contexto das negociações interministeriais realizadas com os países envolvidos e o proposto nas diferentes instâncias realizadas até agora, na qual participam os Ministérios de Obras Públicas, Transportes e Relações Exteriores, foram estabelecidos seis eixos principais de conexão terrestre entre o Pacífico e o Atlântico: Santos-Corumbá-Arica; Santos-Campo Grande-Corumbá-Antofagasta; Santos/Paranaguá-São Borja-Antofagasta; Rio Grande-São Borja-Antofagasta; Rio Grande-Uruguiana-Antofagasta e Santos-Paranaguá-Uruguiana-Valparaíso.

Dos corredores anteriormente citados, e de acordo com o resultado das diferentes instâncias interministeriais, foram priorizadas três deles: Arica-Santos; Antofagasta-Rio Grande-Santos; e Valparaíso-Rio Grande-Santos.

¹⁰ Também inclui os Ministérios dos Transportes e das Relações Exteriores.

¹¹ A Conexão Bioceânica Brasil-Chile. Embaixada do Chile, 1997.

Cabe ressaltar que, durante a investigação, surgiram numerosas alternativas de diversos corredores ou combinação de outros, distintos ou similares aos aqui descritos. Entretanto, não se julgou necessário registrá-los para efeitos deste ensaio.

• No contexto da Associação do Chile ao Mercosul

Nesse sentido, também estão sendo desenvolvidas ações tendentes à maior integração física com os países que conformam o Mercosul e, portanto, tem incidência direta com o tema dos Corredores Interoceânicos.

O Mercosul (Mercado Comum do Sul), foi constituído a partir do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, firmado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. É um Tratado eminentemente comercial, cujo conteúdo fundamental é o alfandegário. Nele são estabelecidos prazos diferenciados para a integração plena dos países signatários, definindo também taxas alfandegárias comuns, no intercâmbio com outros países. O tratado contempla, desta maneira, um período de preparação no qual seriam harmonizadas as políticas macroeconômicas

dos respectivos países, intenção já encontrada no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil, de 29 de janeiro de 1988. Adicionalmente, o Tratado de Assunção faz referência, ainda que em termos gerais, à cooperação científica e tecnológica, à livre circulação, à harmonização das legislações e à coordenação de políticas globais e setoriais.

Nesse contexto, surgem também aspectos que requerem ser estudados, tais como: a falta de definição do procedimento arbitral necessário para a solução de controvérsias; o incentivo à integração física no âmbito de um protocolo especial; e a eliminação de restrições ao transporte internacional, com exceção da aplicação das normas fitossanitárias.

Em geral, a discussão sobre integração física e corredores interoceânicos multilaterais desenvolvidas no âmbito de negociação com o Mercosul pretende definir aquelas rotas que passarão por território argentino.

A negociação com o Mercosul desenvolve-se desde 1994 e tem apresentado um caráter mais amplo que o debate ministerial. Nesse âmbito, busca-se uma

fórmula de associação que assegure ao Chile a presença nesse mercado e aos países do Mercosul um acesso para o Pacífico.

Por outro lado, alguns países do Mercosul não estavam dispostos a conceder um tratamento igualitário a novos sócios que não suportem os mesmos custos de associação que tiveram que enfrentar os integrantes do bloco. Isso explica que, apesar das declarações formuladas por importantes autoridades políticas no intuito de respaldar um acordo, as equipes técnicas têm dificuldade em conciliar os interesses das nações envolvidas, agravando a discussão e a divergência de posições.

A associação com o Mercosul, portanto, supõe acordar uma facilitação do trânsito de pessoas e mercadorias.

OS CORREDORES INTEROCEÂNICOS E SEUS EFEITOS PARA A SEGURANÇA NACIONAL E A ESTRATÉGIA

Definição de Supostos Básicos

Continuando, é oportuno definir quais serão as tendências futuras a serem con-

sideradas para a análise posterior, ou seja, o comportamento esperado da implementação dos corredores interoceânicos, de modo a configurar-se um cenário projetado no tempo, que permita visualizar os possíveis efeitos que possam existir para a Segurança Nacional e a Estratégia.

Com essas considerações, serão determinados, para análise posterior, os seguintes supostos básicos de referência:

- Os principais usuários dos corredores interoceânicos, seriam os países do Sudeste Asiático e os do Mercosul.
- Produzir-se-ia um aumento do fluxo comercial através e a partir dos países do Mercosul, principalmente para o Sudeste Asiático o que trará, na opinião de alguns, uma melhora geral nos índices econômicos.

• Da mesma forma, com a utilização plena dos corredores interoceânicos, seria incrementado de maneira considerável o fluxo de trânsito veicular através deles.

• A respeito do movimento demográfico que a implementação dos corredores interoceânicos provocaria, pode-se concluir que seria de três tipos:

– a população em trânsito que, como usuária dos corredores interoceânicos, se deslocaria entre ou para os países do Cone Sul e a Ásia;

– uma migração interna da população nacional em direção às zonas ou aos pólos de atração que serão desenvolvidos e, de forma geral, ao longo do trajeto do respectivo corredor; e

– uma migração através das fronteiras, por parte de estrangeiros provenientes dos demais países do Cone Sul ou dos países do Pacífico, que se deslocarão em busca de oportunidades de trabalho ou de serviços.

• Esse aumento de pessoas ligadas à atividade econômica proveniente dos corredores interoceânicos apresentaria uma tendência, com o tempo, de fixação nas áreas de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico.

Repercussões e Implicações Possíveis

• Do ponto de vista da Segurança Nacional

– Identidade Nacional

Haverá um crescente interesse dos países que movimentam as cargas com origem no ou destino ao

Mercosul em instalar agências nos países correspondentes, de modo a poder exercer um melhor controle do comércio que realizam.

Nesse aspecto, tudo indica que as pessoas oriundas da Ásia, principalmente, e também de outras partes, ao ter sua fonte de trabalho na região, desejem radicar-se definitivamente naqueles lugares que apresentem melhores condições de vida, com o objetivo posterior de integrar-se à sociedade local.

Soma-se a isso a superpopulação que existe nos países asiáticos, o que facilitaria as migrações daí para os países do Cone Sul, dentre os quais alguns se apresentam como melhores opções.

A solução desse problema não está, obviamente, em impedir o estabelecimento da atividade empresarial estrangeira, seja ela proveniente dos países integrantes do Mercosul ou de outras latitudes mais afastadas, tais como o Sudeste Asiático. Trata-se de reconhecer oportunamente a existência de importantes diferenças, especialmente culturais, de forma que se possa regular a ordem social, mediante o emprego de normas claras relativas à presença e à penetra-

ção cultural de elementos exógenos e de suas famílias.

No mesmo contexto, a população flutuante ilegal poderia ser consideravelmente aumentada, particularmente aquela proveniente de setores socio-econômicos mais baixos. Esse fenômeno poderia criar uma situação de vulnerabilidade em determinadas zonas, que poderia obrigar, inclusive, a uma expulsão em massa de ilegais. Tal atitude poderia ser explorada diplomaticamente, para obter simpatias dos países restantes e dos Organismos Internacionais. Isso, além de projetar uma imagem desfavorável (para o país que enfrente tal situação) no exterior, exige grande quantidade de pessoal em trabalhos de vigilância e um enorme encargo logístico para algumas regiões.

– Soberania Nacional

Quando os corredores interoceânicos estejam em plena operação, o que segundo autoridades do governo ocorrerá em aproximadamente dois ou três anos, o atual fluxo de carga, de acordo com as projeções, poderia ser incrementado substancialmente.

Nesse cenário, é razoável supor que os Estados terão

que resolver uma série de aspectos correlatos, derivados especialmente da operação plena desses corredores e fruto do controle e da própria gestão, referentes ao cumprimento da normativa legal acordada.

Tais problemas, entre outros, poderiam ser derivados de exigências técnicas a veículos, segurança da carga, cobrança de pedágios, inspeções aduaneiras especiais etc., que tenham sido estabelecidas nos protocolos correspondentes.

Esses fatos, somados aos interesses particulares dos usuários dos corredores, poderiam interferir na tomada de decisão do Estado, especialmente se essa autonomia não houver sido estabelecida nos acordos, protocolos ou normas entre os diferentes países signatários.

Conseqüentemente, é evidente que, para minimizar os riscos a respeito, seja necessário que o Estado formalize essas situações nos acordos, de modo que a autonomia de cada país seja assegurada.

Mais ainda, se pensarmos na possibilidade, não muito utópica, de que ocorra uma catástrofe natural, por exemplo um terremoto ou grandes inundações, que

afete seriamente o normal fluxo de trânsito e carga através da infra-estrutura utilizada pelos corredores interoceânicos, é lógico pensar que seria produzida, por parte dos usuários desses corredores, uma grande pressão regional e extra-regional, para interferir nas prioridades dos planos de recuperação de infra-estrutura que desenvolva o Governo afetado.

Certamente os outros interessados tentarão alterar as prioridades de caráter social e/ou político destinados a conseguir uma solução mais rápida para o funcionamento normal das vias terrestres e dos portos. Isso, sem dúvida, afetaria a soberania de decidir como enfrentar os efeitos de uma catástrofe e as correspondentes prioridades.

– Fronteiras interiores

Um dos impactos positivos das vias que unirão Atlântico e Pacífico é que permitirão o desenvolvimento das fronteiras interiores. Principalmente naquelas zonas mais críticas que requerem um apoio mais direto.¹²

¹² Corredores Interoceânicos sirven a Fronteras Interiores, La Nación, Santiago, Miércoles 7 de agosto de 1996.

Ao abordar o conceito de fronteira interior,¹³ entende-se que existe um setor da população que se sente apartado do restante do território nacional e não representado pelo governo central, em especial devido à carência em vias de transporte definidas como fator de conexão primária, aliada a elementos de pobreza, tais como deficiências de saúde, de educação, de água potável e de acesso a serviços financeiros.

- Narcotráfico e Consumo de droga

Não há dúvida de que o flagelo da droga, como fenômeno social é um tema emergente nos últimos anos. Isso é refletido também no tratamento dispensado pelos meios de comunicação de massa, onde cada vez e com maior freqüência é mostrada uma série de acontecimentos a nível internacional que permitem visualizá-lo como um problema sério e de repercussões imprevistas, caso não sejam adotadas medidas adequadas e oportunas.

Não obstante, estima-se que, com a implementação dos corredores interoceânicos, não apenas não se cooperaria com a solução do problema mas, ao que tudo indica, pode inclusive agravá-lo, já que as regiões consideradas nos traçados continuam sendo o ponto de trânsito preferido para enormes carregamentos de droga.

Estabelecer os corredores interoceânicos implica em agravar as fronteiras geográficas e culturais dos incluídos neles, em especial daqueles que são vizinhos.

- Meio ambiente

No Uruguai, existe um dos cupins mais difíceis de se eliminar das madeiras que ele ataca. Afortunadamente, o mesmo não é comumente encontrado em outras áreas. Será que poderiam esses pequenos insetos ingressar em outros países em madeira deslocada através dos corredores, inclusive em alguma nação asiática?¹⁴

Esse é apenas um exemplo de efeito que algum elemento desconhecido poderia ter para o meio ambiente. Se não forem observadas medidas adequadas, podem ter resultados catastróficos na economia de um país. A respeito disso e apesar de uma realidade positiva, não é menos correto que, antes de qualquer decisão, se deva analisar o custo desses "avanços" com profundidade.

É, então, conveniente verificar o impacto que essas estradas teriam sobre o meio ambiente.

• Do ponto de vista da estratégia

- Modificação do planejamento estratégico

Estabelecer os corredores interoceânicos implica em agravar as fronteiras geográficas e culturais dos incluídos neles, em especial daqueles que são vizinhos.

Essa influência, seguindo as leis geopolíticas, será exercida em ambos os sentidos de acordo com as potências que se defrontam, a linha de menor resistência e a irradiação política que os Estados possam exercer na zona de fronteira. Os corredores interoceânicos constituem, então, verdadeiros vasos comunicantes que facili-

¹³ Para aplicação do conceito se tem em conta: Monografía de TC. Victor Schneider, *Fronteras Interiores de Chile*, 1996, Bibl. ECEME.

¹⁴ Patricia Vildósola, *Preocupa Efecto de Vias Bioceánicas*, El Mercurio, Santiago, 30 de abril de 1996, p. A1.

litam essa influência recíproca.

De modo semelhante, a permeabilidade física é um aspecto que afeta, sem dúvida, a Defesa Nacional e, dentro desse contexto, é considerado como um fator que afeta a Segurança Nacional, o melhoramento das vias de comunicações que ocorreria com a abertura dos corredores interoceânicos.

- Necessidade de ampliar a capacidade da Inteligência Estratégica

A existência de uma ligação terrestre com suporte para que unidades blindadas e/ou motorizadas se desloquem de posições à retaguarda do dispositivo adversário até uma parte da frente em pouco tempo permite prever a necessidade de incrementar a capacidade da Inteligência Estratégica, que determine, com maior eficiência e oportunidade, as possíveis situações de crise ou guerra que podem ocorrer, assim como as diferentes atividades preparatórias que o adversário empreenda visando a uma guerra, tais como mobilização, concentração, deslocamento de unidades etc., sirvam de indicativo para determinar, de modo geral, as possibilidades do

adversário e, em particular, que unidades estão sendo movimentadas para a região considerada e que normalmente não estariam na área em tempo de paz.

Esses aspectos, em razão de que os tempos de reação ante uma crise ou uma guerra deverão ser notadamente menores, pela facilidade citada em relação ao movimento de tropas de outros setores pelos corredores, implicariam na necessidade de conhecer, de modo oportunamente e permanente, a situação do adversário, já que isso interfere na eficiência da preparação.

- Dispositivo de paz

As considerações anteriores indicam que seria necessário o aumento da presença militar nas zonas fronteiriças afetadas pelos corredores, o que poderia ser materializado pela colocação de instalações militares avançadas em zonas fronteiriças.

Entretanto, em razão da vontade política que existe para a integração, assim como a efetivação de diferentes medidas de confiança mútua que estão sendo adotadas, a possibilidade de aumentar as forças nas zonas fronteiriças em tempo de paz torna-se difícil, uma vez

que prejudicaria a imagem que os países envolvidos tentam projetar na região e no mundo, como uma área na qual existem intenções reais de se conseguir uma integração.

Isso não significa que os aspectos que favoreçam a defesa e a segurança nacionais devam ser descuidados em função de uma "melhor imagem internacional" ou melhores perspectivas econômicas.

- Manejo de crise

A crise constitui um dos elementos que, com mais força e reincidência, estão presentes nas relações entre os Estados. O Cone Sul não se apresenta como exceção. Sempre estará presente a possibilidade de que uma crise deve atrair todos os esforços e atenções, devido ao fato de que nem todos os conflitos no mundo de hoje são evidentes e, caso não se tenha plena consciência deles, alguns poderão sofrer um agravamento e gerar crises de repercussões indeterminadas.

No atual sistema internacional, globalizado e interdependente, onde a liberdade e a soberania são limitadas, a condução de crises adquiriu especial relevância

para solucionar o conflito sem que este escape ao controle e se transforme em guerra.

É por isso que, em face da concretização dos corredores interoceânicos, torna-se necessário que a política exterior deva estar de acordo com a política de defesa, de modo a poder contar com o respaldo de uma força capaz de atuar de imediato, em apoio aos objetivos e a condução de crises. Isso requer que se disponha de uma força operacional desde o tempo de paz, potente e adestrada, que seja um instrumento eficaz para os fins a que se destina.

Além disso, deve-se prever que futuras crises que venham a ocorrer não ficarão restritas ao âmbito regional ou fronteiriço, uma vez que os corredores interoceânicos terão caráter internacional.

- Dissuasão

As novas ameaças, ainda insuficientemente definidas, que se somam às tradicionais, ante a maior integração e intercâmbio que está ocorrendo nos países do Cone Sul, onde os corredores interoceânicos constituem um objetivo, tomam uma dimensão diferente.

Conseqüentemente, pode-se prever que crises serão elementos que estarão latentes permanentemente nas relações entre os Estados. Além disso, apesar de que as ameaças hoje sejam menos nítidas que no passado, é responsabilidade do Estado ter a capacidade para determiná-las, caso contrário estará em jogo sua própria sobrevivência.

Feitas essas considerações, a dissuasão toma uma especial relevância no futuro cenário que poderá ser configurado com a criação dos corredores interoceânicos. Não só pelos novos tipos de ameaça ou crises que possam surgir mas, fundamentalmente, pelo aproveitamento que se possa fazer da situação, num ambiente globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramo-nos inseridos num processo que já começou, está em pleno desenvolvimento e não tem retorno. Que conta com a firme vontade política dos Governos envolvidos para poder concretizar a integração física e econômica da região do Cone Sul.

Os denominados corredores interoceânicos são,

portanto, conforme a intenção política dos países que deles participam e de acordo com os aspectos levantados no presente ensaio, um fato consumado e irreversível e constituem alternativas que têm conseguido maior nível de compromisso na região.

Pode ser constatado, no entanto, que, se o assunto tem sido tratado com profundidade nos seus aspectos econômicos e de infraestrutura física, o mesmo não tem ocorrido com alguns outros aspectos que deverão ser considerados ante a concretização dos referidos corredores.

O destino dos corredores interoceânicos está muito ligado aos tratados internacionais de comércio, sejam bilaterais ou multilaterais, no âmbito da Apec, Mercosul, União Europeia, Nafta etc. Isso porque tais convênios de alguma forma melhoraram as condições para assegurar o fluxo requerido para sua execução, pois os volumes de carga atuais ainda não justificam os investimentos.

Supõe-se que todos os acordos, assim como os fluxos de carga que sejam captados para os corredores interoceânicos, são interde-

pendentes do grau de estabilidade política e econômica existentes na região. Nesse contexto, grande importância é concedida ao sistema democrático e ao sistema econômico vigente.

Também se espera que parte dos objetivos econômicos atuais e, com mais força, no futuro, estejam concentrados na conquista de mercados. Isso poderia gerar rivalidades futuras entre os Estados, ainda que a situação atual não pareça conflitiva. Entretanto, essa situação pode sofrer alterações e tornar-se cada dia mais complexa. Nesse aspecto, é imprevisível a reação dos Estados na busca de vantagens que muitas vezes trarão prejuízos aos outros.

Tem-se a impressão de que os assuntos relacionados com os corredores interoceânicos estão sendo tratados de maneira muito comparativamente.

Tal enfoque não permite uma abordagem e análise sistêmicas, fazendo com que possam ser cometidos erros que prejudiquem o processo de integração. A esse respeito, destaca-se o fato de que as Forças Armadas não foram incorporadas ao processo de discussão para determinar as possíveis reper-

cussões, sob o ponto-de-vista da segurança e da defesa nacionais, nos países envolvidos nesse processo de integração física.

Considera-se que em todas as atividades desenvolvidas a respeito do assunto não há equilíbrio entre a importância dada à segurança ou defesa nacional e aos outros aspectos da integração física. A esse respeito é interessante citar parte das declarações feitas pelo Ministro da Defesa argentino, Jorge Domingues, na reunião interministerial realizada no Chile durante o mês de julho de 1997, com a participação dos Ministros de Relações Exteriores e de Defesa de ambos os países: *afirmo que não abordar os temas militares deixaria um assunto pendente no processo de integração, que tem um alto grau de desenvolvimento nos temas políticos, culturais e econômicos.*¹⁵

Essa situação constitui uma grande vulnerabilidade, pois impede a abordagem dos efeitos desses processos e, no entanto, dia a dia vão se concretizando mais acordos e obras em função da integração. Por isso, julga-

se que a declaração citada é perfeitamente aplicável no nível regional.

No desenvolvimento do presente ensaio, pôde-se determinar que a implantação dos corredores interoceânicos pode ser considerada como um fator que reúne uma série de aspectos positivos, especialmente, no âmbito político e econômico.

Entretanto os corredores interoceânicos podem constituir um sério problema, caso não sejam consideradas, a tempo, as vulnerabilidades que podem surgir, pois poderiam propiciar o surgimento de ameaças e trazer consequências de extrema gravidade.

Para minimizar os riscos que essa omissão pode provocar, o setor responsável pela Defesa Nacional deveria estar representado nas negociações, para apresentar de forma oportuna as implICAÇÕES diretas ou indiretas para a segurança interna ou externa. Para materializar essa participação, devem ser estabelecidos claramente os procedimentos e a metodologia para que sejam fornecidas as informações técnicas do âmbito da Defesa Nacional, de maneira fluida e oportuna que permita propor as medidas necessárias,

¹⁵ La Tercera, Santiago, Viernes 18 de julho de 1997.

os correspondentes custos, que possam evitar ou minimizar a ocorrência dos cenários desfavoráveis anteriormente analisados.

Das considerações anteriores, depreende-se que, os corredores interoceânicos trarão consigo alguns benefícios, assim como algumas desvantagens a seguir ressaltadas:

• Vantagens

- Políticas

A firme decisão política de materializar a integração física e econômica da região contribui para estabilizar o cenário político regional.

O desenvolvimento de corredores interoceânicos permitirá também avanços na conexão entre as zonas de difícil acesso e os centros mais povoados.

Eles contribuirão para a unidade nacional, ao facilitar a união de setores isolados com os núcleos de maior população nos respectivos países.

- Econômicas

Produzirá uma multiplicação de negócios laterais, com conseqüente aumento da atividade econômica, e proporcionará abundante emprego de serviços dire-

tos e indiretos bastante variados.

A diminuição das barreiras de comércio poderia traduzir-se em aumento do comércio intra-regional e da competitividade entre os produtos da região. Além de incentivar o fluxo de capitais vindos da Ásia e/ou de outras regiões interessadas.

Incremento do turismo

• Desvantagens

- Políticas

Cria fonte de eventuais atritos no Cone Sul.

Surge uma maior e mais permanente presença cultural estrangeira nos países envolvidos.

Pode produzir migrações em massa não desejadas, com as consequências que isso traz, podendo originar, inclusive, certas formas de xenofobia.

Em função do aumento do fluxo e das facilidades aduaneiras produzirá um aumento do tráfego ilícito de drogas a partir dos países produtores da América do Sul para os países consumidores.

- Econômicas

Contribui para introduzir a competição estrangeira com a oferta de produtos nacionais e regionais.

Incerteza em relação a custos paralelos como, por exemplo, de manutenção das vias, sinalização etc.

- De caráter ambiental

Podem ocorrer problemas fitossanitários e de saúde pública.

Veículos estrangeiros no território nacional, contribuirão para agravar a congestão do trânsito.

Possibilidade de ocorrência de congestionamentos portuários.

Deterioração mais rápida das rodovias.

- De caráter estratégico

Criação de uma fonte de conflitos potenciais entre os países da região e com outros fora dela.

Aumento da relevância para a capacidade dissuasiva.

Abertura ou ampliação de vias de penetração para o território nacional.

Maior intercâmbio e maior dificuldade de controle podem favorecer às operações de Inteligência.

CONCLUSÃO FINAL

No início do presente ensaio, foi formulada a hipótese de que a maior integração física oriunda da implantação dos corredores

res interoceânicos traria não só um maior desenvolvimento, mas também a possibilidade de manter conflitos existentes e dar origem a novos tipos de conflitos.

Com base na análise e nas conclusões apresentadas, pode-se dizer que fica demonstrado que essas possibilidades existem e

que podem ser agravadas, no futuro, caso não sejam adotadas as medidas preventivas adequadas para evitar situações que sejam fontes de conflito entre as partes contratantes ou, até mesmo, um conflito extra-regional.

Efetivamente, essa tendência física e econômica, assim como a implemen-

tação dos corredores interoceânicos, não implicam necessariamente uma diminuição nas tensões entre países vizinhos. Obviamente que a maior interação de interesses propicia o surgimento de objetivos contrapostos que podem gerar tensões, mesmo que haja intenção de evitá-los por parte dos atores.



Os Sete Pilares da Sabedoria e as Operações Psicológicas

Ronaldo Paz do Nascimento*

O artigo comenta indícios, idéias e provas existentes no livro de T. E. Lawrence que os identificam com a metodologia atual das Operações Psicológicas.

*Por ventura não clama a sabedoria?
e a inteligência não eleva a sua voz.*

*A sabedoria edificou sua casa, talhou
sete Pilares²*
(Livro dos Provérbios da Bíblia)

*... prevalecerão sobre mil dos descrentes.
Estes não possuem inteligência.*
(versículo 65 da sura 7 do Alcorão)

Opresente artigo é uma conjugação entre a metodologia atual de Operações Psicológicas e os indícios, idéias e provas existentes na obra *Os Sete Pilares da Sabedoria*. O livro, escrito nos meados de nosso século, gerou um

forte sentimento de aventura, sendo aproveitado de maneira curiosa pela indústria cinematográfica americana já na década de 50, em um filme intitulado *Lawrence da Arábia*, procurando devassar a vida do autor, quando oficial britânico

infiltrado nas tribos bárbaras do deserto saudita. Afinal, de quem estamos falando? De um homem que, pela vitoriana mentalidade ainda existente em seu tempo, ao tecer comentários sobre os costumes sexuais das tribos com que conviveu, escandalizou o mundo. O fato demonstra o profundo nível de conhecimento que esse militar, cuja formação acadêmica é brilhante, no exercício da função que hoje denominamos "Operador Psi-

* Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

² Em uma análise, não teológica, do livro dos Provérbios são listadas os sete pilares: ingeliênci, ciênci, prudênci, justiça, razão, felicidade e bondade.

cológico”,³ soube depreender de sua missão.

Thomas Edward Lawrence, conhecido mundialmente como Lawrence da Arábia, nasceu em Gales – Inglaterra, em 1888. Formado em Oxford, participou de várias expedições arqueológicas no Oriente Próximo. No advento da Primeira Guerra, foi convocado como oficial e designado para fomentar uma rebelião entre os árabes, procurando corroer o poder militar turco, para com isto, a baixo custo, desviar tropas da Europa. Sua missão pode ser considerada como um dos maiores exemplos de “Operador Psicológico” dos tempos modernos.

Após a guerra, participou, como especialista, na questão árabe, da famigerada conferência que gerou o Tratado de Versalhes,

oportunidade em que começou a escrever sua única e magistral obra literária, *Os Sete Pilares da Sabedoria*. A fim de evitar a popularidade troca o sobrenome para Shaw, e ingressa na recém-criada Força Aérea Britânica. Faleceu em um acidente de motocicleta, em 1935.

No decorrer deste artigo, procuraremos demonstrar como a inata aptidão de Lawrence, bem como a visão estratégica do Governo inglês já intuiam a importância e necessidade de operações psicológicas em ambiente que hoje denominamos Guerra Não Convencional (GNC).

O CAMINHO DA OBRA LITERÁRIA

O título *Os Sete Pilares da Sabedoria*, consagrado

universalmente, foi escolhido pelo autor para nome de um livro, jamais publicado, que versava sobre a história de sete cidades. O seu relato sobre os fatos que viveu ou presenciou inicialmente foram denominados como “Revolta Árabe”. Entre os manuscritos e a primeira edição comercial, destinada aos assinantes do jornal *Oxford Times*, decorreram-se sete anos, fato curioso, se relacionado ao nome consagrado.

Enquanto perdia ou destruía seus originais, Lawrence apresentava sua produção a inúmeros amigos e literatos, entre eles o filósofo Bernard Shaw,⁴ que retificavam o estilo literário e a gramática do texto.

Lawrence foi várias vezes questionado sobre o por quê da grafia diferente para um mesmo nome ou local mencionado no livro. Ele respondeu:

O nome de um mesmo lugar poderá estar grafado de várias maneiras diferentes, não apenas porque o som de muitas palavras árabes⁵ pode ser representado em nosso alfabeto de diversas maneiras, mas porque as pessoas de uma determinada região divergem na pronúncia de nomes... Por exemplo uma localidade

³ Operador Psicológico, de maneira simplificada, é um especialista que tem por missão principal assessorar ou realizar Operações Psicológicas, em proveito de uma Operação Militar ou Paramilitar.

⁴ É possível que Lawrence tenha adotado o sobrenome do filósofo e autor em uma indireta homenagem a — Jack Tanner —, personagem revolucionário de Shaw, que diz “A agitação é o elemento revolucionário”.

⁵ A língua árabe tem recursos que as línguas europeias não possuem. Por exemplo, além do singular e do plural, o árabe tem um terceiro número: o duplo, isto é, tem flexões especiais para o verbo, o substantivo, o adjetivo e o pronome quando trata de dois objetos ou duas pessoas. Tem também flexões diferentes conforme se trata do plural feminino ou masculino, de coisas ou de pessoas. E os verbos tem afixos que lhe diversificam o sentido muito mais do que nas línguas europeias.

porto de Akaba é chamada de Abu Líssan, Abu el Líssan ou Abu Líssal.

Quando da morte de Lawrence, seu irmão, beneficiário do espólio literário, reordenou os manuscritos, publicando-os com o nome e a forma que hoje conhecemos.

A forma atual publicada dos manuscritos é cronológica, entremeada de reminiscências, e o livro começa com quatro mapas e um poema⁶ dedicado "Para S.A.", onde é citado o versículo bíblico dos sete pilares. Como assinatura possui as letras "T. E. S.", iniciais do novo nome adotado.

Do sumário copiamos a seguinte seqüência: prefácio de A. W. Lawrence; postscript; capítulo de introdução; introdução: origens da revolta; livro I: A Descoberta de Feisal; livro II: Desfechando a Ofensiva Árabe; livro III: Uma Diversão Ferroviária; livro IV: Avançando para Akaba; livro V: Ganhando o Tempo; livro VI: O Ataque às Pontes; livro VII: A Cam-

panha do Mar Morto; livro VIII: A Ruína das Grandes Esperanças; livro IX: O Esforço Final; livro X: A Casa é Concluída; epílogo; apêndice I; e apêndice II.

O prefácio é escrito pelo irmão do autor e os apêndices listam, no número I, a relação nominal da "Companhia de Carros Blindados do Hejaz" e, no número II, os lugares onde Lawrence esteve nos anos de 1917 e 1918.

AMBIENTAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA

O movimento em que Lawrence se inseriu teve início em 1902, quando o príncipe árabe Ibn Saud começou uma revolução contra a dominação turca sobre a região sul da península Arábica. A rebelião teve pouca expressão por não possuir apoio externo e devido à histórica desunião dos árabes. Somente com o advento da Primeira Guerra Mundial é que os ingleses, em um claro esforço para comprometer os turcos e aliviar a fronteira Europeia, auxiliaram o movimento, agora induzindo o Xerife⁷ da cidade santa de Meca, Hussein Ibn Ali, a antepor-se contra os turcos.

A revolta tem início em Meca e Medina, prosseguindo para o norte atingindo, em 1918, a cidade de Damasco, chave geográfica e estratégica do domínio turco no Oriente Médio.

A revolta árabe originou inúmeros países, Arábia Saudita, Síria, Iraque e Jordânia, colaborando, ainda de maneira indireta, para o surgimento de Israel, Iêmem e Kuwait.

Os filhos do Xerife de Meca tornaram-se reis: Faiçal da Síria e Abdullah da Jordânia. Faiçal foi o primeiro aliado a entrar em Damasco; proclamado rei, foi deposto pelos franceses; com o apoio dos ingleses tornou-se rei do Iraque, sendo assassinado em 1955. A descendência de Abdullah, assassinado em 1951, reina até hoje na Jordânia. A cidade de Meca foi tomada da família do Xerife, em 1932, pelo iniciador da revolta, príncipe Saud, cujos filhos governam até hoje a Arábia Saudita.

O ambiente geográfico da revolta é a Península Arábica, situada na Ásia e com

⁶ Neste poema Lawrence deixa transparecer que a casa digna da Sabedoria e dos sete pilares é a Liberdade.

⁷ Xerife: Líder religioso islâmico que ocupa sua posição alegando descendência direta da família de Maomé, ou ainda fiel que já visitou o templo da CAABA, em Meca, pelo menos três vezes. Todos os líderes tribais com quem Lawrence travou contato ostentavam o título.

mais de 3 milhões de km², fazendo limites com os mares Mediterrâneo e Vermelho, Canal de Suez, Golfo Pérsico, Mar da Arábia e o Rio Eufrates. O clima predominante é o tropical árido e o solo em sua maioria é constituído de imensas áreas desérticas e de um planalto pedregoso. Com exceção dos rios Jordão e Yarmuk, atualmente situados na Jordânia, e do Rio Eufrates, não existem rios perenes. Esse fato condiciona, até hoje, o movimento em função dos pontos onde se pode achar água, normalmente situados nos vales formados pelos Wadi.⁸

A região é habitada por povos árabes, de origem semítica, desde os mais remotos tempos. Eles possuem uma língua comum e diferenciada por dialetos locais e com discrepâncias entre a "língua falada" e a "língua escrita".

Ao sul, região dos desertos é rarefeita em população, há o território das tribos bárbaras, nômades por excelência, e que preservam, devido às condições climáticas, as migrações como meio de vida. As interações sociais são restritas ao clã familiar e, em sua máxima expressão, ao sentimento tribal, só reconhecendo vasalagem ou obediência aos princípios religiosos islâmicos, único fator que une.

Ao norte do porto de Akaba, na região mediterrânea da área em questão, predominam os agrupamentos populacionais, cidades e aldeias. Isso se deve às condicionantes geográficas (clima mediterrâneo e perenidade dos rios) e culturais (local eterno de confronto entre as filosofias existenciais do Oriente e do Ocidente). Aí, existe um sentimento de sociedade organizada,

entretanto diferenciado pela existência de várias etnias (drusos, árabes, turcos, armênios, judeus e outros) e entre elas, diferenças religiosas (católicos romanos, católicos maronitas,⁹ cristãos ortodoxos, muçulmanos sunitas,¹⁰ muçulmanos xiitas,¹¹ judeus e outras).

A malha viária, na época da participação de Lawrence na revolta, estava restrita e inúmeras trilhas de camelos (cujo conhecimento e uso dependia da tribo dominante nos pontos d'água), a ferrovia, projetada e construída pelos alemães, que iniciando em Esmirna, no estreito do Bósforo, ligava Damasco a Medina, ou ainda pelos portos de Wejh, Um Lejj, Yenbo, Ragegh e Jidda, todos no Mar Vermelho.

Ao influenciar a revolta, a atuação da Inglaterra foi extremamente facilitada, visto que já possuía bases: no Exigo (ocupado em 1882); no Porto de Aden (situado no extremo sul da Península, hoje no território do Iêmen, e conquistado em 1834); na Índia (domínio já consolidado em 1876); e navegava impunemente no Mar Vermelho, Golfo Pérsico e no Canal de Suez.

Apoiando a rebelião, o governo inglês colocou a

⁸ Wadi: Riacho, não perene, em cujas margens cresce a vegetação que serve de alimento para os camelos e onde a maioria dos olhos d'água aparecem.

⁹ Maronitas: Católicos cujo "rito", proposto por Maron — Patriarca Medieval — é aceito pelo Vaticano desde o século XIII.

¹⁰ Sunitas: Muçulmanos cuja doutrina se baseia no Alcorão, nas leis santas e nos costumes (Suna).

¹¹ Xiitas: Shiah-i-Ali (partidários de Ali). Muçulmanos que acreditam que os descendentes de Ali, genro do profeta, os imãs, devem chefiar a comunidade islâmica.

Turquia na séria situação de ter que combater em duas frentes: uma externa (como aliada da Alemanha) e outra interna (para debelar e rebelião).

OS SETE PILARES E A GUERRA NÃO CONVENCIONAL

A Guerra Não Convencional (GNC) abrange um amplo espectro de operações militares e paramilitares que podem ser executadas em uma área controlada pelo inimigo ou politicamente sensível. Essas operações devem explorar as vulnerabilidades, de toda a ordem, do oponente.

As deficiências nas Expressões do Poder, associadas com as atividades desenvolvidas pelas forças revolucionárias ou revoltosas geram um profícuo "campo" para o uso da Propaganda. Aproveitando-se disso é que o Operador Psicológico tem por meta principal convencer as forças da revolução da necessidade do desenvolvimento de operações psicológicas que criem no seio da população um conceito favorável das atividades, metas e objetivos da revolta.

Geralmente, em uma área onde ocorrem operações de

GNC, pode-se identificar quatro principais públicos-alvo, que genericamente estão listados a seguir.

- As forças hostis ou contrárias, onde os objetivos das campanhas psicológicas devem buscar com que as mesmas sintam-se: isoladas; mal apoiadas; impelidas à deserção; com descrédito em suas lideranças; com dúvidas sobre o resultado da luta; desconfiantes um dos outros; e com dúvidas da moralidade de sua causa.

- Os partidários do inimigo, onde as campanhas devem ter como objetivos: desmoralizá-los; fazê-los perceber as consequências do apoio ao inimigo; levá-los a ver os êxitos obtidos pelas forças da revolta; infundir medo; e lançar dúvidas sobre o poder do inimigo em protegê-los.

- Os neutros, para quem deve-se demonstrar: a moralidade do movimento; a inutilidade do apoio ao inimigo; os nossos êxitos; os objetivos políticos e sociais da revolta; e a certeza na vitória final.

- Os partidários do movimento, para os quais se devem desenvolver inúmeras campanhas demonstrando: a necessidade do seu apoio; a certeza da vitória;

os objetivos comuns; a crescente desmoralização do inimigo; os êxitos obtidos; o que se pretende realizar quando da vitória; a moralidade das idéias da revolta; e a justiça do movimento.

A técnica de melhores resultados em GNC é o contato pessoal onde o público-alvo pode perceber a veracidade das intenções do Operador. Utiliza-se ainda o assessoramento militar, o estabelecimento de hospitais e equipes médicas volantes, o fornecimento de armamentos e materiais necessários ao prosseguimento da revolta e todos os meios de propaganda disponíveis para buscar atingir os públicos-alvo mencionados anteriormente.

O elemento destacado como Operador Psicológico em ambiente de GNC deve possuir: elevado grau de independência para tomar decisões de nível tático; imaginação para perceber e explorar todas as oportunidades que se apresentem; conhecimento profundo do idioma local; dados da geografia da região; idéias dos costumes; conhecimento das relações políticas e sociais; compreensão da história local e da ciência das fobias grupais ou nacionais; uma boa análise

se dos temas e símbolos que identificam o agrupamento cultural e, portanto, deve ser um especialista na região onde irá atuar.

O livro, como um todo, é um vasto relato de operações militares e paramilitares em ambiente GNC.

As forças revoltosas estão bem caracterizadas assim como os oponentes (turcos e seus aliados, os alemães).

Inúmeras técnicas de guerrilha são descritas: ataque a guarnições isoladas; preparação dos quadros; emboscadas; destruição de trechos de linha férrea; destruição de pontes; utilização de equipamento capturado e, até, operações militares convencionais.

Os públicos-alvo, mencionados anteriormente, são claramente percebidos na leitura da obra: as forças hostis, os turcos, que no decorrer da luta passam a desertar, temer seus oficiais, sentirem-se isolados e com descrédito em sua vitória; os partidários do inimigo, representados por algumas tribos do deserto e pela popu-

lação de algumas aldeias do norte (principalmente drusos e cristãos), que, com o crescer do movimento, são impelidos a optar pela neutralidade ou adesão; os neutros, representados por populações de outras etnias (armênios e circassianos) que por ordem dos turcos foram assentados na região, sob a pressão do movimento e mantém a neutralidade; e, finalmente, os partidários do movimento cuja crença na revolta era aumentada em proporções equivalentes às vitórias alcançadas.

O contato pessoal foi, por excelência, a técnica mais utilizada; todavia, outras foram empregadas, como: fornecimento de todo o armamento, inclusive canhões; assessoramento militar em explosivos, artilharia e saúde; envio de tropas (Real Brigada de Camelos e Companhia de Carros Blindados do Hejaz); apoio aéreo, inclusive como meio de propaganda procurando aterrorizar os turcos; e apoio naval, para o suprimento das forças árabes revoltosas.

Os elementos britânicos envolvidos, principalmente Lawrence, apresentavam as características necessárias para as Operações Psicológicas, merecendo com louvor a designação de "Operador Psicológico".

O ESTUDO BÁSICO DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E OS SETE PILARES

O Estudo Básico de Operações Psicológicas (Est Básico Op Psico) é um documento semelhante ao que chamamos "Levantamento Estratégico de Área (LEA)",¹² onde, após a análise das Expressões do Poder, somos capazes de obter uma "imagem" da área-alvo.

Esse estudo avalia permanentemente todas as expressões, procurando levantar, em termos de Operações Psicológicas, as coesões e discrepâncias da área escolhida. Deve ser destacado o trabalho da Inteligência Estratégica e Militar que, com seu trabalho diurno, é fator determinante na obtenção de um estudo completo, projetivo e amplo da área-alvo.

A Inteligência no trabalho de Operações Psicológicas é responsável direta pela

¹² Levantamento Estratégico de Área: É um estudo onde avaliamos as Expressões do Poder (Políticas, Psicossociais, Econômicas e Militares), os aspectos fisiográficos e as condicionantes de Ciências e Tecnologia que as influenciam.

coleta e busca de dados que irão delinear o que se espera do Operador Psicológico. É ela quem vai realimentar a Campanha Psicológica, com conhecimentos sobre: mudanças nas condições sociais e materiais do público-alvo; mudanças nas atividades populares resultantes de nossas vitórias ou fracassos; e a eficácia das Campanhas Psicológicas nossas ou hostis e que poderá determinar o sucesso ou derrota de nossos esforços.

A maioria dos Est Básico Op Psico são apresentados na forma de um documento estruturado mais ou menos de forma semelhante e dividido como, no exemplo, abaixo.

- Ambiente Social, dividido em: aspectos fisiográficos; história; sociedade e cultura; economia; e ciência e tecnologia.

- Dinâmica Política, dividido em: governo e política; e relações exteriores.

- Estrutura Militar do Inimigo, dividido em: ordem de batalha;¹³ o papel do militar na sociedade; os assuntos que geram coesão ou desu-

nião no seio da estrutura militar; e o nível de operacionalidade.

- Os meios de Comunicação Social, dividido em: infra-estrutura e fluxo das comunicações; idioma ou grupos de idiomas; símbolos não verbais que identificam a cultura da área; artes; posicionamento público das autoridades; e eficácia dos meios de Comunicação Social.

- Alvos e Vulnerabilidades, dividido em: públicos-alvo potenciais; atitudes do público; comunicadores-chaves (indivíduos cujas opiniões são aceitas pelo grupo social); e meios de comunicação disponíveis para nosso uso.

Cada um dos cinco componentes listados acima incluirá um número de tópicos que variam em função da área, da disponibilidade de informações e do tempo para pesquisa detalhada.

Esse estudo pode e deve ser complementado por diversas e periódicas atualizações, denominadas Estudos Especial de Operações Psicológicas, onde o pesso-

al de Inteligência, juntamente com o Operador Psicológico, reavalia os objetivos e metas a serem alcançadas.

O Est Básico Op Psico é o instrumento inicial com que o Operador Psicológico torna o seu trabalho certamente mais profícuo, quanto maiores forem os conhecimentos pessoais do mesmo, mas que não o amarra na percepção das nuances do "psicológico" da sociedade onde está atuando.

Observando a estrutura de um Est Básico de Op Psico, e descartando a linguagem narrativa do livro, podemos afirmar que a obra é um magistral Estudo Básico. Até o ultrapassa, pois ao relatar o efeito das operações realizadas, detecta a eficácia das Campanhas Psicológicas desencadeadas concomitantemente com as ações da revolta.

Obedecendo a um senso de justiça, deve-se destacar alguns tópicos da obra:

- os aspectos fisiográficos são delineados através de quatro mapas e com uma descrição que reporta o leitor aos desertos e aldeias da Arábia;

- a história da região é sobejamente descrita, apre-

¹³ Ordem de Batalha: Documento onde assinalamos o valor, localização, composição, dispositiva e futuros locais de emprego das tropas oponentes.

sentando inclusive as razões sociais e antropológicas do nomadismo e suas consequências;

- o conhecimento da sociedade e dos costumes dos habitantes, chegando a requintes de explicar como comer entre as tribos bárbaras, como conduzir uma negociação e como explorar suas crenças;

- o "rico" conhecimento da mentalidade oriental, que diz sim, quando se deve ler não, aos circunlóquios necessários para mostrar a importância de um assunto;

- o conhecimento dos dialetos tribais, que tanto espanto causava entre os próprios árabes, a capacidade de distinguir as várias raças de camelos (somaliano, ateiba, ageyls, etc.); e

- a identificação precisa do comunicador-chave — Xerife Faiçal — dos filhos de Hussein, aquele com maior ascendência entre as tribos do deserto.

Lawrence, apesar de no livro demonstrar profunda simpatia pela causa árabe, possuía pleno conhecimento do objetivo Militar e Psicológico de sua missão. Afirma ele no capítulo de Introdução... Assumi o risco

da fraude, na convicção de que a ajuda árabe era necessária para nossa vitória rápida e a pouco custo no Oriente e que era melhor vencermos e querer a palavra empenhada depois do que perdermos.

CONCLUSÃO

"Meca devia levar a Damasco. Damasco à Anatólia e, depois Bagdá. E ainda havia o Iêmem. Tudo isso pode parecer fantasia, aos que são capazes de chamar meu começo de um esforço comum."

(Epílogo dos *Sete Pilares*)

A obra de T. E. Lawrence é, do início ao fim, um relato, uma verdade não metodologicamente ordenada de uma extensa Operação Psicológica, desenvolvida ao longo de dois anos, em uma das regiões mais inóspitas da Terra e com uma sociedade extremamente complexa.

Esse fato é mais espantoso, se percebermos que, no princípio do século, o "psique" humano não possuía o destaque obtido após a divulgação das obras de

Freud e outros psicanalistas famosos.

O empirismo dos esforços britânicos envolvidos na revolta só vem corroborar com a idéia de que, de maneira intuitiva, as operações psicológicas ocorreram, ocorrem e ocorrerão enquanto existir conflito — fenômeno social por excelência — e percebermos que, através delas, Operações Psicológicas, podemos minimizar os custos e as perdas humanas.

As Operações Psicológicas foram, são e serão um potente instrumento que qualquer sociedade em conflito deve utilizar. Caso não o faça, estará cometendo um gravíssimo erro, pago em vidas por essa mesma sociedade.

Evidenciado está, nessa obra, que o trabalho de Operações Psicológicas antecede ao conflito em questão, pois requer preparação e conhecimentos que não são obtidos no fragor do combate.

Portanto este artigo tem como objetivo homenagear a obra e levantar o seguinte questionamento: *Não devemos apreender com a História?*



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Nélson O. de. *A Psicologia e um novo conceito de guerra*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1991.
- CHALLITA, Mansour. *Alcorão*. Rio de Janeiro, Editora ACIGI, s.d.
- KOOGAN/HOUAISS. *Encyclopédia e Dicionário Ilustrado*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1994.
- LAWRENCE, T. E. *Os Sete Pilares da Sabedoria*. 4^a ed., Rio de Janeiro, Editora Record, s.d.
- LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- LOPEZ, Emílio Mira y. *Psicología Militar*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1947.
- MAALOUF, Amim. *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. 2^a ed., São Paulo, Editora Brasiliense, s.d.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *ME 320-5 Vocabulário de ECEME*, Rio de Janeiro, ECEME, 1986.
- _____. Estado-Maior do Exército. *C 33-1. Operações Psicológicas*, 2^a ed., Brasília, 1977.
- PITT, Barrie; et alii. *Lawrence da África*. Rio de Janeiro, Editora Renes Ltda., 1979.
- RODRIGUES, Aroldo. *Aplicações da Psicologia Social*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- TOYNBEE, Arnold J. *Estudos de História Contemporânea*. 4^a ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

A Estratégia Naval Brasileira da Guerra do Paraguai

Hélio Leôncio Martins*

A estratégia naval brasileira, com algumas observações sobre ações táticas e apoio logístico, da Guerra do Paraguai são desenvolvidos neste artigo, pondo em relevo o modo como a Marinha cumpriu a missão que lhe foi confiada, as dificuldades encontradas, as relações de comando e a cooperação com as Forças Terrestres.

Ação da Marinha brasileira na Guerra do Paraguai tem sido bem descrita e analisada em duas obras da literatura histórica existente: *A Guerra do Paraguai*, do General Tasso Fragoso (o que de mais completo se escreveu sobre o conflito) e *A Marinha de Outrora*, de autoria do Ministro da Marinha na época, Visconde Ouro Preto. Esse segundo trabalho assemelha-se mais a um relatório, expondo a situação geral da Marinha e, em relação à campanha, descrevendo com detalhes a participação de cada navio. Na obra de Tasso Fragoso, as atividades navais são

inseridas no estudo completo da guerra, cobrindo sua ação política, estratégica e tática de maneira bastante integrada, embasada por documentação fidedigna, e com apreciável justeza.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil solicitou-me que, em conferência, apresentasse, de forma sucinta, o papel que coube à Marinha na estratégia desenvolvida, como teria ela se salientado no contexto geral. Atendendo a tal solicitação, procurei mostrar o planejamento da participação naval e sua realização sob o comando das circunstâncias. Aproveitei o ensejo para acrescentar alguns comentários acerca de aspectos peculiares dos encontros táticos mais importantes e da

logística adotada, que não tem, a meu ver, recebido a ênfase devida de parte dos historiadores.

Decidi pôr em letra de forma a exposição feita, e publicá-la, com o fito de haver maior difusão do que fez a Marinha na campanha do Paraguai, a maneira pela qual cumpriu a missão que lhe foi atribuída, as dificuldades encontradas, as relações de comando e a cooperação com as Forças Terrestres.

77

PLANOS ESTRATÉGICOS

Qualquer avanço sobre território paraguaio, com suas extensões inóspitas e desconhecidas, deveria, naturalmente, seguir as mais fáceis vias fluviais representadas pelos rios Paraná,

* Vice-Almirante

Paraguai e Uruguai. Isso indicaria, *a priori*, a necessidade de se dispor de meios flutuantes a serem utilizados para o transporte e apoio das forças de terra. As informações referentes ao preparo defensivo do eixo Paraná-Paraguai, que seria certamente o escolhido como o acesso principal, eram escassas e subestimadas. A fortaleza de Humaitá aparecia como o único bastião a ser vencido, para o que não se poderia contar apenas com os elementos navais disponíveis no Rio Paraná: canhoneiras de madeira, com 80 cv de potência nas máquinas, armadas com quatro canhões de calibre 32 em bateria e dois "rodízios" de 68,¹ reforçados pela Fragata *Amazônas*, com propulsão de rodas, 350 cv de força (também com quatro canhões e dois "rodízios", todos de calibre 68), mas de utilização limitada por seu maior calado.

Em janeiro de 1865, terminada a intervenção na República Oriental do Uruguai, antes de este país e de a Argentina (na época uma Confederação de Provín-

cias) alinharem-se ao nosso lado, mas já tendo sido declarada a guerra com o Paraguai, que apresara o Vapor *Marquês de Olinda* e invadira o sul de Mato Grosso (dezembro de 1864), o Ministro da Guerra, Beaurepaire Rohan, solicitou a ajuda do Marechal Caxias, então senador. Pedia-lhe para fixar, numérica e qualitativamente, as forças terrestres necessárias para fazer face ao conflito desencadeado, e elaborar um Plano de Campanha a ser por elas cumprido.

Caxias julgou que o Exército deveria ser aumentado para 50.000 homens, 35.000 de infantaria, 10.000 cavaleiros e 5.000 artilheiros. Destes, 45.000 empregar-se-iam nas operações contra o Paraguai, divididos em três colunas. A mais forte desembarcaria no Passo da Pátria, na margem paraguaia do Rio Paraná (a Província argentina de Corrientes, fronteira, ainda era neutra) transportada pela esquadra e por ela apoiada no avanço sobre Humaitá e, daí, depois de dominada a forta-

leza, até Assunção. A segunda viria de Mato Grosso, operando a partir de Miranda e descendo o Rio Paraguai, obrigando o inimigo a lutar em duas frentes. A terceira manter-se-ia na defensiva em São Borja, no Rio Uruguai.

Um segundo plano de campanha foi elaborado, na mesma época, pelo Conselheiro Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente. Este, profundo conhecedor de História e Geografia, detalhou o Plano de Caxias, fixando os caminhos a serem seguidos, os rios a serem cruzados. Mais bem informado, julgava que Humaitá dificilmente seria conquistada por ataque frontal. Necesitaria ser contornada, ocupando-se antes Assunção e, em seguida, as forças que o fizessem desceriam o rio para atacá-la, o que, aliás, também considerava ingente tarefa.

Concomitantemente, nos primeiros dias de março, o Brasil pressionava a Argentina para que lhe fosse permitida a passagem pelas Províncias de Corrientes e Entre Ríos (relativamente independentes dentro da Confederação, obedecendo a Urquiza), o que facilitaria a penetração no terri-

¹ É difícil relacionar-se a classificação das peças de artilharia da época, cujo número indicador do calibre representava o peso do projétil em libras, com os calibres atuais em milímetros. Os "rodízios" eram canhões que podiam ser conteirados.



Carta do Teatro da Guerra

tório paraguaio. Mas tanto Urquiza como Mitre (que dirigia a Confederação) oponham-se a esta permissão, preferindo manter neutralidade na luta. O diplomata Francisco Otaviano de Almeida Rosa seguiria para Buenos Aires para tentar modificar tal atitude negativa, mas nada estava conseguindo.

Também o Almirante Tamandaré, a quem cabia a direção da guerra no Prata — política e militar — elaborou, por seu lado, o Plano de Operações que iria cumprir. Datado de 3 de março, considerava inicialmente imprescindível o bloqueio do Rio Paraná, única ligação do Paraguai com o mar, por onde poderia receber recursos externos. A Força Naval à qual estaria afeta essa tarefa, também reconheceria acuradamente as margens dos rios, especialmente Humaitá. Transportaria, logo que pudesse, 10.000 homens, retirados da guarnição que ocupava Montevidéu, que seriam desembarcados 15 milhas à jusante de Humaitá. Conquistada essa “cabeça-de-ponte”, mais 20.000 soldados, da mesma proveniência, iriam reforçá-la. Todo o deslocamento da Força Terrestre ficaria a car-

go da Marinha, *poupando-a da grande redução que sofreria em um trajeto por terra*. Da mesma forma, a Marinha assumiria a responsabilidade pelo abastecimento da tropa por via fluvial *sem paralisar sua marcha, nem distrair forças para a defesa da bagagem e provisões*. Com isso, afirmava ainda o Plano, *tomariamos desde logo a ofensiva e transferiríamos por este movimento o teatro da guerra para território inimigo*.

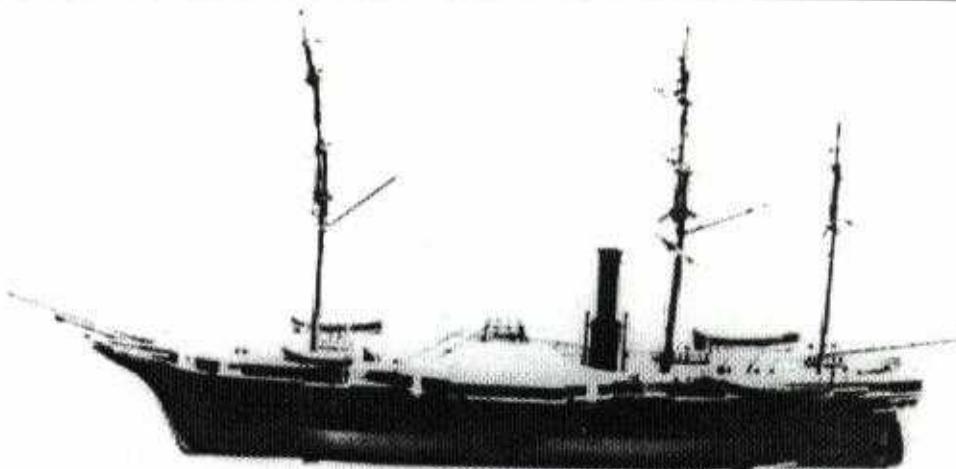
Acrescentava o Plano de Tamandaré: *Ameaçado o Paraguai pelo sul com esta invasão, pelo norte poderia vir outro Exército de perto de 20.000 homens, composto de mineiros, paulistas e cuiabanos*. Como também era indicado por Caxias, forte destacamento seria mantido em São Borja, prevenindo-se contra qualquer tentativa de penetração em nosso território e obrigando Lopes a conservar defensivamente grande número de soldados no lado paraguaio da região.

Os três planos assemelhavam-se nas linhas gerais e nas conjecturas erradas. Não contado com a permissão de passagem pelas províncias argentinas, o primeiro contato com o inimigo já

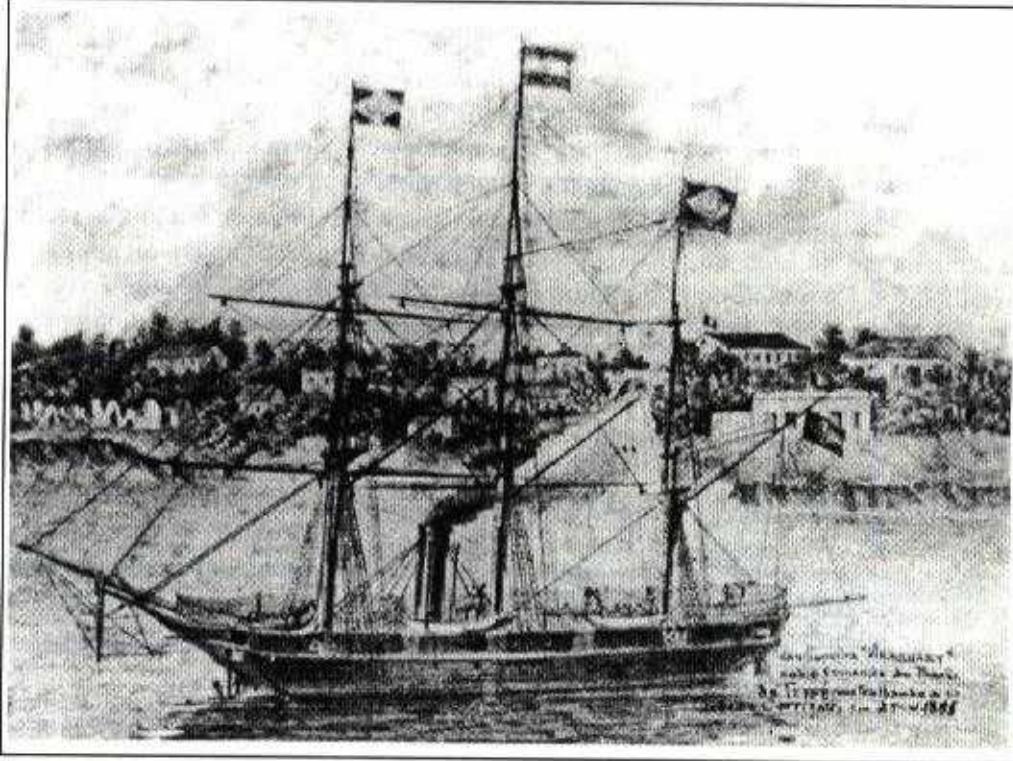
deveria ser feito na margem do Rio Paraguai, acima da confluência com o Rio Paraná. A maior resistência prevista pelos palnejadores seria em Humaitá, mas não entravam em detalhes sobre como vencê-la. Com certeza não se obteriam resultados satisfatórios do lado do rio com os navios de madeira, que não suportariam o esperado bombardeio. Seria necessário aguardar a incorporação à esquadra dos encouraçados, no momento sendo construídos no Brasil e adquiridos no estrangeiro. Apesar de Lopes estar de posse do sul de Mato Grosso, os três Planos cogitavam da vinda de invasores dessa direção. Nenhum previa o avanço paraguaio anteceder os movimentos brasileiros, o que exatamente aconteceu.

A recusa em permitir a passagem pelo território argentino, que o Brasil procurava obter diplomaticamente, repetiu-se quando a mesma solicitação foi feita pelo dirigente paraguaio, que aspirava, inclusive, uma aliança com Urquiza. Mas houve diferença entre as reações à negativa. Lopes não a aceitou. Repeliu o enviado que procurava justificar a atitude de Mitre e Urquiza, com um brado que ficou célebre:

Tipos de navios utilizados na Campanha do Rio Paraguai



Fragata *Amazonas*



Canhoneira *Araguari*

lo llevare todo por delante! Depois do que Tasso Fragoso chama de "comédia parlamentar", a 18 de março, Decreto do Congresso paraguaio; a) aprovava o procedimento do Poder Executivo nacional no caso da guerra com o Brasil; b) declarava guerra ao Governo argentino; c) autorizava o Presidente fazer a paz com qualquer dos dois beligerantes quando julgasse oportuno (uma porta aberta para conluio com Urquiza contra Mitre e o Brasil). A 13 de abril, Força Naval paraguaia desembarcou tropas em Corrientes, ocupando-a sem resistência.

A indignação argentina — e o Uruguai também sentindo-se ameaçado (os "colorados" estando incondicionalmente ao lado do Brasil), levou à formação da Tríplice Aliança. Firmado o Tratado a 1^a de maio de 1865, no mesmo dia reuniram-se, em Buenos Aires: Mitre, pela Argentina; Flores, pelo Uruguai; Tamarandaré, pelo Brasil; Osório, comandante das tropas brasileiras no Prata; e o Ministro da Guerra da Argentina. Concordaram nos seguintes pontos, que passaram a constituir o Plano de Campanha dos Aliados: a) o ob-

jetivo principal das operações seria Humaitá; a ele subordinar-se-iam os movimentos e itinerários militares; b) a via fluvial do Rio Paraná seria o caminho mais fácil e natural para atingir o objetivo fixado; c) poder-se-ia fazer uma simulação de invasão do Paraguai por terra firme, mas seria apenas uma finta, porque a natureza do terreno não permitiria ações reais; d) as dificuldades a serem encontradas para vencer Humaitá exigiriam que se contasse com um ponto de apoio na margem do Rio Paraná, que poderia ser o Passo da Pátria, pois a pequena distância que o separava de Humaitá compensaria os inconvenientes advindos da natureza do terreno na região; e) caberia a Urquiza e suas tropas a defesa das Províncias de Corrientes e Entreríos, onde se concentrariam as forças aliadas para a invasão do Paraguai.

ALIADOS NA DEFENSIVA

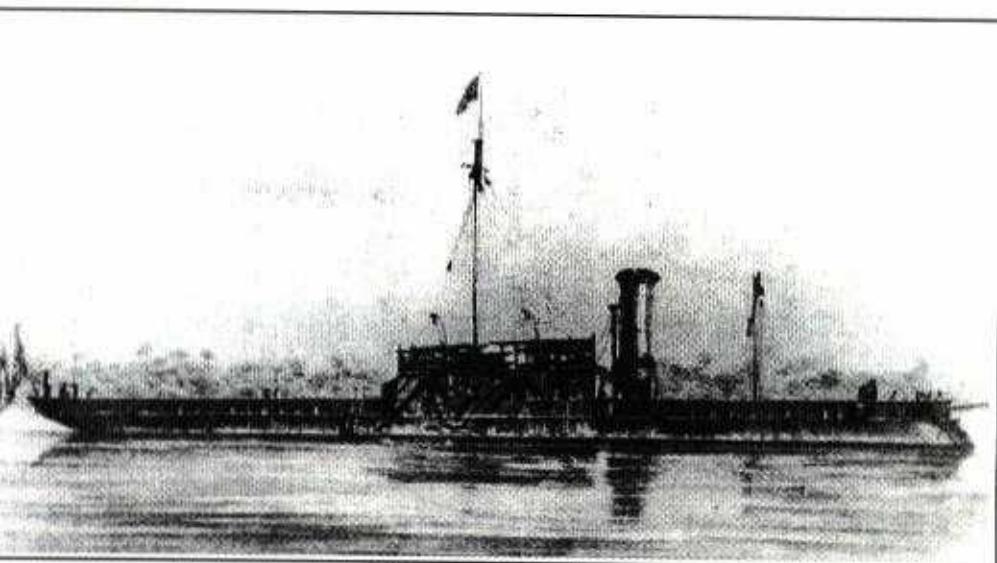
Ainda os aliados discutiam seus planos, mobilizavam-se, treinavam recrutas e já Lopes desencadeara três ofensivas: em dezembro de 1864, no sul de Mato Grosso; em abril de 1865, forças

sob o comando de Venceslau Robles avançaram em Corrientes e na margem esquerda do Rio Paraná; em junho, Estigarribia penetrou no Brasil por São Borja. Como os planos existentes só cogitavam de ofensivas, tiveram que ser esquecidos, concentrando-se os poucos elementos disponíveis dos três aliados para enfrentar os ataques de Robles e Estigarribia.

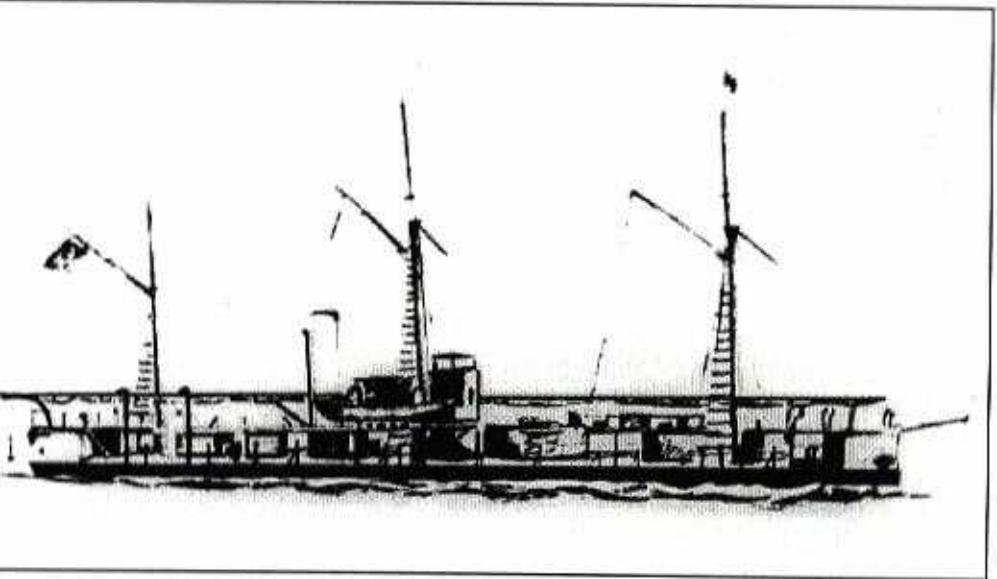
Em Mato Grosso, o Brasil foi pego inteiramente desprevenido. A 23 de dezembro de 1864, 13 navios transportando 4.000 homens sob o comando do Coronel Barrios, subiram o Rio Paraguai e 3.500 cavalarianos de Resquin cruzavam a fronteira terrestre, invadindo a Província de Mato Grosso. O único navio armado da Flotilha de Mato Grosso, o *Amambai*,² auxiliou-o, mas acabou sendo capturado. Os outros navios foram capazes apenas de transportar os elementos que evacuaram Coimbra e, em seguida, Corumbá, levando-os para Cuiabá, onde permaneceram aguardando oportunidade

² O *Amambai* é conservado até hoje no Paraguai como troféu de guerra.

Tipos de navios utilizados na Campanha do Rio Paraguai



Encouraçado *Brasil*



Encouraçado *Bahia*

Tipos de navios utilizados na Campanha do Rio Paraguai



Encouraçado Brasil

para futura reação. Os cavalarianos que cruzaram a fronteira terrestre pouca resistência encontraram dos raros e diminutos destacamentos locais, que se immortalizaram por uma retirada — a Laguna.

A Marinha teve ação preponderante na reação à investida de Robles. Deixemo-la para comentar adiante, falando antes do ataque de Estigarribia, eminentemente terrestre, embora acompanhando o eixo fluvi-al do Rio Uruguai, tendo sido restrito o papel das unidades navais.

Desde meados de abril, forças paraguaias reuniam-se a fim de penetrar em território brasileiro pela povoação de São Borja, o que fizeram a 10 de junho. Daí, divididas em duas colunas, foram descendo pelas margens do Rio Uruguai, na direita sob o comando do Major Duarte, e, na esquerda, de Estigarribia. O rio era navegável apenas por pequenas embarcações, e foi utilizado pelos invasores para operarem o que chamavam de *bogarantes*, canoas armadas que garantiam a ligação entre as margens, transportan-

do suprimentos e pessoal. Os fracos dispositivos militares brasileiros estacionados no Rio Grande do Sul, comandados pelo Brigadeiro Honório David Canabarro, não foram de molde a impedir o avanço inicial paraguaio. O então 1º Tenente Floriano Peixoto fez sua primeira aparição no teatro da guerra, em "ação naval". Artilhou um vaporzinho e dois lanchões, opondo-se às *bogarantes* e perturbando as comunicações entre as colunas das duas margens.

Todas as forças disponíveis aliadas foram mobiliza-

as para fazer face a Estigarribia: argentinas de Mitre, de Gelli Obes e, mesmo, de Paunero (retiradas das da resistência a Robles no Rio Paraná); uruguaias de Flores; brasileiras das tropas latentes de Osório e da guarnição do Rio Grande. Concentraram-se em Concordia. O Barão de Porto Alegre assumiu o comando geral. A Marinha, devido à pouca profundidade do Rio Uruguai, teve pouca presença. Limitou-se, de início, a acelerar a conjunção das tropas terrestres, transportando-as no trecho do rio que o permitia. Depois, com o avanço de Estigarribia, logo esgastado pelas derrotas que lhe infligiam os aliados, parando em Uruguaiana e aferrado, seis canhoneiras, aproveitando-se da subida das águas do rio, puderam cooperar com o assédio estabelecido, assistindo à sua encruenta rendição à 18 de setembro. Em uma das canhoneiras — a *Onze de Junho* — estavam embarcados Tamandaré e o Imperador Pedro II (das poucas vezes que esteve a bordo de um navio de guerra), que fez questão de assistir a entrega de Estigarribia, a fim de se colocar como o chefe de governo mais importante pre-

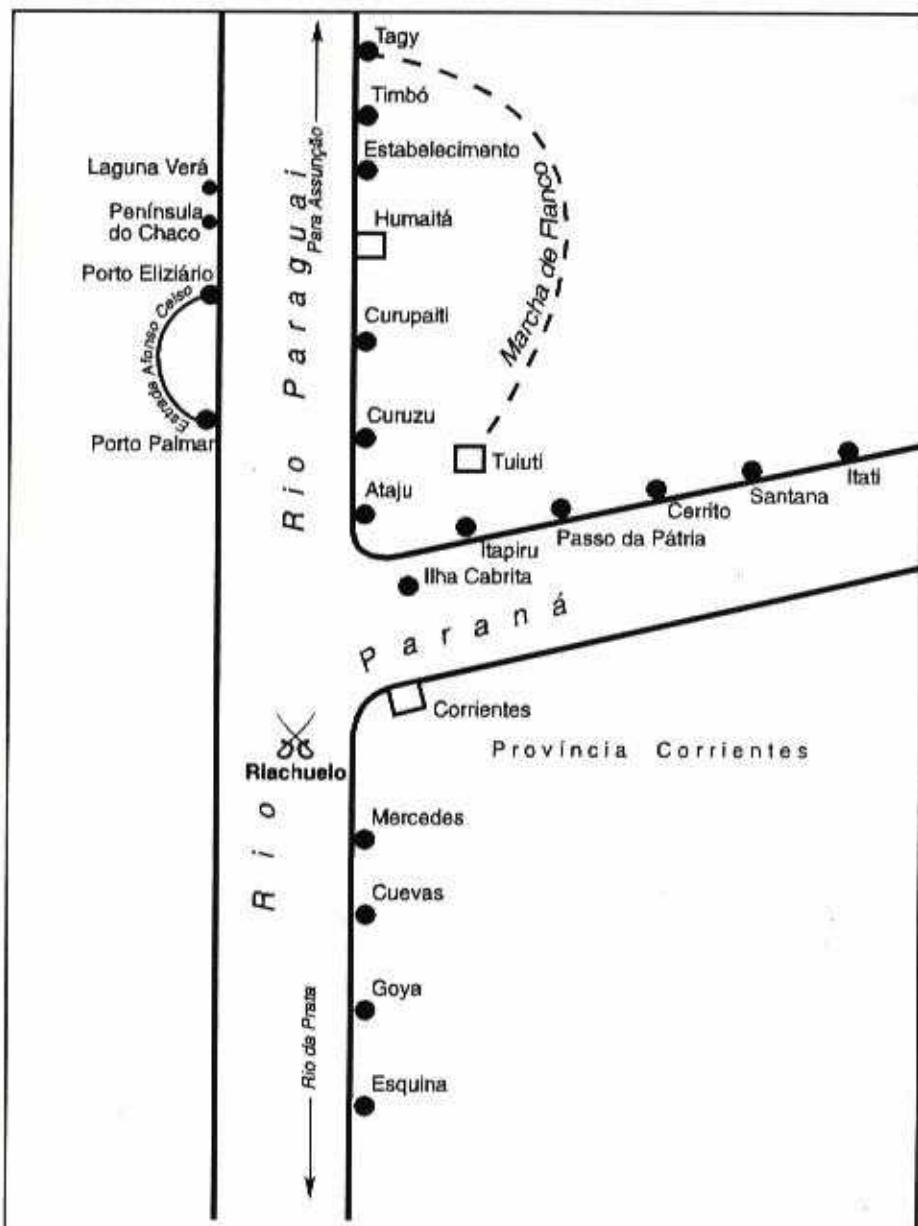
sente, ao lado de Mitre e de Flores. A invasão pelo Rio Uruguai duraria três meses.

A segunda ofensiva paraguaia se iniciara com a ocupação de Corrientes, a 18 de abril. Cinco navios de guerra apresaram dois barcos argentinos e desembarcaram 3.000 homens, que seriam a vanguarda do chamado "Exército Expedicionário do Sul", sob o comando de Venceslau Robles, cuja denominação definia seus objetivos: invasão do Prata. A primeira reação que encontrou, depois de assinado o Tratado de Tríplice Aliança, coube à Marinha. A Força Naval designada por Tamandaré para bloquear o rio, embarcou tropas argentinas do General Paunero e uma Brigada brasileira do Coronel Bruce, e rumou para retomar Corrientes. Comandava-a o Capitão-de-Mar-e-Guerra Gomensoro. Achando sua progressão muito lenta, Tamandaré designou seu Chefe do Estado-Maior, Francisco Manoel Barroso, para assumir o comando.

A 25 de maio, a esquadra estava diante de Corrientes. Houve pouca resistência ao desembarque das tropas, apoiadas pelo fogo naval. Robles já avançava para o sul, fazendo-lhe fren-

te o General argentino Caceres. Com a ocupação do que seria sua base, Robles pretendia recuar. Entretanto, no dia 26, sendo Paunero informado de que consideráveis reforços inimigos estavam sendo enviados de Passo da Pátria, decidiu abandonar a cidade, embarcando com seus homens em navios argentinos, e indo postar-se rio abaixo, em Esquina, pronto para interpor-se à progressão de Robles. Barroso foi solicitado para que seus navios entrassem no Rio Paraná, a fim de impedir a passagem dos reforços inimigos, mas recusou-se a fazê-lo, devido aos riscos que assumiriam navegando em águas hidrograficamente desconhecidas, sem prático de confiança, quando encaixes diante da artilharia adversária significariam perdas de unidades que eram poucas e iriam ser muito necessárias.

A ofensiva de Robles tinha pela frente reduzidas forças argentinas, mas o posicionamento em seu flanco direito da esquadra brasileira, com dezenas de canhões, e a possibilidade de repetir o desbordamento em Corrientes, tornava-se um empecilho que seria preciso neutralizar. Daí o ataque aos



DE ESQUINA A HUMAITÁ

Mapa esquemático das posições citadas no texto

navios fundeados no Rio Paraná, pouco abaixo da confluência com o Rio Paraguai, em frente à foz de um pequeno curso de água, o Riachuelo. Todas as unidades navais com que Lopes contava desceram o rio e travou-se a batalha que iria ter grande importância no desenvolvimento da campanha, tanto acabando com o ímpeto da progressão do "Exército Expedicionário Sul", como dominando a via de acesso fluvial que seria utilizada quando os aliados passassem à ofensiva.

RIACHUELO

Tem aparecido, por estranhos motivos, possivelmente ideológicos, literatura pseudologicamente histórica procurando diminuir o valor de nossa vitória na Guerra do Paraguai. Consideram-na sendo o "genocídio" de um pequeno povo, praticado por três nações, entre elas a mais poderosa da América do Sul. Apoiam esse argumento em conhecido subterfúgio deformador da verdade histórica: analisar os acontecimentos passados não à luz da realidade de quando eles se deram e sim em relação à situação moderna.

De acordo com esse conceito suspeitamente negativo, Riachuelo teria sido batalha travada entre potência marítima bem equipada, com tradições, experiência — o Brasil — e uma flotilha fluvial improvisada de país interiorano. Só que tal opinião foge inteiramente do que aconteceu. A Batalha do Riachuelo pouca semelhança teve com um encontro ortodoxo de esquadras no cenário amplo do oceano, com unidades que poderiam manobrar à vontade para assumir melhor posicionamento, empregando artilharia até as maiores distâncias permitidas pela tecnologia da época. Tratou-se realmente de um entrevero entre navios, operando em área reduzidíssima, plena de bancos de areia nos quais os contendores, especialmente os que menos conheciam o local, poderiam encalhar, com troca de tiros à queimacura e abordagens facilitadas pela proximidade dos combatentes. Tudo se passando junto à margem eriçada de canhões manejados por um dos adversários. Os cascos das canhoneiras brasileiras eram tão frágeis como os das unidades inimigas. O armamento semelhante. Se a luta fosse trava-

da ao largo, a força brasileira, mais bem operada, mais marinheira, teria vantagem. Mas, enclausurada no canal estreito do Rio Paraná, estava em condições de igualdade com o inimigo. Ou talvez inferior, porque tinha contra si os 22 canhões instalados na margem próxima e mais seis "chatas" rebocadas, unidades muito bem concebidas, resvés com a superfície, alvos difíceis de acertar, armadas com um canhão calibre 68 atirando na linha d'água dos navios brasileiros.

Ao se aproximarem os paraguaios, a esquadra de Barroso estava fundeada, tendo que manobrar para enfrentá-los. O autor destas linhas esteve na área onde se desenvolveu a batalha. O canal então navegável (1940) passava junto da margem direita, tendo o encontro se dado no canal antigo, perto da margem esquerda (onde estavam os canhões paraguaios) e pôde verificar visualmente como eram mínimas as distâncias. A inversão de rumo dos navios brasileiros demandou evolução em espaço ínfimo, recebendo ao mesmo tempo descargas das baterias inimigas, flutuantes e de terra. O perigo de encalhar mostrou-

se logo, com a perda da *Jequitinhonha*. A *Belmonte*, bastante avariada, teve a sorte de abicar na barranca à jusante da área ocupada pelos paraguaios, escapando por isso. A *Paraíba* foi cercada e abordada por três atacantes.

A reação foi fruto da determinação com que se engajaram as canhoneiras, a intensidade do fogo e dos acertos de suas artilharias, que iam avariando as unidades inimigas; do socorro efetivo e do êxito da libertação da *Paraíba*, que resistiu com o sacrifício, dentre outros, de Marcílio Dias, Greenhalgh e Pedro Afonso; e, por fim, da iniciativa de Barroso, aproveitando a capacidade que tinha a *Amazonas* de girar sobre si mesma, graças à propulsão de rodas (uma das quais seria imobilizada) e mais a potência de sua máquina, para abalar, destru-

indo-os, quatro navios paraguaios. Esses detalhes com referência à Batalha do Riachuelo são pouco comentados pelos historiadores, principalmente os estrangeiros, que dão ênfase à falsa superioridade brasileira, além de acumular um acervo de mentiras com relação às atitudes das guarnições vencedoras.

Derrotada sua força naval, Lopes ainda tentou desbaratar ou bloquear a esquadra de Barroso, instalando fortes baterias à jusante, em Mercedes e Cuevas, obrigando os navios brasileiros a cruzá-las, sofrendo mais avarias e perdas humanas.

DETIDO O AVANÇO DO EXÉRCITO EXPEDICIONÁRIO DO SUL

O Exército de Robles continuou sua progressão,³ mas Lopes achando fraco o

ímpeto com que avançava, substituiu seu comando (Robles foi preso e fuzilado) por Resquim. A oposição que encontravam das forças argentinas era débil. Pau-nero, em julho, recebeu ordem de marchar a fim de se unir às forças que lutavam contra a invasão de Estigarribia. Restou no Rio Paraná apenas a cavalaria de Urquiza, mas dois motins a enfraqueceram com as deserções que se seguiram. Desse modo, a única resistência efetiva, opondo-se ao Exército Expedicionário, foi dos navios de Barroso, hostilizando seu flanco fluvial, do que resultou ficar ele imobilizado, em Goya, de julho a setembro. Com a rendição de Urquaiana, que permitiria, como permitiu, o deslocamento dos exércitos aliados para o Rio Paraná, houve ordem de Lopes para ser evacuada a Província de Corrientes, retirando-se os paraguaios, cruzando o rio, para o Passo da Pátria.

Tamandaré e a Marinha foram muito criticados em Buenos Aires, e mesmo no Rio de Janeiro, pelo que chamavam a "estagnação" das operações da esquadra e a permanência do almirante na capital platina. Os estratégistas "de gabinete" julga-

³ Tasso Fragoso em sua obra diz desconhecer-se quais seriam as intenções estratégicas de Lopes com sua tríplice invasão, especialmente as duas em direção ao sul, alongando suas linhas de comunicação e sabendo que iria encontrar cada vez maior resistência. Alimentaria ele o sonho de que, no caminho, conseguira alianças, com o apoio de Urquiza e, adiante, do Partido Blanco do Uruguai? É contando também com sua momentânea superioridade militar, a dedicação e a bravura de seu povo, com a mística pelo "pai grande", consolidar um império platino sob sua direção? É possível que sua imaginação tenha-se nutrido durante os anos de estada na corte de Napoleão III ("le Petit", como o chamou Victor Hugo), que tenha a ambição de imitar as conquistas de "le Grand", mas sem sua capacidade. De qualquer forma, Lopes fomentou sonho inexequível que sacrificou uma geração.

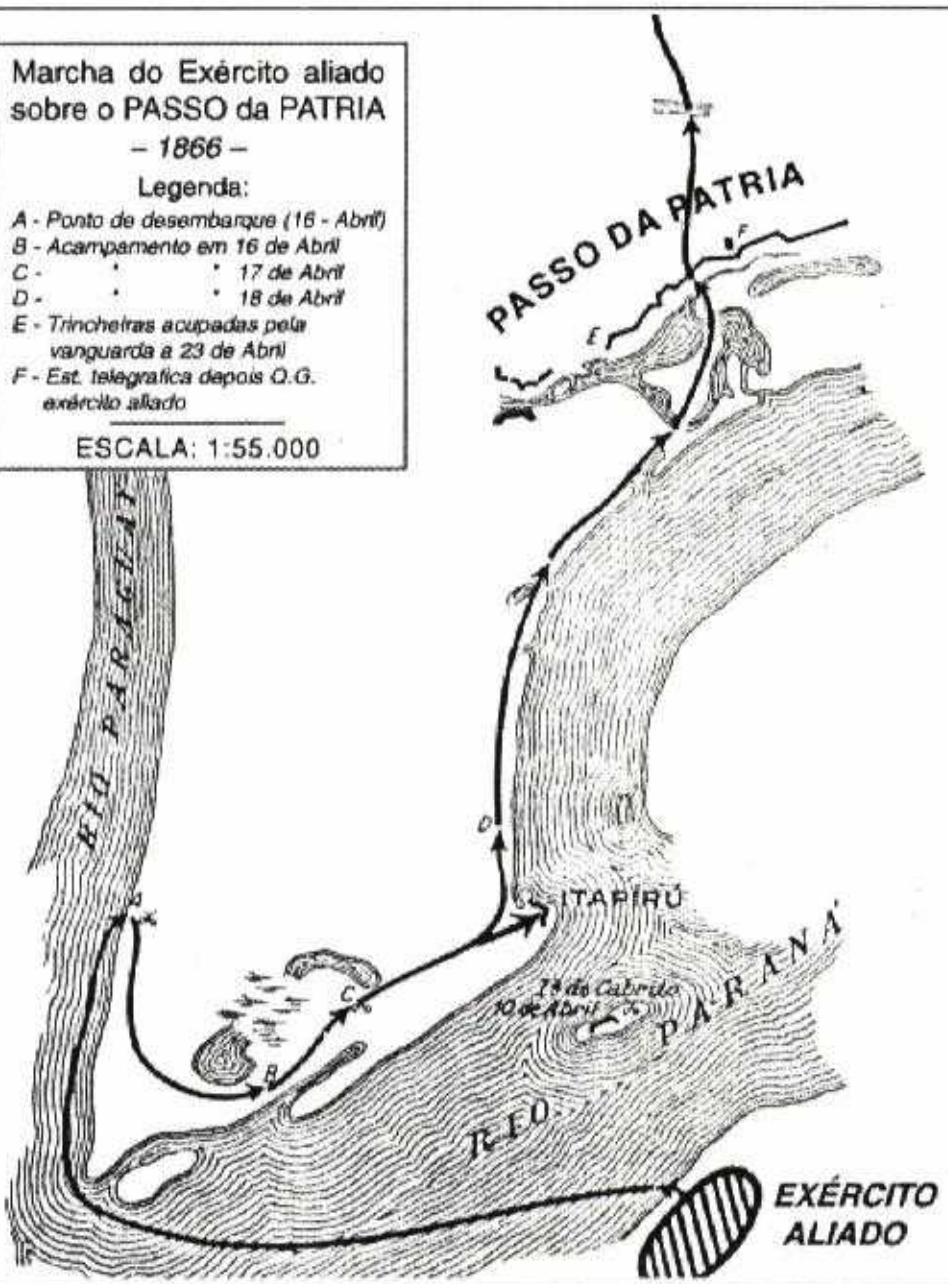
**Marcha do Exército aliado
sobre o PASSO da PATRIA**

- 1866 -

Legenda:

- A - Ponto de desembarque (16 - Abril)
- B - Acampamento em 16 de Abril
- C - " " 17 de Abril
- D - " " 18 de Abril
- E - Trincheiras acapadas pela vanguarda a 23 de Abril
- F - Est. telegráfica depois O.G. exército aliado

ESCALA: 1:55.000



vam que deveriam os navios, sem maiores cuidados, seguir rio acima, cruzar Humaitá e ocupar Assunção.

Tais comentários de forma nenhuma procediam. Tamandaré, como o Diretor da Guerra até aquele momento, deveria manter-se aonde pudesse acompanhar as negociações políticas, providenciar a instalação da estrutura logística que iria prevalecer até o fim da guerra, além de manter com a Corte, no Brasil, os contatos relativos ao necessário fortalecimento de nossa força naval. Também não se justificaria o avanço dos navios sem serem acompanhados por elementos terrestres de ocupação. A tarefa que lhes competia era a que estavam desempenhando, isto é, manter-se na defensiva, impedindo a progressão do Exército de Resquim.

Outra acusação que se fazia à Marinha, era a de não ter evitado a travessia do Rio Paraná dos soldados paraguaios que recuavam. Da mesma forma de quando Corrientes fora invadida, o desconhecimento do rio impossibilitava o seu patrulhamento permanente, com os riscos de encalhes e destruição pela artilharia inimiga. Quando foi necessário

executar operação de importância — o desembarque em território paraguaio — o levantamento hidrográfico da calha fluvial foi dos trabalhos mais perigosos no preparo da ação, depois do que os navios aí operaram continuamente.

A OFENSIVA — PASSO DA PÁTRIA

Recuado o "Exército Expedicionário do Sul" e deslocando-se as tropas aliadas do Rio Uruguai para o Rio Paraná, concentrando-se em Corrientes, teve início a ofensiva, originalmente vista nos Planos da Campanha, pelo eixo fluvial. Caberia à Marinha assegurar o domínio do rio, colocar as forças terrestres invasoras no território inimigo e apoiar o subsequente avanço até a neutralização e a passagem de Humaitá, considerada a chave da guerra. Os navios de madeira, embora continuando a ser empregados, não seriam os indicados para desempenhar as tarefas planejadas. Em dezembro de 1865, começaram a incorporarem-se à esquadra as unidades blindadas, capazes de arrostar a artilharia dos pontos fortificados que se sucediam pelas margens dos rios.

A contribuição da Marinha na campanha do Paraguai começou logo com o rompimento das hostilidades e, operativamente, só terminou quando o conflito transportou-se para a cordilheira, com a perseguição a Lopes. Mas em três ocasiões sua ação atingiu os clímax que influiram grandemente no desenvolvimento da guerra: em Riachuelo, quando destruiu o poderio naval paraguaio e se opôs à ofensiva dos "expedicionários" de Robles e Resquim; na passagem de Humaitá; e, especialmente, na operação anfíbia chamada de Passo da Pátria, cuja direção lhe coube, conseguindo a proeza de, em face de forte resistência, colocar na margem paraguaia do Rio Paraná, através de águas até então desconhecidas, perto de 60.000 homens, com cavalaria, artilharia, munição e suprimentos, sem que se lamentasse nenhuma perda.

Fora decidido que a travessia do Rio Paraná se faria perto da confluência com o Rio Paraguai, no local denominado Três Bocas. O deslocamento das forças de invasão ocupou o restante do ano de 1865 e os primeiros meses de 1866. Simultaneamente, iam sendo feitos os

preparativos materiais para o transporte dos soldados, utilizando-se os parcós recursos existentes em Corrientes e outros trazidos de Buenos Aires. Numerosas barcaças foram construídas. E concentrava-se a força naval mais poderosa até aquele momento vista em águas fluviais. Em fevereiro de 1866, contava a esquadra com quatro encouraçados (*Brasil, Bahia, Tamandaré e Barroso*), 13 canhoneiras de madeira, cinco avisos, cinco transportes próprios e seis afretados.

Tamandaré, considerando a envergadura da ação a ser desfechada, deslocou-se de Buenos Aires e assumiu o comando da Força Naval, tendo como capitânia o transporte *Apa*. Foi-lhe atribuída a chefia geral da operação. Da margem oposta, os paraguaios procuravam continuamente perturbar as tropas aliadas em Corrientes, com pequenas incursões de canoas armadas, facilmente repelidas. Mas isso deu causa a mais um atrito verbal entre Mitre e Tamandaré (a ser seguido por outros, inclusive com seu sucessor, Inhaúma). O Presidente argentino insistia para que os navios patrulhassem o Rio Paraná a fim de impedir tais

incursões inimigas. A recusa de Tamandaré, como Barroso fizera em situações anteriores, foi definitiva. Considerava que os "custos" advindos dos riscos enfrentados pela navegação em águas desconhecidas, não seriam compensados pelo que se queria evitar.

Esses desacordos entre os comandantes das Forças Navais e o Comandante-em-Chefe (pelo Tratado da Tríplice Aliança não havia subordinação dos primeiros ao segundo) continuaram durante toda a campanha por motivos diversos. Mitre seria notável estadista, mas como militar não estava familiarizado com o emprego de forças navais. Sobrestimava as possibilidades dos navios, ignorava a necessária coordenação que sua atividade deveria ter com as forças terrestres. As negativas às suas exigências demandavam grande fortaleza moral dos chefes navais que eram, por isso, acoimados de excessivamente cautelosos, eufemismo encobrindo piores acusações. Tamandaré, e depois Inhaúma, chegaram a denunciar Mitre como pretendendo enfraquecer a Marinha Imperial (arriscando-a a perdas desnecessárias) prevenindo papel que teria em

eventuais e subsequentes conflitos no Prata. Naturalmente deveriam influir nessas acusações antigas diferenças, não esquecidas, nascidas na Campanha Cisplatina.

O primeiro passo dado para garantir a travessia do Rio Paraná, foi ser feito o levantamento batimétrico da área fluvial a ser cruzada. Desta vez, à vista da importância da operação, valiam os riscos a serem assumidos. Uma comissão hidrográfica, composta pelos Tenentes Silveira da Mota (futuro Barão de Jaceguai), Hoonholtz (futuro Barão de Tefé) e Cunha Couto, protegida por um encouraçado e duas canhoneiras, efetuou sondagens do rio até bem acima da confluência, enfrentando o fogo do inimigo e os encalhes que se sucederam.

Com base nesses estudos, e no reconhecimento que foi possível fazer da margem paraguaia, Tamandaré, Mitre e Osório trataram de fixar o melhor ponto para o desembarque. Enquanto isso, a esquadra bloqueava o Rio Paraguai e procurava neutralizar os redutos artilhados de Itapiru e Passo da Pátria, que duelavam à curta distância com os navi-

os, contando com o auxílio de antigo e valoroso combatente que reaparecia: as terríveis "chatas" de Riachuelo.

A artilharia do Exército também tentava atingir as fortificações paraguaias, mas com pouco efeito, devido às maiores distâncias de tiro. Decidiram então ocupar um pequeno banco de areia a meio caminho, chamado a Ilha da Redenção, e aí instalar bateria que auxiliasse o bombardeio dos navios. Sob a proteção de duas canhoneiras, o Tenente-Coronel João Carlos de Carvalho, Chefe da Comissão de Engenharia do Exército brasileiro, ocupou-a, levando consigo sapadores e artilheiros comandados pelos Tenentes-Coronéis Villagran Cabrita e Tibúrcio de Souza. Montaram na ilha quatro canhões e quatro morteiros. No dia 9, os paraguaios tentaram desalojá-los, com violento ataque, mas foram repelidos. Lamentavelmente, um dos últimos tiros disparados vitimou o Tenente-Coronel Cabrita, cuja heroicidade fez com que a ilha tomasse seu nome.

Os navios sofriam muito com o fogo paraguaio, que destruía suas superestruturas e causava baixas entre as guarnições. Mas o pior de-

sastre deu-se quando um projétil penetrou na casamata do encouraçado *Tamandaré*, matando e ferindo 37 homens, entre eles seu comandante, o 1º Tenente Mariz e Barros (filho do Visconde de Inhaúma) que teve a perna cortada e sangrou até morrer.

Continuavam os chefes militares a procurar o local mais propício para o desembarque. Havia preferência para ser a passagem feita mais à montante, em Itati, ou entre Itapiru e Passo da Pátria. Em ambos esses lugares os alagadiços acompanhavam a margem, o que dificultaria a marcha das tropas, principalmente a cavalaria, depois de colocadas em terra. A 2 de abril, Tamandaré recebeu carta do 1º Tenente Francisco José de Freitas, comandante da canhoneira *Ipiranga*. Dizia que, embora julgassem a decisão já tomada, sugeria que também considerassem a área junto à foz do Riacho Atajo, afluente da margem esquerda do Rio Paraguai, pouco acima da confluência com o Rio Paraná. Aí, a barranca tinha a altura conveniente para se efetuar o desembarque, as águas do rio eram profundas, e, em continuação, estendia-

se planura apropriada para a marcha dos invasores. O desembarque se daria afastado das fortificações inimigas mais poderosas, de Itapiru e do Passo da Pátria.

Na reunião do comando geral do dia 14 de abril, Tamandaré apresentou o croquis desenhado pelo Tenente Freitas, que coincidia com outras informações obtidas. No dia 16, três canhoneiras reconheceram a área indicada, sendo ela definitivamente escolhida para aí serem colocadas as tropas. O bombardeio de Itapiru, Passo da Pátria e, mesmo, um pouco acima, entre a Ilha de Santana e a margem, continuou intenso, servindo entanto só de despistamento e preparo para o avanço posterior dos invasores.

Nesse mesmo dia 16, os transportes com o primeiro escalão (chamavam "expedição"), brasileiro, liderado por Osório (que fez questão de, antes de qualquer outro, pôr o pé em terra, seguido por seu piquete) largaram de Corrientes, penetraram no Rio Paraguai e atracaram junto à foz do Riacho Atajo, protegidos pelo fogo de quatro canhoneiras. O segundo escalão, que logo o seguiu, era comandado por Flores e Paunero. A operação conti-

nuou todo o dia 17. Enquanto durou, o Almirante Tamandaré percorria a área em um escaler a remos. Itapiru e Passo da Pátria foram abandonados conforme as forças desembarcadas progrediam pela margem do Rio Paraná, com a cobertura da artilharia da esquadra.

AVANÇO SOBRE HUMAITÁ, CURUZU E CURUPAITI

Em Estero Belaco e Tuiuti, Lopes opôs-se à penetração dos aliados, sendo vencido, a 24 de maio, na maior batalha campal travada na América do Sul. No caminho para Humaitá, duas fortificações, fazendo parte do dispositivo defensivo da fortaleza, barravam o avanço dos invasores, e deveriam ser vencidas: Curuzu e Curupaiti.

A esquadra preparou o caminho, reconhecendo e canhoneando a primeira delas, tendo de lutar, além da reação da artilharia, com estacas cravadas no leito do rio, impedindo o deslocamento dos navios, e com os denominados "torpedos", minas flutuantes que desciam a correnteza, ameaçando chocarem-se com os cascos, explodindo. Em relação ao estaqueamento, a unidade

naval mais potente, o encouraçado *Brasil*, demoliu-o à força de proadas. Quanto à segunda ameaça, escaleristas patrulhavam a vanguarda da esquadra, desviando-os, o que não evitou que alguns deles fossem as primeiras vítimas.

Nem sempre, entretanto, puderam evitá-los, sendo os "torpedos" responsáveis pela nossa maior perda material na guerra. Dois deles atingiram o encouraçado *Rio de Janeiro*, que afundou, causando a morte de grande parte da guarnição. Mas, a 31 de agosto, os navios encarregaram-se do transporte do 2º Corpo do Exército brasileiro, comandado pelo Barão de Porto Alegre, desembarcaram-no em local seguro e apoiaram seu avanço e a tomada de Curuzu.

Porto Alegre preparou-se para continuar a marcha contra Curupaiti. A nova empresa seria bem mais difícil, exigindo reforços, inclusive a substituição das baixas em Curuzu. Mitre decidiu incorporar divisões argentinas e assumir pessoalmente o comando da operação. A esquadra procurou fazer calar os canhões adversários e demolir os bastiões defensivos, mas, apesar de dobrar o tempo previsto para o bombar-

deio, não obteve os resultados desejados. A 22 de setembro, os aliados atacaram e foram repelidos, no que se constituiu na única grande derrota por nós sofrida na campanha.

É dito conhecido que "a vitória tem muitos pais, mas a derrota é órfã". Uma das consequências do malogro de Curupaiti foi a demonstração da fragilidade da estrutura do comando aliado. Tamandaré independia da chefia de Mitre. Porto Alegre discordava do General Polidoro — que substituiria Osório no comando do 1º Corpo e era o oficial brasileiro mais graduado. Acusava-o de ter aceito que operação com a maioria dos elementos engajados brasileiros fosse dirigida por estrangeiro, Mitre, o qual, ajunta-

va, como comandante-em-chefe deveria preocupar-se com a estratégia geral adotada, e não chefiar ações menores. Cruzavam-se acusações. A Marinha foi responsabilizada por não ter dado cobertura de fogo suficiente e de não manter boas comunicações com Porto Alegre. Tamandaré defendeu-se afirmando que, com o tipo de material utilizado nos bastiões (terra solta) seria difícil garantir-se serem

ele destruídos com tiros de canhão,⁴ e que uma canhoneira, fundeada na Lagoa Pires, mantivera permanentes comunicações com as tropas atacantes. Julgava, por seu lado, que essas últimas não haviam reconhecido devidamente as paliçadas que deveriam galgar. Também Porto Alegre queixava-se de que, se tivesse recebido o reforço de 4.000 homens solicitado a Polidoro, teria assegurado o êxito.

Com referência a Mitre, a crítica brasileira condenava ter ele aceito conferenciar com Lopes em Iaiti Corá a 10 de setembro (na conferência Lopes propôs a paz, proposta recusada por Mitre porque o Presidente paraguaio não se dispunha a abandonar o governo, e esta era exigência da Tríplice Aliança para dar fim às hostilidades) a qual servira de pretexto para o inimigo ganhar tempo e usá-lo em reforçar as defesas de Curupaiti.

A conclusão de Tasso Fragoso, isenta de paixões e de lamentações, simples e

direta, foi que o ataque a Curupaiti malograra-se devido a seu preparo insuficiente. Abordou-se posição extremamente forte sem que antes as dificuldades do salto tivessem sido devidamente avaliadas.

Conseqüência indireta — ou até certo ponto direta — da derrota de Curupaiti, houve importantes mudanças no alto comando. Tamandaré, que já pedira retirar-se por motivos de saúde, foi substituído pelo Almirante Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma. O General Polidoro cedeu seu lugar no 1º Corpo do Exército para o General Argolo. E o Marquês de Caxias foi nomeado Comandante das Forças Brasileiras no Teatro — e algumas vezes Comandante-em-Chefe, nas ausências de Mitre, que passaram a ser mais freqüentes, voltando à Argentina para solucionar questões da política interna do país.

Em seu novo comando, Caxias teve que se mostrar eficiente administrador antes de estrategista. Os planos

de Mitre para a tomada de Humaitá dependiam da neutralização de Curupaiti, devendo assim serem revisados. Os necessários estudos, as mudanças de comando, outras dificuldades que surgiram, ocasionaram uma parada nas operações que durou de setembro de 1866 a julho de 1867, com as tropas acampadas em Tuiuti. Sofreram com isso, naturalmente, a seqüela de situações semelhantes: desorganização, desânimo, condições sanitárias piorando etc. Para combater tais sinais negativos, Caxias dedicou-se a reorganizar os efetivos existentes, combater epidemia de cólera que assolou o Exército, melhorar o adestramento, as condições de saúde e o abastecimento.

Solucionado o problema da organização, simplificou os planos a serem implementados, projetando a audaciosa "marcha de flanco", que contornou Humaitá, e determinou a formação e a incorporação de um 3º Corpo de Exército, recrutado por Osório no Rio Grande do Sul. Solicitou também para que ficasse bem claras as relações de comando com Mitre e Inhaúma. Quanto ao primeiro, foi-lhe concedida certa independência de pla-

⁴ Na Segunda Guerra Mundial, com outros recursos, canhões de 406mm, aviação, reconhecimentos precisos, houve casos nos quais os bombardeios preparatórios de posições costeiras para operações anfíbias não anularam completamente as defesas como, por exemplo, em Iwo Jima, o que custou a vida de centenas de fuzileiros navais norte-americanos.

nejamento, e, o segundo, ficou a ele subordinado, o que trouxe grandes vantagens operativas com a perfeita cooperação que se seguiu.

A estagnação, que era criticada, não atingiu a Marinha, pois os navios continuavam ativos, procurando enfraquecer as defesas paraguaias e sofrendo sua esperada reação. Uma Divisão de Canhoneiras subiu o Rio Paraná, limpando-o dos remanescentes entraves inimigos que ainda lá permaneciam.

Mitre continuava com a idéia fixa de que o primeiro movimento para a ocupação de Humaitá deveria ser a esquadra ultrapassar a fortaleza, quaisquer que fossem as perdas que experimentasse. Em "memoriais" que enviava a Caxias dizia que a destruição de até dois terços das unidades que tentassem a passagem ainda faria válida a operação.

Tanto Tamandaré como, posteriormente, Inhaúma, opunham-se às idéias de Mitre, argumentando que a ultrapassagem de Humaitá no momento, afrontando centenas de canhões atirando à curta distância, significaria, com as perdas que se iriam verificar, sensível diminuição de nosso poder

naval. E isso sem que houvesse resultado compensador, pois, se as forças terrestres não acompanharem a esquadra, colocando-se à montante de Humaitá, nenhuma vantagem estratégica se teria, e as unidades navais que restassem ficariam bloqueadas. Esperavam também a incorporação de um novo tipo de navio, que estava sendo construído no Brasil, próprio para a operação, com a casamata dos encouraçados substituída por artilharia torreada, mais rasos de superestrutura e casco, resistindo melhor aos bombardeios: os monitores.

Caxias apoiou os chefes navais, concordando que a Marinha só forçasse Curupaiti e Humaitá quando a situação estratégica o exigisse e a operação estivesse bem preparada.

A pressão de Mitre chegou a tal ponto, apelando para sua autoridade, que mesmo Caxias começou a partilhar dos receios dos admirantes de que havia suspeito interesse argentino na redução do poderio da Marinha Imperial — e, em car-

ta ao Ministro da Guerra, expressou-os. A diplomacia brasileira procurou apagar tal impressão, que poderia pôr sombras na Aliança.

Em julho de 1867, Caxias, com os 1º e 3º Corpos brasileiros e as tropas argentinas que continuavam no Paraguai, iniciou a "marcha de flanco", ficando o 2º Corpo (de Porto Alegre) em Tuiuti, na defesa da base e como reserva. Logo, como prometera Inhaúma, dez encouraçados romperam as defesas de Curupaiti, sustentando vivíssimo fogo de 29 canhões de calibres 68 e 32, e entre eles o considerado "monstruoso Cristiano", de calibre 80, fundido com o bronze das igrejas paraguaias.⁵

Além de enfrentar as costumeiras estacas e os "torpedos" trazidos pela correnteza, os navios tiveram que fazer a passagem utilizando o canal fundo, que ficava junto à margem esquerda, reduzindo ainda mais as distâncias de fogo. Os tributos pagos em termos de pessoal e material, devido aos tiros de que eram vítimas, não

⁵ Este canhão está no Museu Histórico do Rio de Janeiro. Sua fundição sofreu acurado exame pelo Raio-X, e a conclusão a que os museólogos chegaram foi que ele nunca deve ter atirado, porque encontraram falhas na sua estrutura que o fariam explodir.

foram poucos. Entre as vítimas contou-se o comandante do *Tamandaré* que perdeu o braço, arrancado por um projétil.

Durante seis meses os encouraçados permaneceram entre Curupaiti e Humaitá. Foi a fase mais difícil e discutida da campanha naval. Da posição em que se encontravam podiam hostilizar as duas fortificações, mas também eram visados por ambas constantemente. Raramente as guarnições abandonavam o abrigo das casamatas, o que tornou, no clima inóspito e quente, quase insuportáveis as condições sanitárias. Os suprimentos passaram a ser muito dificultados, sendo necessárias providências extraordinárias para garantir-lhos, sobre os quais falaremos adiante.

Nesse meio tempo, as operações terrestres desenvolviam-se, com o avanço das tropas aliadas encontrando reação tanto do inimigo como da natureza do terreno que atravessavam. Nos últimos dias de setembro, os primeiros destacamentos chegaram a Tagy (af destruindo três navios paraguaios) na margem acima de Humaitá. Imediatamente Mitre voltou a

insistir para que os navios transpussem a fortaleza. Falava inclusive como o Diretor da Guerra, embora a esquadra não estivesse a ele diretamente subordinada. Enviou novo "memorial" a Caxias, bastante crítico e enérgico, julgando que a Marinha deveria executar a operação exigida porque assim estaria *llenando un deber*. Inhaúma, a quem foi dado a conhecer o "memorial", respondeu-o mostrando as dificuldades que se iria enfrentar na passagem à força por Humaitá, o que demandaria cuidadoso preparo, a fim de evitar que da ação resultasse um fracasso sangrento e inútil. Os navios desfilariam diante das fortificações um a um devido à largura do canal, permitindo a concentração do fogo de 99 canhões sobre cada unidade. A correnteza das águas, impulsionada pelo giro que o traçado do rio dava, de quase 180°, atingia de quatro a seis milhas por hora, que precisaria ser vencida. Se não o fosse, os navios poderiam ser arrastados, desgovernados, rio abaixo, enfrentando diversas vezes a barragem da artilharia de Humaitá. Se colidissem com as correntes de ferro atravessadas de margem a margem, e não as rompessem, transformar-se-iam em alvos imóveis, podendo ser abordados pelas *bogarantes*. Haveria com certeza muitas perdas materiais, que iriam fazer falta ao apoio da campanha terrestre que se seguiria para atingir Assunção. Por fim, perguntava se não corresponderia também a *llenar un deber*, o ataque frontal do Exército a Humaitá. Por que não o faziam? A resposta naturalmente seria (o que se aplicava da mesma maneira à esquadra) porque *um assalto certamente rechacado ou, que, pelo menos, não contasse com razoável possibilidade de sucesso, seria insensato*. Caxias mais uma vez assentiu com as razões do almirante, dando-lhe liberdade para enfrentar Humaitá quando estivesse pronto e achasse conveniente.⁶

⁶ O autor teve a oportunidade, em 1940, de passar diante de Humaitá em um navio de 870 cv de força, desenvolvendo 14 nós — o qual, devido à correnteza incidindo pelo través, ia perdendo o governo. Imagine-se em 1867 as dificuldades de navios com 100 cv de potência ante a força do fluxo das águas.

PASSAGEM DE HUMAITÁ

A conveniência apareceu em fevereiro, com a subida do nível das águas, a destruição a tiros de algumas barcaças que sustentavam as correntes de ferro e o desgasete das defesas da fortaleza devido aos contínuos bombardeios. A 12 de fevereiro, três monitores, que estavam desde dezembro em Curuzu, enfrentaram as baterias de Curupaiti e juntaram-se aos encouraçados. Na madrugada de 19, uma Divisão Naval, sob as ordens do Capitão-de-Mar-e-Guerra Delfim de Carvalho, composta pelos encouraçados *Barroso*, *Bahia* e *Tamandaré*, levando atracados a contrabordo, respectivamente, os monitores *Rio Grande do Sul*, *Alagoas* e *Pará*, avançou pelo canal fronteiro a Humaitá. Na travessia, rompendo as correntes de ferro que ainda existiam, debaixo de tremendo bombardeio e lutando contra a correnteza do rio, não faltaram incidentes. O cabo que ligava o *Alagoas* ao *Bahia* foi cortado por um tiro. O monitor, trazido rio abaixo pelo fluxo da água, passou pela segunda vez diante da fortaleza. Não atendendo à ordem de fundear que lhe foi dada, voltou so-

zinho, cruzando pela terceira vez a barragem de fogo. Novamente perdeu o governo e defrontou Humaitá pela quarta vez. Já nascendo dia, o 1º Tenente Antonio Joaquim Maurity, seu comandante, mais uma vez aproou rio acima e, pela quinta vez, transpôs Humaitá, juntando-se então ao restante da Divisão, "ostentando" no casco algumas centenas de impactos e a superestrutura destruída. Mas não haviam terminado as aventuras do monitor. Julgando-o sem capacidade de reagir, com o castigo que sofrera, 20 canoas repletas de soldados tentaram abordá-lo. Seis delas foram a pique e as outras repelidas.

O encouraçado *Bahia* também desgovernou na travessia, abalroando o *Tamandaré* e o *Pará* que vinham atrás. Ambos os abalroados sentiram o choque, abrindo grandes veios d'água, o que não os impidiu de prosseguir. Logo depois de a Divisão passar por Humaitá, teve que enfrentar os disparos de uma bateria instalada em Timbó, cuja existência era ignorada. Ao meio-dia, os navios chegaram em frente a Tagy, completando o cerco de Humaitá. E apoiaram as forças do Exército que ataca-

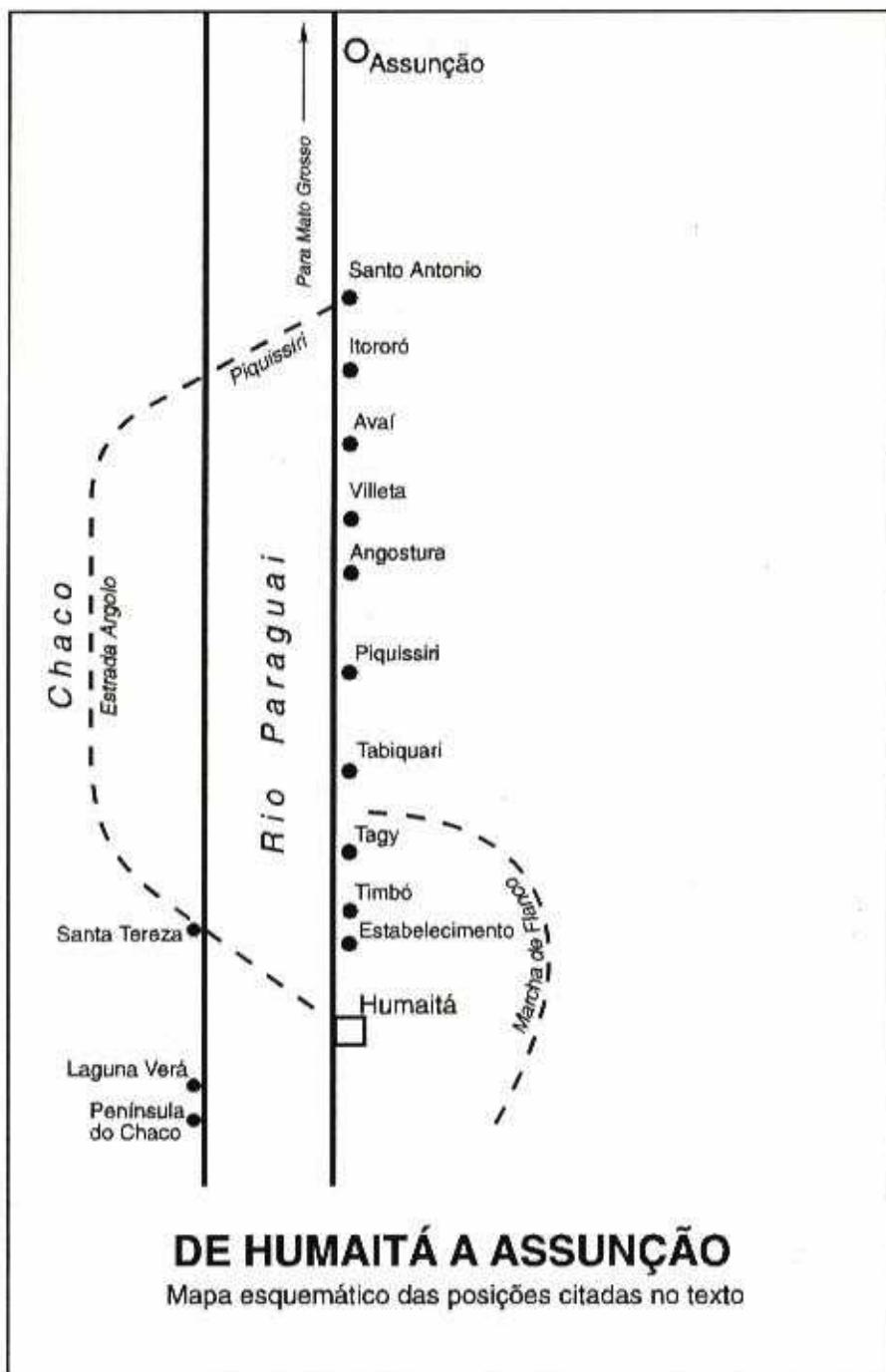
ram e ocuparam o reduto chamado Estabelecimento, que fazia parte do complexo defensivo da fortaleza, abaixo de Tagy.

Atingindo esse primeiro objetivo, considerado de importância capital, teria lugar o avanço sobre Assunção, com íntima cooperação entre o Exército de Caxias e a Marinha de Inhaúma.

QUEDA DE HUMAITÁ A CAMINHO DE ASSUNÇÃO

O que Mitre apontava como a ação decisiva da guerra, a passagem da esquadra por Humaitá, valendo mesmo a perda de dois terços dos navios que o tentasse, acontecera. Pelo rio o caminho para Assunção estava livre. No dia seguinte da transposição de Humaitá, a 20 de fevereiro, as unidades menos avariadas pelo canhoneiro paraguaio, *Bahia*, *Rio Grande do Sul* e *Barroso*, navegaram rio acima até a capital inimiga. A única resistência encontrada foi de uma bateria instalada na Ponta de Tacambé, junto à cidade, logo neutralizada pelos tiros dos navios.

Assunção estava deserta. No porto, dois navios naufragados. Bombardeá-la seria inútil matança de civis.



A ocupação nenhuma vantagem estratégica traria, como preconizada por Mitre, pois toda a margem do rio, entre Humaitá e Assunção estava sendo fortificada em Timbó, Tebicuary, Pikisiri, Angosura e Villeta, redutos que não poderiam ser deixados a retaguarda e fariam do transporte de tropas pela via fluvial um morticínio desastroso. Lopes poderá ser criado como estrategista, por sua ofensiva para o sul baseando-se em sonhadora política de adesões platinas e ouca reação brasileira, mas resistência que opôs aos avanços aliados foi surpreendente.

Para que as tropas terrestres vencessem as fortificações que iriam encontrar, caberia à Marinha repetir o que fizera em toda a progressão pelos rios: apoiá-las, transportá-las, abastecê-las. O cerco de Humaitá, mesmo depois de estarem os encouraçados e monitores completando-o à montante, duraria de fevereiro a julho. Enquanto isso, as unidades navais mantinham Curupaiti e Humaitá sob fogo e reduziam as defesas do complexo, anulando as baterias do Timbó e do Tebicuary.

A fim de mais apertar o sítio da fortaleza, impe-

dindo que afí chegasse qualquer suprimento, Caxias precisou combater forças paraguaias que se mantinham no Chaco (margem direita do rio), dominando a chamada Península do Chaco, fronteira a Humaitá. A esquadra, além de pôr a pique dois vapores que faziam a ligação com o Chaco — os *Iguerei* e *Taquari* — transportou através do rio destacamentos brasileiro e argentino, totalizando perto de 3.000 homens, e secundou-os na luta e na vitória contra as tropas inimigas.

Nessa fase, os navios sofreram outro tipo de ataque, perigoso e sangrento: a abordagem dos encouraçados por flotilhas de canoas pejadas de soldados, disfarçadas em "camalotes", isto é, cobertas de folhagens para se assemelharem a pedaços de baranca arrancados pela correnteza. Em março, 14 delas conseguiram atracar no encouraçado *Lima Barros* e oito no *Cabral*, em frente a Curupaiti. O combate travado nos conveses foi feroz, custando a vida do Chefe-de-Divisão Rodrigues Costa e ferindo gravemente o comandante do *Lima Barros*, pois a luta envolvia toda a guarnição dos navios atacados. Para terminar com os

agressores, os encouraçados *Silvado* e *Herval* suspenderam, colocaram-se junto aos navios abordados, e metralharam seus conveses.

No dia 9 de julho, os paraguaios repetiram a operação, vindos de Humaitá e atacando o encouraçado *Bahia* e o monitor *Rio Grande do Sul*. Comandava o primeiro o Capitão-de-Fragata Silveira da Mota (Barão de Jaceguai) e no *Rio Grande do Sul* foi sacrificado o comandante, Capitão-Tenente Antonio Joaquim. Repetiram-se as carnificinas do ataque anterior, sendo desta vez o inimigo repelido, com grandes perdas, somente pelas guarnições dos navios abordados.

Em uma terceira ocasião os marinheiros viram-se obrigados a se engajar pessoalmente em luta corpo-a-corpo. Quando Humaitá estava sendo evacuada, parte de seus homens procurou retirar-se para o Chaco, cruzando em pequenas embarcações a Laguna Verá. Aí foram interceptados por escaleristas com soldados brasileiros, argentinos e marinheiros do encouraçado *Brasil*, chefiados estes pelo Capitão-Tenente Steeple. Os entreveros deram-se de homem contra homem, empur-

nhando principalmente armas brancas. Entre os oficiais que dirigiam os escalerões da Marinha estavam dois tenentes cujos nomes iriam aparecer com destaque na História Naval brasileira: Júlio de Noronha e Saldanha da Gama.

Com o abandono de Humaitá, a 24 de julho, os Corpos de Exército de Caxias, que já contava com poucos elementos argentinos e uruguaios, iriam desencadear a ofensiva que, neutralizando as defesas da margem do rio, destruiriam os remanescentes das forças paraguaias e os levaria até Assunção.

Inicialmente tratou-se de reconhecer, por terra e pelo rio, a real potência dos redutos que se sucediam além de Humaitá. Caxias freqüentemente embarcou em encouraçados e monitores para verificar pessoalmente o que teria de enfrentar. Os navios abriam fogo contra as baterias a fim de perceberem, por sua reação, a eficiência de cada uma. Caxias concluiu que um ataque frontal seria praticamente impossível, especialmente devido ao tipo de terreno — alagadiço — que os atacantes teriam que atravessar. Impunha-se um desbordamento das posições

fortificadas, para serem elas assaltadas pela retaguarda. Mas o transporte de tropas por via fluvial, faceando os canhões, de Pikisiri, Angustura e Villeta, à curta distância, também estava fora de cogitação.

A "MANOBRA DO PIKISIRI"

A solução encontrada foi uma bem imaginada operação combinada, que se denominou a "Manobra do Pikisiri". As divisões terrestres, sob o comando do General Argolo, foram levadas pela esquadra para o Chaco, abaixo das fortificações. Deslocaram-se para montante seguindo um caminho de dez quilômetros e meio de extensão, aberto na selva em 23 dias pelos sapadores dirigidos pelo Tenente-Coronel Rufino Galvão (último Ministro da Guerra do Império), chegando acima de Villeta, no local denominado Santa Tereza.

Caxias e Inhaúma passaram e repassaram em frente às baterias, procurando o melhor local para o desembarque. Fixaram-se por fim na barranca do local chamado Santo Antonio. Às vinte horas do dia 4 de dezembro de 1868 começou o Exército a ser levado pelos navios

de guerra, que faziam diversas viagens até Santo Antônio. As instruções de Inhaúma para a operação foram muito detalhadas. Dois monitores ficaram atirando sobre Villeta e dois encouraçados, atracados em Santo Antonio, cobriam o progresso das tropas. Duraram as travessias até o dia 9, controladas, sem que se registrasse qualquer confusão, pelo Capitão-de-Fragata Alves Azevedo (futuro Barão de Ladário, último Ministro da Marinha do Império).

Foram as divisões deixadas em Santo Antonio que, avançando pela margem do rio para jusante, venceram em Itororó, Avaí, nomes que ficaram famosos nos fastos do Exército e dominaram Villeta, Angustura e Pikisiri. A esquadra acompanhou-as, empregando sua artilharia e recebendo em troca os tiros paraguaios. Só o encouraçado *Lima Barros* foi atingido 23 vezes, e um dos projéts, penetrando na casamata, matou seu comandante, o Capitão-de-Fragata Neto Machado e feriu três oficiais e três praças.

Desbaratado o Exército paraguaio, e com a rendição de Angustura, seu último baluarte no Rio Paraguai, terminara a campanha flu-

vial. Só continuaria a perseguição de Lopes e seus restantes soldados na cordilheira, até ser ele morto em Cerro Corá, de espada em punho, nas águas do Riacho Aquidabá.

A 3 de janeiro de 1869 a esquadra fundeou em Assunção. Estava finda sua missão principal, mas ainda caber-lhe-iam algumas tarefas secundárias, demandando coragem e habilidade marinheira.

A 14 de janeiro, um desacamento de navios de madeira subiu o rio até Feixe dos Morros, na fronteira de Mato Grosso, a fim de verificar se ainda havia domínio inimigo. Nada encontrando, seguiu até Corumbá, já em mãos brasileiras.

Os navios paraguaios que estavam no Rio Paraguai refugiaram-se no pequeno Rio Manduvirá e em seus riachos menores afluentes, todos estreitos e de difícil navegação. A 18 de abril, três monitores e duas lanchas, sob o comando do Capitão-de-Fragata Jerônimo Gonçalves, penetraram no Manduvirá, tendo seu caminho interrompido por galhos de árvores, troncos, atiradores isolados e até cavalaria. A pouca água encontrada impedi-los de se aproximar

dos navios procurados. Regressando a flotilha, em um "passo" (trecho no qual o rio mais se estreita) foi interceptada por duas peças de campanha, uma trincheira guarnecida por atiradores, o rio obstruído por troncos e até dois "torpedos" (que não funcionaram). Os soldados procuravam abordar os monitores e as lanchas. Reagindo, conseguiu ultrapassá-los. Mas Jerônimo Gonçalves não se satisfez. Voltou rio acima e destruiu a bateria com metralha, desembarcou marinheiros e fez prisioneiros. Foi o último combate da guerra no qual a Marinha tomou parte.

De 29 de maio a 14 de junho, outra flotilha, com uma canhoneira, dois monitores e três lanchas, comandada pelo Capitão-Tenente Eduardo Wandenkolk (primeiro Ministro da Marinha da República) subiu o Rio Jejuy a fim de manter comunicações com a força do General Câmara que operava ao norte do Manduvirá.

Uma terceira expedição pelo Manduvirá destruiu obstáculos que interrompiam o leito do rio e, havendo mais água, aproximou-se dos barcos inimigos refugiados, mas que se auto-incen-

diaram antes de poderem ser capturados.

Nada mais restou à Marinha fazer. Enfrentara dura empresa durante quatro anos.

APOIO LOGÍSTICO

Pelo que se viu, a ação da Marinha na campanha do Paraguai não foi tarefa fácil, de simples presença, aproveitando-se de sua superioridade material, como apregoam autores estrangeiros e, mesmo, alguns nacionais. Ainda que, depois de Ria-chuelo, não mais houvesse reação naval, e as canhoneiras de madeira tivessem sido substituídas pelos blindados, nem por isto passaram a ser desprezíveis as dificuldades enfrentadas. E com as guarnições sofrendo com o clima inclemente, as moléstias tropicais, agravados pela obrigatoriedade permanência a bordo, encerradas nas casamatas sob o sol causticante.

Havia um tipo de adversário que poderia inutilizar a ação da esquadra e ao qual não se dá a ênfase que merece: a demanda logística necessária para ser mantida no centro da América do Sul, distante milhares de quilômetros das fontes de abaste-

cimento, mais de 30 navios, entre eles encouraçados e monitores, moderníssimos para a época. Os reparos exigidos eram constantes, quer devido ao natural desgaste, quer os resultantes de avarias causadas pela ação inimiga. Os contínuos bombardeios das posições paraguaias consumiam grandes quantidades de munição. E as tripulações deviam ser alimentadas e garantida a sua higiene física, dentro do possível.

Atender em tempo útil a tais exigências, com os navios sempre em contato com o inimigo, exigia uma organização difícil de imaginar para a época. Pouco se recebia de Buenos Aires, mas, a cada 15 dias, chegava à esquadra um vapor trazendo do Rio de Janeiro alimentação, medicamentos, sobressalentes e, principalmente, munição.

Esse último item, de enorme consumo, tinha sua fabricação a cargo de personagem um tanto esquecido na memória da Marinha, mas ao qual, na posição de retaguarda que ocupava, deve-se muito à eficiência das operações da força naval: o Comandante Henrique Batista de Oliveira,⁷ que exercia as funções de Diretor da Artilharia da Marinha.

Em uma instalação localizada na Ilha das Cobras — o Laboratório Pirotécnico, chamava-se — produzia projéteis, explosivos, pólvora, lanternetas (*shrapnels*), granadas de mão, espoletas, massa inflamável (os "racha-fogo", avós dos atuais lança-chamas), peças de reposição e de manutenção da artilharia, e até mesmo alguns pequenos canhões. No meio da guerra, o Laboratório, com as proporções que tomou, mudou-se para a

Ponta da Armação, em Niteroy, onde permaneceu, como Diretoria do Armatamento da Marinha, muitos anos.

Para que se tenha idéia do que Henrique Batista produzia, entre os dias 16 de abril e 12 de outubro de 1868 foram enviados para o Paraguai 5.700 projetis esféricos (para canhões de alma lisa), 17.580 projetis para canhões raiados, 741 "buchen de sebo" (que lubrificavam a alma dos canhões, facilitando o deslizar dos projetis), 7.948 braçadeiras, 19.812 cartuchos de baetilha (que ensacavam as cargas de pólvora), 37.600 cartuchos "racha-fogo", 34.000 espoletas de artilharia, 14.000 espoletas de clavinas, 1.300 foguetes de sinalização, 65.000 libras de pólvora, 1.927 "lanternetas", 1.200 "tijelinhas" (para sinalização), 1.200 acessórios diversos e quatro canhões de calibre 2. Isto em seis meses!

Mas ainda assim não foi considerado satisfatório exclusivamente o abastecimento enviado do Rio de Janeiro. Era lento e não resolvia o problema do reparo dos navios. Os Capitão-Tenente José Maria Gracindo Junior e o 1º Tenente Luís Bastos dos Reis, com a cooperação

⁷ O Capitão-Tenente Henrique Batista de Oliveira, antes de ser Diretor da Artilharia da Marinha, foi personagem de aventuras que sabe a ficção: a fuga da França do Encouraçado *Brasil*. Esse navio, construído em Toulon, pago por subscrição pública como reação à chamada "Questão Christie", teve sua entrega interditada pelas autoridades francesas, a título de ser mantida a neutralidade na guerra com o Paraguai. Henrique Batista, só com a família, usando elementos recrutados na ralé do porto, embarcados a pretexto de limparem o banco, conseguiu fugir de Toulon e veio até o Brasil com aquela guarnição pouco confiável, controlada por dois "capoeiras" contratados como "guardiões". Enquanto dormia, sua esposa, de revólver em punho, vigiava o timoneiro para que seguisse o rumo determinado.

do já Capitão-de-Fragata Henrique Batista, instalaram na Ilha de Cerrito, no Rio Paraná, perto da confluência com o Rio Paraguai, um Arsenal. Seria, em termos da Segunda Guerra Mundial, uma Base Avançada, na qual os navios eram reparados, supridos e a munição produzida, complementando a que vinha do Laboratório Piro-técnico.

Quando os encouraçados cruzaram Curupaiti e, durante seis meses, permaneceram entre esta fortificação e Humaitá, naturalmente seu abastecimento ficou muito prejudicado, pois as embarcações que o transportavam deveriam, na passagem, enfrentar os canhões de Curupaiti. Como solução foi construída, no Chaco, uma estrada contornando o reduto paraguaio, que se chamou "Afonso Celso". Partia de Porto Palmar e chegava em Porto Eliziário. Os suprimentos eram transportados por uma estrada de ferro, com dormentes flutuantes no alagadiço, inicialmente com tração animal. Mais tarde, utilizando a caldeira de um vapor inutilizado, improvisou-se uma locomotiva que substituiu os animais.

A construção naval nos estaleiros do Rio de Janeiro

— o Arsenal de Marinha com a contribuição particular de dois outros — a Ponta da Areia e John Mayer e Cia — foi bastante produtiva. Durante a guerra, lançaram de suas carreiras um vapor, três encouraçados, duas bombardeiras (armadas com morteiros) e seis monitores. Estes, que ficaram prontos em cinco meses de trabalho, considerados as unidades mais apropriadas para a campanha, foram projetados com base em pesquisa feita no campo de batalha, bem revelando a maturidade do pensamento logístico da época. Foi organizada (em grande parte por Henrique Batista) uma lista de quesitos a serem respondidos pelos oficiais em operações. Pedia-se que fosse feita comparação entre o emprego dos canhões instalados em casamatas e os torreados, perguntava-se quais as melhores trajetórias para que os tiros sobrepuxessem as barrancas e quais os tipos de projéteis que mais rendimento destrutivo apresentavam; solicitava-se mais informações sobre o funcionamento dos canhões empregados, estatísticas dos tiros dados e seu rendimento, resultados obtidos, partes dos nossos navios mais atingidos etc.

Para responder ao questionário, Henrique Batista deslocou-se para o teatro da guerra, e passava de navio a navio empregado em bombardeios. Com a orientação assim obtida, foram planejados, construídos e armados os monitores.

Talvez, *pari-passu* com a resistência inimiga, o maior obstáculo que a Marinha teve a enfrentar no Paraguai tenha sido as condições sanitárias (não só ela, mas também os quase 100.000 homens do Exército que por lá passaram), os marinheiros vivendo anos em regiões primitivas e miasmáticas, com o desconhecimento da época em matéria de alimentação, prevenção de moléstias, cuidados higiênicos, medidas corretivas de infecções, tratamentos de emergência e hemorragias.

Não que a Marinha faltasse nos cuidados hospitalares que deveria ter. Acompanhava constantemente as forças navais engajadas em navio-hospital — o *Onze de Junho* — (chamavam o "hospital de sangue") e havia hospitais completos em Buenos Aires e Corrientes, sendo esse último transferido para Humaitá e Assunção, conforme progredia a campanha. Para cuidados

imediatos, além do navio-hospital, contava-se com enfermarias na Base de Cerrito e no Chaco. A eficiência desses estabelecimentos, medida em números, segundo Ouro Preto na obra *A Marinha de Outrora*, foi significativa. De 1865 a 1868, baixaram aos diversos nosocomios, entre feridos em combate, doentes, aliados e paraguaios prisioneiros, 35.879 homens, dos quais tiveram alta 27.870, 6.115 foram transferidos para Buenos Aires e Rio de Janeiro e 1.827 faleceram. Em 1869, os baixados numeraram 4.112, curados 3.466 e falecidos 65. Embora a artilharia paraguaia fizesse bastantes vítimas, o desconforto, as epidemias, o desgaste físico responsabilizaram-se pelo triplo das perdas em combate entre os oficiais e sete vezes mais entre os praças.

* * *

A campanha do Paraguai, apesar do aparente desequilíbrio de forças que certos críticos procuram enfatizar, foi difícil, tanto para as forças terrestres como para as navais. Travou-se a grande distância do que seriam as bases de apoio da invasão, dependendo de longas e frágeis linhas de comunicação, e só sendo possível a progressão pelo eixo fluvial, dispondo de defesas fortes e guarnecidas, indiscutivelmente, por gente de grande bravura, extremamente dedicada à sua liderança.

A superioridade em homens e material dos aliados era contrabalançada pelas difíceis comunicações já referidas, a posição favorável dos defensores, sua prévia superioridade em armamento de tecnologia não inferior ao dos atacantes, e a disposição de não haver capitulação, como não houve.

As forças navais brasileiras tiveram papel importan-

te e imprescindível no desenvolvimento estratégico e tático da campanha. Destruíram os oponentes que poderiam dificultar ou impedir o domínio fluvial. Hostilizaram o flanco do Exército inimigo que avançava, imobilizando-o, quando foi necessário. Enfrentaram as baterias instaladas nas margens dos rios, o estaqueamento no leito e as correntes que se opunham aos movimentos de seus navios, as agressões das abordagens e dos "torpedos". Cooperaram na progressão das forças terrestres, transportando-as, apoiando-as nos desembarques, enfraquecendo os redutos fortificados que por elas foram sendo neutralizados ou ocupados, realizando ação conjunta que garantiu o êxito das operações.

A Marinha, com sua atuação, colheu os louros da vitória e firmou tradições que ficaram na História. Merecidamente.



COMBATE EM LOCALIDADE

Cláudio Ricardo Hehl Forjaz*

A urbanização crescente característica do nosso tempo fez crescer de importância a consideração sobre os combates em localidade no desenvolvimento das operações militares terrestres. Neste artigo, o autor apresenta um elenco de exemplos desse tipo de combate ocorridos, particularmente, a partir da Segunda Guerra Mundial e lista os ensinamentos fornecidos pelos mesmos.

O presente artigo expõe um tipo de combate cada vez mais frequente e ainda pouco estudado.

O desenvolvimento da humanidade trouxe, a partir da Era Moderna, uma maior urbanização da sociedade. Hoje em dia, os países mais desenvolvidos têm sua economia, força de trabalho, população economicamente ativa e elite intelectual, concentrados nas poucas dezenas de quilômetros quadrados de suas urbes.

Em suma, nos últimos séculos a população mundial, migrou para as cidades. Tal fenômeno gerou consequências não só nos campos

psicossocial, político e econômico, mas também no militar, levando a batalha para este ambiente.

Esses combates urbanos atingiram um grande desenvolvimento na Segunda Guerra Mundial, sendo que alguns deles foram tão marcantes que mudaram, não só o rumo da guerra como o comportamento e a conduta dos exércitos em campanha e o emprego militar da população civil habitante desses locais.

Fruto dessa experiência os exércitos dos países da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e do antigo Pacto de Varsóvia, dentre outros, têm procurado aperfeiçoar suas doutrinas para melhor adaptá-las a realidade do momento.

DA ANTIGÜIDADE À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

OS PRIMÓRDIOS

Dizer que os combates em localidades nasceram nas grandes guerras deste século seria uma heresia.

Desde os primórdios da civilização existem guerras e cidades. Essas porém eram em pequeno número e pouco povoadas. A maioria da população vivia no e do campo.

Com o passar dos séculos, a arquitetura começou a se desenvolver e surgiram as primeiras muralhas, capazes de resistir a um assalto por vários meses, ou até anos. Contam as linhas da Ilíada de Homero que Tróia resistiu por volta de

* Capitão de Engenharia.

uma década. Corria então o século XII antes de Cristo.

Antigamente, quando caia uma Cidade Estado e sua muralha, ruía junto seu Império. Isso é bem caracterizado pela queda de Atenas, Cartago ou Roma.

As muralhas se desenvolveram e se transformaram em fortalezas, fortões e fortins. Essas construções abrigavam muito bem os exércitos que, uma vez bem abastecidos, resistiam a longos cercos. As muralhas tornaram-se quase invencíveis até o advento do canhão, que passou a dominar os campos de batalha.

Com o decorrer dos tempos e com o aumento do comércio, as vilas começaram a se tornar cidades e, já no início da Era Moderna, muitas detinham uma respeitável área e população.

NO BRASIL

Brasil Colônia

Alguns livros de História fazem menção aos combates nos fortões e cidades do Nordeste, particularmente em Salvador e em Recife, durante as invasões holandesas ocorridas no século XVII.

Outro acontecimento histórico de grande importância foi a derrota dos invasores franceses de Du Clerc à cidade do Rio de Janeiro, em 1710. Os combates ocorreram dentro da cidade, tendo como palco várias ruas e praças importantes.

Após quase dez dias desde o desembarque em Guaratiba até sua rendição final, os invasores foram atacados por tropas regulares, por locais e, até, por grupos de estudantes.

Os luso-brasileiros se aproveitaram dos morros, das construções e do conhecimento do terreno para não dar trégua aos franceses. Esse é, talvez, o primeiro combate em nossas terras em que aparece a trilogia relevo-localidade-habitante.

Brasil República

Na última década do século passado, tivemos os dois combates em localidade de maior destaque no cenário nacional: Lapa e Canudos.

O primeiro foi uma heróica resistência legalista que, tendo à frente o Coronel Gomes Carneiro, soube, mesmo que primitivamente, solidificar suas defesas alicerçando-as nas elevações

e nas construções da pequena cidade. A concepção dessas defesas foi tão eficaz que, detendo os rebeldes por 26 dias, possibilitou ao Exército o tempo necessário para se posicionar numa linha de defesa natural no corte do Rio Itararé e lá salvar a incipiente República, alicerçando a vitória na Revolução Federalista de 1893.

Já Canudos era uma vila que, apesar de jovem, possuía uma população de milhares de sertanejos que a transformaram, segundo o livro *Expedições Militares Contra Canudos — Seu Aspecto Marcial*, em ... um castelo à moderna, com subterrâneos e armas, muralhas de duas braças, fossos e pátois.

Essa localidade soube resistir a diversas expedições militares, só caindo frente à quinta. Apesar de não haver militares de formação em suas fileiras, Antônio Conselheiro e seus seguidores souberam utilizar muito bem o terreno, atacando as colunas legalistas nos deslocamentos através dos campos e tocajando os invasores dentro dos labirintos do arraial.

Outro fato marcante foi o efetivo emprego militar da população civil na organização do terreno e na defesa da

cidade, quer construindo, quer combatendo.¹ Mais tarde verificaremos que existem muitas semelhanças entre essa luta e os combates no *Front Orient*, durante a última Grande Guerra.

NO RESTANTE DO MUNDO

No século passado, encontramos algumas descrições dessa modalidade de combate onde se percebe o desejo do atacante em não se aventurar em ruelas escuras, casas sombrias ou na estagnação tão comuns nesse tipo de luta. Como exemplo, temos a Batalha de Gênova, cidade que, na época, já contava com 160.000 habitantes, ocorrida na época das ações de Napoleão na Itália.

No final do século, mais precisamente no final da Guerra Franco-Prussiana, Paris se transformou em uma única barricada, com homens e mulheres dispostos a defendê-la a qualquer preço. Fizeram-no com tanta coragem e energia, que quase evitaram que nela fosse hasteada o pavilhão prussiano.

Na Primeira Grande Guerra, houve poucos combates em localidades. Em Verdun, muita luta se desenvolveu em torno dos fortões dessa cidade francesa. Num deles, foi ferido e aprisionado, o então Capitão Charles De Gaulle, futuro chefe das forças "Franceses Livres" e presidente da França.

COMBATE EM LOCALIDADES NO PERÍODO ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

GUERRA CIVIL ESPANHOLA

A luta mais importante desse período da História, talvez pela sua selvageria, talvez pela complexidade política, ou mesmo por ter servido de "laboratório" para a futura guerra, foi a Guerra Civil Espanhola.

Essa guerra civil, pouco estudada em nosso país, conheceu a brutalidade de uma "guerra sem quartel" tão comum na Segunda Guerra Mundial. Inúmeros historiadores consideram, dentre as causas desse acirramento de ânimo, o excessivo número de combatentes civis, cheios de ódio e radicalização política. Somado a isso, ao contrário dos militares, com preferência a luta individual ou de pequenos grupos às grandes manobras de campo. As lutas de casa em casa foi uma constante em toda guerra, culminando com a longa resistência de Madri.

¹ Para termos uma melhor noção dos acontecimentos, retiramos duas passagens do livro *História do Exército Brasileiro*. Vol. 2, pp. 714, 715 e 729:

... No emaranhado de vielas e casebres, ocorreu o inevitável esfacelamento da disciplina da organizada coluna atacante. Com a fragmentação das forças, cessou o comando coordenado, e a luta passou a travar-se com pequenas frações, abrindo caminho a ferro e a fogo, enfrentando toda sorte de armas, desde as de fogo até a facas, punhais, facões e porretes, lutando-se, ferozmente, pela posse de cada casa...;

... partiram as duas brigadas em direção à igreja nova. O movimento, a princípio, facilitado pela ausência de reação, detido, inesperadamente, pela fuzilaria dos defensores, surgindo de fossas e covas. À réplica imediata e combates furiosos, em que se envolviam inclusive mulheres e crianças, as unidades se separaram, atacando os pontos de resistência, a fogo e arma branca.

GUERRA SINO-JAPONESA

Do outro lado do mundo, também havia uma guerra. A Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 1931, lançou o

Exército nipônico num labirinto de combates isolados ou em grandes e povoadas cidades, desgastando-o em pessoal e material.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL POLÔNIA

As primeiras horas da madrugada de 1º de setembro de 1939, os canhões e motores alemães quebraram o silêncio da madrugada e avançaram pelas planícies polonesas. Três dias depois, a Inglaterra e a França entraram em estado de beligerância contra a Alemanha. Era o início da Segunda Guerra Mundial, a mais terrível guerra da humanidade e que iria envolver todos os continentes em um turbilhão insano.

Essa campanha é conhecida por ter sido a primeira na qual foi aplicada a tática da *Blitzkrieg* (guerra relâmpago), e que redundou num

sucesso extraordinário das forças alemãs.

Rompendo de todos os flancos, Hitler, em dez dias, batia às portas de Varsóvia. Após 27 dias de bombardeios, sendo 19 deles com apoio terrestre, caia a capital polonesa.

Mas é ali que surge a primeira resistência não prevista pelos alemães: a Batalha de Varsóvia. Foi nela que os alemães gastaram mais recursos, empregaram mais tropa e onde perderam mais soldados.

Outro aspecto aprendido foi a baixa operacionalidade dos blindados dentro da cidade, principalmente sem apoio de infantaria.² A extrema eficiência demonstrada nos campos não foi a mesma em combates nas ruas dessa capital.

Vale a pena ressaltar que Varsóvia era protegida por uma série de fortins, além de um sistema de barreiras onde os polacos empregaram mais de 150.000 habitantes locais.

² A 4ª Divisão Panzer perdeu 57 dos seus 120 carros de combate em menos de uma jornada, isto porque não usaram elementos de infantaria para protegê-los. (Divisões Panzer, p. 27).

Os panzer (blindados) alemães recebiam tiros vindos dos porões, garrafas cheias de gasolina inflamadas (coquetéis Molotov) eram atiradas sobre os invasores, ou pelos que estavam nos andares superiores dos edifícios, ou pelos que se encontravam em buracos cavados na rua (Batalhas ganhas e perdidas, p. 41).

Ali se registraram os mais encarniçados combates dessa campanha. Tais ensinamentos iriam ter repercussão no futuro, como por exemplo, na batalha de Dunquerque.

FINLÂNDIA

Faço questão de aqui escrever algumas linhas, para tirarmos ensinamentos como os soviéticos o fizeram, sobre essa quase desconhecida campanha, a Guerra de Inverno, ocorrida de outubro de 1939 a março de 1940, entre a Finlândia e a URSS.

A vitória russa foi paga com uma perda em homens e material muito além do imaginado. Os finlandeses se bateram com uma coragem e organização sem precedentes.

Aos russos, além de compensações territoriais e financeiras, coube a oportunidade de aprender algo que seria extremamente útil no ano seguinte.

Foram os finlandeses os primeiros guerreiros a se camuflar com o uniforme branco no combate na neve. Além desse artifício, utilizaram intensamente a população civil em funções secundárias como telefonista, car-

regadores, guardas, cozinheiros, enfermeiros, mecânicos e mão-de-obra na construção de sistema de barreiras, abrigos, trincheiras, reparações e aberturas de vias de acesso, limpeza e manutenção de instalação e a construção de "bunkers" (abrigos reforçados), muitos deles de madeira e que se revelaram extremamente eficazes na linha de frente.

A Finlândia adquiriu um elevado nível de concentração de meios e, nos dias de hoje é a Nação com a maior capacidade de mobilização do planeta.

Constatamos que, mesmo não estando os combates em localidades constando do rol dos principais combates dessa campanha, os ensinamentos colhidos pelos soviéticos quanto ao acerto do emprego da população e dos recursos locais na construção de abrigos, obstáculos e atividades complementares iriam ser fundamentais nas defesas de suas cidades.

NORUEGA

Essa campanha, também pouco conhecida, marca o início das operações aéromóveis, com conquista de aeródromos, e do apoio naval para conquista de cida-

des, destacando os assaltos a Oslo e a Narvik. A última delas será palco para a primeira batalha entre alemães e aliados de certa envergadura e com muitos ensinamentos para ambos os lados.

Narvik, conquistado pelos alemães no início da campanha, era um porto bem equipado e incrustado num fjord no centro da Noruega. Por lá o ferro sueco era exportado para a Alemanha, o que o tornava um objetivo estratégico de grande importância. Por essa razão, os aliados desembarcaram uma força composta por ingleses, franceses, noruegueses e poloneses, que conseguiram afundar os barcos alemães e retomar parte da cidade.

Pela primeira vez os alemães se viram numa situação crítica. O OKW, Alto Comando Alemão, determinou que dois de seus oficiais para lá seguissem e efetuassem o reconhecimento e os estudos de situação, ficando constatado que, apesar de não possuírem parte da cidade e o relativo domínio do mar, a situação dos alemães nas montanhas e no restante das áreas urbanas era melhor que a de seus adversários aliados. Hitler, então, deu ordem para resistir, e essa resistência conduziu-o à vi-

tória e à posterior retirada da força aliada.

Hitler tomou como doutrina que, resistindo, quebraria a vontade do adversário além de manter o terreno conquistado. Essa conduta se tornaria sua diretriz nos anos vindouros.

HOLANDA, BÉLGICA E FRANÇA

A Invasão

A Campanha Ocidental de 1940, como é conhecida, não teve muitos encontros de destaque em localidades, embora as estatísticas alemãs revelassem altas baixas nas escaramuças em vilas e cidades holandesas e belgas.

Na França, o quadro não era diferente. Com divisões blindadas como pontas de lança e um constante apoio aéreo, suas cidades e vilarejos foram varridos rapidamente pelas forças germânicas, com a população em pânico congestionando as vias de acesso e impedindo o emprego das reservas, aumentando o caos entre as forças aliadas. Esses acontecimentos foram agravados por não existir, entre os aliados, uma doutrina própria para combates no ambiente urbano.

Dunquerque

Dunquerque merece destaque especial porque é muito polêmica a atitude do Alto Comando Alemão com relação à batalha. O certo é que, pela terceira vez na guerra, os alemães enfrentaram um grande efetivo bem posicionado numa localidade. As outras duas vezes já foram citadas: Varsóvia e Narvik. Os ensinamentos nelas recém-coletados orientaram as decisões das forças germânicas.

Se os alemães se atrevessem a entrar na cidade de Dunquerque, certamente perderiam efetivos indispensáveis para a posse do restante da França. Vale lembrar que, até aquela data, nem Paris nem a linha Maginot haviam sequer sentido o cheiro de pólvora, e Calais, o objetivo final dessa fase da ofensiva, tinha sido recém-conquistada.

Outro fato que pesou na decisão do Exército alemão foi a necessidade de cerrar meios de apoio de fogo e logísticos para a operação, uma vez que os aliados já

haviam organizado uma defesa preparada capaz de resistir a um assalto imediato. Dunquerque era o ponto mais distante das fronteiras nazistas e sua linha de suprimentos ficaria vulnerável a qualquer ataque aliado. Em outras palavras, era muito dispendioso e inoportuno um ataque frontal.

Como alternativa, escolheu-se o cerco terrestre com as forças já engajadas, bombardeando a cidade com artilharia e aviação. Teoricamente foi uma decisão acertada, pois com poucos meios iria estrangular o grosso do inimigo, forçando-o à rendição.

Tudo ruiu por causa do mau tempo que, dificultando as operações da *Luftwaffe*, Força Aérea Alemã, beneficiou os aliados, os quais, numa memorável operação tática, executaram a maior retirada da História, surpreendendo os germânicos.

Após essa batalha, as forças alemãs concentraram-se e rumaram para o sul, aposando-se de metade da França e obrigando-a à rendição.

FRONT ORIENTAL

Entramos agora na campanha que se consagrou como a mais importante da guerra, pois 70% do Exército alemão foi destroçado nessa frente de batalha. Foi nesse teatro de operações que os combates em localidades atingiram sua magnitude, sendo Stalingrado talvez seu melhor exemplo. Houve um grande desenvolvimento nas técnicas e táticas para as duas fases das operações de combate em localidades, o cerco e o investimento,³ bem como a inovação de armas, tais como os canhões ferroviários, os foguetes, o fuzil de assalto, fuzis com canos curvos para atirar nas esquinas e blindados com explosivos, dentre outras.

Até Moscou

Só para se ter noção dos números, o Exército alemão bateu às portas de Moscou e de Leningrado, aproximadamente após seis meses de iniciada a campanha, e já havia aprisionado cerca de 3.500 soldados russos. Era o ápice da *Blitzkrieg* (guerra relâmpago).

Dentre as cidades conquistadas estavam Brest-

³ Fase do combate em área edificada ou fortificada que consiste no avanço ordenado e metódico, edificação por edificação, quarteirão por quarteirão, através das mencionadas áreas (C 20-320).

Litovsk, Kiev, Smolensk e Odessa. Em Brest-Litovsk ocorreu a primeira grande defesa baseada em uma localidade. Combinando construções e edificações com as fortificações preexistentes, os soviéticos conseguiram um pequeno êxito ao resistir por uma quinzena. Já Odessa foi um dos heróicos focos de resistência, onde soldados e marinheiros, apoiados pela população local, estabeleceram defesas rudimentares que resistiram por quase dois meses e infligiram 100.000 baixas às tropas romenas e alemãs. Seus sacrifícios não foram em vão, pois vários ensinamentos foram colhidos e logo postos em prática pelos soviéticos nos combates seguintes.

Em Kiev e Smolensk, o Exército Vermelho empregou a velha técnica de terra arrasada, dinamitando tudo, não aproveitando suas edificações e vias de acesso como posições defensivas. Os alemães, que haviam estudado exaustivamente a campanha napoleônica na Rússia e já sabiam como "driblar" esse clássico artifício, enviaram suas rápidas unidades blindadas (*panzer*), cercando profundamente os exércitos comunistas, isolando-os de seu apoio logístico e deixando-os consumir seus parcos recursos até que a fome os derrotou. Foram mais de 600.000 prisioneiros em cada uma dessas batalhas.⁴

Após essas grandes derrotas e tendo as pequenas

contribuições dos valorosos de Brest-Litovsk e de Odessa, o Alto Comando Soviético passaria a adotar a tática de combate em localidade nas médias e grandes cidades e a técnica da terra arrasada e guerrilha nas aldeias e campos deixados ao invasor.

O Inverno

No inverno de 1941, o Exército alemão foi detido nos subúrbios de Moscou, por uma bem preparada defesa de área alicerçada numa perfeita organização do terreno e que impediu a posse do principal objetivo estratégico nazista.

Aparece aí outro princípio básico da defesa de localidade, ou seja, o emprego maciço de mão-de-obra civil para reforçar as defesas da cidade. Essa mão-de-obra era geralmente constituída de jovens, idosos e mulheres que, orientados por poucos militares, liberaram os soldados para combaterem no front, salvando a cidade.⁵

Em Leningrado não foi diferente, tendo o cerco durado aproximadamente três

⁴ A partir desses combates os soviéticos começaram a adotar defesas escalonadas em grandes profundidades, as quais, além de frearem o impeto do ataque alemão, evitavam as manobras de envolvimento. (Nota do Autor.)

⁵ Mais de 500.000 trabalhadores de Moscou e de sua região, na maioria mulheres, construíram defesas nos acessos distantes e próximo da cidade.

... A defesa do perímetro externo da zona de defesa de Moscou ficou pronta a 25 de novembro. E, ali, trabalhavam mais de 100.000 moscovitas, com as mulheres predominando naquele número. Nessa linha, eles construíram 1.428 embasamentos e ninhos de artilharia de metralhadora, 160km de fossos anti-tanques (anti-carros), 122km de alambrados em três fileiras e grande número de outros obstáculos (A Defesa de Moscou, pp. 103, 104 e 105).

anos.⁶ Um fato curioso a ser levantado sobre o cerco de Leningrado é que alemães e finlandeses ocuparam todas as terras em torno da cidade, deixando livre apenas as águas do lago Ladoga. Estas se congelaram no inverno e, após um bem-sucedido reconhecimento, foram abertos caminhos sobre o lago, por onde passaram as infundáveis colunas de abastecimento para suprir os três milhões de sitiados. Como a aviação não conseguia operar, por causa do mau tempo, a artilharia foi praticamente ineficaz, devido ao alcance.

Fundo o primeiro inverno e estabilizadas as frentes em Moscou e Leningrado, Hitler dirigiu-se para o sul, onde vão ocorrer os principais

combates em localidades do ano de 1942.

Após o inverno, iniciaram-se os bombardeios sobre Sebastopol. Essa cidade sempre foi muito bem fortificada e, desde a Guerra da Criméia, no século passado, vem demonstrando ser um "osso duro de roer". A batalha foi marcada pela extrema selvageria devido ao tratamento desumano oferecido pelos alemães ao enfrentarem um povo aguerrido e determinado guarnecendo uma posição fortificada, reforçada pelas cavernas e túneis da cidadela. Esse procedimento afetou, em muito, os combates, tornando a guerra no *front* russo uma luta sem quartel. A cidade soviética mais importante do Mar Negro só cairia em meados do ano.

Stalingrado

Em outubro daquele ano tem início aquela que foi a maior derrota das armas alemãs em toda a sua história e, também, o ponto de inflexão da campanha russa: a batalha de Stalingrado.

Stalingrado era uma cidade de médio porte, com uma população de 500.000 habitantes, situada na margem ocidental do Rio Volga e onde os alemães pretendiam fixar o flanco norte de seus exércitos, protegendo-os em sua penetração rumo aos campos petrolíferos do Cáucaso. A princípio, era um objetivo secundário e até poderia ter sido conquistado facilmente pelos teutônicos, não fosse a relativa lentidão em lá chegarem.⁷

Sua importância se devia ao parque industrial, o terceiro em importância na época, com algumas fábricas vitais para o esforço de guerra soviético, como as metalúrgicas, de tratores etc. Para Hitler, a posse da "cidade de Stalin" era moral e psicológica.

Na época o STAVKA, o Alto Comando Soviético, criou a "Frente de Stalingrado", mobilizou a população, deslocou as poucas reservas disponíveis e entre-

⁶ O planejamento das defesas consistia no emprego judicioso das construções. Essas foram preparadas para serem destruídas quando da ocupação pelos alemães, tornando-as obstáculos para as próximas vagas invasoras. A população civil foi instruída para combater nas ruas e se entrincheirar nas casas e edifícios. Organizaram-se unidades de combatentes, constituídas de toda sorte de trabalhadores residentes, vindo das mais variadas profissões e que se lançavam com denodo contra os inimigos. À proporção que entravam em combate, essas parcamente treinadas unidades ou pereciam ou se transformavam em destemidos combatentes. (Zhukov, pp. 61 e 103.)

⁷ Quando o Exército foi totalmente engajado na conquista de Stalingrado, os alemães deveriam ter explorado ao máximo a superioridade da capacidade de manobra que possuíam (blindados e avião), ao invés de se deixarem atrair e fixar nos intermináveis e sangrentos combates de rua (*Batalhas Ganhas e Perdidas*, p. 225).

gou o comando ao General Chuikov. Sabedor da eficácia alemã quanto ao binômio avião-blindado, procurou neutralizá-la, trazendo o combate para dentro da cidade.

A estratégia de Chuikov consistia em ocupar e defender fábricas, casas, estações e prédios, transformando qualquer construção num ponto forte capaz de resistir, mesmo que temporariamente, aos ataques nazistas.

Os blindados alemães, eram atraídos para locais preparados pelos soviéticos, para serem emboscados e destruídos por armas anti-carro, ou então levados para áreas de fogos de saturação da artilharia vermelha. Com isso, os elementos de proteção ficavam a mercê das armas portáteis dos defensores.

O apoio aéreo imediato alemão ficava muito limitado pela dificuldade em se

localizar com exatidão a linha de bombardeio, agravada pela cada vez mais eficiente artilharia antiaérea comunista.

Os russos resistiram fedormente, embora os edifícios, as casas e, vez por outra, quarteirões inteiros da cidade mudassem de mãos muitas vezes.⁹ Os contra-ataques visando a reapossar-se das posições perdidas eram realizados no mais curto prazo possível.

A luta se desenrolou durante quatro meses e engoliu, nesse redemoinho dantesco, dois exércitos de campanha alemães, além de destruir os exércitos de outros aliados do Eixo. Enquanto os teutônicos desgastavam sua elite blindada no interior das zonas urbanas, os soviéticos as concentravam distante destas. Quando veio o inverno e a lama congelou, dando mobilidade sobre o terreno, eles atacaram em forma de pinça e cercaram as forças do Eixo, levando-os posteriormente ao aniquilamento.

Nessa batalha de combates de rua, consolidaram-se, pelos êxitos obtidos, as ações de pequenos grupos, altamente móveis, adequadamente armados e agindo em apoio mútuo.¹⁰ Aperfeiço-

⁸ Para elucidar melhor a situação, foram retirados alguns trechos do volume 5 da encyclopédia História do Século 20, Vol 5, pp. 2045, 2046 e 2047: *Em Stalingrado, cada nova batalha se, transformava em combates entre indivíduos... duelos corpo a corpo eram travados a golpes de faca ou até de picareta, pedras ou pedaços de aço retorcido, em meio à escura penumbra de fumaça e pó.*

O General Doerr escreveu: *A época das operações em grande escala está definitivamente encerrada... O quilômetro, como medida de distância, foi substituído pelo centímetro. No Quartel General, o mapa da luta passou a ser a planta da cidade.*

⁹ Ilustrando, fomos autorizados a transcrever trechos interessantes do livro *Stalingrado*, pp. 62, 86, 88 e 89, onde um de seus capítulos intitulado "Todo alemão deve sentir-se sob a mira de uma arma russa" bem pode focalizar a constituição e o emprego de pequenos grupos nos combates dentro do perímetro urbano de Stalingrado: "...o movimento ao ar livre, durante o dia, tornava-se quase sinônimo de suicídio... a unidade básica de combate era a tocaia individual ou o grupo de assalto de diferentes armas, normalmente automáticas, granadas de mão, fuzis anti-tanques (anti-carros), ou, às vezes, um canhão anti-tanque... Os grupos de assalto normalmente se compunham de seis a oito homens cada um; seu trabalho consistia em penetrar nos prédios, e iam levemente armados. Àtrás deles deslocavam-se os grupos de reforço, que os seguiam tão logo estivessem dentro do prédio e criavam um campo de fogo ao redor do alvo, para impedir a aproximação de reforços inimigos. Para esse fim, os grupos de reforço eram mais bem armados. Portavam metralhadoras pesadas e armas automáticas, morteiros, fuzis ou canhões anti-tanques, pés-de-cabra, picaretas e explosivos. Além desses havia também o grupo de reserva, usado para complementar os grupos de assalto, bloquear os flancos contra ataque inimigo e, se necessário, proteger a retirada dos grupos de assalto e de reforço. Essas pequenas unidades,

aram-se também técnicas de investimentos e de assalto a pontos fortes,¹⁰ presentes nos livros e filmes baseados nessa batalha.

Varsóvia

Após Stalingrado ainda vieram incontáveis duelos urbanos, mas três deles repercutiram nos ecos da História. O primeiro deles é considerado, por muitos historiadores, como o berço do que hoje é o Exército judeu e o segundo como o exterminio dos últimos nacionais poloneses.

A revolta do gueto de Varsóvia em abril de 1943, foi um movimento *sui generis*. Pela primeira vez na guerra, um grupo relativamente grande de judeus enfrentariam os nazistas, com armas nas mãos.

Esses "condenados" viviam em condições subumanas pois, além de terem perdido quase tudo que possuíam, ainda eram expostos à desnutrição, doenças, maus tratos e, até, à morte. Porém foi nesse inferno que surgiu uma liderança capaz de "tirar água de pedra" e, usando meios escusos, como

subornos e contrabando, conseguiu transportar pelos esgotos as armas com as quais enfrentou, durante algumas semanas e sem nenhuma ajuda externa, salvo a de alguns compatriotas poloneses, os bem calejados alemães.

A luta foi uma típica ação de investimento, com um avanço ordenado e metódico, de casa em casa, de quarteirão em quarteirão, até o extermínio total do gueto.¹¹ Os nazistas sofreram grandes baixas e tiveram que desviar, da frente de batalha, unidades e

altamente especializadas, revelaram-se muito eficiente, e o pequeno tamanho da unidade básica, o grupo de assalto, possibilitava a formação de grupos de diferentes tamanho e composições, conforme a natureza do objetivo. Na defesa, possibilitava a formação de grupos de diferentes tamanho e composições, conforme a natureza do objetivo. Na defesa, os grupos de assalto apoiavam-se em armas anti-tanques, nos andares térreos, metralhadoras, nos andares superiores, com infantaria em todos os andares, incluindo o porão".

"As tropas de Von Paulus haviam sido reforçadas com diversas unidades especializadas, incluindo batalhões policiais e de engenheiros, peritos em combates de rua e em trabalhos de demolição. Entretanto, apesar de fortemente inferiorizados, os russos continuavam a dominar a técnica da luta de casa a casa. Haviam aperfeiçoado o emprego dos chamados 'grupos de choque' pequenos pelotões mistos, integrados por soldados com metralhadoras leves e pesadas, fuzis, metralhadoras e canhões anti-tanques (anti-carro), que davam cobertura uns aos outros em contra-ataques relâmpagos. Criaram também as chamadas 'zonas da morte', casas e quartelões fortemente minados, cujos acessos só eles conheciam, e para os quais procuravam atrair os alemães."

¹⁰ As idéias do general Chuikov para investir, com êxito, contra pontos fortes eram as seguintes: montar a formação para atacar sorrateiramente, sem nenhum ruído. Aproximar-se das posições inimigas rastejando, aproveitando as crateras e ruínas; deveriam conduzir muitas granadas. Andar pela casa toda, sempre deixando a granada entrar primeiro. Não hesitar: jogar uma granada em cada canto do cômodo e seguir em frente. Dar uma rajada de metralhadora sobre o que restar; há uma regra rigorosa: garantir sempre que haja espaço para se movimentar; estar sempre preparado para o inesperado, pois as lutas dentro de prédios são as mais encarniçadas e imprevistas" (*Corpos de Elite*, Vol. 19, p. 373).

¹¹ Esse tema é constantemente apresentado em filmes, como no sentido de televisão *Holocausto* ou no filme baseado no livro *Mila 18* de Leon Uris, dentre outros. (Nota do Autor.)

grande quantidade de material e suprimentos.

Sabedores de seu destino nos campos de concentração, os judeus preferiram lutar até a morte nas vielas do gueto, mostrando a capacidade combativa de um povo, e lançando as sementes do exército da Terra Prometida.

Outro encontro de grande repercussão mundial foi o Levante de Varsóvia, o qual, iniciado em 1º de agosto de 1944, procurava ajudar os russos a apossar-se da cidade. Por causas políticas, entretanto, os pobres 2.500 poloneses do Exército Interno Polonês (Armia Krajowa — AK) se tornariam vítimas de 15.000 bem preparados alemães.

Varsóvia contava com uma população de 1 milhão de habitantes e, no momento, constituía um ponto estratégico, visto que, para lá, convergiam as melhores rodovias e ferrovias da Europa Oriental e por onde passava o grosso dos supri-

mentos alemães para o front oriente.

O Levante, mal organizado, mal preparado e possuindo muitos membros no interior do país, teve um início prematuro, baseado em informações erradas.

Concebido para evitar combates na cidade e concentrar as ações nas vias de comunicação, aos poucos foi se desviando do plano original e mergulhou a capital num inferno que durou 63 dias, ou seja, quase o dobro do tempo da campanha polonesa de 1939.

Inteiramente fracos em armas pesadas, mal treinados e precariamente comandados, esses patriotas tiveram que se adestrar combatendo e usar de criatividade na confecção de armas como morteiros e granadas.

De início atacaram, dos telhados e janelas, as repartições, escritórios, quartéis, depósitos, bases e hospitais nazistas. O apoio britânico foi seriamente prejudicado pelos russos, ficando então

os polacos entregues à própria sorte. Conseguiram, contudo, ocupar uma pequena parte da cidade, onde, com ajuda da população local, montaram um sistema de barreiras que resistiu até o fim.

Apesar de combaterem contra um exército adestrado pelos anos de guerra e muito bem equipado, o Exército polonês só foi derrotado pelo reforço em tropas regulares e em especialistas em combate urbano do Exército alemão, e pela ação de delatores.

Populares ajudavam o AK em tudo, desde o fornecimento de gêneros, até a encontrar caminhos pelos esgotos. As ruínas e entulhos, além de obstruir a passagem de viaturas e blindados e de retardar o avanço da infantaria, escondiam o fantasma da tocaia, maior causadora de baixa nos alemães.

Resumindo, um exército mal treinado e precariamente suprido, inflingiu em 2 meses, baixas e perdas materiais muito superiores às que o Exército polonês, bem maior e melhor equipado, conseguiu impor ao mesmo inimigo durante a Campanha Polonesa, no início da guerra.¹²

¹² Infelizmente, o saldo no final foi desastroso: sucumbiram 200.000 poloneses, sendo aproximadamente 90% civis, além de parte da riqueza nacional, como monumentos históricos, museus, coleções de arte etc., destruídos ou saqueados. O AK teve aproximadamente 16.000 mortos, 6.000 feridos e 9.000 prisioneiros, enquanto os alemães 2.000 mortos e 9.000 feridos (*O levante de Varsóvia*, pp. 152, 156 e 157).

Berlim

A terceira batalha, também foi a última da guerra na Europa: a Batalha de Berlim.

Esta ocorreu numa cidade em ruínas, com cerca de 1.750.000 civis habitantes, a grande maioria mulheres, crianças e velhos que, mesmo certos da derrota iminente, construíram abrigos e obstáculos que resistiram por quase um mês. A ferocidade da luta foi tão grande que os russos fizeram erguer um monumento somente aos que tombaram nessa batalha, além de criarem uma condecoração especial para os que lá combateram.

PACÍFICO

Os confrontos terrestres no Pacífico desenvolveram-se quase sempre em campo aberto, quer nas ilhas, quer nas selvas da península da Indochina. Exceção faz-se a Cingapura, onde após o cerco nipônico teve que se render principalmente por causa da destruição dos depósitos de água da cidade-fortaleza.

Em Manila, Filipinas, as pelejas foram encarniçadas pela posse do "Rochedo" (Ilha do Corregedor), ilha-

fortaleza que dominava a entrada da baía da capital filipina, resistindo heroicamente aos bombardeios e ataques japoneses por mais de cinco meses, somente caindo em 6 de maio de 1942.

Na reconquista das Filipinas por MacArthur, em 1945, Manila voltou a ser palco de uma desgastante luta de rua onde os franco-atiradores "amarelos" causaram pesadas baixas aos libertadores norte-americanos nos dois meses de luta.

MEDITERRÂNEO

Aqui falaremos dos combates que tiveram lugar no norte da África e na Itália.

É comum assistirmos a filmes sobre a guerra na África ou termos sobre os combates de blindados tão comuns nesse teatro de operações, marcado por amplas áreas desérticas. Todavia, é pouco citada a importância da resistência de Tobruk, que ficou isolada por terra durante quase toda campanha.

A defesa de Tobruk era um sistema de barreiras no perímetro da cidade e uma bem organizada rede de abastecimento naval, os quais davam suporte ideal à defesa móvel constituída por

uma guarnição de elite: os Ratos do Deserto.

Quando da sua queda, os combates não foram tão fanáticos quanto da frente russa, mas, ainda assim, são destaque no cenário africano por ter sido transformada na mais efetiva fortaleza desse teatro de operações, e onde Rommel sempre perdeu o impulso de seu Afrika Korps rumo ao Egito.

Contudo foi na Itália que se travou o maior combate em localidades de todo front ocidental: a Batalha de Monte Cassino.

Situado estrategicamente a cavaleiro da rodovia 6, que ligava o sul a Roma, esse bastião era o ponto principal da resistência alemã na frente Italiana, a chamada Linha Gustav, que aproveitava as elevações do Apeninos para cortar qualquer acesso aliado para o norte.

Cassino também era famoso pelo secular mosteiro beneditino que dava comando sobre toda a região.

Os aliados consideravam que a cidade era a chave das defesas teutônicas e lançaram um maciço ataque, logo rechaçado pela magnífica defesa alemã, um misto de obstáculos artificiais muito bem coordenados com as elevações e a cidade.

Os fracassos das investidas foram se avolumando, até que a Força Aérea foi chamada a intervir, reduzindo o mosteiro a pó e a cidade a ruínas, sob um manto de mais de 1.000 toneladas de bombas.

Apesar desses *reides* tem causado significativas baixas aos defensores, os auxiliaram nos preparativos do sistema de defesas da cidade, uma vez que as crateras abertas e os escombros que infestavam o perímetro urbano foram transformados em pontos fortes, casamatas, ninhos de metralhadoras, posto de vigilância ou de observação, abrigos etc.¹³

Outro grande inimigo com o qual os aliados se depararam foram os escombros que, além de retardarem os

deslocamentos, separavam os infantes dos carros de combate, tornando ambos vulneráveis às ações dos defensores, em particular às tocaias.¹⁴

Cassino só caiu em poder dos aliados em maio de 1944, quando outra linha de defesas já estava pronta: a Linha Gótica.

Foi também numa localidade, Montese, que nossos pracinhas tiveram suas maiores baixas ao investirem, em abril de 1945, contra uma posição defensiva alemã muito bem organizada e apoiada no binômio localidade-relevo.¹⁵

Na conquista da Itália foram registradas as maiores baixas aliadas de toda a guerra, estatisticamente falando, bem como onde fo-

ram mais lentas as progressões, demorando quase dois anos para a rendição das forças do Eixo nesse teatro de operações, dando-nos a noção exata da eficiência do binômio localidade-relevo empregada pelos defensores.

FRONT OCIDENTAL

França

Logo depois dos desembarques do dia D, houve duas batalhas que levaram inúmeros aliados de volta para casa em seus caixões.

Caen e St Lô são duas cidades da Normandia, sendo Caen a maior daquelas próximas às praias do desembarque. Nelas as defesas germânicas foram construídas em profundidade,¹⁶

¹³ Os deslocamentos, ressuprimentos, recompletamentos e evacuações eram realizados durante a noite, onde metade do efetivo permanecia de guarda contra uma eventual surtida inimiga enquanto a outra realizava estas e outras missões como construção ou melhoria dos abrigos e vias de acesso (*Corpos de Elite*, Volume 17, p. 332).

¹⁴ Havia um círculo vicioso: era necessário a progressão da infantaria mas esta precisava do apoio dos carros de combate. Porém estes ficavam detidos pelos obstáculos e escombros. A engenharia que deveria facilitar-lhes o movimento era alvo dos atiradores alemães, que só podiam ser eliminados pela infantaria aliada (*Monte Cassino*, p. 125).

¹⁵ Inicialmente a progressão foi feita com relativa facilidade, mas, à proporção que se aproximava das casas, diminuiu o seu impeto; constatamos, em dado momento, que o ataque estava praticamente parado (Montese, p. 150).

¹⁶ Não tendo os aliados capturados Caen no dia "D", ficaram os germânicos com tempo para reforçar as defesas da cidade... Os fossos e trincheiras anti-tanques ao norte, leste e oeste da cidade foram transformados num forte sistema defensivo, de 5km de profundidade, coberto por campos minados... Dentro do cinturão, sete aldeias foram convertidas em localidades virtualmente à prova de tanques (carros de combate)... (A Conquista da Normandia, p. 107).

de modo que as externas eram as mais levemente defendidas. Isso fez com que os aliados desperdiçassem sua artilharia num terreno praticamente vazio. Para esse nó rodoviário convergiram quatro corpos de exército aliados e suas defesas só foram vencidas depois de uma feroz luta, com quase duas centenas de blindados aliados destruídos.

St lô tinha importância estratégica, por ser outro nó rodoviário de quase dez estradas. Cidade pacata, cercada por elevações que foram muito bem descritas pelo livro *A Conquista da Normandia*: "na verdade a posição era imensamente forte. Os pequenos campos e cercas-vivas davam, aos germânicos, cobertura perfeita; as veredas rebaixadas ofereciam-lhes excelente meios de comunicação, facilmente protegidos por poucas armas bem embalsadas. As casas das fazendas e dos vilarejos, constituídas de pedra, constitu-

fam-se em bons centros de resistência".

Essas seriam as primeiras de uma série de encontros em localidades da Europa Ocidental.

Holanda e Bélgica

Nesse teatro de operações, alguns combates em localidades ficaram famosos nos anais da História Militar, como Arnheim e Bastogne, inclusive imortalizados em filmes.

A primeira foi uma peleja onde não houve preparação oportuna por parte dos defensores alemães, apanhados de surpresa pelo envolvimento vertical realizado pela Primeira Divisão Pára-quedista Inglesa. A extrema capacidade dos britânicos em aproveitar as construções e escombros da cidade, os bosques vizinhos e os terrenos alagadiços para se defenderem dos contra-ataques teutônicos fizeram com que a ferocidade dos combates se prolongasse por dez dias,

até ser vencido pelas forças alemãs, numericamente superiores, empregando, inclusive, um corpo-de-exército blindado (*Panzer*) das SS.¹⁷

A segunda batalha marca o clímax da última grande ofensiva de Hitler na guerra, a Ofensiva das Ardenas, em fins de 1944, onde a 101ª Divisão Pára-quedista americana, reserva estratégica dos aliados, foi cercada na região de Bastogne e lá resistiu por algumas semanas alicerçando sua defesa no eficiente binômio relevos-localidade.

Existiram também outros combates em localidades, onde os alemães procuraram basear suas defesas em regiões urbanas, cercadas de elevações favoráveis ou em cidades com fortalezas, algumas medievais, como em Metz, onde conseguiram deter o avanço aliado de julho à setembro de 1944, estabilizando toda a frente de batalha.

PERÍODO DOS PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

GUERRA DO VIETNÃ

A Guerra do Vietnã não se limitou, conforme às ve-

¹⁷ Nessa batalha, os alemães usaram sua habitual técnica de empregar os canhões dos blindados para eliminar os focos de resistência, quando então a infantaria investia e apossava-se o local. Outra técnica era a dos "buracos de ratos", onde se fazia um buraco na parede, instalava explosivos, detonava-os e posteriormente assaltava a posição inimiga através do rombo aberto. Eram maneiras lentas, mas eficientes de se vencer um inimigo bem aferrado ao terreno. (Market-Garden, pp. 134 e 148.)

zes somos informados, às lutas travadas nas matas, cheias de armadilhas e emboscadas, onde os combates em localidades se restringiam às aldeias rurais, compostas de cabanas de palha ou madeira e onde a guerrilha imperava pela sua eficácia, eficiência e efetividade. Ledo engano, pois o ponto de inflexão da guerra, a ofensiva norte-vietnamita do Tet, teve como foco central a antiga capital imperial do Vietnã, a cidade de Huê.

Em fevereiro de 1968, apesar das crescentes baixas, Giap, comandante das forças comunistas desencadeou um ataque generalizado durante o cessar fogo do Tet, ou ano novo chinês, que surpreendeu a todos. Tal ação pipocou ao mesmo tempo em várias aldeias e cidades do Vietnã do Sul.

Sendo largamente coberto pelas redes de televisão americanas que, filmando "ao vivo", fez com que a ferocidade da guerra e suas cenas de brutalidade e horror invadissem os lares de seus compatriotas, causando um efeito psicológico jamais imaginado na população americana. A partir daí, as pressões para a retirada das tropas chegaram a tal ponto que houve conflitos em universidades e nas ruas, tornando-a a guerra mais impopular dos Estados Unidos e irreversível o processo de retirada dos contingentes norte-americanos.

Em Huê, os comunistas usaram de toda a sua astúcia e conhecimento para tocar cada americano que se dispunha a aventurar pelas ruas dessa cidade.¹⁸

Ao mesmo tempo em que havia pelejas nas selvas e vilarejos da fronteira entre os dois Vietnãs, ocorriam ações de sabotagem e terrorismo, em particular em Hanói.

Essas ações, agiam psicologicamente sobre o soldado americano, fazendo-o viver sob uma tensão nervosa nunca antes presenciada na história de seus exércitos, além de deterem um elevado efetivo nas zonas de retaguarda, na missão de policiamento. As cenas do filme *Bom Dia, Vietnã* bem evidenciam esses atos.

Apesar da vitória militar na batalha de Huê, foi lá que os americanos tiveram suas maiores baixas, chegando a quase dez por cento do total das registradas em cerca de treze anos de presença no conflito.

¹⁸ Alguns trechos retirados de um artigo sobre a batalha, da revista *Corpos de Elite*, volume 16, da Editora Globo, pp. 321, 323 e 324 nos mostra a realidade das operações:

... Embora fossem treinados para operar em ambientes distintos, os jovens recrutas esperavam combater os vietcongs nas áreas rurais, onde poderiam contar com enormes recursos de potências de fogo e teriam a vantagem de sua mobilidade superior. Entretanto, nos combates a curta distância, dentro de perímetros urbanos, a superioridade em armamento diminuía de importância. Nessa modalidade de luta, franco-atiradores bem posicionados podiam ter mais utilidade do que o fogo de apoio da artilharia, e montes de escombros ofereciam às tropas defensoras um abrigo tão eficaz quanto edifícios inteiros.

... A determinação das forças norte-vietnamitas em resistir até as últimas consequências e a ferocidade da luta de casa em casa transformaram os combates de Huê na batalha mais terrível dos fuzileiros navais no Vietnã.

Maiores detalhes sobre essa batalha podem ser vistos no filme *Nascido para Matar* ou no documentário *Século 20*, que passa na TV Manchete. (Nota do Autor.)

ORIENTE MÉDIO E BALCÃS

Após o término da Segunda Guerra Mundial, essa foi a região mais explosiva do planeta, num constante estado de beligerância. Uma lista de infundáveis acontecimentos, como o renascimento do Estado de Israel e suas guerras de autodeterminação, a radicalização religiosa, as guerras entre árabes, as intervenções da ONU em Suez (Egito) e em Beirute (Líbano), a Guerra do Golfo, guerra de libertação no Afeganistão e conflitos de secessão, étnicos e religiosos na ex-Iugoslávia.

O habitante em armas

De curta duração, como os combates pela posse de Jerusalém, na Guerra dos Seis Dias (1967), ou de longa duração, como os de Beirute (Líbano), Cabul (Afeganistão) e Sarajevo (Bósnia), essas lutas apresentaram a

consolidação de um novo elemento no combate em localidade: o habitante que se tornou soldado regular, guerreiro e/ou terrorista.

É interessante notar que, no início da década de 80, os israelenses, a pretexto de defenderem a face norte de seu país das incursões árabes, invadiram o sul do Líbano, mas não se aventuraram à luta desgastante nas ruas de Beirute, deixando essa missão para as Forças de Paz da ONU (franceses, americanos, italianos etc.) Por que terá sido?¹⁹

Em todos esses combates, o defensor se valeu do binômio relevo-localidade para impor sua vontade sobre o atacante, escolhendo a hora e o local para atacar, surpreendendo-o e se evadindo pelos labirintos, só por ele conhecidos. Esses conflitos não têm causado tanta destruição como os ocorridos nos combates em localidades das Grandes Guerras.

¹⁹ Os mais encarniçados combates da Guerra dos Seis Dias, onde o Exército Israelense sofreu as maiores baixas foi a batalha de Jerusalém (*Guerra dos Seis Dias*, p. 117).

Hoje em dia, podemos verificar, com base em dados estatísticos, que o desgaste político e psicológico sofrido pelas forças de Tel Aviv em escaramuças com radicais islâmicos nas cidades ocupadas da Palestina são superiores ao das guerras de autodeterminação, como do Sinai, dos Seis Dias ou do Yom Kippur. Seria o efeito do modelo árabe de estratégia da lassidão? (Nota do Autor).

Guerra do Golfo

Durante a Guerra do Golfo (1991) não houve combates em localidades que se avultassem no cenário da luta. Foi dada muita ênfase às "operações cirúrgicas", ou seja, a destruição específica de um ponto predefinido empregando um míssil, algumas vezes apoiados por câmeras que filmavam o impacto. Essa linha de ação demonstrou uma excelente eficiência de destruição, economizando tempo, dinheiro e vidas humanas.

Contudo os combates em localidades que ocorreram nessa guerra não apresentaram características de emprego das construções como posições fortificadas.

Emprego de gases

Permitimo-nos observar dois fatos interessantes que marcaram o retorno de um elemento às operações: o gás letal.

O primeiro foi o bombardeio da aldeia curda de Halabjah, pelos iraquianos. Empregando artefatos químicos de grande poder de envenenamento tóxico, foi o pior ataque com gases desde a Primeira Guerra Mundial. Ocorrido em 16 e 17 de

março de 1988, calcula-se que quase 5.000 pessoas pereceram, muitas delas mulheres e crianças.

O segundo fato felizmente não se concretizou, mas pudemos sentir seu espectro pelas imagens na TV: o bombardeio de Israel por mísseis SCUD iraquianos com possibilidade de carregar cargas químicas letais. Tais ações levaram os judeus aos abrigos antiaéreos, com máscaras contra gases e instruções de procedimentos de defesa.

Conhecida como "a bomba atômica dos pobres", essas armas são baratas, mortíferas, eficientes e acessíveis, principalmente às nações do Terceiro Mundo.

EX-URSS

Recentemente, presenciamos a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fracionada em várias repúblicas já existentes. Todavia, a secessão não foi aceita pela Rússia

sia em algumas pequenas regiões. É o caso de um pequeno país próximo ao Cáucaso: a Chechênia.

Graças à televisão, podemos tomar conhecimento dessa cruel realidade e observarmos a devastação indiscriminada, em especial em sua capital, Grozny, onde vemos a ineficiência das ultra modernas armas russas, frente a uma bem aguerrida força popular.²⁸ Mais uma vez sobressai a eficácia, eficiência e a efetividade do trinômio relevo-localidade-habitante.

GUERRILHA URBANA

A título de ilustração lembramos as atividades de guerrilha urbana. Esse tipo de combate teve um grande desenvolvimento no pós Segunda Guerra Mundial, sendo muito apreciado pelos movimentos revolucionários que visavam à libertação nacional, expulsão de um agressor ou mesmo à tomada do poder.

As ações desenvolvidas pelos guerrilheiros apresentavam um novo enfoque da luta urbana onde o confronto em si é raro, mas as atividades de sabotagem, terrorismo seletivo ou indiscriminado, assassinos, assaltos a bancos, sequestro e outras atividades ligadas ao banditismo fazem com que as medidas repressoras sejam mais de caráter policial. Além disso, o guerrilheiro usa algumas técnicas de combate em localidade tais como: aproveitamento da amplitude geográfica; abrigos para o esconderijo; uso de canais subterrâneos para deslocamentos e a conquista da confiança e do apoio da população local.

ENSINAMENTOS

Analizando as diversas batalhas travadas em localidades verificamos que:

- o ideal é alicerçar a defesa numa localidade incrustada em uma região com relevo acidentado como foi feito em Cassino, Bastogne e, mais recentemente, em Beirute e Cabul;

- apesar de ser um típico combate de infantaria, o apoio cerrado das outras armas, quadros e serviços é

²⁸ A artilharia, a aviação e a força blindada, forças de elite do Exército Russo, poucos danos causaram aos chechenhos, por terem sido empregadas de forma inadequada, levando o combate aproximado ou o corpo a corpo como a única forma eficiente de desalojar ou eliminar o aguerrido defensor. Mais uma vez os defensores estão impondo aos atacantes seu modelo de estratégia da lassidão, onde além do desgaste material, humano e psicológico, há o político. (Nota do Autor).

fundamental para o êxito das operações:

- toda localidade se sustenta, se tiver, pelo menos, uma via de acesso ligando-a a sua base logística. Essa ligação pode ser terrestre ou aquática, contanto que possibilite um grande fluxo de suprimentos e reabastecimentos como ocorreu em Leningrado, Stalingrado, Tobruk, Cassino e, mais recentemente, em Huê, Beirute ou Cabul. Caso essa ligação seja quebrada, obrigando o reabastecimento aéreo, de alto custo e dependente das condições climáticas, o apoio administrativo fica vulnerável e fadado ao fracasso. Como exemplo clássico temos a derrota alemã em Stalingrado, onde a Alemanha perdeu 2 exércitos de campanha, várias grandes unidades e considerável parte da sua força de bombardeiros e de aviões de transporte, ou em Dien Bien Phu, que caiu porque os franceses não conseguiram manter a reabastecida pelo ar;

- um modo certo de se vencer esse combatente bem abrigado é cortando-lhe o suprimento, quer pelo cerco geral, quer por ações rápidas contra sua linha de abastecimento, e assim, isolado, deixá-lo cair pela manobra,

como foi feito pelos alemães em Kiev e em Smolensk;

- uma maneira de forçar o defensor à rendição é destruir seus serviços básicos como, por exemplo, os depósitos de água, como ocorreu em Cingapura, em 1942;

- a falta de uma doutrina pode ser fatal para um Exército, como ocorreu com os aliados no princípio da Segunda Guerra Mundial. Hoje em dia, as nações da OTAN estão desenvolvendo doutrinas para encontros nesse ambiente, baseados em experiências próprias e dados históricos, sendo testadas constantemente em exercícios;

- como doutrina militar, pequenos grupos devem ser combatidos por pequenos grupos. Esses grupos atuam dentro do princípio do apoio mútuo, empregando um armamento compatível para cada operação. Nesse ambiente de combate aproximado, todas as Armas e Forças dele participam;

- o ressurgimento do habitante-combatente em guerras convencionais como a Segunda Guerra Mundial, em conflitos localizados como o Afeganistão ou a Chechênia, em atividades irregulares como a guerrilha urbana ou, até, no submundo

do crime, abriu um precedente para melhor estudarmos o seu emprego militar e seu *modus operandi*, uma vez que, hoje em dia, ele não é mais um mero espectador dos conflitos e sim um dos seus elementos capitais;

- o emprego da população civil é fundamental, quer em relação à mão-de-obra, como guias ou combatentes, como serviços essenciais e/ou atividades diárias. Seu controle deve ser rígido, em particular se for inimiga, a fim de evitar atos de sabotagem ou de distúrbios. Um exército que soube bem controlar os civis foi o francês, quando das ações na Argélia, de 1954-1962. Maiores ensinamentos podem ser colhidos no filme *A Batalha de Argel*:

- o Exército israelense, que sempre se destacou por impressionantes manobras de ruptura e envolvimento de forças bem superiores, evita, até hoje, o confronto urbano, porque esse tipo de guerra de atrito não convém a países com limitações de suprimentos e de recompletamento;

- esse tipo de luta é muito apreciado por povos de pouca experiência militar, fraca organização e poucos recursos. A força armada,

amplia a vantagem política e o combatente, fracamente armado, consegue desgastar, moral e materialmente o inimigo;

- outra vantagem para o defensor é que esse tipo de combate evita ou retarda uma derrota decisiva. Quanto ao atacante, geralmente se embrenha no turbilhão do combate e, quando se dá por conta, descobre que teve grandes perdas em troca de pouco terreno, quando não uma derrota fragorosa;

- em algumas regiões, esse tipo de combate, atualmente, tem sido o preferido também pelos narcotraficantes, que se aproveitam das edificações e da população civil, para traficar e se deslocar em segurança, como acontece no Rio de Janeiro, entre outras grandes cidades do mundo;

- nos dias de hoje, é comum uma peleja em localidade se desenvolver em conjunto com as atividades rotineiras da população, amenizando a destruição das construções;

- apesar de ser uma solução bastante "discutível" do ponto de vista ético, o uso de agentes QBN (químicos, biológicos e nucleares) podem oferecer, nas mãos dos atacantes, uma solução rápi-

da, econômica e eficaz. Tal exemplo é bem nítido nas ações de Saddam Hussein contra os curdos em Halabjah. Outro exemplo, este já na atuação terrorista, é o ataque com gás Sarin em estações do metrô de Tóquio, de recente realização;

- na guerra irregular, esse tipo de combate é o ideal para desgastar politicamente as forças legalmente constituídas, pois expõe a sua incapacidade de reação a curto prazo e desestabiliza psicologicamente seus membros forçando-os a praticar desatinos, logo difundidos pelos adversários. Essas notícias levantam a opinião pública contra o governo e as forças regulares. Ao mesmo tempo, torna a população simpatizante do combatente, da ideologia e do governo revolucionário. Isto aconteceu em Hué;

- recentemente o emprego das "operações cirúrgicas" lançou, talvez, uma solução para forçar o inimigo à rendição, ao destruir seus pontos sensíveis, não só em localidades como também no terreno. Como exemplo, podemos recordar as imagens da Guerra do Golfo;

- o estudo dos cinco aspectos militares do terreno (observação e campo de tiro;

cobertas e abrigos; obstáculos; acidentes capitais e vias de acesso) é bastante dinâmico e complexo, baseando-se muito na experiência dos combatentes.

CONCLUSÃO

Passados cinqüenta anos e em plena época da tecnologia e de conhecimentos moderníssimos, concluímos que este tipo de combate pouco evoluiu, ainda sendo necessário o ímpeto e a astúcia do combate aproximado para definir o vencedor, principalmente nos conflitos localizados.

Esse tipo de combate é a versão urbana da guerra de atrito, uma das linhas de ação da *doutrina da lassidão*. O emprego de pouco efetivo contra um inimigo mais numeroso, melhor armado, mais bem adestrado e tecnologicamente mais evoluído, leva-o ao desgaste cronológico, material, pessoal, psicológico e político.

Verificamos que o uso da aviação, da artilharia, dos blindados ou de qualquer outro tipo de arma auxiliam, mas não determinam o vencedor.

Observamos que, devido ao crescente surto urbano neste século, será cada vez mais frequente o emprego

desse tipo de combate em ações regulares ou irregulares. Devemos pois nos dedicar com afinco no aprimoramento da doutrina, da instrução e no adestramento da tropa para esse tipo de combate, que poderá ser o com-

bate padrão do futuro.

Por fim, queremos deixar registrado um pensamento do maior historiador militar do nosso século, Sir Basil H. Liddell Hart, retirado de sua obra-prima *As Grandes Guerras da História*: A

grande sabedoria de um general consiste primeiro em frustrar os planos do inimigo; depois, em evitar a junção de suas forças e, finalmente, atacá-lo em campo aberto. Seu maior erro sitiá-lo em cidades fortes.



BIBLIOGRAFIA

- ABRIL CULTURAL. *História do Século 20*. Editora Abril, São Paulo-SP, Brasil, 1976.
- ALMEIDA, Adhemar Rivermar de, Coronel. *Montese — Marco glorioso de uma trajetória*. Bibliex, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1985.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Expedições Militares Contra Canudos — Seu Aspecto Marcial*. Bibliex, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1985.
- BALDWIN, Hanson W. *Batalhas Ganhas e Perdidas*. Bibliex, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1978.
- BARKER, A. J. *A Guerra dos Seis Dias*. Renes, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1979.
- BÖHMLER, Rudolf. *Monte Cassino*. Flamboyant, São Paulo-SP, Brasil, 1966.
- BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Região Heróis da Lapa — 100 Anos*. Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba-PR, Brasil, 1991.
- CHAVES, Hugo Jorge de Brito. *Os Marechais de Napoleão*. Bibliex, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1996.
- CORPOS DE ELITE, *Cassino* (Vol 17), *Hué* (Vol 16), *Contra a Parede* (Vol 19). Editora Globo, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1987.
- DESCHNER, Günther. *O levante de Varsóvia — O Aniquilamento de uma Nação*. Renes, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1974.
- DOCUMENTÁRIO DE TELEVISÃO. *Século 20*. TV Manchete, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1996.
- ELSTOB, Peter. *Bastogne — o último bloqueio*. Renes, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1976.
- ESSAME, H., Major-General. *A conquista da Normandia — Cai a Fortaleza-Europa*. Renes, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1978.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *C 20-320 Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército*. EME, Brasília-DF, Brasil, 1977.
- . *História do Exército Brasileiro*, Vols. 01, 02 e 03, Brasília-DF, Brasil, 1972.
- FARRAR-HOCKLEY, Anthony, Brigadeiro. *Market-Garden*. Renes, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1974.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.

- JUKES, Geoffrey. *A Defesa de Moscou*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.
- _____. *Stalingrado — o princípio do fim*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil; CONDOR, Richard. W. Guerra da Finlândia — inverno de sangue. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.
- KEEGAN, John. *Barbarossa — a invasão da Rússia*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1974.
- LEACH, Barry. *O Estado-Maior Alemão*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.
- LIDELL HART, Sir Basil Henry. *As Grandes Guerras da História*. Ibrasa, São Paulo-SP, Brasil, 1982.
- _____. *O Outro Lado da Colina*. Bibliex, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1980.
- MAYER, Sydney L. *MacArthur*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.
- SELEÇÕES. "A Crescente Ameaça das Armas Químicas" (setembro de 1989). *Reader's Digest*, Lisboa, Portugal, 1989.
- SILVEIRA, Josel. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Editora Tecnoprint, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1976.
- SPITZCOVSKY, Jaime. *A Nova Guerra do Vietnã — o desafio de um país para superar a pobreza*. Editora Ática, São Paulo-SP, Brasil, 1995.
- STOCK, James W. *Tobruk — a chave do Egito*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. Melhoramentos, São Paulo-SP, Brasil, 1965.
- ZIEMKE, Earl F. *A Batalha de Berlim — o fim do III Reich*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.
- WALBERCK, Carl D. Tenente-Coronel. "Novos Conceitos de Combate" (setembro de 1975). *Military Review*, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1975.
- WILLIAMS, John. *França — 1940 — a catástrofe*. Renes. Rio de Janeiro-RJ, Brasil, 1974.



PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — 1998

Composta de 12 (doze) livros, de renomados autores internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade, com primorosa apresentação gráfica.

Valor da Assinatura Anual — R\$ 120,00

Preencha o pedido com suas opções.

EDITORIAL 1996 — somente pagamento integral

EDITORIAL 1997 — somente pagamento integral

EDITORIAL 1998 — faça sua opção de pagamento:

A — Em cheque(s),	<input type="checkbox"/> — integral	R\$ 120,00	
ou desconto	<input type="checkbox"/> — 2 vezes	R\$ 60,00	— até 15 de outubro
em folha	<input type="checkbox"/> — 3 vezes	R\$ 40,00	— até 15 de setembro
	<input type="checkbox"/> — 4 vezes	R\$ 30,00	— até 15 de agosto
	<input type="checkbox"/> — 5 vezes	R\$ 24,00	— até 15 de julho
	<input type="checkbox"/> — 6 vezes	R\$ 20,00	— até 15 de junho

B — Desconto em folha de pagamento — remeter junto com o Pedido de Assinatura uma cópia do último contracheque

Cheque

C — Cartão de crédito — Credicard Mastercard — Dinner's Club International N°

REVISTA DO

Exército Brasileiro

Publicação com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnico-profissionais, trimestral. É o veículo de comunicação da Força Terrestre com mais de um século em circulação.

Valor da Assinatura Anual — R\$ 15,00 para o Brasil e US\$ 30,00 para o exterior.

Sim Não

Cheque nominal à Biblioteca do Exército



A DEFESA NACIONAL

Publicação de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros, trimestral. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Valor da Assinatura Anual — R\$ 15,00 para o Brasil e US\$ 30,00 para o exterior.

Sim Não

Cheque nominal à A DEFESA NACIONAL



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Publicação de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro, trimestral.

Valor da Assinatura Anual — R\$ 15,00 para o Brasil e US\$ 30,00 para o exterior.

Sim Não

Cheque nominal à Biblioteca do Exército

DADOS CADASTRAIS

MILITAR <input type="checkbox"/> Ativo <input type="checkbox"/> Retirado	Nome	Préc. CP
Portaria presidencial		Quedação NBR 1001-CM
ENDERECO		CP
Rua		Complemento
CEDE	UF	CEP
Tel.	Fax	E-mail

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25 - 9º andar - Ala Marcílio Dias.

CEP 20221-260 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 55 (21) 516-2366 Fax: 55 (21) 519-5569 E-mail: biblex@ism.com.br

CINCO SÉCULOS DO DESCOBRIIMENTO

Marco Maciel*

Brasil e Portugal preparam-se para comemorar os cinco séculos do descobrimento. Para a antiga metrópole, as celebrações dizem respeito a uma etapa crucial de sua evolução histórica, que traduz, essencialmente, a expansão geográfica de suas fronteiras, através do tema "Os Oceanos", que centrará a Exposição Internacional de Lisboa de 1998. Para nós, brasileiros, é a oportunidade de avaliarmos o nosso destino como Nação.

Em 1922, no Centenário da Independência, já vivenciamos uma etapa densa desta avaliação. Além da Exposição Internacional do Centenário, realizamos o 1º Congresso de História Nacional, cujos resultados serviram para despertar uma reflexão que logo se desdobrou em acontecimentos como a Semana de Arte Moderna, definida por Gilberto Amado como *o despertar do Brasil dentro de nós*. Foi também nesse ano que se iniciou, segundo o historiador Hélio Silva, *o ciclo das revoluções* com o movimento do cinco de julho, que mais tarde desencadeou as revoluções que puseram fim à República Velha,

marco de nossa evolução para a era moderna.

No Centenário da República, deveríamos ter retomado esse balanço crítico, o que certamente teria sido extremamente útil na redefinição de nossos rumos históricos. Lamentavelmente, contudo, os movimentos políticos de então não nos permitiram concretizar esse objetivo. No dia 15 de novembro de 1989, estávamos envolvidos no processo de restauração da eleição direta para presidente da República, ao mesmo tempo em que o mundo se via surpreendido pela queda do Muro de Berlim, que, de acordo com o historiador inglês Eric Hobsbawm, pôs fim ao que chamou de *o breve século XX*. A sucessão de problemas que turbaram o panorama político brasileiro terminou predominando sobre o desejo de uma comemoração adquada que, como senador, eu havia proposto seis anos antes.

Hoje, passada a crise e retomada a normalidade do processo institucional brasileiro, torna-se imprescindível que o Quinto Centenário não signifique mais uma oportunidade perdida para restaurarmos a História, preservarmos a memória nacional e, consequentemente, definirmos nossa própria trajetória.

Foi na Bahia que começamos o grandioso processo de miscigenação e crescimento de que nasceu, na observação de

Gilberto Freyre, a mais bem sucedida "civilização dos trópicos". O êxito, contudo, não nos dispensa de repensar nossas carências, lamentarmos nossas oportunidades perdidas ou comemorarmos as conquistas.

Na Independência, éramos cerca de três milhões de habitantes de um imenso país, desconhecido em sua maioria e cercado de incertezas. Passamos de uma sociedade sem classes para uma imensa sociedade de massas, complexa, criativa e inquieta. Construímos nossas próprias instituições, passamos de Monarquia a República e de um Estado unitário a uma assimétrica e diversificada Federação. Criamos indústrias, rasgamos estradas, intensificamos nosso comércio e exploramos uma parte de nossas riquezas naturais. Sob muitos aspectos, a vida social transformou-se.

A miscigenação nos enriqueceu, mas não superou alguns dos nossos graves problemas. Houve revoltas, rebeliões e insurreições, mas conseguimos que os sentimentos democráticos sobrevivessem, como uma aspiração permanente. A vida política tornou-se, ao mesmo tempo, mais participativa e conflitiva, como em toda democracia. Sabemos o que somos, de onde viemos e seguramente o que queremos. O que talvez nem sempre tenha

* Vice-Presidente da República.

sido claro é o caminho que teríamos de trilhar para atingir nossos objetivos.

A História, sabemos, não é uma trajetória linear sem atalho. Às vezes, há retrocessos, mas, a despeito deles, é possível avançar. A crença de que temos um grande destino parece ter permeado a nossa civilização. Somos um povo operoso, assumimos desafios e superamos obstáculos. Temos unidade territorial e unidade lingüística. Matemos a unidade nacional, sem artifícios, sobretudo porque soubemos valorizar a diversidade. Tudo isso é um enorme patrimônio de que podemos nos orgulhar. Padecemos as dores do crescimento e muitas delas, ainda, estão presentes no nosso cotidiano, como os constrangimentos impedindo que o bem-estar possa ser desfrutado por todos.

A vida social, a vida real, a realidade econômica e os transformos políticos inspiram a poderosa e talentosa literatura a um acentuado espírito crítico, um enorme sinal de vitalidade. Enriquecemos, nesse campo, a língua que herdamos. Nossa grande contribuição à convivência de tantas raças, de muitas origens e de várias culturas, talvez tenha sido, contudo, a mobilidade social extremamente rica de um país em constante transformação e sujeito a sucessivas e intermitentes mudanças. Aqui, convivem as mais variadas confissões religiosas e os descendentes de outros povos

que adensaram o nosso patrimônio cultural, intelectual e moral.

Todo esse itinerário torna indispensável que aproveitemos a passagem dos 500 anos — que emblematicamente coincide com o início do terceiro milênio da era cristã — não apenas para festejar a data, mas, sobretudo, para refletir sobre as nossas expectativas do futuro. O que é mais importante é estarmos, finalmente, no caminho certo: instauramos a democracia, estamos consolidando um processo de desenvolvimento sustentado e marchamos — o que é extremamente significativo — para vencer as enormes desigualdades sociais, individuais e regionais.

Não podemos perder, portanto, a passagem dos 500 anos para, iluminados pelo passado, refletirmos sobre o futuro que abre expectativas extremamente positivas para o Brasil.

Clausewitz, são leituras recomendadas nas melhores faculdades de administração e academia militares do mundo.

A Obra de Sun Tzu, com 13 capítulos, é um tratado aplicado na guerra, por analogia nos negócios e na vida quotidiana. Inicia-se com a *preparação dos planos*, onde o gênio descreve os fatores constantes para o planejamento, e passa ao capítulo sobre *guerra efetiva*, demonstrando a necessidade de objetivos. Em seguida, fala sobre a *espada embainhada*, onde salienta a necessidade de quebrarmos a resistência do inimigo; as táticas especiais e suas situações; a *energia*, os pontos fortes e fracos de um exército; a maneira de manobrá-lo; o *terreno*; o *ataque e*, o mais atual e importante, o *emprego de espiões*, para obter-se as informações necessárias ao eficaz combate.

A guerra, diz Sun Tzu, é de importância vital para o Estado. A *Preparação dos Planos* é a perfeita conjugação de fatores permanentes, que favorecem o sucesso do empreendimento. A *Lei Moral* consiste na imagem positiva do líder. O *Céu* indica as variações do ambiente externo, de difícil controle, como o tempo ou as estações do ano ou, a nível de organizações, os clientes, a concorrência, os sindicatos. A *Terra* representa as distâncias e situações diversas vividas em combate. O *Chefe* representa a reunião de características indi-

A ARTE DA GUERRA — RESENHA

Leocir Dal Pai*

O livro *A Arte da Guerra*, escrito há mais de 2500 anos pelo General Chinês Sun Tzu, é uma obra clássica que, junto ao *Príncipe*, de Maquiavel, e *Da Guerra*, de

* Capitão do Quadro Complementar de Oficiais.

cadoras da capacidade intelectual e o poder de liderança que permite ao subordinado seguir-lo confiante. *Método e Disciplina* compreende o reconhecimento da disposição do exército, seu aspecto estrutural e sua organização formal.

A *Guerra Efetiva* nos revela que não há relato na história de indivíduo ou país que tenha se beneficiado com longos atrasos. O retardamento da missão eleva os gastos, aumenta a quantidade de suprimento, exaure os recursos do Estado e subtrai o entusiasmo das pessoas. Sun Tzu afirma que *a inteligência nunca foi associada a decisões demoradas*. Perdemos a oportunidade e a liderança em nossas organizações na demora. Na guerra, tenhamos somente a vitória como objetivo, livre de iras e paixões pessoais.

Na *Espada Embainhada*, Sun Tzu diz que *Lutar e vencer em todas as batalhas não é a glória suprema; a glória suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar*, ou seja, com poucas perdas com habilidade, frustrar os planos do inimigo e tomá-lo intacto, o que somente é possível através da informação. *Se conhecermos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de batalhas...*

As *Táticas* refletem a capacidade de combinarmos satisfatoriamente defesa e ataque, isto é, aproveitar as oportunidades oferecidas pelo inimigo, agin-

do secretamente, manobrando tropas superiores e inferiores para surpreendê-lo.

Quanto à *Energia*, o comandante deve ter sabedoria para equilibrar o ataque e defesa. A simulação requer muita disciplina. Fingir medo, requer coragem; aparentar fraqueza pressupõe força. Devemos esconder a ordem existente, mostrando a desordem. Lance isca, atraia o inimigo e fique à sua espera, assim poderá economizar suas energias e empregá-las oportunamente e com êxito.

Nos *Pontos Fracos e Fortes*, devemos impor nossa vontade ao inimigo, mas não permitir que ele também o faça. Ataque-o num ponto importante em que irá defender-se mostrando seus pontos fracos. Não permita o descanso; apareça quando e onde não for esperado. Mantenha-se em posições que não possam ser atacadas; planeja ataques indefensáveis e repentinos. Em caso de recuo, seja rápido. Quando for invadido, corte as linhas de comunicação e impeça que o inimigo retorne. Não envie reforços para todo lado, pois serás fraco em todos.

Nas *Manobras*, o mestre orienta-nos a empregá-las quando houver uma vantagem substancial a ser conquistada, pois nos tornamos vulneráveis. Na manobra, o exército precisa de harmonia para transformar o infortúnio em vantagem. As comunicações são imprescindíveis e conduzem ao espírito de

corpo. A união obtida faz o conjunto, impedindo que os bravos lutem isoladamente e que os covardes fujam. Ao cercar o adversário, deixe uma saída livre, pois o desespero possibilita a sinergia, criando no inimigo ambiente favorável para o surgimento de heróis.

Nas *Variações Táticas*, o gênio recomenda não acampar em terreno difícil, não demorando em posições isoladas. O conhecimento do terreno é fundamental; se não conhecermos o terreno, não seremos capazes de transformar o conhecimento teórico em prático, máxima aplicável na guerra e nos negócios. Nas situações de beligerância existem erros perigosos, como: *negligência*, que leva à destruição; *covardia*, que leva à captura; *debilidade da honra*, sensível a vergonha; *impetuositade*, que possibilita a provocação e, o *excesso de solicitude com os soldados*, que provoca perturbações. Quando o Comandante morrer na guerra, a causa está em um desses cinco erros perigosos.

No *Exército em Marcha*, aconselha-nos sobre acampamento, deslocamentos e características do exército inimigo que podem indicar possíveis fraquezas, e como tirarmos vantagens dessas situações.

No *Terreno*, o mestre descreve seus principais tipos e, numa atitude atual e ecológica, nos diz que devemos ser aliados da formação natural para obtermos vantagens, minimi-

zando riscos. Destaca que o grande general é o que possui a capacidade de estimar o adversário e calcular as distâncias e perigos. *Se você conhece o inimigo e a si mesmo, sua vitória não será posta em dúvida; se você conhece o céu e a terra, pode torná-la completa,* acrescenta.

Nas *Nove Situações*, Sun Tzu apresenta vários tipos de terrenos e posturas a assumir e, o mais importante, como evitar que o inimigo obtenha proveito dos mesmos. Quanto mais penetrarmos num país inimigo, maior será a coesão entre os soldados, e estes, em situações de desespero perdem o medo e serão melhor utilizados. Afaste as superstições e estabeleça padrões de coragem que todos devem atingir. Evite que seu inimigo descubra seu objetivo. Ao atacar alguém mais poderoso, se possível divida antes suas forças. Não antecipe acordos para evitar deslealdade. Quando a situação for sombria, não revele a seus soldados.

O *Ataque pelo Fogo* nos ensina como abordar nosso inimigo ou concorrente, quando dispomos de um elemento forte. Ao iniciarmos um incêndio — ou empreendimento — devemos estar a favor dos ventos. Os que usam este instrumento na guerra ou na empresa, demonstram inteligência e espírito de iniciativa.

O *Emprego de Espiões* consiste na busca do reconheci-

mento das posições do inimigo. Para isso serão empregados um dos seguintes tipos de espiões: *locais*, que são habitantes de um distrito; *internos*, que são obtidos junto ao inimigo explorando alguma divergência existente; *convertidos*, que são espiões inimigos subornados; *condenados*, que são espiões nossos que recebem contra-informações para serem capturados pelo inimigo e induzi-lo a um falso julgamento; e *sobreviventes*, que nos trazem notícias do acampamento inimigo.

Antes de empregarmos espiões devemos ter certeza de sua integridade de caráter, da sua experiência e habilidade. A *finalidade do espião é conhecer o inimigo*, seja ele um exército, país ou concorrente. É enganoso acabar com os sistemas de informações existentes sobre qualquer pretexto. A busca constante de informações, pelo contrário, é necessária e exige aperfeiçoamento contínuo do sistema de informações e do pessoal envolvido.

Finalizando, a obra de Sun Tzu deixa-nos recomendações valiosas para serem aplicadas nas guerras, ocorram elas nos campos de batalhas ou nos escritórios. Buscar inspiração em Sun Tzu para nortear a formação profissional do militar, seja ele combatente ou administrador, é praticar o melhoramento contínuo no Exército e estar apto a cumprir eficazmente com nossas obrigações constitucionais.

UMA VISÃO SUMÁRIA DA HISTÓRIA MILITAR E O SEU ENSINO NA AMAN

Manoel Soriano Neto*

A Portaria nº 73 — EME, de 20 de outubro de 1982, aprova a Diretriz para as atividades do Exército no campo da História. Dentre os objetivos dessa Portaria, ressaltamos: *contribuir para a formulação e desenvolvimento da doutrina da Força Terrestre; proporcionar subsídios para a formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa; contribuir para o perfeito entendimento do papel desempenhado pelo Exército ao longo da vida nacional; preservar e divulgar o patrimônio histórico-cultural do Exército e suas tradições.*

O ensino da História Militar na AMAN — Academia Militar das Agulhas Negras atende a todos esses objetivos, como a seguir veremos, e é ministrado nos dois últimos anos da formação acadêmica do futuro oficial.

CONSIDERAÇÕES SOBRE UM CONCEITO MODERNO

Segundo moderno conceito, a *História Militar é a parte da*

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Matéria extraída do *Anuário do Conselho de Ensino*, AMAN, 1987.

História da Humanidade que nos permite reconstituir a História da Doutrina Militar. É mais a Ciência e a Arte da Guerra utilizadas pelos exércitos a fim de se prepararem para a guerra.

Daí, podemos inferir que a História Militar, inserida na História da Humanidade, não se isola, não se constitui em comportamento estanque da História inteira. Ela é abrangente, pois, não se restringindo, como antigamente era corrente ao estudo das Operações, da Tática, da Estratégia etc.

Assim, a pretensão dos novos historiadores militares, de estudar, além dos assuntos eminentemente ligados à guerra, as relações e os posicionamentos dos militares em face das instituições cívicas, é, a nosso ver, bastante válida. Tal estudo tão-somente enriquece a História Militar, toda ela superimbricada e inserida no contexto da História Geral.

Na atualidade, a Polemologia se estrutura cartesianamente como ciência e visa, com prioridade, ao estudo sociológico das instituições militares e da guerra. Uma de suas pesquisas mais atraentes diz respeito à postura das Forças Armadas de cada país em relação ao poder constituído do respectivo Estado, a qual poderia ser, em períodos considerados: profissionalista, pretoriana, cesarista, militarista ou assistencialista (ou a combinação dessas posturas). Os novos dilettantes do

assunto — cientistas sociais, analistas políticos, pensadores militares etc. — estão, pois, nos dias hodiernos, contribuindo, substancialmente, para a evolução e o enriquecimento da História Militar. É não só à-toa que, recentemente, vemos a volta pelo gosto de estudar-se a História Militar, inclusive por civis, na Europa e nos Estados Unidos — Universidades de Yale, Princeton e Harvard, especialmente. Esse estudo, pelo que se lê nos periódicos da atualidade, voltou à moda e já não é mais considerado elitista, causando vivo interesse aos scholars, mormente das universidades americanas.

Tal interesse não é sem sentido, eis que, na guerra, todos os setores das atividades humanas são exalçadas exponencialmente, em proporções hoje jamais imaginadas e as análises de temas militares têm que ser, necessariamente, interdisciplinares, interessando aos campos da Psicologia e da Sociologia, dentre outros, conforme tão bem nos ensina o Coronel Francisco Ruas Santos.

Euclides da Cunha, com sua aguda visão prospectiva, já antevia este futuro radiosso para a História Militar: *A verdadeira História Militar deverá, destarte, situar o fato guerreiro em face das relações de ordem econômica, social, antropológica e geográfica que o condicionaram. Não pode ser confundida com a simples crônica, ou com a apresenta-*

ção de documentos, ou ainda com a discussão de combates e batalhas. Seu objeto é a guerra, há que abranger o que esta abrange.

Outrossim, para uma boa interpretação do conceito, no início deste trabalho expendido, acerca da História Militar, é mister que não se descurte do fator tecnológico, o qual, nos dias de hoje, determina toda a criação científica dos artefatos bélicos, nessa era do "equilíbrio do terror".

Aos atuais analistas da Arte da Guerra, três fatos devem ser levados em conta: continuar admitindo a importância da Geografia como elemento básico para os estudos estratégicos e táticos, em que pese a existência do poder dissuasório atômico e adaptar-se à era da automação, da cibernetica, dando ênfase à utilização desta última nas pesquisas sobre a História Militar, pois que o trabalho artesanal, do "garimpão de conhecimentos", mercê do amplíssimo campo da informatização, hoje é bastante restrito. E ter sempre em mente que, no estudo da História Militar, há duas constantes: o homem, seu agente; e a dinâmica, a contínua mutação da ciência.

E para adentrarmos no que é o escopo desse esforço — o ensino da História Militar em nossa AMAN — gostaríamos de transcrever as sábias reflexões do General Aurélio de Lyra Tavares: *a História Militar nem sempre se elabora no*

seu sentido puro de História-Ciência, que investe o historiador da responsabilidade de pesquisar friamente os fatos, pondo em cotejo os erros e os acertos, as glórias e os desastres, analisados tecnicamente, nos seus vários fatores, para o fim de concluir, de julgar e de estabelecer ensinamentos. Muitas vezes ela se desvia desse papel essencial, para revestir-se do aspecto que nos parece mais próprio chamar-se de literatura histórica pela predominância que se atribui aos acontecimentos, encarados em si mesmos e focalizados segundo ângulos e proporções que dependem da posição própria e dos objetivos particulares do historiador. Essa literatura histórica, mais narração do que estudo, mais exaltação do que análise, sobretudo nos seus traços heróicos, é tão necessária à preparação psicológica dos Exércitos, à elevação do seu nível moral e à educação cívica dos contingentes de cidadãos que constituem a sua grande massa, como é a História-Ciência para os Altos Comandos e para os Grandes Estados Maiores, nos seus misteres de preparação para a Guerra.

O SISTEMA DE ENSINO DA CADEIRA DE HISTÓRIA MILITAR DA AMAN

Como dissemos, a História Militar é ministrada para o 3º e

4º anos das Armas, Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico.

As 70 (setenta) horas da carga horária do 3º ano visam aos seguintes objetivos particulares: *compreender a evolução da Arte da Guerra nas Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea (aqui já incluído o Conflito das Malvinas); entender a evolução das Instituições nos aspectos referentes aos Serviço Militar, Organização, Equipamento, Doutrina, Comando e Logística; analisar as principais Campanhas ou Batalhas estudadas; compreender a evolução histórico-militar do Brasil; e valorizar hábitos favoráveis ao prosseguimento do estudo da História ao longo da carreira.*

O programa proporciona um sólido embasamento cultural para que o cadete possa, no último ano de sua formação acadêmica, complementar seus conhecimentos sobre a disciplina.

Na primeira Unidade Didática (UD), propedêutica para o estudo da Arte da Guerra em si, são ministrados conhecimentos sobre a Doutrina Militar e seus campos, os fatores da Decisão Militar, o "fator militar" e os princípios de guerra, dando-se ênfase à Manobra e seus elementos.

O estudo da Manobra e seus elementos segue, com bastante semelhança, o preconizado pela IP 100-5 (Operações) de nosso Exército.

Em única Unidade Didática, são estudados os principais eventos da História Militar do Brasil no que interessa à Doutrina de nosso Exército. É a parte prioritária de número primo para a Cadeira.

As 40 (quarenta) horas destinadas ao ensino da matéria para o 4º ano têm em vista atingir os seguintes objetivos: *analisar a formação e a evolução histórica das grandes potências e regiões críticas do mundo contemporâneo; compreender a evolução histórica das nações sul-americanas; e iniciar o estudo introdutório à pesquisa de fatos históricos.*

Para esse último objetivo, é de grande valia a publicação do EME, para uso interno da Instituição — "Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro", cuja elaboração coube ao ex-instrutor de História Militar da AMAN, Coronel de Engenharia e Estado-Maior Cláudio Moreira Bento. Assim, o futuro oficial fica de posse dos principais instrumentos de que poderá se valer no futuro, quando for solicitado a contribuir para a preservação e divulgação do patrimônio histórico-cultural do Exército e suas tradições.

E mais: estará apto a contribuir para a formulação e desenvolvimento da doutrina da Força Terrestre, como determina a Diretriz contida na Portaria 73-EME de 20 de outubro de 1982.

E, para uma adequada formação do cadete, aos instrutores da matéria não escapa a lúcida observação do General Tristão de Alencar Araripe: *Como seria desacertado, por exemplo, impingir-se aos Cadetes da Academia Militar, a análise pormenorizada (e não a noção sumária) dos planos de operações, dos planos de manobras das batalhas napoleônicas e da atuação do Corso em todas as suas principais campanhas? Far-se-ia o Cadete viver em ambiente de alta estratégia, quando, no domínio da ciência, mal-engatava.*

CONCLUSÃO

A guerra, nesta era contemporânea, é total, global e tridimensional (ou quadridimensional?). Ela é total pois abrange todos os campos do Poder Nacional, aí incluídos a ação diplomática e o poder de dissuasão (a "deterrência"), para o qual estudiosos até já alistaram os princípios determinantes; ela é global, eis que está presente em todas as latitudes e longitudes do globo; e, por fim, é tridimensional, por conter as dimensões terrestre, marítima e aeroespacial — e a dimensão cósmica a quarta dimensão, da "guerra nas estrelas"?

Eis porque o tratamento científico dos fatos da História Militar, máxime nos dias atuais, merece toda a atenção possível e análises percutientes à base

da Informática, com o viso de se dominar as fontes históricas, para que valiosos subsídios estejam, a tempo e a hora, ao nosso dispor, com vistas ao aperfeiçoamento da Doutrina Militar do Exército brasileiro.

Assim, estará nossa Academia em condições de atender aos esforços de pesquisa na área da História Militar no Exército, constituindo-se em um dos elementos de pesquisa histórica da Instituição, conforme prevê o Estado-Maior do Exército.

Por final, urge que nos lembremos sempre de que: *As dimensões continentais do Brasil não são obra de um milagre. Para esta configuração contribuíram decisivamente as Forças Terrestres Brasileiras que, desde o Descobrimento, têm lutado pela integridade, soberania e unidade do Brasil. As soluções táticas, logísticas e estratégicas responsáveis pelas dimensões continentais podem ainda alicerçar a doutrina do Exército do Brasil — Potência sonhado pelos brasileiros.*

A História é a mestra da vida, senhora dos tempos, luz da verdade (Cícero).

O DIREITO COMO CIÊNCIA

Reis Friede*

Não obstante a tese segundo a qual o Direito se constitui em

efetivo ramo científico ter sido negligenciado no passado por expressiva parcela de estudiosos, na atualidade contemporânea é praticamente unânime (se não, pelo menos, amplamente majoritária) a posição doutrinária que entende o Direito como autêntica e genuína ciência autônoma.

Ainda que se possa discutir se o Direito constitui-se na própria ciência efetiva ou, ao contrário, é apenas o objeto de uma ciência (a chamada ciência do direito), a verdade é que poucos são os autores que ousam desafiar a visão dominante do Direito como ciência e suas principais consequências, especialmente após o advento da notável obra de Hans Kelson, *Teoria Pura do Direito*, em que o autor logrou demonstrar, como mentor do positivismo jurídico moderno, a pureza jurídica do Direito em seu aspecto tipicamente científico.

Mesmo assim, entre nós ainda existem aqueles que simplesmente defendem o ponto de vista do Direito como uma forma não-científica, desafizando não só o caminho lógico-evolutivo do estudo do Direito, mas, particularmente, a acepção mais precisa (e correta) da expressão ciência.

(...) não é rigorosamente científico denominar o Direito

* Professor-Adjunto da Universidade do Rio de Janeiro — UNIRIO.

*de ciência. (...). As pretensas ciências sociais, com ranço comitiano, onde se costuma incluir o Direito (...) não oferecem princípios de validade universal que lhes justifiquem a terminologia (...).*¹

*O Direito não é ciência, mas arte; como também ramo da moral.*²

*As regras do Direito são preceitos artísticos, normas para fins práticos, determinações ordens, que se impõem à vontade. Não se confundem com as afirmações científicas, que se dirigem à inteligência.*³

*A ciência jurídica é considerada ora como scientia, pelo seu aspecto teórico, ora como ars, pela sua função prática. Outros ainda dão ao problema uma solução eclética.*⁴

CONCEITO DE CIÊNCIA

A questão central, nesse contexto de atuação, ao que tudo indica, parece ser, sob o prisma de sua própria especificidade, os múltiplos e variáveis conceitos de *ciência*, bem como, as possíveis e diferentes traduções do vocábulo em epígrafe.

Nesse sentido, resta oportunamente a lição de Tércio Sampaio Ferraz Jr.,⁵ para quem a expressão ciência não é unívoca; não obstante de com ela se pretender designar um tipo específico de conhecimento, não há um critério único e uniforme que determine sua extensão, natureza e caracteres, devido ao fato de que os vários critérios têm fundamentos filosóficos que extravasam a prática científica.

De qualquer sorte, o que caracteriza a *ciência*, na acepção atual, não pode ser, em nenhuma hipótese, como deseja Paulino Jacques, uma pretensa e utópica validade universal de seus princípios, independentemente de meridianos e paralelos, uma vez que, de forma absolutamente diversa, a noção contemporânea de *ciência* reside no escopo próprio de sua atuação, ou seja, na busca, constante e permanente, pela verdade (ou, ainda, em outras palavras, na perene explicação evolutiva dos diversos fenômenos naturais e sociais).

Em essência, é oportuno ressaltar, inexiste, de forma insofismável, a efetiva possibilidade de se ter *fato* gerando

normas de validade sinérgica, acima de qualquer possibilidade de contestação no espectro temporal-evolutivo.

Muito pelo contrário, o que a *ciência* realiza, no âmbito de sua atuação, é exatamente *conceber*, caracterizando e criando através de interpretações próprias (porém, com escopo de generalização), a melhor explicação de um dado fenômeno particular (natural ou social), em um considerado momento histórico (onde aspectos culturais, geográficos, organizacionais etc., necessariamente possuem sua esfera — maior ou menor — de influência).

Assim é que nos primórdios da *Física*, a melhor explicação científica para o fenômeno da queda de um objeto em direção ao chão não passava pela atual e complexa teoria da gravitação universal, preferindo, por ausência de melhor interpretação, os "cientistas" da época entenderem o *fato* (na qualidade de efetivo acontecimento no mundo real) através da singela concepção da existência de uma pretensa "*mão invisível*" que simplesmente empurrava todo e qualquer objeto em direção ao solo.

Mas mesmo com todo o desenvolvimento da *Ciência da Física*, o homem ainda não foi capaz de explicar, de forma inequívoca, o simples fato da queda de um objeto em direção ao chão, considerando, sobretudo, que a vigente *lei da gravidade* (corolário da teoria da gravi-

¹ Paulino Jacques in *Curso de Introdução ao Estudo do Direito*, pp. 10-16.

² Geny in *Science et Technique en Droit Privé Positif*, 2e. édition, Paris, 1927, pp. 69/71 e 89.

³ Pedro Lessa in *Estudos de Philosophia do Direito*, Rio, 1912, p. 46.

⁴ Maria Helena Diniz in *A Gênica Jurídica*, 3a ed., Saraiva, SP, 1995, p. 6.

⁵ Direito, Retórica e Comunicação, Saraiva, SP, 1973, pp. 159-160.

tação universal) parte de um princípio básico de validade universal amplamente contestável e que poderia ser resumido, não obstante algumas complexidades que deixaremos ao largo, da seguinte maneira: um corpo de *massa menor* é sempre atraído em direção ao corpo de *massa maior*, determinando, em consequência, que qualquer objeto (de massa relativa desprezível) simplesmente "caia" em direção ao centro do planeta (que possui massa infinitas vezes maior), sendo contido apenas pelo obstáculo natural que é exatamente a sua superfície (ou seja, o chão).

Como o pressuposto básico da atração gravitacional como concebida na atualidade contemporânea, pressupõe a existência de corpos com massa, a Física de hoje simplesmente não é capaz de explicar a descomunal atração gravitacional que exercem os chamados *bucos negros*, na qualidade de corpos celestes desprovidos de matéria, e, por consequência, de massa.

A concepção básica de ciência (incluindo seu conceito específico), por efeito consequente, não pode considerar a existência de princípios de validade universal, tendo em vista que a validade intrínseca dos princípios e pressupostos científicos são sempre mutáveis no tempo e no espaço, em decorrência da própria e necessária evolução dos conceitos científicos.

É evidente que os denominados *Princípios Gerais do Direito* não são universais ou mesmo permanentes (até porque, os fenômenos sociais que os instruem são nitidamente mais complexos que os fenômenos naturais, objetos de outras ciências) muito embora, no mundo atual de notável capacidade de comunicação e intercâmbio, essa realidade tenda naturalmente a um ponto de aproximação semelhante à pretensa universalização de concepções tipicamente estudadas pela Física, Química, Astronomia etc. O próprio conceito axiológico de justiça, como valor intrínseco do Direito, é conveniente ressaltar, vem sendo nitidamente universalizado, não obstante as diversas culturas e os diferentes estágios evolutivos das várias sociedades em convivência temporal comum.

Por efeito consequente, a ciência não pode, sob pena de sublime subversão lógico-conceitual, ser encarada como algo que se traduz por uma verdade absoluta, mas, ao contrário, necessariamente deve ser entendida como algo que busca, de forma constante e permanente, a verdade (em sua acepção plena), aproximando-se cada vez mais da mesma, porém sem nunca poder atingi-la, ou mesmo tangenciá-la com plena segurança.

É exatamente nesse sentido que alguns autores observam a existência, em matéria científica,

das denominadas *verdades relativas*, ou, em outras palavras, *verdades* com validade limitada ou restrita, no tempo e no espaço; a uma data e/ou considerada situação tática.

Classificação Binária das Ciências

Se é plenamente correto afirmar, nesse diapasão, que as ciências, de modo geral, não se traduzem em *verdades absolutas* (ou, sob outra ótica, em princípios imutáveis e intangíveis de validade permanente e universal), mas apenas e limitadamente na busca incansável por estas mesmas *verdades* (no sentido da explicação correta e absoluta para cada fenômeno natural ou social), não menos acertada se mostra, nesse contexto, a afirmação segundo a qual o *raciocínio binário humano* se constitui no principal fator limitante do próprio desenvolvimento científico.

Sob uma ótica puramente matemática, nesse sentido, seja até mesmo lícito afirmar que o *raciocínio binário* corresponde, como uma sinérgica limitação humana, a uma progressão geométrica de razão igual a *dois*. Em essência, o número a índice *n*, último numeral da progressão, corresponderia ao *infinito*, demonstrando, claramente, a efetiva possibilidade humana de desenvolvimento. Porém, a velocidade desse mesmo desenvolvimento, correspondente à razão

q da progressão, seria o menor possível, ou seja dois, equivalente numeral ao raciocínio binário.

Como a contingência (ainda que eventual) de superação da limitação binária tem se mostrado, nos inúmeros séculos de desenvolvimento da humanidade, tarefa impossível de ser concretizada, restou, de forma inexorável, ao gênero humano conceber e adaptar todos os modelos de desenvolvimento científico a essa forma única e exclusiva de pensar.

Por efeito consequente, todas as classificações de cunho científico forçosamente tiveram de se adaptar — e efetivamente se adaptaram — à imposição do binarismo, incluindo, no desenvolvimento peculiar de sua atuação, nesse particular, a própria classificação das ciências no sentido amplo.

Nesse contexto, as ciências, quanto ao seu objeto, passaram, de maneira amplamente majoritária, a ser classificadas em dois principais grupos: as denominadas ciências da natureza (cujo foco de observação são fenômenos naturais) e as chamadas ciências da sociedade (cujo foco de observação cinge-se a fenômenos sociais). As ciências naturais, por sua vez, passaram a admitir uma subdivisão peculiar em ciências do macrocosmo (cujo foco de observação são fenômenos naturais externos aos seres vivos) e em ciências do microcosmo

(cujo foco de observação são fenômenos naturais internos aos seres vivos), ao passo que as ciências sociais, por seu turno, passaram a acolher subdivisão em ciências não-hermenêuticas e ciências hermenêuticas (ou interpretativas).

No primeiro grupo (ciências naturais do macrocosmos), encontramos a física, a química, a astronomia etc.; no segundo grupo (ciências naturais do microcosmos), nos deparamos com a medicina, com a biologia etc.; no terceiro grupo (ciências sociais não-hermenêuticas) achamos a sociologia, a antropologia etc. e, finalmente, no quarto grupo (ciências sociais hermenêuticas) encontramos o Direito.

Muito embora os menos avisados possam questionar onde estaria, nesse espectro classificatório, posicionada a matemática, a verdade é que essa pseudociência, por não possuir o escopo próprio de atuação das ciências, ou seja, a valoração intrínseca (e interpretativa) de um fato (natural ou social), concebendo uma norma, melhor se encontra classificada como genuína linguagem científica ou, como preferem alguns, efetiva ciência instrumental.

Classificação da Ciência do Direito

Num quadro analítico mais amplo, a ciência do direito tem sido corretamente classificada

como efetiva ciência social hermenêutica, considerando, especialmente, não só possuir foco de observação em fenômenos sociais, mas, sobretudo, por desenvolver um sistema peculiar de interpretação de fatos sociais que não se limita, de nenhuma maneira, a simples valoração intrínseca dos mesmos, concebendo norma (fase legislativa), mas, ao contrário, permite ultrapassar a concepção fundamental interpretativa, reprocessando a conclusão (ou, em outras palavras, a própria norma) e concebendo, desta feita, uma segunda norma (de aplicação) no contexto de um sinérgico processo hermenêutico (face judicial).

A verdade é que o Direito, como ciência, possui, numa aproximação para fins didáticos, dois diferentes momentos interpretativos. O primeiro — comum a todos as ciências e que se processa através da tríade fato/valor/norma —, caracteriza um processo tipicamente legislativo de criação da própria norma abstrata. O segundo — peculiar a chamada ciência jurídica —, desenvolve um processo genuinamente judicial de aplicação efetiva da norma abstrata por meio da caracterização (através de um complexo hermenêutico de mecanismos de interpretação da norma jurídica) da norma concreta (ou efetiva).

Todavia, não obstante a inerente complexidade do assim concebido processo herme-

nêutico, o Direito, sob o prisma classificatório, não pode se restringir (e de fato não se restringe) a simples designação de *ciência social hermenêutica*, posto que a denominada *ciência jurídica* também se caracteriza, de forma diversa das demais ciências, por ser uma ciência particular de *projeção comportamental* (ou, como preferem alguns autores, ciência de projeção de um mundo ideal — meta do dever-ser — e por ser uma ciência inexoravelmente *axiológica* — valorativa).

Sob a ótica *axiológica*, em particular, cumpre esclarecer que o Direito se exterioriza, no âmbito científico, através de um específico e complexo processo de *valoração factual* que inclui *parcelas intrínsecas* (notadamente a *segurança* das relações sócio-político-jurídicas e a busca da *justiça*, ou da decisão justa), cuja ponderação se concretiza, de maneira diferenciada, por intermédio dos diversos ramos científicos do Direito. Assim, o *Direito Processual*, que incontestavelmente se constitui em uma sinérgica unidade (como sempre defendiram os unitaristas, ou monistas, como Hans Kelsen), passou, a ser dividido em *Direito Processual Penal* — onde, no eventual confronto entre os valores axiológicos da justiça e da se-

gurança, prepondera o *valor da justiça* (razão pela qual inexiste prazo decadencial para o ajuizamento da competente ação autônoma de impugnação — revisão criminal — contra sentença condenatória transitada em julgado, e em *Direito Processual Não-Penal* — Direito Processual Patrimonial ou Civil *Lato Sensu* — onde, no mesmo confronto, prepondera o *valor da segurança*, razão pela qual há, no âmbito do processo civil, prazo decadencial de dois anos para o ajuizamento da competente ação autônoma de impugnação — ação rescisória — contra sentença transitada em julgado na esfera cível.

Axiologia Jurídica e Projeção Comportamental do Direito

Inegavelmente, as características *axiológica* e de *projeção comportamental* (meta do dever-ser) do Direito, muito mais do que a própria *vertente hermenêutica*, foram responsáveis, por muitos anos (e mesmo séculos), pela grande dúvida no tocante ao específico posicionamento enciclopédico do Direito. Havia no passado remoto razoáveis dúvidas (e algumas com sobrevida mesmo no passado recente) a respeito dessas características particulares da *ciência jurídica*, notada-mente no que alude a sua específica operacionalidade prática, forjando, em consequência, uma forte incompreensão quanto à efetiva possibilidade de ter, no espectro classificatório, uma autêntica *ciência social* de projeção de um *mundo ideal*, a partir de premissas valorativas (de cunho nitidamente axiológico), inerentes a um quadro de *ídias* (com forte feição ideológica), presentes e decompostas no *mundo real*.

Entretanto, o que aparenta ter sido *dúvida primaz* no passado, parece ter se transformado em incontestável *certeza* no presente, permitindo que o *Direito* — a par de toda a sorte de inegáveis especificidades — se posicione, com invejável segurança, na atualidade contemporânea, em um tipo particular de *ciência*, com características especiais — hermenêutica, comportamental (projeção de um mundo ideal, meta do dever-ser) e axiológica, mas nem por isso distante do *factum* característico fundamental de todas as *ciências*, ou seja, a busca permanente e contínua pela verdade, através da interpretação de fatos (naturais ou sociais), por intermédio da necessária e insuperável *valoração intrínseca* de um dado *fenômeno*, originando uma *norma* ou *tese* (explicativa e/ou comportamental).

O USO MILITAR DE JANGADAS NO BRASIL – UM EXEMPLO

De 1763 a 1777, a posse do Rio Grande do Sul foi disputada pelas armas entre Portugal e Espanha. Os espanhóis o invadiram a partir de Buenos Aires, em 1763, pelo litoral e, em 1773-1774, pela campanha, chegando a controlar cerca de 2/3 de seu atual território, com suas bases em Rio Grande, Santa Tecla (próximo a Bagé) e São Martinho (próximo a Santa Maria), chave do acesso aos Sete Povos das Missões.

Em 1774, Portugal decidiu desfchar uma contra-ofensiva para recuperar o Rio Grande, tendo organizado o poderoso Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Böhn, contratado por Portugal para liderar a empresa, e mobilizando recursos de toda a ordem em Portugal, no Brasil e em Angola. O Exército foi concentrado em São José do Norte tendo, como base logística, Porto Alegre e efetivos em Rio Pardo, para atuar na campanha à base de guerrilhas, na condução da guerra à gaúcha.

E primeiro expulsou os espanhóis de São Martinho, em 31 de outubro de 1775, de Santa Tecla, no início de 1776, e reconquistou a Vila de Rio Grande (1º de abril de 1776)

que havia 13 anos estava em poder de Espanha.

Para o sucesso dessa feliz empresa foram usadas, no transporte das três vagas de assalto à margem sul do sangradouro da Lagoa dos Patos, 13 jangadas, construídas com madeira especial enviada de Pernambuco, por um sargento e 7 soldados pernambucanos do Regimento de Henriques que guarnecia a ilha de Santa Catarina.

Os detalhes dessa operação pouco conhecida foi feita na obra *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1774-1776* (Rio, BIBLIEX, 1996), com apoio nas memórias e cartas ao Vice-Rei do Tenente-General Böhn, as quais revelamos pela primeira vez, no todo e em português, depois de traduzidas do francês pelo Coronel Nei Paulo Pannizzuti e anotadas com 260 notas e vários outros complementos, inclusive respondendo a quesitos formulados pelo Estado-Maior do Exército para pesquisas em seu proveito.

A presença de jangadas foi assim resumida na Memória de Böhn:

...Em 5 de janeiro de 1776, recebi de Pernambuco várias sumacas com madeiras de Pernambuco para a construção de jangadas. Pedi a pernambucano aqui residente que construísse uma, o que ele fez pequena sem responsabili-

zar-se por sua eficiência. Ela movimentou-se bem a remos e a vela, apesar de haver provocado risos na tropa por seu aspecto (...) Pedi ao governador de Santa Catarina que me enviasse soldados de Pernambuco ali destacados e que soubessem fabricá-las, operá-las e carregá-las. Em 26 de janeiro de 1776, ele enviou um sargento e 7 soldados capazes, que logo iniciaram a construir-las com madeira mais porosa e leve do que a cortiça, só conhecida em Pernambuco, já acontecendo de algumas terem chegado até a Bahia (...) Essas jangadas têm calado ínfimo e aqui andam muito depressa. Mandei construir 4 na Fronteira Norte (São José do Norte atual) e 4 no Lagamar (enseada fora da barra onde aportavam navios portugueses sem interferência inimiga). Comecei a exercitar os soldados a manejá-las e a nelas confiar quanto a sua segurança...

Seu plano era usá-las no assalto a fortes espanhóis na margem sul. Assim Böhn escreveu ao Vice-Rei em 10 de março de 1776:

...O rei possui agora aqui barcos muito apropriados para navegar (no Sangradouro da Lagoa dos Patos). As jangadas são o que há de melhor para atravessar e transportar pessoas e tem acesso a todos os locais, em razão da pouca profundidade das margens do

sangradouro. Quando mandei construir a primeira a tropa riu a socapa. Logo a seguir, aplaudiram o seu desempenho operacional...

Na madrugada de 1º de abril de 1776, elas transportaram, com sucesso, em dois escalões de ataque com 200 granadeiros cada, as duas primeiras vagas de assalto, sendo a do ataque principal guiada pelo Tenente de Dragões e Ajudante-de-Ordens de Böhn, nascido em Rio Grande — Manoel Marques de Souza, atual denominação histórica da 9ª Brigada Motorizada; com quartel-general em Pelotas. Granadeiros do atual Batalhão Sampaio encarregaram-se do ataque secundário.

Em carta de 8 de setembro de 1776 ao Vice-Rei Marquês do Lavradio, Böhn escreveu:

...A opinião de V. Excia. sobre o uso militar das jangadas é tão justo que sem elas eu teria tido dificuldades de atravessar o Sangradouro (de São José do Norte atual a Rio Grande). Ficaria encantado de receber mais madeira para fabricá-las...

A Revista Militar Brasileira, atual *Revista do Exército* (janeiro/junho de 1976, p. 26) publicou uma gravura da época focalizando uma dessas jangadas, em artigo de Abeillard Barreto.

Este é mais um eloquente exemplo da criatividade militar luso-brasileira e da sua singular contribuição para o sucesso

da grande operação anfíbia conjunta. Exército e Esquadra, que reconquistaram a Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776, definindo assim, pelas armas, o destino brasileiro do Rio Grande do Sul, confirmado pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Hoje os que andam de jangada a vela sobre trilhos, atração turística no molhe sul da barra do Rio Grande, longe estarão de imaginar que treze delas foram importantes para transpor, de São José do Norte para o lado da cidade de Rio Grande, as tropas luso-brasileiras que a reconquistaram aos espanhóis, em 1º de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula, nome primitivo da cidade de Pelotas que reverencia aquela feliz reconquista.

Coronel de Engenharia e Estado-Maior Claudio Moreira Bento, Sócio Benemerito do IGHMB e Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS).

AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DO DIRIGÍVEL

Em outubro de 1986, o governo dos Estados Unidos adquiriu alguns dirigíveis para aplicar no seu Sistema de Vigilância a

Baixa Altitude, em complemento aos existentes.

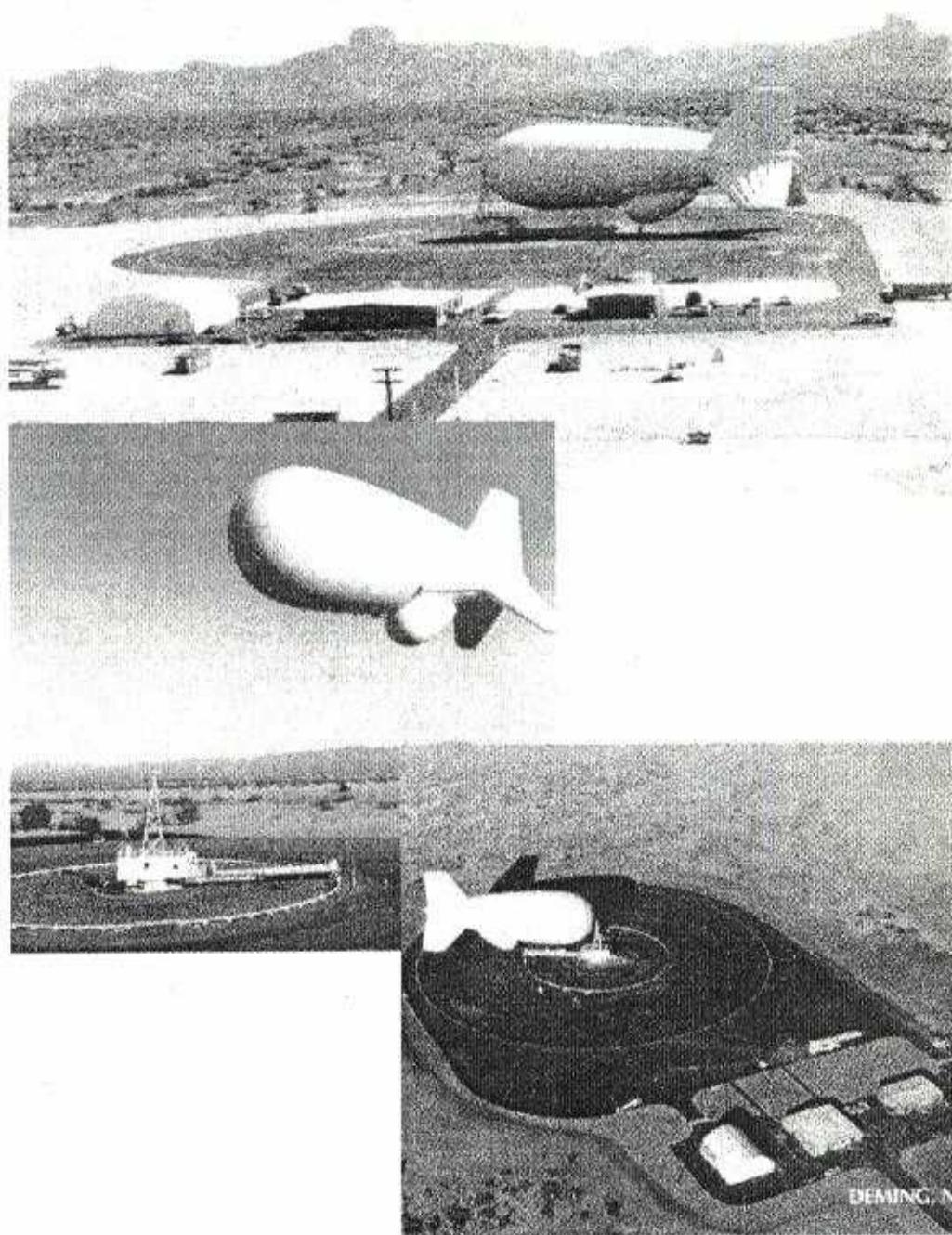
Em 1990, aproximavam-se as 2 horas da manhã, hora local no Kuwait, do dia 2 de agosto, quando o radar do dirigível *7IM-TCOM* detectou um movimento em massa de tropas e blindados iraquianos cruzando a fronteira. O dirigível, parte integrante do Sistema de Vigilância a Baixa Altitude (LASS), transmitiu para o Centro de Operações da Força Aérea do Kuwait todas as informações de forma digitalizada.

O sistema funcionou durante os últimos seis dias que antecederam a invasão e permitiu acompanhar todos os deslocamentos de viaturas e alguns helicópteros que se deslocavam a baixa velocidade próximo à fronteira.

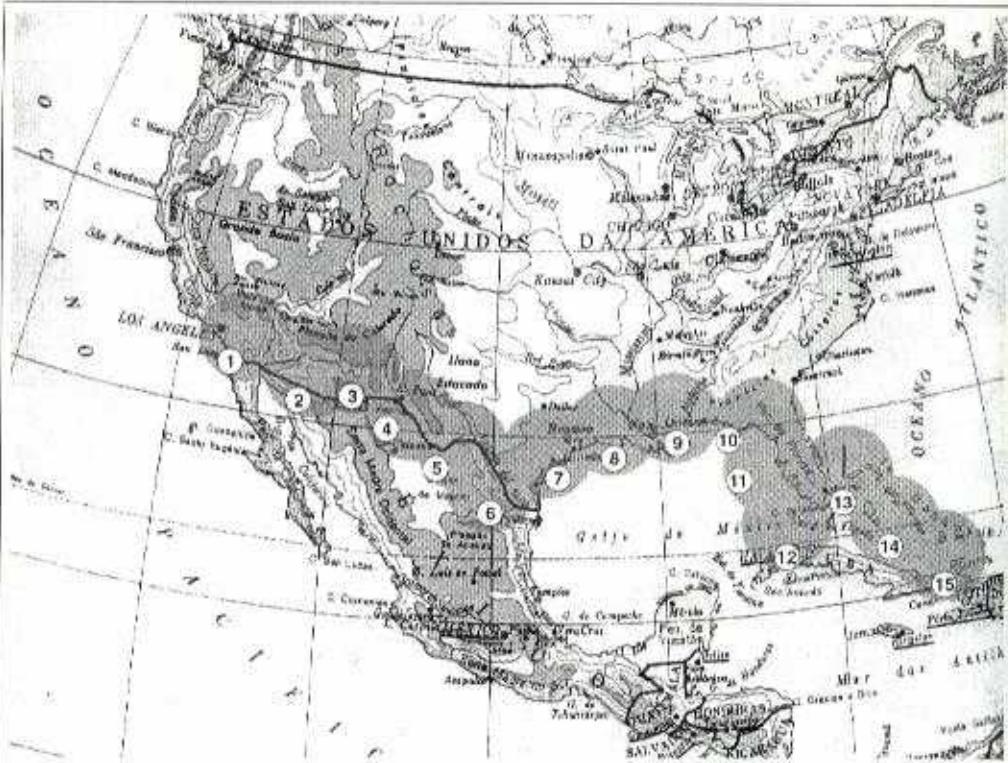
O alerta do dirigível possibilitou que o Emir e sua família escapasse a tempo de não serem capturados.

Em 1991, conforme foi abordado no artigo "Dirigível na Amazônia", publicado em *A Defesa Nacional* nº 774, página 26, 4º trimestre de 1996, 16 são os pontos de vigilância na fronteira sul dos EUA, conforme é adeante assinalado.

Nós, brasileiros, temos tradição no cenário mundial e sempre estivemos liderando com ousadia os novos projetos. Em 19 de outubro de 1901, Santos Dumont, com seu dirigível nº 6, conquistou o prêmio DEUTCH-PREIS, consolidando a dirigibilidade.



Os três primeiros dirigíveis adquiridos para a fronteira sul dos EUA



A barreira de dirigíveis na fronteira sul dos EUA

1) Yuma, AZ; 2) FT. Huachuca, AZ; 3) Deming, NM; 4) Marfa, TX; 5) Eagle Pass, TX; 6) Rio Grande, TX; 7) Matagorda, TX; 8) Morgan City, LA; 9) Alabama Point, AL; 10) Horseshoe Beach, FL; 11) Venice, FL; 12) Cudjoe Key, FL; 13) High Rock, Bahamas; 14) George Town, Bahamas; 15) Great Inagua, Bahamas; e 16) Porto Rico.

ao contornar a Torre Eiffel, em Paris.

42 Em 11 de julho de 1997, o Ministro do Exército designou uma comitiva da Diretoria de Transporte (DT) para prestar assessoramento técnico a um grupo de empresários brasileiros que se dispõe a implantar, no Brasil, uma fábrica de dirigíveis, tendo tido, como primeira consequência, uma viagem ao exterior, onde foram contatadas cinco empresas de um

universo de vinte e oito que se dedicam ao assunto em questão.

As cinco empresas visitadas foram: a ZEPPELIN LUFTSCHIFFTECHNIK GMBH FRIEDRICHSHAFEN (Alemanha); a HYBRID AEROSPACE INCORPORATION (EUA – Canadá – Alemanha); a AVIAEXPORT / AEROSTÁTICA (Rússia); a AMS*

(EUA – Inglaterra – Japão); e a PAN-ATLANTIC AEROSPACE CORPORATION (EUA – Canadá).

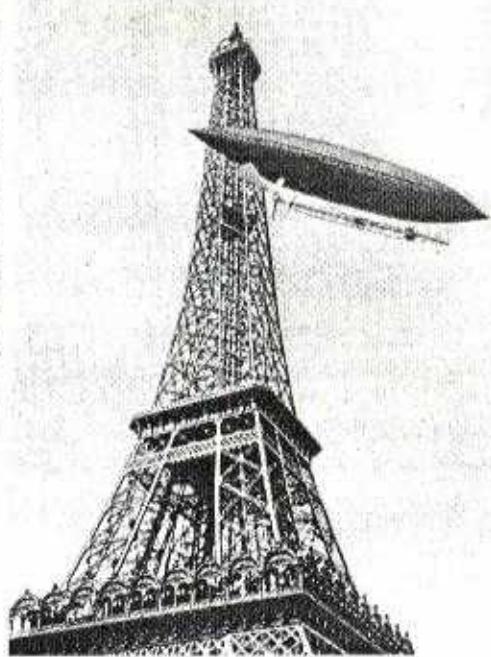
Apreciação sobre algumas possibilidades de cada empresa

A ZEPPELIN (Alemanha) não tem condições de desenvolvimento de dirigível para transporte de carga pesada até o ano 2005. Qualquer inicio de ne-

* Airship Management Services Corporation



Santos Dumont no seu dirigível nº 6



Dirigível LZ n° 7 da Zeppelin

gociação para a construção de dirigíveis pesados, somente poderá acontecer em julho de 1998.

Em consequência, foi demonstrado o LZ nº 7, que está em fase de certificação naquele país.

O LZ nº 7 tem 7200m³ de volume em seu envelope rígido, 68,4m de comprimento, 14,2m de diâmetro, transportando 1.850kg de carga paga ou 12 a 14 passageiros, composto por 3 turbinas de 200 HP cada, desenvolvendo uma velocidade máxima de 140km/h e 115km/h de cruzeiro. Pode voar numa altitude até 2.500m e pode ter uma autonomia de 18 a 36 horas, dependendo da velocidade e da carga transportada. Em consequência, alguns parâme-

tros estão bem inferiores aos desejados.

A HYBRID AEROSPACE tem condições de desenvolvimento de dirigível para transporte de carga pesada e anseia por uma *joint-venture*. Caso seja escolhido um dos projetos desenvolvidos por aquela empresa, eles estimam a construção de um protótipo de dirigível em 18 a 20 meses.

Existem informações de que a empresa negocia com o governo da China um de seus modelos, com a finalidade de transportar tropa e material.

Os modelos que destacamos são o HA-11, o HA-24 e o HA-43.

O HA-43 tem a capacidade aproximada STOL (decolagem e aterrissagem supercurta) de

20,6 ton e alcança uma velocidade de 400 a 470km/h, sendo a velocidade de cruzeiro igual a 355km/h.

O HA-24 está privilegiando o emprego militar e, além de tropa, estima-se transportar cerca de 10 ton de carga.

Os projetos da AEROTÁTICA são diversificados, como podemos observar no quadro abaixo:

No momento a AMS não tem condições de desenvolvimento de dirigível para transporte de carga pesada, nos padrões desejados.

Construtora da linha SENTINEL, teve o único *Sentinel 1000* incendiado em maio de 1995, no hangar da Westinghouse, Carolina do Norte, EUA.

No momento, está operando o

REGISTROS CONVENCIONAIS DO PROJETO

PARÂMETROS	A-02	A-300	A-1200	BK-400
Volume	650m ³	3.000m ³	12.000m ³	70.000m ³
Comprimento	28m	46m	73m	131m
Tipo	Não-rígido	Semi-rígido	Rígido	Rígido
Carga paga	Até 100kg	Até 1 ton ou 6-8 passageiros	Até 4 ton ou 40 passageiros	Até 40 ton
Velocidade máxima km/h	90	110	130	180
Autonomia	4 horas	36 horas	2 dias	10 dias
Vôo de ensaio Inicial - previsão	em ensaio	1.998	2.000	3 anos após o financiamento
Custo Estimado (US\$)	175 mil	1,2 milhões	5,5 milhões	15 milhões

Skyship 600, que pode transportar 13-14 passageiros e tem 59m de comprimento.

O projeto SENTINEL 5000, encomendado pela Marinha dos EUA, está parado por falta de recursos.

A PAN-ATLANTIC tem condições de desenvolver o dirigível para transporte de carga pesada e anseia por uma *joint-venture*.

Vários projetos são desen-

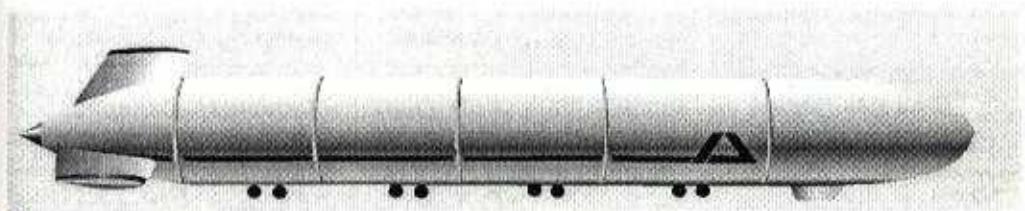
voltados pela empresa, sendo alguns voltados para a astronáutica e as telecomunicações, utilizando-se, em muitos deles, de dirigíveis. Atualmente utilizado na Costa Rica, o dirigível SHAP (Plataforma de Alta Altitude Skysat) da PAN-ATLANTIC serve de base para uma rede de comunicação regional (telefonia celular).

O projeto CAS 600 (21 ton) concorre em parâmetros com o

Sentinel 5000 e com o antigo SHENANDOAH. Como os demais, anseia por recursos para o seu desenvolvimento.

Ressalta-se o projeto CAS 1200, pois é modular e está previsto para operar com contêineres ISO.

Os projetos da PAN-ATLANTIC levam cerca de 18 a 24 meses para construção dos respectivos protótipos.



Desenho computadorizado do CAS-600 – PAN-ATLANTIC

Quadro Sinótico Comparativo

Empresa Parâmetros	PAN- ATLANTIC	HYBRID	AMS	ZEPPELIN	AEROSTÁTICA
Modelo	CAS-600	HA-43	SENTINEL 5.000	LZ-7	BK-400
Carga paga (ton)	21	20,6	15	1,8	40
Velocidade Cruzeiro	130	355	130	115	180
Tripulação	03	2	2	2	2
Prazo desenvolvimento do Prj (meses)	18 a 24	18 a 20	24	ano 2005 para o cargueiro	36
Comprimento (m)	200	43	108	75	131

Não há no mercado mundial nenhum dirigível pronto e disponível, dentro das características desejáveis, para o transporte de carga pesada. Contudo, na história dos dirigíveis, estes já foram empregados como grandes transportadores, como por exemplo o GRAF ZEPPELIN: 15 ton; o HINDENBURG: 20 ton; o GRAF ZEPPELIN II: 20 ton; o LZ-

104: 18 ton; e o LZ-132 (não completado): 40 ton.

O projeto que atende em melhores condições às necessidades dos atuais ônibus de transporte de um país emergente é o da HYBRID, pelos seguintes aspectos: capacidade de ser empregado para transporte de pessoal (214 passageiros) ou material (20.643kg), e velocidade de deslocamento 3 a 5

vezes mais rápida que os convencionais (velocidade de cruzeiro = 355km/h), aproximando-se à do HÉRCULES (C-130).

Comparação entre os deslocamentos na Amazônia

Como dado comparativo, o quadro abaixo sintetiza sua operacionalidade na Amazônia:

DE	PARA	AEROVIA EM KM	TEMPO AE (C-130)	TEMPO DIRIGÍVEL HYBRID (HORAS)	TEMPO DIRIGÍVEL CONVENC (HORAS)	AQUAVIA EM KM	TEMPO DIAS IDA/ VOLTA
Manaus	B. Vista	670	1h46min	1h53min	9	1.100	14
Manaus	S. G. Cachoeira	861	2h15min	2h25min	11	1.037	15
Manaus	Tabatinga	1.115	2h56min	3h08min	14	1.756	22
Manaus	Cruzeiro do Sul	1.600	4h15min	4h30min	20	4.333	45
Manaus	Rio Branco	1.120	3 horas	3h09min	14	2.943	34
Manaus	Porto Velho	750	1h55min	2h06min	10	1.470	16

Algumas características do Projeto HA-43

146 Seguem-se, abaixo, algumas das múltiplas funções ou características peculiares que podem ser destacadas no projeto do dirigível HA-43:

- os equipamentos que compõem o HA-43 são historicamente de renome mundial, sendo, por conseguinte, de fácil manutenção e aquisição de peças de reposição;

- mesmo utilizando curtas decolagens, necessita, no máximo, de 250m de área livre, não sendo necessário pista de rolagem;

- pode ser adaptado para o transporte VIP e para hospitais aeromóveis (área interna com 220m² e volume interno de 540m³);

- atinge altitude superior aos demais convencionais (3.500m), sendo a altitude de cruzeiro de 2.500m;

- possui 4 portas laterais, facilitando o acesso aos diferentes compartimentos;

- não necessita de infra-estrutura de torre, nem de aeródromos;

- pode ser adaptado para o emprego militar, utilizando-se de coberturas no seu envelope, que o coloca com limitada proteção;

- permite o transporte flexível e versátil em regiões de difícil acesso;

- transporta cargas de alto valor agregado em boas condições de acondicionamento e segurança;

- pode executar operações VTOL (pousos e decolagens verticais) e ser utilizado em operações de apoio à calamidade pública;

- além do emprego no turismo, pode ser utilizado como um eficiente instrumento de propaganda;

- com adaptações ao envelope, pode ser utilizado em patrulhas e reconhecimentos militares;

- apresenta destacada capacidade para ser utilizado como plataforma para comunicações e vigilância aérea;

- possui boa flexibilidade para operações de Busca e Salvamento, sobretudo em apoio à Aviação do Exército (AvEx);

- Pode apoiar logisticamente as operações da Aviação do Exército, pois sua velocidade de cruzeiro e capacidade de transporte de carga são superiores ao HM-1 (*Pantera*) e HA-1 (*Esquilo*);

Todo homem conhece o entusiasmo vez ou outra. Em alguns, o entusiasmo dura minutos; noutros, alguns dias. Todavia, ao homem que mantém o entusiasmo vivo durante a sua existência é que pertence a diva de poder contribuir para dias melhores.

O descontentamento com o conformismo do *status quo* é o

primeiro passo no progresso daqueles que querem semear algo novo em benefício de um povo ou de uma nação. Assim foi Santos Dumont, um grande exemplo de entusiasmo e descontentamento.

Semeando soluções com entusiasmo, sem esmorecer, tentando sobrepujar os óbices dos transportes no país, o "Pro-

jeto Dirigível" constitui-se numa possibilidade real, muito longe das idéias gerais e abstratas, pois estas são a fonte dos maiores erros da humanidade.

*Marcello Augusto de Fellipes,
Tenente-Coronel de
Intendência e Estado-Maior*



DESTAQUES DA IMPRENSA

DOIS FANÁTICOS

O fanático é um homem de bem. Pode causar mais danos do que os esforços de vinte tratantes juntos.

(Guinon, pensador francês)

A história da formação das nacionalidades revela traços da semelhança que são produto comum nos processos de amadurecimento político.

A História não se repete, já dizia o grego Heródoto. Ao pé da letra isso é verdade, mas o historiador contemporâneo inglês, Arnold Toynbee, estudando a marcha de todas as civilizações que povaram o planeta, observa: "Os processos históricos dos povos, guardando as condicionantes de espaço e tempo, muitas vezes se assemelham."

O Brasil e os Estados Unidos produziram, no século passado, dois fanáticos famosos — Antonio Conselheiro e John Brown. Ambos "inspirados", carismáticos, tangidos por uma missão divina a cumprir na Terra.

Antonio Conselheiro se dizia "enviado" para salvar o povo miserável e desamparado do sertão do Nordeste. Passou quase vinte anos fazendo procissões, peregrinações, construindo altares e capelas, no sertão estorricado pelas secas pe-

riodicas, acompanhado por uma população extremamente carente. Acabou se fixando em Canudos, onde edificou uma igreja e onde se aglomeraram mais de vinte mil fiéis.

John Brown, cerca de vinte anos antes, deu inicio à sua jornada. Após reunir um grupo de seguidores, entre os quais participavam vários de seus filhos, peregrinou por vários estados do centro-oeste americano, acabando por se instalar no povoado de Pottawatomie, Kansas. Havia jurado lutar contra os proprietários escravocratas.

Com seu bando atacou várias propriedades rurais e matou seus proprietários. Esse episódio, na história americana, é conhecido como o "massacre de Pottowatomie". Na ocasião Brown se declarou "enviado divino". Afirmou: "Deus, Todo-Poderoso, ordenou-me da eternidade que eu seja um exemplo para os homens." As autoridades do governo determinaram que a cavalaria do Exército reduzisse a resistência do povoado rebelde, o que se deu com extrema violência, com mortos e feridos dos dois lados. John Brown escapou com vida e assentou-se no Canadá.

De volta aos Estados Unidos, em pleno fervilhamento da campanha anti-escravagista nos estados do norte, Brown conseguiu se relacionar com alguns líderes respeitáveis como Gerrit Smith e Theodore Parker. Pas-

sou a alimentar a idéia secreta de criar um território livre nas montanhas de cordilheira Apalache, e nesse reduto colher e armar os negros escravos fugidos. Executou o primeiro ato do seu plano com seu bando: atacou e conquistou o arsenal bélico de Harper's Ferry, em West Virginia. A guarnição foi morta. O governo montou uma operação militar para retomar o arsenal. Comandou as tropas governistas o então Coronel Robert Lee, que, poucos anos depois, como general, exerceu a chefia suprema das Forças Confederadas, na Guerra Civil. Os combates foram cruéis, o arsenal retomado, os partidários do fanático mortos ou aprisionados. Brown, com dois filhos (ele tinha vinte filhos legítimos de dois casamentos) foram condenados à morte na forca e executados em Charles Town, West Virgínia, em 1859.

Também aqui foram necessárias duas expedições militares principais para restaurar a ordem legal nas áreas confladigradas pelos líderes fanáticos religiosos, a do Coronel Moreira César, morto nos primeiros combates, e a do General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, que derrotou os rebeldes e conquistou o reduto de Canudos.

Há quem fale em massacre dos combatentes de Canudos. O que houve foi luta armada cruenta, carregada de fervor místico religioso de um lado e hos-

til espírito de desagravo da honra militar e salvação da República recém-proclamada, de outro. Veja-se o elevado número de mortos e feridos nas hostes militares e não se poderá alegar a tese do massacre de pobres sertanejos indefesos. Se houve equívoco, exagero, em considerar a sorte da República em perigo, a culpa não coube aos militares, que foram cumprir ordens de um governo civil desorientado. O clima de exacerbação da opinião pública e de toda a imprensa na época, assombradas com a ameaça ao regime republicano, está traduzido com inequívoca nitidez por Euclides da Cunha, testemunha viva dos acontecimentos, repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* no próprio teatro das operações e autor da obra-prima da literatura brasileira — *Os Sertões*.

Conselheiro e Brown, em seus países, foram responsáveis por surtos sangrentos que sacrificaram milhares de seus compatriotas. Ambos se insurgiram pela violência armada contra a ordem legal de seus governos democráticos legitimamente constituídos. O ambiente político extremamente tenso em seus países exorbitou-lhes a mente doentia de líderes que se consideravam "missionários". Há que lembrar que o Brasil vivia sob o impacto das insurreições armadas (a Revolução Federalista, as revoltas da Armada), consideradas uma ameaça ao regime republicano re-

cém-proclamado. Os Estados Unidos suportavam a grave efervescência do conflito escravagista, que dali a poucos anos desembocaria na Guerra Civil irrompida em 1861.

A figura de John Brown foi polêmica desde logo — abolicionista ou fanático místico? Herói ou demente? Mártir ou traidor? Foi condenado e enforcado por crime de traição à pátria. Entre os autores americanos, Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau o chamaram de santo, esquecidos talvez dos massacres que comandou; Jarsen e Villard o consideraram um visionário insano.

Aqui no Brasil somente agora surge um grupo querendo extrair da saga de Conselheiro algo de edificante. Até hoje tinha perdurado a imagem deixada por Euclides da Cunha de uma figura carismática, tomada pela crença visionária de enviado divino, que conseguiu arrastar nas suas pregações milhares de sertanejos vítimas do atraso e da miséria.

Repetindo Guinon, com cujas palavras abrimos este artigo, diremos: "O fanático é um homem de bem. Pode causar mais danos do que os esforços de vinte tratantes juntos."

(Reprodução de matéria publicada no Correio Brasiliense, edição de 23.10.1997, e assinada pelo General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos.)

O CASO DO EX-SOLDADO

A insistência da mídia na adjetivação "ex-soldado" para o assassino insano de São Gonçalo, Rio Grande do Norte, ex-soldado como milhões de brasileiros que prestaram serviço militar e não são criminosos, reflete o estado de espírito adverso às Forças Armadas, disseminado em extratos da sociedade e nos formadores da opinião. Reflete a mistura do modismo que entende ser a paz um parâmetro assegurado, com o ressentimento decorrente das vicissitudes de nossa política interna, mistura que vem deteriorando o interesse da sociedade pelas questões de defesa e acentuando o descaso pelas Forças Armadas.

A discreta presença militar atual na vida brasileira se insere (com variações locais), na senóide histórica global, esboçada nas breves considerações que se seguem, centradas por comodidades de redação nos três últimos séculos e nos Exércitos, embora o que é dito se aplique às Marinhas e, a partir do meio do século 20, às Forças Aéreas, com ajustes circunstanciais.

Os Exércitos do século 17 pós-Westfalia e do 18 pré-revolução francesa eram profissionais e pequenos, a serviço de uma ordem internacional não revolucionária, sem problemas inconciliáveis e cujos conflitos exigiam (quando exigiam) o

uso da força limitado no espaço e na intensidade. A Revolução e Napoleão subverteram a situação: o Exército francês, paradigma da época, combinava o profissionalismo anterior com a nação revolucionária em armas, uma combinação adequada para destruir o antigo regime e seu sistema internacional. Derrotado Napoleão, a paz de Viena (1815), parametrada pelo conservadorismo reacionário da Santa Aliança, induziu a volta aos Exércitos profissionais pequenos (excluídos os da Guerra Civil norte-americana e os das campanhas de 1866 e 1870) e isolados da sociedade, como antes de 1789; no século 19 as guerras na Europa foram poucas e limitadas e os Exércitos foram usados na ordem interna, atribuída pelos conflitos sociais inerentes ao desenvolvimento capitalista-burguês.

Na primeira metade do século 20 os confrontos das ideologias messiânicas sedutoras das massas (nacionalismo, fascismo, comunismo) tornaram a produzir os grandes Exércitos das nações em armas e guerras generalizadas, violentas por força da tecnologia moderna. Mas na segunda metade, em particular nos últimos dois decênios, o aumento da internacionalização da economia, o fim da Guerra Fria e o consenso dos poderosos (similar ao de 1815, a que a França derrotada aderiu como a Rússia derrotada na Guerra Fria tende a ade-

rir agora) estão produzindo uma ordem internacional global similar à europeia dos 1800, naturalmente redutora dos Exércitos, hoje já constituídos por muito menos gente, profissionalmente mais capaz.

Resultados: tal como nos séculos 18 e 19, os povos voltam a se desinteressar pela defesa. Os próprios militares, ressalvados os das potências "gendarmes" do mundo, se sentem fragilizados em suas convicções sobre a missão militar tradicionalmente básica, se sentem inseguros no embate por recursos e tendem a viver mais os problemas internos, que podem repetir a turbulência do século 19 por efeito das ajustagens socioeconômicas em andamento.

Esta situação afeta o sistema militar brasileiro que, com defasagens no tempo e com alguns ajustes locais, acompanhou "mais ou menos" as tendências dos países mais desenvolvidos. As dificuldades que atribulam o preparo militar do Brasil (o que é dito neste artigo se aplica com pequenos ajustes a outros países, entre eles a Argentina) podem estar sendo ajudadas (como entendem alguns segmentos militares) pela predisposição de setores políticos simpáticos à rearrumação internacional que nutre a fase negativa da senóide e pelo ressentimento decorrente do regime de 1964, mas esta ajuda é complementar ao caldo de cultura da tendência global. Diga-se, de

passagem, que as dificuldades não surgiram com a redemocratização; elas vêm desde o início dos anos 80 e hoje, descontadas as despesas compulsórias (pessoal, dívida, vida vegetativa e encargos sociais), pouco sobra para o preparo exigente de investimentos tecnologicamente avançados e caros.

Ora, admitindo-se que, por ser incerto o futuro, convém ao Brasil dispor de alguma capacidade militar credível, útil à defesa externa e interna prevista na Constituição, o que fazer para administrar a despreocupação com a defesa e o desinteresse pelo papel militar tradicional, no confronto com a exponenciação das preocupações sociais, um tanto exclucentes em termos fiscais?

A solução depende de parâmetros nem sempre manejáveis, mas há um manejável: o ajuste das bases conceituais da defesa aos cenários que realmente podem afetar o Brasil no futuro supostamente previsível. Isso exige a revisão da influência das concepções estratégicas clássicas (nem sempre úteis hoje) e de guerras do passado, exige que se equacione o preparo militar para a defesa em conflitos realisticamente verossímeis e, complementarmente, para a participação coadjuvante na ordem no mundo, sem fantasias que desacreditem o esforço. E exige o empenho político que poupe a América do Sul de espasmos armamentistas preju-

diciais ao desenvolvimento socioeconômico.

A mudança implica alterar construções mentais erigidas ao longo de dezenas de anos. Ela não é fácil porque as organizações fundamentadas na disciplina, na hierarquia, no funcionamento burocratizado e na formação padronizada, são resistentes a alterações. Mas é preciso mudar, com o apoio de políticos estadistas e de acadêmicos, jornalistas e militares atentos às circunstâncias, sob pena de divórcio entre a sociedade (apática ou antagônica) e o sistema militar isolado no santuário corporativo, sobrevivendo num limbo adverso ao preparo funcional e aos militares, mal pagos em consonância com o desinteresse por eles. Independentemente de outras medidas, se o sistema militar não se adequar aos problemas plausíveis na virada do século, ele continuará aviltado nas preocupações nacionais e na psicologia coletiva; os assassinos insanos que tenham prestado serviço militar continuarão a ser adjetivados preconceituosamente como ex-soldados...

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 10.06.1997, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mário Cesar Flores.)

ESPECIFICIDADES DA CARREIRA MILITAR

Na discussão que começa a ser travada sobre a extinção de "privilegios" no funcionalismo público, corre-se o risco de confundir as coisas: o fim da aposentadoria especial das Forças Armadas foi votado pelo Senado num clima em que prevaleceu a preocupação com o "igualitarismo", já que se haviam eliminado alguns privilégios dos juízes, que se acabasse também com os dos militares. Votou-se como se as situações fossem idênticas. Ora, embora se possam apontar nelas algumas similitudes, há entre elas diferenças básicas.

A discussão gira em torno de saber se os militares devem ter lei especial, regulando sua aposentadoria, ou se devem eles passar para a reserva nas mesmas condições que as estabelecidas para todos os civis. Ora, antes de mais nada, a existência das Forças Armadas justifica-se pelo simples fato de o Brasil ser um país com dez vizinhos, alguns deles com sérios problemas internos de segurança, ter 8.500.000km² de extensão e costa superior a 8 mil km. O importante não é lembrar isso; é a opinião pública ter ciência da especificidade da carreira. No serviço público civil, o tempo de serviço passado na iniciativa privada conta para aposentadoria; o militar não tem essa possibilidade e por isso não recolhe FGTS. No serviço público civil há aqueles, como os juízes, que só podem acumular a função com uma outra de magistério; o militar não pode acumular. Sua vida é de "grandeza e servidão", como diria Alfred de Vigny. Há funções, na administração pública, em que o servidor, depois de estágio probatório, é inamovível — isto é, não pode ser removido do lugar que livremente escolheu, dele só saindo por livre opção quando houver vaga noutra localidade. Isso não sucede na carreira militar. Se se pode dizer do diplomata que ele praticamente não tem paixão, do militar pode afirmar-se que não tem pousos: ele peregrina, com sua família, por todo o território nacional, às vezes por regiões inóspitas. A proibição de contar tempo de serviço em outra função que não a pública e de acumular funções, e esse peregrinar constante impedem, que, ao passar para a reserva, a imensa maioria dos militares tenha constituído um patrimônio que lhes dê tranquilidade. Pior do que isso: lei do governo Castelo Branco — portanto, do primeiro dos chamados "governos militares" — os impede de chegar àquilo que se chama aposentadoria compulsória, quando o servidor atinge 70 anos: o militar passa à reserva quando atingir determinada idade no mesmo posto, ou por ter permanecido determinado tempo nele. Sua promoção aos postos de oficiais superio-

res, mesmo se dando por anti-guia, só será possível se tiver feito os cursos regulamentares — e nenhum coronel (ou posto correspondente na Marinha e na FAB) receberá a espada de general se não tiver cursado a escola de comando, cujo vestibular é um dos mais estreitos funis de que se tem notícia.

A função militar, tal qual organizada no Brasil, tem essas especificidades. A crise orçamentária — que vem de longe — vem abalando a coesão militar, induzindo muitos, já com os proventos da reserva, a pretender ser porta-voz da corporação no Congresso — sem conseguir, no entanto, ultrapassar os chefes naturais. Mas, se os deputados-militares não conseguem romper a coesão das Armas, há um fenômeno para o qual se deve atentar, e que não é novo; é tão antigo quanto a crise provocada por vencimentos apenas sofríveis. As Forças Armadas correm o risco de "proletarizar-se", isto é, de deixarem de receber em suas fileiras aqueles que sentem a autêntica vocação de servir, para abrigar os que vêm nelas uma maneira de sair de uma situação social inferior — levando para dentro das corporações um tipo de ressentimento social que apenas trabalha contra a tranquilidade nacional.

Há problemas organizacionais a serem resolvidos nas Forças Armadas; pretender, porém, fazer delas o bode expiatório de administrações pou-

co preocupadas com a saúde do Estado é desconhecer a essência da função legislativa. A Câmara dos Deputados, ao reexaminar a emenda constitucional da Previdência Social, terá de resolver a questão dos militares — que se tornou uma das questões capitais do Estado brasileiro.

(Reprodução de editorial de O Estado de S. Paulo, edição de 11.10.1997.)

POR QUE ME UFANO

Ainda bem que está sendo reeditada a obra clássica do Conde Afonso Celso, que afi pelo fim do primeiro quartel deste século empolgava os brasileiros. Lendo-o, no grupo escolar, ficávamos sabendo que éramos os maiores produtores de café e de milho do mundo, e coisas assim. Ajudava a nossa autoestima.

Agora mostramos saber amar o próximo mais do que a nós mesmos. Quer-se um exemplo definitivo? Leia-se o decreto indenizando, em nome do reconhecimento de nossos erros, 42 famílias, em cumprimento à decisão de uma felizmente soberana Comissão de Direitos Humanos, da qual não cabe recurso, como esclarece o seu coordenador, humanista que lembra a piedade exemplar dos irenistas.

Estamos dando exemplos ao mundo, continuamente. Já fizemos a Europa curvar-se ao Brasil, no passado. A partir de 67, nossos irmãos comunistas, no auge da vitoriosa expansão do comunismo internacional, levantaram-se em armas contra a ditadura que se instalara entre nós. Causaram-na as mulheres rezando nas ruas, com indevido medo do comunismo, no que foram apoiadas pela Igreja e pelos militares que deram o golpe. Não que os comunistas fossem contrários a todas as ditaduras. Há as necessárias, como a "ditadura do proletariado", pedra de toque do marxismo-leninismo. Aquela que o renegado Milovan Djilas denunciou como gerando a "Nova Classe", o justo paraíso dos burocratas do *Aparat*, que bem merece fruir todas as devidas mordomias do Estado, sob o aplauso dos leais operários que não tinham por que ter casa de campo, automóvel com motorista, salários elevados e privilégios só condenáveis quando concedidos à classe exploradora, na democracia burguesa. Por isso, Djilas foi devidamente condenado a nove anos de cadeia. Bem feito.

Nada obstante nosso amor pelo próximo, é preciso não exagerar. Por que esse pobre Yeltsin, ele mesmo um traidor, deveria pagar indenizações aos milhões de reacionários que, em boa hora, Stalin teve de eliminar para consolidar a Revolução? Certo este Deng Xiao

Peng, que não pensou em indenizar os milhares de maus comunistas que Mao Tse Tung precisou sacrificar na gloriosa Revolução Cultural. Marx ou Engels nos ensinou que a "violência é a parteira da História". Deveria a França, de De Gaulle, indenizar familiares de Pétain e do fascista Laval, que foram títulos de Hitler? Não teria sentido. O amor ao próximo tem limites que a ideologia traça.

Aqui, sim, faz sentido. Muitas centenas de galantes comunistas, infelizmente divididos em facções seguidoras de Stalin e Mao Tse Tung, tentaram concretizar o conselho de Guevara: criar tantos Vietnãs quanto possível. Para isso, Fidel Castro financiava gentilmente nossos bravos guerrilheiros e amáveis terroristas treinados na ilha, que ele transformou no padrão de respeito aos Direitos Humanos, tanto que a OAB acaba de fazê-lo patrono do simpósio que discutirá esse tema em breve, no Brasil. Nada mais adequado ao regime de liberdade em Cuba.

Derrotados pela infame ditadura militar, nós os estamos reabilitando. Erguemos monumentos em memória deles. Nomeamos avenidas com seus nomes. Lembramos suas biografias heróicas nas universidades e em filmes premiados; e os indenizamos pela derrota. Mariághelia, que rompera com um Prestes intimidado, embora armado caiu traído por jovens estudantes dominicanos. A repressão não lhe deu o direito de

defesa. Justa a indenização. Lamarca é um símbolo. Matou corajosamente um odioso segurança de bancos, e com a coronha de sua arma ajudou piedosamente a esfacelar a cabeça de seu prisioneiro, um reacionário tenente da Polícia Militar de São Paulo. Fê-lo no cumprimento de seu nobre ideal revolucionário. Os proveitos de capitão, que a família recebia, desde a anistia, eram parcisos, para quem teve a coragem de desertar e expropriar fuzis com que armou seus guerrilheiros. Justa a reparação de cem mil reais.

Isso sim, é um exemplo para o mundo. Nossos bons comunistas perderam a luta armada, mas é como se tivessem ganho, pois ganharam o reconhecimento oficial. Daí por que me ufano do meu país.

(Reprodução de matéria publicada no Correio Brasiliense, edição de 29.09.1997, e assinada pelo Coronel Jarbas Passarinho, presidente da Fundação Milton Campos.)

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO E OS MILITARES

O Exército brasileiro entende como imperiosa a necessidade de reformulação do sistema previ-

denciário nacional. Por comunicar do sentimento coletivo de que o modelo atual está esgotado, entende ainda que é preciso distribuir de maneira mais equânime os recursos públicos destinados a prover o sustento daqueles que, satisfeitos os requisitos legais, deixam de integrar a força de trabalho de nosso País.

O Congresso Nacional, foro legítimo para encaminhar esse processo em nome da sociedade, vem se desincumbindo desse árduo encargo, premido pelo desafio de conciliar, muitas vezes, interesses contraditórios.

Há que considerar, entretanto, a existência de profissões com peculiaridades que justificam regime previdenciário próprio para seus integrantes, como é o caso da atividade militar, assim reconhecida em quase todo o mundo.

Negar tratamento diferenciado aos diferentes é desprezar princípio elementar de justiça. O militar, por exemplo, submetido à dedicação exclusiva, não dispõe de outra fonte de renda; é desprovido de poupança compulsória, como o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); e não percebe remuneração adicional por horas trabalhadas além do expediente.

Ademais, o peregrinar constante pelo território nacional — aí inseridas áreas inóspitas — dificulta a formação de patrimônio que lhe garanta um futuro condigno, com reflexos para sua família, que compartilha

das mesmas dificuldades. Acresça-se a isso que, no presente, a compovada defasagem salarial da classe militar torna esse quadro ainda mais crítico.

A supressão da possibilidade de um regime previdenciário próprio para os militares, votada no Senado, remete, em nosso entender, a classe a regime previdenciário incompatível com as peculiaridades da instituição.

Como consequência, o País poderá vir a dispor de um Exército composto por quadros envelhecidos, com fluxo de carreira estrangulado e vencimentos ainda mais reduzidos na reserva, redundando tudo isso em inevitável e indesejável desmotivação.

Não se deseja nenhuma recompensa imerecida. Assegurar um final de vida digno a homens e mulheres que, no alvorecer de suas existências, aceitaram sacrifícios para si e suas famílias, optando por servir ao país sob quaisquer condições, configuraria um privilégio?

À nação, por seus legítimos representantes, compete decidir com sabedoria e justiça, para que a lei continue sendo a razão isenta de emoção.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 10.10.1997, é assinada pelo General Rómulo Bini Pereira, Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército.)

UMA ESPÉCIE AMEAÇADA?

Não me refiro à ararinha-azul do sertão, ao mico-leão-dourado, ao monocarvoeiro ou a outras espécies em extinção de nossa já quase desaparecida Mata Atlântica.

A pergunta do título alude a outra espécie, a classe média, que, entre nós, assim como em todo o mundo está encolhendo de tamanho, pressionada, no alto e em baixo, pela crescente polarização entre ricos e pobres.

O fenômeno é examinado pela organização onde trabalho, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), no relatório recém-publicado a respeito de globalização, desigualdade e crescimento.

Como se sabe, a maneira mais comum de descrever as diferenças na distribuição de renda entre os países é verificar qual é a porcentagem da renda total recebida pelos 20% mais ricos, os 40% intermediários (a classe média) e os 40% mais pobres da população.

Nas sociedades menos desiguais, os mais aquinhoados recebem 40% da renda, a classe média outros 40% e a camada inferior os restantes 20%. Em quase todos os países desenvolvidos, o padrão é essa distribuição 40-40-20.

No extremo oposto estão os países onde os 20% mais ricos se apoderam de 60% da renda.

a classe média de 30% e os 40% de pobres ficam com apenas 10%. Não creio surpreender os leitores com a revelação de que o exame de 92 países feito pela Unctad, com base em dados até antes do Real, encontrava o Brasil ainda na desonrosa liderança desse grupo. Os menos desiguais são a Bélgica, o Canadá, a Finlândia e a Eslováquia.

Uma conclusão inquietante do estudo é que, nos últimos 15 anos, surge uma tendência quase universal para o rápido aumento da porcentagem de renda dos ricos, associada quase invariavelmente a uma queda na renda da classe média.

Parece delinear-se assim uma reversão da tendência predominante em muitos países antes dos anos 80, no sentido de uma elevação dos ganhos dos setores intermediários, em detrimento da parcela detida pelos ricos.

Na América Latina, por exemplo, a crise da dívida e suas seqüelas primeiramente frearam e depois inverteram bruscamente o lento movimento de expansão da classe média e de superação gradual da desigualdade, ao menos em seus aspectos mais chocantes. O pior, contudo, é que a aparente "solução" do problema da dívida não foi capaz de recuperar o terreno perdido e de permitir retomar a tendência existente antes da deterioração.

Em toda a parte, a causa geral do fenômeno é a mesma.

À medida que o pêndulo da economia se moveu em direção a um mercado cada vez mais livre da interferência de leis e decisões governamentais, a parcela do capital na renda total passou a aumentar, enquanto decrescia a do trabalho.

Um fator agravante nesse sentido é a existência de um considerável excedente de mão-de-obra em relação aos empregos disponíveis. Em países de maior flexibilidade no mercado de trabalho (Inglaterra, EUA), isso provoca a estagnação dos salários inferiores e a geração de empregos em geral de remuneração mais baixa, às vezes em tempo parcial e, com frequência, no setor de serviços. Em outros, menos maleáveis (França, Alemanha), o desemprego explode e se mantém em níveis elevados, mesmo quando a economia volta a crescer após as recessões conjunturais.

Na América Latina e no Brasil, há, além disso, um outro elemento para piorar o quadro. A crise econômica e financeira fragilizou o Governo, que era quase o único grande empregador, sobretudo em áreas mais subdesenvolvidas. Assim, de um lado, estão se fechando as oportunidades de empregos nas administrações e empresas estatais em via de privatização. Ao mesmo tempo, os que ficam já não mais conseguem reajustes salariais e assistem, impotentes, a uma queda inevitável de padrão e *status*.

É o que se vê, por exemplo, na deterioração constante, já desde mais de uma década, da situação de grandes bastiões tradicionais das classes médias e das profissões liberais como a magistratura, o Ministério Público, as universidades, os setores públicos de educação e saúde em geral, os militares etc.

Seria menos mau se, paralelamente, estivessem sendo criadas oportunidades comparáveis num setor privado dinâmico e em expansão. Infelizmente, a economia, em busca de produtividade, começa a imitar o comportamento de suas congêneres de países avançados. Mesmo quando cresce, gera pouco emprego.

A transição de uma economia dominada pelo Estado para outra mais produtiva, de mercado livre e liderada pelo setor privado, tem de passar provavelmente por uma fase de "destruição criativa". O problema é que está havendo muita destruição e pouca criação. A raiz disso é que os enormes ganhos do capital não estão gerando reinvestimento no setor real da produção como seria necessário.

As oportunidades com a especulação financeira, na fase inflacionária com o *overnight*, hoje com os elevados juros da dívida pública, são muito mais atrativas do que os investimentos de risco, que criam empregos, exportações, bem-estar. O Brasil antes produzia empresários de visão, industriais arro-

jados. Hoje só produz magos do mercado financeiro, gente que se enriquece em pouco tempo na base de castelos de papel, sem correspondência muitas vezes na vida real. Até o *Economist* lamentava que os melhores cérebros brasileiros eram todos recrutados pelo mercado financeiro, em lugar de ajudar a criar riqueza nova.

Em épocas normais, a legitimização do lucro e da desigualdade provém do seu papel social de gerar recursos para o investimento criador de emprego. Quando se rompe esse nexo e a riqueza começa a ser vista como socialmente perniciosa, os problemas se complicam.

Isso é particularmente verdade no momento em que se assiste ao esvaziamento e empobrecimento das classes médias cuja ativa participação na vida cultural e política da sociedade é a condição básica da estabilidade democrática.

Por essa razão, como diz a Unetad, não só o Brasil e a América Latina, mas o mundo necessitam de um novo contrato social por meio do qual os lucros crescentes e a desigualdade inicial sejam justificados por investimentos capazes de produzir o aumento da renda e dos padrões de vida da massa da população.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 20.09.1997, e assinada pelo diplomata Rubens Ricupero, Secretário Geral da UNCTAD.)

S.O.S. AMAZÔNIA

Tenho observado com um enorme pesar que, com o decorrer dos anos, a devastação da Amazônia e outras terríveis agressões ao meio-ambiente já não despertam, na opinião pública brasileira, a mesma indignação que causavam há 10, 15 anos.

Teria o assunto envelhecido ou saído de moda? Outras questões mais relevantes estariam egotando a capacidade de indignar-se dos brasileiros? Seria a nossa indignação seletiva, escolhendo alvos que mais convenham ao nosso interesse imediato?

Uma civilização que se constitui sobre o pedestal do egoísmo e do imediatismo acaba por se habituar a indignar-se apenas com fatos que perturbam a boa digestão dos seus indivíduos (índio queimado, por exemplo) ou que representem ameaça iminente ao bem-estar pessoal, a privilégios, vantagens, conforto familiar (desemprego, queda na bolsa, preço da escola, seguro-saúde...).

O desmatamento da Amazônia inquietava as pessoas enquanto elas acreditavam que a grande floresta tropical era o pulmão do mundo. Ora, como nem a Amazônia ainda acabou, apesar da depredação constante que sofre, nem, muito menos, o oxigênio ficou rarefeito, e mesmo todo mundo continuou respirando normalmente, a

questão da Amazônia parou de inquietar, pelo menos na mesma proporção do passado!

Há tempos publiquei artigo chamando a atenção para a relação direta de causa e efeito entre o desmatamento de grandes áreas florestais e o surgimento do vírus ébola. Segundo os especialistas, o desequilíbrio ambiental vem expulsando o vírus de seu *habitat* natural, levando-o a modificar-se a adaptar-se ao meio ambiente.

Doenças tropicais, a volta do El Niño, mudanças climáticas radicais, degelo das calotas polares e tantos outros fenômenos reativos da biosfera infelizmente não são associados, na consciência coletiva, às inúmeras e constantes agressões promovidas pelo homem contra o planeta.

Nos espaços que generosamente me abrem os importantes jornais, tenho com insistência trazido à discussão esse tema, sofrendo muitas vezes críticas dos porta-vozes de grupos empresariais ligados à exploração de madeiras nobres. Eles alegam que o fim do abate de árvores geraria crise de desemprego no setor. Ora, o que são algumas centenas de empregos — em uma atividade hoje altamente mecanizada — comparados aos prejuízos incalculáveis causados ao equilíbrio ecológico, sem falar na destruição de milhares de espécies animais e vegetais que vivem ao abrigo da floresta?

As madeireiras asiáticas, hoje instaladas no Brasil, por onde estiveram promoveram crimes abomináveis contra exuberantes florestas tropicais, deixando nelas seu rastro de morte e destruição.

Cabe ao Governo federal agir rápida e rigorosamente, e sem condescendência, no sentido de impedir que se consuma a morte desse grande manancial de vida, patrimônio, não só da humanidade, mas do próprio planeta, considerado um ser vivo, como propõe a hipótese Gaia (deusa da mitologia grega que simboliza a Terra), defendida por James Lovelock no livro *The new look of life* e pelo mais moderno pensamento ambientalista.

De fato, pensar o nosso planeta como um organismo vivo, dotado de mecanismos de auto-regulação, pareceria, em passado não muito distante, um completo delírio, fora do alcance e do interesse de qualquer interrogação científica.

No entanto, o respaldo de luminares como Gregory Bateson e William Irwin Thompson, entre outros, sem falar na crescente difusão internacional dessa tese, dão à hipótese Gaia uma respeitabilidade à qual em breve não serão mais refratários os governos da maioria das nações ditas civilizadas.

Lovelock defende, além de outros postulados, o de que a Terra, "longe de ter sido feita como é, para que pudesse ser habitada, tornou-se o que é por

meio do processo de sua habitação. Em resumo, a vida tem sido o meio, não a finalidade do desenvolvimento da Terra".

Nesse sentido, o ar, por exemplo, não constitui apenas um meio ambiente para a vida, mas também uma parte da própria vida. A Terra seria, pois, bem mais do que uma grande massa de água e rochas, onde a vida, em função da combinação aleatória de elementos germinativos, teria aparecido, mas uma entidade abrangendo todo o planeta, dotada de poderosa capacidade de regular seu clima e a sua composição química, Gaia assume o nome do sistema responsável pela manutenção do equilíbrio do planeta.

A vida na Terra — ou o sistema Gaia — depois de instalada, já suportou incontáveis impactos quase exterminatórios de pequenos planetas ou outros corpos celestes que a cada 100 milhões de anos promovem uma devastação equivalente à provocada pelo lançamento de dezenas de bombas atômicas por quilômetro quadrado.

Admite-se que há 65 milhões de anos um impacto dessa magnitude tenha causado a extinção de cerca de 60% de todas as espécies então ativas e estimulado, ao mesmo tempo, o surgimento de outras formas de vida.

Consideram portanto esses estudiosos que a vida na Terra — ou Gaia — nada tem de frágil, como pretendem certos cir-

culos ambientalistas, em razão de sua fantástica capacidade de adaptação, pois no mesmo momento em que inviabiliza determinadas espécies, como os dinossauros, enseja o aparecimento de sucedâneas, como os homens.

Significa dizer que a vida no planeta continuará, com o gênero humano, caso respeite a homeostase da presente era, ou sem ela, na opção de insistirmos em levar adiante a faina suicida de romper os equilíbrios atuais, precipitando um realinhamento de fatos climáticos que suprima grande parte das espécies existentes e promova o advento de uma nova gama de seres vivos, mais adaptados aos tempos de Aquarius.

O rerudescimento da malária e o vírus ébola, entre outros males contemporâneos, inscrevem-se no mesmo registro de outras catástrofes ecológicas, como o buraco da camada de ozônio e o aquecimento da temperatura do planeta, enquanto processos disparados na origem pelo homem, mas que podem, a um prazo não muito longo, comprometer as condições que determinaram seu surgimento e evolução.

Se o ser humano conspira contra o próprio útero terrestre, enquanto a vida como um todo permanece ao seu redor, terá um dia talvez de conformar-se com o seu destino de passagem, de ator acidental no cenário mutante, mas eterno, dentro do

qual se movimenta sem saber sequer em que direção.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 06.10.1997, e assinada pelo jornalista Augusto Marzagão.)

GLOBALIZAÇÃO ONTEM E HOJE

Asaga da internacionalização abrange mais de cinco séculos, desde a conquista do Mar Oceano. O domínio das técnicas da navegação marítima permitiu ao Ocidente o acesso às sociedades mais isoladas. Inaugurou-se, assim, a época moderna. Arnold Toynbee sublinhou o paralelo entre a aventura de Colombo, em 1492, e a de Alexandre, ao cruzar o Helesponto em 334 a.C. O primeiro abre as Américas ao mundo; o segundo havia posto o Oriente em contato direto com a dominante civilização helênica. Agora, a globalização modifica a ideia de modernidade. O mundo torna-se menos eurocêntrico. O Japão e outras áreas em industrialização na Ásia e Pacífico incorporam-se ao campo dos países avançados. Abrem-se, possivelmente, perspectivas de que o mesmo ocorra com a América Latina.

É certamente possível distinguir fases nesse processo econômico e político. A interna-

cionalização da economia nos séculos 15 e 16 acompanhou o primeiro impulso de expansão marítima e comercial da Europa ocidental. Não apenas as especiarias, os tecidos preciosos como a seda, o ouro, a prata passaram a cruzar os oceanos, mas também o açúcar e frutas, como a goiaba, a manga e a jaca. Os heróis metropolitanos do período são personalidades muito variadas, algumas ambíguas, como Colombo, Américo Vespúcio, Vasco da Gama, Cabral, mas também Diogo Caramuru, Mem de Sá, Tomé de Souza, Cortés, Pizarro, e a ainda Anchieta, Vieira, Bartolomeu de las Casas, etc.

Um segundo momento de universalização é a onda de libertação colonial dos fins do século 18 e início do seguinte, sob o impulso da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Vultos como Washington, L'Ouverture, Bolívar, San Martin, Tiradentes e José Bonifácio são altamente representativas desse período. Graças ao descortimô de Bolívar, as Américas começam a ser entendidas como um todo.

No século 19, muito progredem as concepções globalizadas, sob o impacto do aprofundamento da revolução industrial e das doutrinas socialistas de caráter vivamente internacionalistas. Configuram-se a segunda e a terceira ondas do colonialismo europeu, alcançando a Ásia e a África e

que praticamente coineidem com o auge da liderança financeira e comercial de Londres. As figuras típicas do colonialismo vão desde Stanley e Livingstone a Cecil Rhodes, para não lembrar outros mais polêmicos.

Nas primeiras décadas deste século, o fordismo industrial consagrou a linha de produção como sistema produtivo dominante e se estendeu dos EUA ao resto do mundo desenvolvido. A Primeira e a Segunda Guerra são novos momentos de mundialização. Hiroshima é o marco fundamental dessa etapa. Desde então, a humanidade iria viver sob a ameaça do extermínio generalizado e, em consequência, seu destino passava a ser comum.

Um pouco mais tarde, em torno da metade do nosso século, formou-se a percepção de que o hiato econômico entre países ricos e pobres era crescente e global. Seguem-se os anos em que se difunde o pensamento de Hans Singer, Ragnar Kurkse e Gunnar Myrdal, de Celso Furtado e Raul Prebisch, entre outros, em que não apenas se analisa a relação Norte-Sul, em termos de centro-periferia, mas também se propõem variadas formas para sua correção ou superação. A Cepal, onde trabalharam tantos e tão conhecidos brasileiros, data de 1948.

Nas duas décadas seguintes, torna-se flagrante a correlação do subdesenvolvimento com o

comportamento perverso das trocas internacionais. Subseqüentemente, lança-se o grande debate, ainda não concluído, sobre demografia mundial, mais um sinal de amadurecimento da comunidade global. Outro sintoma é a intensificação das atividades espaciais e de suas aplicações pacíficas. As sucessivas missões ao espaço, as imagens do planeta Terra e a viagem à Lua incendiaram os sonhos, em especial a partir dos anos 60. O mundo passa a ser visto em sua unidade.

A década de 70 é a do lançamento em grande escalada da ideologia das relações transnacionais como determinantes da dinâmica mundial. Personalidades como Joseph Nye e Robert Keohane estiveram, desde o princípio, associada a esse movimento. Dá-se ênfase aos múltiplos contatos, coalizações e interações através das fronteiras sem controle dos governos. Multiplicam-se as corporações multinacionais e, mais adiante, as organizações não-governamentais de impacto transfronteiriço. Facilita-se a movimentação no mundo inteiro de idéias, pessoas, mercadorias e fluxos financeiros. A globalização pode ser tida como uma "segunda onda" da transnacionalização, acelerada pela atual revolução tecnológica e favorecida pelo enorme vácuo deixado pelo colapso da URSS. Assim, o fim do socialismo burocrático criou as con-

dições políticas necessárias ao lançamento de nova etapa do capitalismo mundial.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 05.10.1997, e assinada pelo Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ronaldo Mota Sardemberg.)

O HOMEM E O SÁBADO

Os gregos inventaram a democracia e Péricles, no seu "Discurso aos Mortos da Guerra do Peloponeso", construiu o mais remoto documento sobre as idéias políticas do Ocidente. A grande indagação é a de saber se a democracia está morrendo, se chegou a uma etapa na qual não pode avançar mais. A democracia não é somente o regime da liberdade, mas o terreno da igualdade e o caminho do desenvolvimento.

Não basta sermos livres se não tivermos a capacidade de transformar nossa liberdade numa norma de vida, onde a igualdade possa existir. Não somente a igualdade perante a lei, mas também aquelas liberdades que Roosevelt pregava: liberdade contra a fome, as doenças, contra o medo, contra o desemprego e todas as injustiças sociais.

A democracia brasileira está marchando para ser a liber-

dade do mercado, do deus mercado, erigido como senhor da guerra e da paz, o mágico sistema que pode resolver tudo. O mercado não resolve os problemas da fome, das doenças, da segurança. Não vejo senão como uma ficção desonesta que a solução para o bem-estar seja um Estado mínimo e uma sociedade economicamente permissiva.

Condeno o Estado, polvo de mil tentáculos, invadindo os setores privados. Mas tem de ser forte para harmonizar conflitos, proteger os mais fracos, tornar efetiva a livre concorrência e, sobretudo, ser gestor de um aparato que aprofunde a democracia, voltado para coibir as injustiças. É da soberania divina que "o homem não foi feito para o sábado, e sim o sábado para o homem". Estamos todos a servir o Estado que, por sua vez, está servindo a uma minoria. Os modelos mundial e brasileiro são concentradores de renda em todos os níveis, espacial e individual.

O mercado, considerado sob o ponto de vista dogmático e sagrado, leva ao desemprego estrutural, ao desemprego conjuntural. O homem fica transformado num insumo que pode ser desagregado do conjunto da produção. Desempregar para diminuir custos, como se pudéssemos abstrair do desempregado todas as consequências humanas de sua condição.

O que está acontecendo na velha Europa, com Jospin, Blair, e o que está se definindo na Alemanha são uma reação revolucionária. É o primeiro grito de protesto contra a submissão imposta pelos vencedores da Guerra Fria, contra um mundo composto de acumulação de riqueza e um outro destinado à pobreza e ao subdesenvolvimento cultural e político.

A acusação de que essa é uma linguagem velha é verdadeira. Ela tem sido eterna e o cruel é que tenha que ser repetida até hoje. Como é velha a tentativa de dominação. Só que hoje essa dominação é realidade.

São de 1870 — um século — estas palavras do manifesto de Creusot: *Os economistas menosprezam a complexidade dos fenômenos sociais e negligenciam o aspecto intelectual e sobretudo moral e reduzem as ciências sociais somente às considerações do mercado*. O que mudou? Apenas que o mercado aumentou sua liberdade selvagem de ação, o mundo financeiro sobrepujou a tudo, a especulação é a rotina.

O Brasil não está aprofundando o processo democrático da igualdade e sim marchando de olhos fechados para o fosso da desigualdade, da antidemocracia.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 12.09.1997, e assinada pelo Senador José Sarney.)

OITENTA ANOS

Caso vivesse, a revolução russa, que se propunha a inundar o mundo de comunismo, faria 80 anos. Quanto ao comunismo, de tão mal e barbaramente praticado (socialismo real) e tão demonizado perdeu o seu lugar no imaginário popular como produto que foi, em sua origem, de idéias igualitárias e de solidariedade humana. É a grande tragédia, a queda de podre de algo imaginado como redenção de quem trabalha, parte do velho e interminável cemitério de sonhos. Um antecedente, o de uma "República dos iguais", que desfizesse as desgraças da revolução francesa, um milhão "tomando o que pertence a mais de 20 milhões", foi-se com seu pregador na guilhotina.

A Liga dos Justos, da igualdade humana, onde já estava Marx, transformou-se em Liga dos Comunistas, da guerra às "classes dominantes", do manifesto de 1848, ano de agitações na França e outros lugares, espécie de maio de 68 do século passado. No Brasil a revolução praieira saiu-se como proclamação ao mundo. Os bolchevistas que tomaram o poder de 1917 eram um pequeno partido revolucionário num país atrasado, de 140 milhões de habitantes, 70% de analfabetos e reduzida parcela de operários industriais. Mas afinal se ins-

talara em palácio a crença na luta de classes, a certeza na vitória do socialismo.

Mesmo com os ajustes sangrentos, o assassinato de Trotsky ou o que aconteceu entre os que combatiam do lado republicano na guerra civil da Espanha, e os expurgos e matanças a granel na União Soviética, além da fome da coletivização forçada, sobreviviam em algum canto do monstro que criara os ideais de origem, única explicação possível para a militância de tanta gente generosa. Os regimes comunistas e as projeções do "modelo soviético" chegariam a cobrir quase um terço da humanidade, mas desde 1949 um "caso diferente", o da ex-Iugoslávia, resultara numa primeira, incômoda e corrosiva dissidência.

Na ex-Tchecoslováquia a tentativa de "resgate das premissas humanas do socialismo" foi punida com intervenção militar. Com a tragédia dos tchecos "morreu a idéia comunista", escreveu Milovan Djilas, um dos grandes pensadores da dissidência iugoslava. Onze anos depois, em 1977, aconteceu o inimaginável, uma guerra entre países comunistas, China e Vietnã. No mesmo ano os PCs da Itália, França e Espanha deram vida ao euro-comunismo, acusando o Estado soviético de "deformado e degenerado". A porção dominante do italiano, o maior do

Occidente, mudou de nome em 1987, tornou-se social-democrata e é hoje da coligação de governo que encanta a Itália e a Europa pela sua seriedade.

Kruschev, sucessor de Stalin, denunciou crimes e instalou em Moscou, segundo um de seus melhores biógrafos, depois da tentativa de colocar foguetes em Cuba, a consciência de "devastação mútua" em caso de guerra nuclear, o que alterou a fundo as relações internacionais. Vinte anos de "estagnação" com Breznev e a doutrina do pau em quem ousasse levantar a cabeça, como aconteceu com os tchecos, e afinal a perestroika e a glasnost — reforma e transparência — a partir de 1985 com Gorbachov. Elas se revelaram insuportáveis e seis anos depois estavam mortos o comunismo soviético e a própria União Soviética.

Sovietólogo, raça extinta, falaram de um "catálogo de desordens": desequilíbrio entre produção civil e militar, corrupção, burocratismo etc. Mas colapso ninguém esperava, apesar do amontoado de aberrações, e ainda levará tempo para entendê-lo de modo cabal.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 03.II.1997, e assinada pelo jornalista Newton Carlos.)

O HOMEM E O AMBIENTE

A questão fundamental da conservação do meio ambiente pode ser resumida da seguinte forma: como garantir, ao mesmo tempo, o bem-estar econômico e social do homem hoje e a sua sobrevivência amanhã? As culturas ocidentais se definiram historicamente em oposição às florestas. Sempre que crescia o "mundo humano", os limites da mata recuavam. Acreditava-se que os recursos da Natureza eram inesgotáveis e, se ficavam escassos, era só pela vontade ou por punição dos deuses.

Por incrível que pareça, só na década de 60 do nosso século tomou-se consciência de que os recursos são, de fato, limitados. Inúmeros fatores contribuíram para essa mudança cultural: Gagárin nos descreveu a Terra vista de cima, dando início à visão global do homem; houve a crise do petróleo, expondo a fragilidade e a dependência da economia dos recursos naturais; o biólogo inglês James Lovelock formulou o conceito de Gaia, mostrando que a atmosfera da Terra é quimicamente instável e sustentada pela atividade dos seres vivos etc.

Em 1968, a Unesco introduziu o conceito de biosfera: uma fina camada de terra, água e ar na superfície do planeta, sustentando a vida e todas as atividades humanas. O homem não pode ser mais visto como

agente exterior e depredador de uma natureza estável e ideal. O homem é parte da biosfera, e todas as suas atividades fazem parte do processo da Vida na Terra.

Criou-se então, em 1971, o programa internacional "o Homem e a Biosfera" (*Man and Biosphere — MAB*), para estudar formas de conciliar desenvolvimento humano e meio ambiente. Em 1992, mais de 20 anos depois, a Eco 92 vulgarizou mundialmente a noção de desenvolvimento sustentável. O que aconteceu em 20 anos foi uma inversão completa de perspectiva: de guardião da natureza frágil e ameaçada, o homem assumiu a sua total dependência do meio ambiente para sobreviver; da preservação da natureza "selvagem", "virgem" e intocada, inspirada pelo mito do paraíso perdido, surgiu a noção mais prosaica de conservação da biodiversidade, por motivos essencialmente utilitários e antropocêntricos.

O debate teórico e filosófico está ainda em plena efervescência, no mundo e particularmente no Brasil. Ele implica a maneira como o homem se enxerga, na sociedade, em seu ambiente e frente à natureza. No entanto, o desafio da Agenda 21, elaborada na ECO-92, é bem mais concreto: como implementar o desenvolvimento sustentável? A experiência desses últimos anos mostrou que não existem soluções prontas: cada lugar, cada ecossis-

tema, cada cultura têm de inventar o seu próprio caminho.

O MAB prevê a criação de reservas da biosfera nos principais ecossistemas do Mundo, para experimentar concretamente esses princípios: são locais onde se promovem, conjuntamente, conservação do meio ambiente, pesquisa, educação ambiental e desenvolvimento comunitário. Áreas protegidas são cercadas de zonas-tampão e de transição, onde se buscam, de forma participativa, alternativas de usos menos prejudiciais dos recursos naturais.

A Conferência Internacional de Sevilha sobre Reservas da Biosfera (03/95) redefiniu o papel das reservas (hoje mais de 329 em 83 países): 1) criar oportunidades para as populações que vivem dentro ou perto delas de desenvolver relacionamento equilibrado com a Natureza; 2) mostrar e demonstrar para a sociedade, como um todo, as vias de um futuro mais sustentável.

No Brasil, as reservas da biosfera são recentes (1992 e 1993) e refletem as tendências atuais da questão ambiental. Envolvendo grandes contingentes populacionais, elas incluem zonas urbanas e peri-urbanas, junto com áreas de preservação ambiental, climática e hidrológica.

As reservas brasileiras da biosfera abrigam os principais mananciais de água de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife, entre outros,

constituindo focos privilegiados da pesquisa, experimentação e planejamento interinstitucional, atendendo não só à conservação da biodiversidade, mas também às questões fundamentais da viabilidade sócio-ambiental e do futuro das grandes cidades, florestas e zonas costeiras em meio tropical.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com uma área de 30 milhões de hectares de 300 áreas protegidas espalhadas por 14 estados, é uma das maiores e mais desafiadoras da rede mundial. Seus objetivos são: proteção e recuperação dos remanescentes de Floresta Atlântica, defesa das suas populações tradicionais, pesquisa e uso sustentável da biodiversidade e sensibilização ambiental.

A reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo centra-se nos remanescentes de Mata Atlântica da Região Metropolitana de São Paulo. Essas áreas, que vêm sofrendo intensa pressão de urbanização, são fundamentais para a estabilização climática, a limpeza atmosférica e o abastecimento em água da capital paulista. Seu objetivo principal é encontrar uma mediação entre o atual desenvolvimento urbano e a sustentabilidade social e ambiental da cidade.

A Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal é composta das principais unidades de conservação no entorno de Brasília, ligadas por corre-

dores ecológicos. Seu objetivo é estudar a viabilidade do altíssimo crescimento urbano atual do DF.

Em 1996, a Unesco assinou com o Brasil um termo de cooperação de três anos, para a consolidação das reservas de biosfera brasileiras. As atividades desenvolvidas em coordenação com o Ministério de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal incluem a estruturação e difusão de informações técnico-científicas sobre Cerrado e Mata Atlântica e projetos demonstrativos do desenvolvimento sustentável.

A resposta à pergunta "como fazer o desenvolvimento sustentável?" está ainda por vir. As exigências locais estão no início. As reservas estão só se estruturando, abrindo espaços para amplos intercâmbios entre situações, governo, ONGs e meios acadêmicos, para a definição de linhas comuns de ação. As linguagens, os conceitos têm de se aproximar e se adaptar uns aos outros.

Com o MAB, a Unesco está na primeira fase da sua contribuição com as instituições brasileiras, para a implementação das recomendações da Agência 21.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 05.11.1997, e assinada por Jorge Werthein, representante da UNESCO no Brasil.)

DEFESA DE QUE E DE QUEM?

H

á alguns anos, no parque de exposição do Anhembi, em São Paulo, inaugurava-se uma grande mostra de armas. O mundo vivia um instante de guerra ideológica e, em todos os continentes, a luta armada campeava. Um estande tinha um lema na entrada: "Armas para todos". O objetivo era dizer que não tinha preferências nem *parti-pris* ideológico. Quem tivesse dinheiro podia adquirir armamentos, quer comunistas, quer anticomunistas.

Agora o mundo mudou, as guerras localizadas se acabaram e terminou a confrontação de dois blocos militares.

Vejo, agora, estarrecido, a abertura no Rio de Janeiro de uma Feira Latino-Americana de Tecnologias Defensivas, instalada no Riocentro, o mesmo local onde as bombas que explodiram constituem triste memória do nosso passado.

Armas para defesa! Defesa de quem? Não temos perspectivas de nenhuma guerra. A América do Sul é o continente mais pacífico da face da Terra. Há cem anos não temos nenhum conflito.

O Brasil tem fronteira com dez países, e com nenhum deles qualquer expectativa de confronto. Assim, é estranho falar em armas para defesa. Quem nos quer atacar? Quem nos quer invadir? Não há respostas.

Acabamos com todas as nossas divergências históricas com a Argentina, com quem temos relações de ampla amizade e cooperação. Acordos de operação conjunta de nossas forças estão sendo implementados.

O Chile, por sua vez, resolveu todos os seus problemas de fronteira com a Argentina. Assim, não vejo qual o objetivo dessa feira.

Mas desconfio que haja alguma intenção inconfessável. Creio que tentam inocular uma via de desequilíbrio estratégico dentro do Mercosul. Os Estados Unidos, mudando sua política de não autorizar venda de armas para a América do Sul, dão sinal verde para o Chile comprar aviões de última geração. Para quê? Para nada.

A Argentina acenam com a perspectiva de entrar para a Otan, "como sócio não-participante", o que lhe assegura treinamento, doação de equipamentos militares etc.

O Brasil, por sua vez, não pode ficar de braços cruzados. A verdade é que nossas Forças Armadas foram vitimadas por uma política de ressentimentos. Elas são instituições permanentes, não podem ser julgadas por eventuais erros transitórios de pessoas.

O que temos de fazer é não comprar armas sofisticadas e sim dar recursos às Forças Armadas para que tenham condições de operação e treinamento, tornando-as aptas a cumprir

sua missão constitucional de defesa da pátria e de garantia da Constituição; pagar melhor os militares, restituir-lhes o *status* que têm em toda grande nação, para torná-los cada vez mais vinculados ao poder político, que é a síntese de todos os poderes.

O que nos ameaça, e exige defesa, são a pobreza, a miséria absoluta, a desintegração da sociedade, exposta a episódios como desse pobre pataxó Galdino de Jesus, queimado por jovens destituídos de valores morais e humanos.

O Brasil tem de ser claro. Dizer aos Estados Unidos e Europa que não admite venda de armas que importe no desequilíbrio estratégico do continente. Temos peso para isso. Mandar fechar essa feira de armas, que está no lugar errado, e melhorar as condições de vida e operação de nossas Forças.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 26.04.1997, e assinada pelo Senador José Sarney.)

SINAL DE EMERGÊNCIA

A bandeira inglesa começou a ser recolhida nas últimas badaladas da meia-noite dessa segunda-feira, aos acordes compassados de *God Save the Queen*. No lu-

gar dela, foram basteados os pendões da República Popular da China e da nova Região Administrativa Especial de Hong-Kong, numa cerimônia silenciosa, emocionada, emblemática de uma nova era.

A devolução pacífica da ex-colônia, depois de 156 anos de domínio britânico, tem a força dos grandes eventos que assinalam a transição do século 20 para o terceiro milênio, como a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, o fim do império soviético e o ingresso da Rússia na Otan, ou a eleição de Nelson Mandela para a presidência da África do Sul.

Para a China, além do acréscimo de poder implícito na incorporação desse rico território de 1.100km², com apenas seis milhões de habitantes, mas com um PIB de US\$ 160 bilhões, trata-se de corrigir a injustiça histórica que foi a ocupação pela Grã-Bretanha, que a subjugou e humilhou por ocasião da primeira guerra do ópio (1839-1842).

Para o mundo, a reintegração é o símbolo mais eloquente e o sinal mais visível da emergência de uma nova superpotência asiática. Desde que Deng Xiaoping deu a partida no programa das modernizações, em 1978, a China tornou-se o país que mais cresce no planeta, algo em torno de 10% desde 1980. Com o segundo maior território da Terra, 9,6 milhões de quilômetros, a maior população

(1,2 bilhão), este país-continente será decisivo nos assuntos do século 21.

A grande interrogação diz respeito à fórmula da autonomia administrativa e liberdade econômica acertada, em 1982, entre Margaret Thatcher e Deng Xiao-Ping. O mundo se pergunta se a China, que combina a economia de mercado com o autoritarismo político, vai manter as liberdades públicas e a imprensa livre em Hong-Kong.

A questão é simples: se a República Popular da China mantiver os direitos civis e políticos da ex-colônia, um judiciário independente, o serviço público a salvo da burocracia e da corrupção, ocorrerá na certa um vigoroso impulso para as reformas e o desenvolvimento econômico na *mainland*.

O choque capitalista propiciado pela convivência com esse pequeno território teria o salutar efeito de arbitrar a disputa entre centralizadores e descentralizadores, autoritários e democratas, burocratas e empreendedores, isolacionistas e globalizados, sempre em favor dos últimos. Sempre a favor do dinamismo e do progresso.

Nessa hipótese otimista, os efeitos positivos correlatos seriam o progresso tecnológico e material, a redução das tensões no Sudeste asiático, melhor inserção da China na comunidade internacional, facilidade em negociar a reunificação com Formosa, assim como a entra-

da na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Se o pior prevalecer, com a supressão das liberdades públicas, restrições à liberdade de imprensa, proibição ao direito de se expressar e reunir, inchaço burocrático e intermediações fraudulentas, as chances de reunificação com Formosa tornam-se remotas e as tensões com o Sudeste asiático, dramáticas. O confronto com os Estados Unidos se tornará mais provável. Uma China agressiva seria o sinal para o renascimento do militarismo no Japão.

A prova de que os países ocidentais mantêm-se vigilantes nessa questão foi a recusa, tanto do *primeiro* Tony Blair quanto da Secretaria de Estado americano, Madeleine Albright, de não participarem pessoalmente da cerimônia de posse do novo Conselho Político Provisório de membros designados, que substituiu a atual assembleia eleita em 1995.

Muito embora as autoridades de Pequim insistam que nada ficara acertado quanto a eleição de uma assembleia no acordo Thatcher-Xiao Ping, o novo chefe do executivo da RAEK, o armador milionário Tung Chi-Hua, nomeado por Pequim para manter um clima de confiança propício aos bons negócios, seguindo a risca as determinações da capital, promete eleições para maio do ano que vem.

Pode ser que Pequim tenha avaliado o tamanho do estrago provocado pela repressão ao levante da Praça Tien An Men, e tente evitar repetir semelhante trauma em relação a Hong-Kong. Em todo caso, seria mais conveniente os países ocidentais estimularem a convivência dos dois sistemas do que pressionar Pequim além da conta. Na Ásia, a democracia progride lentamente, mas nem por isso deixa de produzir frutos, como se verifica tanto em Taiwan como na Coreia do Sul.

O tempo asiático é diferente. Quando perguntaram a Chu En-lai o que achava da Revolução Francesa, o velho *primeiro* respondeu que ainda era cedo para formar uma opinião segura.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 01.07.1997.)

A LUTA CONTRA A BUROCRACIA

Na República Velha só havia concurso público para o Banco do Brasil e para metade do quadro inicial da carreira diplomática. O resto era nomeado por indicação política, no melhor estilo do *spoil system*.

Em 1937, João Carlos Vital, um dos pioneiros da reforma da administração pública e eminência parda do Ministério

do Trabalho durante o Estado Novo, organizou o primeiro concurso público de abrangência nacional para o recém-criado Iapi — Instituto de Apontadoria e Pensões dos Industriários.

Por indicação de Vital, Getúlio Vargas nomeou Plínio Cantanhede, outra notável figura de administrador público, para a presidência da nova autarquia. Conta-se que no primeiro encontro dos dois, Vargas perguntou quantos cargos poderia ele nomear no instituto. "Só um, presidente", respondeu-lhe Plínio — "o meu". Os demais cargos seriam preenchidos somente por concursados.

Plínio Cantanhede designou para a chefia de gabinete do Iapi o primeiro colocado no concurso, um rapaz de 21 anos que ele não conhecia: Hélio Beltrão. Foi assim que começou a efetiva implantação no serviço público federal do sistema de mérito, pelo qual os cargos mais importantes eram preenchidos pelos primeiros colocados no concurso.

Pelo resto da vida, Beltrão lutou obstinadamente contra o que considerava o maior de todos os males da administração pública, a centralização administrativa ("a autoridade que decide, afinal, é aquela mais distanciada da realidade") e seus subprodutos mais evidentes — o formalismo ("o documento vale mais do que fato") e o princípio da desconfiança nas relações do governo com os

cidadãos ("legisla-se no Brasil para enquadrar os 2%, se tanto, de desonestos"). Para ele, a "identificação do óbvio" é o maior desafio do administrador.

Essa maneira singela e peculiar de descrever os descaimentos da administração pública brasileira encerrava, no fundo, uma visão crítica, solidamente estruturada, da formação do Estado brasileiro. A centralização administrativa, fenômeno que remonta às origens da colonização, tende a unificar e padronizar decisões em um país intrinsecamente desigual e diferenciado. Seus autores prediletos não eram modernos acadêmicos do cientificismo em matéria de administração, mas o Visconde do Uruguai, João Camilo de Oliveira Torres, Oliveira Viana e Raimundo Faoro, ou seja, os que diagnosticaram como cultural a implantação de um modelo de administração centralizada, formalista e opressiva.

A descentralização administrativa era, portanto, a pedra angular da reforma do setor público. Sem ela, estaremos fadados a repetir sempre os mesmos erros. Mas Beltrão tinha perfeita consciência das implicações políticas do processo de descentralização. Há pouco tempo, manifestei-lhe minha apreensão de que a centralização radical poderia provocar um período de turbulência administrativa. Filosoficamente, ele ponderou que talvez o caos fosse um estágio inevitável do processo de transformação do País.

A primeira experiência concreta de descentralização administrativa ocorreu no estado da Guanabara, no governo Carlos Lacerda. Em dois anos, como secretário estadual de Planejamento, Beltrão formulou e implantou "as administrações regionais". Foi certamente a primeira experiência bem-sucedida de reforma administrativa em regime democrático. Pouco depois, o mesmo modelo serviu de base ao plano diretor de Brasília.

Em 1966, quando Hélio Beltrão comemorou 50 anos, quem o saudou foi Roberto Campos, ministro do Planejamento do governo Castello Branco. Apesar de divergirem no plano econômico (Campos sempre foi liberal intransigente e Beltrão um nacionalista convicto), ambos na prática concordavam que o desenvolvimento nacional dependia de uma administração pública moderna e eficiente. A troca de discursos foi um momento não só de fino humor, mas também de uma aguda análise da história do País. Naquele momento, em que se desenvolviam os trabalhos da Comissão de Reforma Administrativa, Roberto Campos, como ministro e presidente da comissão, arbitrava em favor de Beltrão o embate entre duas correntes: a *tradicional*, que via na reforma do organograma das estruturas federais o cerne da questão, e a

moderna, defendida por Beltrão, de que a reforma se faz com gente e processos e não com organogramas bem desenhados (o organograma, para ele, desumanizava a administração, reduzindo funções a quadradinhos aleatoriamente postos em hierarquia ou na mesma linha).

Como sucessor de Campos no Ministério do Planejamento, Beltrão tentou implantar a reforma consubstanciada no Decreto-Lei 200, de 1967. Dez anos depois, cometeu a ousadia de sugerir-lhe que a reforma de 1967 tinha sido obstada pelo endurecimento do regime militar, a partir de 1968, que tornara um anacronismo o processo de descentralização administrativa. Como pai da criança, Beltrão rebateu a crítica; mas como um bom e cordial carioca, disse-me que aquela era uma visão inteligente, porém acadêmica. Um ano depois, convidei-me para fazer parte de sua equipe no Programa de Desburocratização.

Tinha, além do mais, um apuradíssimo sentido de *timing* político. No final dos anos 70, quando já se antevia o fim do regime autoritário, Hélio Beltrão vislumbrou a possibilidade de retomar a obra inacabada da reforma administrativa iniciada em 1967. Cunhou uma palavra-síntese de sua proposta de reforma: "desburocratização" — inferno dos locutores oficiais, tão difícil de pronunciar quanto de

aplicar na prática. Em última análise, desburocratizar significa devolver aos cidadãos, em especial aos mais humildes, o lugar que lhes cabe, no Estado democrático, de destinatários finais de todos os serviços públicos — "serviço público, como o nome indica, significa servir ao público."

Desta forma, surgiu o Programa Nacional de Desburocratização.

Aos que o identificavam com Dom Quixote, Beltrão retrucava, com a verve de sempre, que tinha mais afinidade com Sancho Pança, o sujeito que viabilizava o Quixote. Em pouco tempo, centenas de providências administrativas simplificaram a vida dos cidadãos das empresas e da própria administração. As duas maiores obras do programa, hoje consagradas, foram a criação dos Juizados de Pequenas Causas e a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto da Microempresa.

As virtudes públicas não coincidem necessariamente com as virtudes privadas. Há muitos homens públicos, heróis nacionais e grandes pensadores que, na vida particular, se comportaram de forma diversa com o que publicamente pregaram. Nos nossos anos de convivência de lucidez, o que mais me fascinou em Beltrão, além da extraordinária lucidez, foi a rígida coerência entre o discurso público de Beltrão e a sua postura privada. As idéias que ex-

punha numa entrevista à imprensa eram rigorosamente as mesmas que pregava nas reuniões internas de sua equipe.

O seu apego ao lado prático das questões administrativas chegava à intransigência. Quando a discussão em equipe ameaçava descambiar para o campo erótico, vinha dele a advertência de que tais temas teriam mais cabimento numa mesa de bar. Sem prejuízo de que as boas idéias tivessem surgido justamente nos momentos de maior descontração, em noitadas inesquecíveis.

A história dos últimos 60 anos da administração pública no Brasil confunde-se com a de uma elite da qual fizeram parte João Carlos Vital, Luiz Simões Lopes, Plínio Cantanhede e Hélio Beltrão, que tinha como ponto de honra e reforma do Estado. Eles ajudaram, por seu turno, a formar "as ilhas de competência e experiência" compostas de homens públicos admiráveis que aqui não cabe nomear, até porque são numerosos e discretos por convicção. Só menciono o Walter Graciosa, cujo nome encerra um paradoxo, porque ele sintetiza os valores da amizade, competência, dedicação e furioso — em todos os sentidos — amor ao País.

Refletia que, se Hélio Beltrão tivesse menos 15 anos, talvez fizesse uma parceria excepcional com o presidente Fernando Henrique Cardoso. São malhas que o destino tece,

e logo conclui que esta é conversa de bar, uma advertência tipicamente beltraniana.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 02.II.1997, e assinada pelo advogado João Geraldo Piquet Carneiro, ex-secretário-executivo do Programa Nacional de Desburocratização.)

A TEMPESTADE NA ÁSIA

Navegar é preciso", mas de preferência em navios nacionais. Entre os países que adotam essa política e subvencionam suas marinhas mercantes, destacam-se os Estados Unidos. O governo norte-americano dá anualmente aos armadores uma subvenção direta de US\$ 2,3 milhões por navio, sob o pretexto de facilitar a sua adaptação na eventualidade de uso militar.

Além disso, os Estados Unidos e outros países fixam regras para a Marinha Mercante que favorecem a operação de navios com bandeiras nacionais. Por exemplo, as compras do governo americano só podem ser transportadas por navios de bandeira do país. Porém, o Brasil vem navegando no sentido contrário ao adotado por muitos países para as suas marinhas mercantes. Há 20 anos, os navios brasileiros transportavam

30% da carga destinada ao país. Hoje transportam apenas 3%.

A expansão do comércio exterior brasileiro, sobretudo a partir de 1990, quando foram reduzidas as restrições às importações, está ocorrendo sem que haja benefícios para os armadores, para a indústria naval, para os trabalhadores e, consequentemente, para o País. Só recentemente alguns portos começaram a melhorar.

Se, por um lado, foram grandes os prejuízos para os empresários e trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com a crise da Marinha Mercante brasileira, por outro, são crescentes as perdas cambiais do balanço de pagamentos do País com o pagamento de fretes.

O debate sobre a crise enfrentada pela Marinha Mercante brasileira e suas consequências para o País tornou-se ainda mais importante e urgente depois de a tempestade provocada pelo mercado financeiro internacional ter atingido violentamente a economia brasileira: a fuga para o exterior de US\$ 4,9 bilhões em apenas um dia (28 de outubro deste ano) mostra o quanto o país está vulnerável diante da dependência ao capital estrangeiro para financiar seu déficit em transações correntes (com mercadorias e com serviços, destacando-se, entre esses pagamentos de juros da dívida externa, remessas de lucros e dividendos, despesas com viagens internacionais

e transporte de mercadorias — fretes). O governo teve de adotar medidas drásticas (alterações nos pregões das bolsas de valores do Rio e de São Paulo, elevação dos juros e de impostos etc.) para evitar o pior.

O Brasil, segundo estimativas de economistas nacionais e estrangeiros, depende de US\$ 35 bilhões a US\$ 40 bilhões provenientes do exterior para financiar o déficit nas transações correntes registrado no seu balanço de pagamentos. É, portanto, uma situação cambial bastante desconfortável, com reflexos, evidentemente, econômicos, sociais e políticos.

Análises recentes do novo quadro econômico interno e externo revelam que o Produto Interno Bruto (PIB), que poderia crescer, em 1998, em torno de 3,5%, deverá atingir, no máximo, 2,5%. A eventualidade do balanço de pagamento do País é a causa principal da restrição de um crescimento econômico maior, porque viria acompanhado de déficit também maior nas transações correntes e, consequentemente, de mais necessidades de capitais estrangeiros numa fase de grande instabilidade quanto ao fluxo internacional de capital.

São várias as críticas e sugestões que têm sido feitas para a melhoria da situação econômica brasileira, destacando-se entre elas as relativas à política cambial. A característica comum dessas críticas e sugestões é serem sempre macro-

econômicas. Ou seja, elas não levam muito em consideração situações setoriais como a da Marinha Mercante e dados desagregados. Basta, na visão macroeconômica, analisar o todo, em vez das partes. É como se essas, por uma fatalidade (globalização etc.) não pudessem melhorar e contribuir para o aperfeiçoamento do todo.

O Clube Naval acha importante se ampliar a análise e debate dos problemas econômicos brasileiros, sobretudo daqueles que têm relação direta ou indireta com a Marinha. Para isso, promoverá, nos próximos dias 26 e 27 de novembro, o 1º Simpósio sobre a Marinha Mercante brasileira, com o apoio de outras entidades e da Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados.

Vai ser uma boa oportunidade para aqueles que só se preocupam com a macroeconomia e com outras questões gerais aprofundar seus conhecimentos sobre a Marinha Mercante e, até mesmo, ficar sabendo que os itens transportes (fretes), viagens internacionais e remessas de lucros e dividendos foram os grandes responsáveis pelo aumento do déficit na conta serviços do balanço de pagamentos de US\$ 8,9 bilhões, no primeiro semestre de 1996, para US\$ 12 bilhões, no mesmo período de 1997, já que o saldo negativo com pagamentos de juros caiu, respectivamente, de US\$ 4,8 bilhões para US\$ 4,6 bilhões.

Assim, enquanto as atenções estão concentradas nas contas de mercadorias (balança comercial) e de capitais (fluxo internacional de recursos) do balanço de pagamentos do País, não se discute problemas como o da Marinha Mercante, que vem agravando também a situação cambial brasileira devido aos dispêndios crescentes com fretes.

Vamos aproveitar a tempestade asiática para corrigir o rumo do país.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 13.11.1997, e assinada por Domingos Castello Branco, Presidente do Clube Naval.)

comparar as duas atitudes com a frase: *Erasmus dubitat, Lutherus asseverat*.

O amigo de Erasmo, Thomas More, construiu um modelo de sociedade ideal na ilha da utopia, palavra inventada a partir do grego e significando "em lugar nenhum".

Desde então, os homens não se cansam de procurar situar essa ilha num lugar bem preciso. O nosso século assistiu, por exemplo, a uma sucessão caleidoscópica de candidatos a abrigar a ilha dos sonhos, logo descartados por uma utopia melhor.

Foi de início a União Soviética, assim descrita pelo jornalista americano Lincoln Steffens: "Acabo de ver o futuro e ele funciona". Mais tarde, tiveram seu momento de glória a China maoísta, a Cuba de Guevara, mais que de Castro e, por inverossímil que pareça, até a Albânia.

Quando finalmente as utopias leninistas tomaram o caminho da lata de lixo da história, o mundo se descobriu órfão de uma verdadeira alternativa ao mediocre *status quo*. O pior é que começaram a ser questionadas até mesmo as variantes mais moderadas do capitalismo, como o modelo sueco ou escandinavo da social-democracia.

No momento em que o conflito ideológico de ontem passou a ser substituído pela convergência globalizante de hoje, indaga-se se ainda tem sentido,

A ALEMANHA: DO CARNAVAL À QUARESMA

Em tempos de conflito, é preciso escolher seu lado. Católico ou protestante, pró ou contra a Revolução Francesa, comunista ou fascista, as opções são em geral contrastantes, em preto-e-branco.

São épocas pouco propícias aos homens razoáveis, amantes da moderação e dos matizes. Falando do protótipo desses homens, Erasmo de Roterdã, Bobbio lembra que era comum, durante a Reforma,

como se fazia até há pouco, falar na existência de três modalidades principais da economia de mercado: a americana, a japonesa e a alemã.

Esta última, o famoso "modelo renano" como o chamam os franceses ou "economia social de mercado", se diferenciava da americana por três características que, em certa medida, partilhava com a japonesa. Eram elas: 1º) a busca do consenso entre os parceiros sociais, governo, sindicatos e empresários; 2º) a vocação social da economia, expressa, entre outros aspectos, pela lei que define a empresa não só pelo objetivo do lucro, mas pelos seus deveres para com os empregados e a comunidade; 3º) a forma de financiamento, sobretudo por meio dos bancos, de preferência à Bolsa de Valores.

Não faz muito, tais elementos eram elogiados como as causas do milagre alemão. Assim, o consenso explicava a paz social, a raridade das greves, a continuidade econômica. O financiamento bancário a longo prazo daria aos alemães uma superioridade sobre os americanos, supostamente condenados pelo imediatismo da Bolsa a produzir lucros a curto prazo, à impossibilidade de planejamento estratégico.

De repente invertem-se as conjunturas. Os EUA, antes problemáticos, passam a ser

vistos como únicos capazes de produzir crescimento com emprego e inflação baixa. As virtudes alemãs de ontem se tornam os defeitos de hoje.

Mas, até que ponto os atuais problemas alemães se devem aos componentes sociais e humanos do modelo e não a outros fatores como os efeitos recessivos dos critérios de Maastricht, a perda de competitividade decorrente da política do marco forte, à absorção da Alemanha Oriental e de milhões de refugiados do Leste?

Boa parte da explicação se encontra, de fato, não em pretensas falhas do modelo, mas nas distorções e desvios introduzidos em anos recentes. É uma infeliz coincidência que, dois dias apenas após 4 de fevereiro, data do centenário de Ludwig Erhard, a Alemanha registre, pela primeira vez desde os anos 30, mais de 4,5 milhões de desempregados.

Erhard foi o criador da "economia social de mercado" e, em sua concepção, era indispensável que o elemento social e o de mercado se mantivessem em equilíbrio. Quando ele deixou o governo em 1966, o desemprego era de 0,7% e os gastos governamentais representavam 37% do PIB. Atualmente, o desemprego excede os 12%, mas as despesas públicas ultrapassam 50% do PIB e os impostos e taxas sociais equivalem a 45% desse mesmo PIB.

É óbvio que nesse processo perdeu-se algo de fundamental em termos de economia de mercado, que deve agora ser recuperado sem cair no desequilíbrio oposto.

A prova cabal de que é perfeitamente possível ajustar-se às exigências da globalização sem sacrificar o consenso, nem o essencial do modelo social, se encontra na Holanda, que exibe hoje a economia mais sólida da Europa, com inflação e déficit baixos, desemprego em declínio, bom crescimento, com preservação do melhor das instituições de bem-estar. Razão a mais para rejeitar com a saudável dúvida de Erasmo as simplificações deformantes dos neo-ideólogos de uma globalização que falseia a complexidade dos desafios sociais. A esses ideólogos da economia, herdeiros dos teólogos de antigamente, se aplicaria perfeitamente o título dado pelo humanista de Roterdã a um dos parágrafos do seu *Elogio da Loucura*: "Os teólogos, os mais loucos dentre todos os loucos."

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 08.02.1997, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, secretário-geral da UNCTAD.)



ÍNDICE REMISSIVO

ANO LXXXIII (outubro de 1996 a setembro de 1997)

TÍTULOS¹

- ÁFRICA CENTRAL: EXPEDIENTE DA HISTÓRIA – Castro, Therezinha de, nº 776, p. 37 a 44.
- AMAZÔNIA E OS INTERESSES ESTRANGEIROS, DO SEGUNDO REINADO AO DESAFIO DA NOVA ORDEM MUNDIAL, A – Gardner, Lydia M., nº 777, p. 21 a 40.
- ANIVERSÁRIO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO – (*), nº 775, p. 135 a 137.
- APÓSTOLO DO BRASIL – Almeida, Luciano Mendes de, nº 777, p. 175 e 176.
- ATITUDE OBSCURANTISTA – Beigelman, Bernardo, nº 777, p. 168 a 170.
- BALANÇO DO TCHAN, NO – Sodré, Muniz, nº 776, p. 157 a 159.
- BATALHA DE GUARARAPES – UM INCENTIVO À MEDIATAÇÃO DOS QUE SE DEDICAM AO ESTUDO OU À INTERPRETAÇÃO DO PASSADO BRASILEIRO – Santos, Francisco Ruas, nº 776, p. 137 e 138.
- BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO, A – Costa, Sérgio Paulo Muniz, nº 777, p. 69 a 97.
- BIODIVERSIDADE: INTERESSE NACIONAL – Flores, Mário Cesar, nº 775, p. 153 e 154.
- BOAS FRONTEIRAS, BONS VIZINHOS – Ricúpero, Rubens, nº 774, p. 168 e 169.
- BOM CAMINHO, NO – (*), nº 776, p. 166 e 167.
- BOTA O TUBO – Passarinho, Jarbas, nº 777, p. 172 a 175.
- BRASIL E O ATLAS ESTRATÉGICO DE 1983, O – Castro, Sebastião Ramos de, nº 774, p. 93 a 105.
- BRASIL, PAÍS MONSTRO? – Ricúpero, Rubens, nº 774, p. 169 e 170.
- BRASIL TEM HÚMUS E TEM RAÍZES, O – Costa, A. Gomes da, nº 776, p. 153 e 154.
- CASERNA DE BRAVOS – Benito, Cláudio Moreira, nº 774, p. 161 a 163.
- CASTRO ALVES – 150 ANOS – Veiga, Virgílio da, nº 777, p. 145 a 148.
- CEM ANOS DE CANUDOS – Silva, Alberto Martins da, nº 774, p. 144 a 146.
- CHAVE DO SUCESSO – (*), nº 775, p. 149 e 150.
- CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T) – O QUINTO PODER – Campos, Rui Barbosa, nº 776, p. 91 a 98.
- COINCIDÊNCIAS E DESENCONTROS – Ricúpero, Rubens, nº 777, p. 157 e 158.
- COMUNIDADE LUSÓFONA – Castro, Therezinha de, nº 775, p. 51 a 70.
- CONDUTA MILITAR HOLANDESA NO BRASIL, A – Souza, Marcos da Cunha e – nº 776, p. 77 a 90.
- CONFERÊNCIA DOS EXÉRCITOS AMERICANOS, SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL, A – Moura, Cláudio Cóscaia, nº 774, p. 77 a 91.
- CONFLITO NA IUGOSLÁVIA E AS NAÇÕES UNIDAS: UMA VISÃO ANALÍTICA, O – Trindade, Valério Stumpf, nº 776, p. 59 a 75.
- CORAÇÃO DAS TREVAS, NO – Ricúpero, Rubens, nº 777, p. 165 a 167.
- CORRIDA DE FUNDO – (*), nº 777, p. 163 e 164.
- CORRIGINDO ERRO ESTRATÉGICO – Flores, Mário Cesar, nº 774, p. 165 e 166.
- CONSIDERAÇÕES DIPLOMÁTICAS EM NOVO ANO – Carrilho, Arnaldo, nº 776, p. 161 e 162.
- CRISE DA JUSTIÇA, O CIDADÃO E A ECONOMIA, A – Nóbrega, Maissen da, nº 776, p. 164 a 166.
- DAVID VERSUS GOLIAS – Salles, Ney, nº 776, p. 140 e 141.
- DESENVOLVIMENTO: AINDA UM DESAFIO MUNDIAL – Sardemberg, Ronaldo Mota, nº 777, p. 170 a 172.
- DESINFORMAÇÃO NO BRASIL, A – Ribeiro, Osmar José de Barros, nº 774, p. 37 a 47.
- DESTINAÇÃO HISTÓRICA DAS FORÇAS ARMADAS – Sarney, José, nº 777, p. 159 a 161.

¹ O asterisco (*) indica matéria não assinada.

- DIRIGÍVEL NA AMAZÔNIA, O**
– Felipes, Marcelo Augusto de, nº 774, p. 21 a 35.
- EDITORIAL (EME: 100 ANOS)**
– (*), nº 774, p. 1 e 2.
- EDITORIAL (ITAIPU) – (*)**, nº 775, p. 1.
- EDITORIAL (O CEMITÉRIO MILITAR BRASILEIRO EM PISTÓIA E SEU ZELADOR)**
– (*), nº 776, p. 1.
- EDITORIAL (OS JESUÍTAS) – (*)**, nº 777, p. 1.
- ESQUERDA VOLVER** – Gonçalves, Marcos Augusto, nº 777, p. 158 e 159.
- ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA E DE DEFESA** – Mattos, Carlos de Meira, nº 777, p. 41 a 46.
- EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA E DO PENSAMENTO MILITAR ENTRE AS PRIMEIRA E SEGUNDA GUERRAS MUNDIAIS** – A – Leal, Gearacy Albano Freire, nº 777, p. 115 a 124.
- EXÉRCITO E A FERROESTE, O**
– Liotto, Ari, nº 774, p. 153 a 160.
- FÁBRICA "PRESIDENTE VARGAS" EM PIQUETE**, A – Ferreira, Dóli de Castro, nº 775, p. 137 a 140.
- FATOR MILITAR NA POLÍTICA DE FIXAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL**, O – Curado, Silvino da Cruz, nº 774, p. 135 a 142.
- FORÇA DA UNIAO, A – (*)**, nº 777, p. 164 e 165.
- GEOPOLÍTICA E GLOBALIZAÇÃO** – Mattos, Carlos de Meira, nº 775, p. 125 e 126, e nº 776, p. 133 e 134.
- GLOBALIZAÇÃO, O ESTADO-**
- MAIOR E A PROFISSÃO MILITAR**, A – Morgado, Sérgio R. Dentino, nº 777, p. 5 a 20.
- GRANDE MUDO, O – Silva, Marco Antônio Felscio da**, nº 774, p. 173 a 175.
- GUERRILHA ANOS 90** – Carlos, Newton, nº 775, p. 143 e 144.
- HAVERÁ UMA CAVALARIA ANFÍBIA?** – Ferreira, Gil Cordeiro Dias, nº 774, p. 123 a 133.
- HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS** – Cunha, Marco Antônio, nº 774, p. 49 a 56.
- HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL**, – Bonfim, Luiz, nº 776, p. 99 a 106.
- IMPORTÂNCIA DO NORDESTE BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO MEDITERRÂNEO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**, A – Carvalho, L. P. Macedo, nº 774, p. 13 a 20.
- ÍNDICE REMISSIVO ANO LXXXII (OUT 1995 a SET 1996) – (*)**, nº 775, p. 158 e 164.
- INDONÉSIA: DIVERSIDADE GEOPOLÍTICA** – Castro, Therezinha de, nº 777, p. 61 a 67.
- INSTALAÇÃO DO CEMITÉRIO MILITAR BRASILEIRO EM PISTÓIA** – Pereira, Miguel A. P. dos Santos, nº 776, p. 143 a 145.
- INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO PELO DUQUE DE CAXIAS** – Bento, Cláudio Moreira, nº 777, p. 154 a 156.
- MARINHA PORTUGUESA NO BRASIL**, A – Cozza, Dino Willy, nº 776, p. 117 a 131, e nº 777, p. 125 a 142.
- MARK WAYNE CLARK – UM HERÓI AMIGO DO BRASIL**, – Almeida, Adhemar Rivermar de, nº 776, p. 45 a 57.
- MÉDICI – O GENERAL E O PRESIDENTE** – Salles, Ney, nº 775, p. 121 a 125.
- MERCOSUL DE FARDA, O – Lopes, Roberto**, nº 774, p. 172 e 173.
- MERCOSUL MÁXIMO E MERCOSUL MÍNIMO** – Guelar, Diego R., nº 775, p. 144 a 146.
- MORAL: MULTIPLICADOR (OU DIVISOR) DE FORÇA**, O – Ferreira, Gil Cordeiro Dias, nº 776, p. 107 a 115.
- MUNDO VISTO DE CINGAPURA, O – Ricúpero, Rubens**, nº 775, p. 146 a 148.
- NACIONALISMO** – Santos, Jorge Calvário dos, nº 776, p. 5 a 17.
- NAVIO BRITÂNICO NA GUERRA DO PARAGUAI, UM** – Agnauer, Jean Michel, nº 775, p. 83 a 91.
- NOVA CHINA, PARCEIRA ESTRATÉGICA DO BRASIL?**, A – Mariz, Vasco, nº 775, p. 17 a 49.
- NOVA ROTA APROXIMA O BRASIL DO PACÍFICO** – Dantas, Marcos Ribeiro, nº 775, p. 71 a 82.
- NOVO MODELO PARA O SETOR ELÉTRICO** – Aranha, Luiz Oswaldo Norris, nº 775, p. 148 e 149.
- OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO EM RESENDE, NA REVOLUÇÃO DE 1932**

- Bento, Cláudio Moreira, nº 775, p. 115 a 120.
- PAZ NA AMÉRICA DO SUL.** A - Guelar, Diego Ramiro, nº 775, p. 154 a 156, e nº 776, p. 155 a 157.
- PILARES TRANSPACÍFICOS E GLOBALIZAÇÃO** - Carrilho, Arnaldo, nº 777, p. 167 e 168.
- POLEMÓLOGIA** - 5WH - Ferreira, Gil Cordeiro Dias, nº 775, p. 105 a 113.
- POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS.** A - Mariz, Vasco, nº 777, p. 99 a 113.
- PRIORIDADE ASIÁTICA DE WASHINGTON.** A - Carrilho, Arnaldo, nº 161 a 163.
- PROpósito DA PUBLICAÇÃO DE A ALIANÇA BRASIL-ESTADOS UNIDOS, 1937-1945.** A - Cann, Frank Mc, nº 774, p. 147 a 152.
- PROpósito DO 83º ANIVERSÁRIO DE A DEFESA NACIONAL.** A - Veiga, Virgílio da, nº 774, p. 143 e 144.
- QUALIDADE DO AMBIENTE.** A - Bueno, Júlio, nº 776, p. 163 e 164.
- QUEDA DO SISTEMA SOCIALISTA NA EX-URSS - CAUSAS E REFLEXOS PARA OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NA AMÉRICA DO SUL.** A - Natividade, Orlando Efrem, nº 774, p. 57 a 76.
- QUE É O OCIDENTE NESTE FINAL DE SÉCULO.** O - Sardemberg, Ronaldo Mota, nº 776, p. 167 e 168.
- QUINTO MILÊNIO DA CHINA, O** - Ricúpero, Rubens, nº 776, p. 159 e 160.
- RAÍZES DO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO, AS** - Dezn, Sidney E., nº 776, p. 145 a 149.
- REAPROXIMAÇÃO DO BRASIL COM ANGOLA NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM MUNDIAL.** A - Mascarenhas, Humberto Francisco Madeira, nº 775, p. 93 a 104.
- REGISTRO REGIONAL DE ARMAS** - Ilha, Clóvis Eduardo Godoy, nº 775, p. 140 a 142.
- REINVENÇÃO DO ESTADO.** A - Campos, Roberto, nº 775, p. 150 a 152.
- RELACIONAMENTO BRASIL-ESTADOS-UNIDOS.** O - Lima, Paulo Tarso Flexa de, nº 774, p. 166 a 168.
- REPENSANDO AS LICENCIATURAS - UM NOVO ENFOQUE PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS** - Souza, Cesar Augusto Nicodemus de, nº 775, p. 5 a 16.
- REPENSANDO O JUDICIÁRIO** - Friede, R. Reis, nº 775, p. 132 e 133.
- RETORMANDO OS CAMINHOS DA LIBERDADE** - Costa, Sérgio Paulo Muniz, nº 774, p. 107 a 122.
- RUMO AO PÓS-CAPITALISMO** - Camargo, Aspásia, nº 775, p. 156 e 157.
- SARCÓFAGO SAGRADO, O** - Silva, Marco Antônio Felicida, nº 774, p. 170 a 172.
- SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E SEU PAPEL HISTÓRICO.** O - Rocha, João Evangelista Mendes da, nº 776, p. 138 a 140.
- SESSENTA ANOS DO IGHMB** - Carvalho, L. P. Macedo, nº 777, p. 149 a 154.
- SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA: IMPLANTAÇÃO E REFLEXOS NO CAMPO ESTRATÉGICO E NA INTEGRAÇÃO NACIONAL** - Ciryllo, Luiz Cláudio, nº 777, p. 47 a 60.
- SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO (SINAMOB)** - Neto, Pedro Carlos, nº 775, p. 127 a 130.
- SOBERANIA LIMITADA, MODELO NACIONAL DO SÉCULO XXI?** - Gardner, Lydia M., nº 776, p. 19 a 35.
- TASSO FRAGOSO E A HISTÓRIA MILITAR** - Castro, Sebastião J. R. de, nº 775, p. 130 a 132.
- TEMPO HISTÓRICO, ESPAÇO E CULTURA NO NORDESTE BRASILEIRO** - Mello, José Octávio de Arruda, nº 776, p. 149 a 151.
- TENTAÇÃO ARMADA** - (s.), nº 776, p. 154 e 155.
- VIEIRA, MILITARES E POLÍTICOS** - Carvalho, L. P. Macedo, nº 777, p. 143 a 145.
- VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE** - Friede, R. Reis, nº 776, p. 135 a 137.

AUTORES

- AGNAUER, Jean Michel - *Um Navio Britânico na Guerra do Paraguai* (nº 775, p. 83 a 91).
- ALMEIDA, Adhemar Rivermar de - *Mark Wayne Clark - um Herói Amigo do Brasil* (nº 776, p. 45 a 57).
- ALMEIDA, Luciano Mendes de - *Apóstolo do Brasil* (nº 777, p. 175 e 176).

- ARANHA, Luiz Oswaldo Norris – *Novo Modelo para o Setor Elétrico* (nº 775, p. 148 e 149).
- BEIGUELMAN, Bernardo – *Atitude Obscurantista* (nº 777, p. 168 a 170).
- BENTO, Cláudio Moreira – *Caserne de Bravos* (nº 774, p. 161 a 163); *Operações da Aviação do Exército em Resende, na Revolução de 1932* (nº 775, p. 115 a 120); *Interpretação da Batalha do Passo do Rosário pelo Duque de Caxias* (nº 777, p. 154 a 156).
- BONFIM, Luiz – *História Militar do Brasil* (nº 776, p. 99 a 106).
- BUENO, Júlio – *A Qualidade do Ambiente* (nº 776, p. 163 e 164).
- CAMARGO, Aspásia – *Rumo ao Pós-Capitalismo* (nº 775, p. 156 e 157).
- CAMPOS, Roberto – *A Reinvenção do Estado* (nº 775, p. 150 a 152).
- CAMPOS, Rui Barbosa – *Ciência e Tecnologia (C&T) – o Quinto Poder* (nº 776, p. 91 a 98).
- CANN, Frank Mc – *A Propósito da Publicação de Aliança Brasil-Estados, 1937-1945* (nº 774, p. 147 a 152).
- CARLOS, Newton – *Guerrilha Anos 90* (nº 775, p. 143 e 144).
- CARRILHO, Arnaldo – *Considerações Diplomáticas em Novo Ano* (nº 776, p. 161 e 162); *Prioridades Asiáticas de Washington* (nº 777, p. 161 a 162); *Pilares Transpacíficos e Globalização* (nº 777, p. 167 e 168).
- CARVALHO, L. P. Macedo – *A Importância do Nordeste Brasileiro em Relação ao Mediterrâneo na Segunda Guerra Mundial* (no 774, p. 13 a 20); *Sessenta Anos do IGHMB* (nº 777, p. 149 a 154); *Vieira, Militares e Políticos* (nº 777, p. 143 a 145).
- CASTRO, Sebastião José Ramos de – *O Brasil e o Atlas Estratégico de 1983* (nº 774, p. 93 a 105); *Tasso Fragoso e a História do Brasil* (nº 775, p. 130 a 132).
- CASTRO, Therezinha de – *Africa Central – Expediente da História* (nº 776, p. 37 a 44); *Comunidade Lusófona* (nº 775, p. 51 a 70); *Indonésia: Diversidade Geopolítica* (nº 777, p. 61 a 67).
- CIRYLLO, Luiz Cláudio – *Sistema de Vigilância da Amazônia: Implantação e Reflexos no Campo Estratégico e na Integração Nacional* (nº 777, p. 47 a 60).
- COSTA, A. Gomes da – *O Brasil tem Humas e tem Raízes* (nº 776, p. 153 e 154).
- COSTA, Sérgio Paulo Muniz – *Retomando os Caminhos da Liberdade* (nº 774, p. 107 a 122); *A Batalha de Passo do Rosário* (nº 777, p. 69 a 97).
- COZZA, Dino Willy – *A Marinha Portuguesa no Brasil* (nº 776, p. 117 a 131, e nº 777, p. 125 a 142).
- CUNHA, Marco Antônio – *História das Relações Internacionais: Abordagens Teóricas* (nº 774, p. 49 a 56).
- CURADO, Silvino da Cruz – *O Fator Militar na Política de Fixação da Fronteira Oeste do Brasil* (nº 774, p. 135 a 142).
- DANTAS, Marcos Ribeiro – *Nova Rota Aproxima o Brasil do Pacífico* (nº 775, p. 71 a 82).
- DEZN, Sidney E. – *As Raízes do Conflito no Oriente Médio* (nº 776, p. 145 a 149).
- FELIPPES, Marcelo Augusto de – *O Dirigível na Amazônia* (nº 774, p. 21 a 35).
- FERREIRA, Dóli de Castro – *A Fábrica Presidente Vargas em Piquete* (nº 775, p. 137 a 140).
- FERREIRA, Gil Cordeiro Dias – *Haverá uma Cavalaria Anfibia?* (nº 774, p. 123 a 133); *O Moral: Multiplicador (ou Divisor) de Força* (nº 776, p. 107 a 115); *Polemologia – 5WH* (nº 775, p. 105 a 113).
- FLORES, Mário Cesar – *Biodiversidade: Interesse Nacional* (nº 775, p. 153 e 154), *Corrigindo Erro Estratégico* (nº 774, p. 165 e 166).
- FRIEDE, R. Reis – *Repensando o Judiciário* (nº 775, p. 132 a 133); *Violência e Impunidade* (nº 776, p. 135 a 137).
- GARDNER, Lydia M. – *Soberania Limitada, Modelo Nacional do Século XXI?* (nº 776, p. 19 a 35); *A Amazônia e os Interesses Estrangeiros, do Segundo Reinado ao Desafio da Nova Ordem Mundial* (nº 777, p. 21 a 40).
- GONÇALVES, Marcos Augusto – *Esquerda, Volver* (nº 777, p. 158 e 159).
- GUELAR, Diego R. – *Mercosul Máximo e Mercosul Mínimo* (nº 775, p. 144 a 146); *A Paz na América do Sul* (nº 775, p. 154 a 156, e nº 776, p. 155 a 157).
- ILHA, Clóvis Eduardo Godoy – *Registro Regional de Armas* (nº 775, p. 140 a 142).

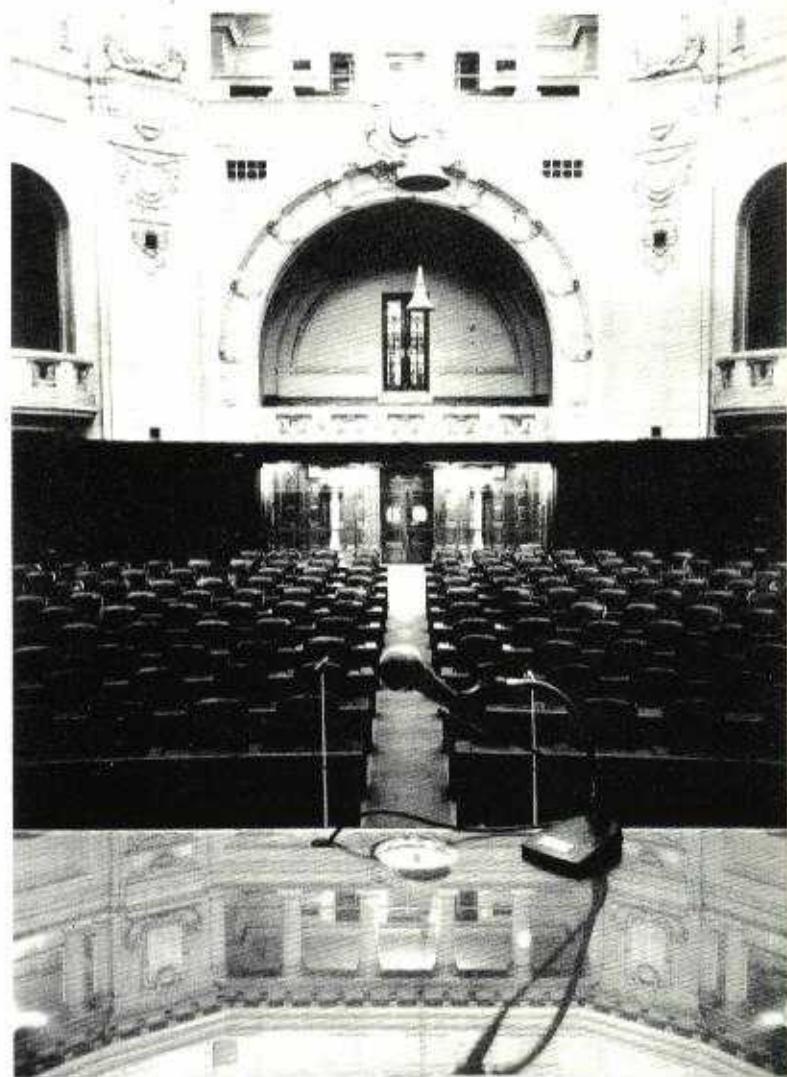
- LEAL, Guaracy Albano Freire – *A Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar entre as Primeira e Segunda Guerras Mundiais* (nº 777, p. 115 a 124).
- LIMA, Paulo Tarso Flexa de – *O Relacionamento Brasil-Estados Unidos* (nº 774, p. 166 a 168).
- LIOTTO, Ari – *O Exército e a Ferroeste* (nº 774, p. 153 a 160).
- LOPES, Roberto – *O Mercosul de Farda* (nº 774, p. 172 e 173).
- MARIZ, Vasco – *A Nova China, Parceira Estratégica do Brasil?* (nº 775, p. 17 a 49); *A Política Externa do Brasil nos Últimos 50 Anos* (nº 777, p. 99 a 113).
- MASCARENHAS, Humberto Francisco Madeira – *A Reaproximação do Brasil com Angola no Contexto da Nova Ordem Mundial* (nº 775, p. 93 a 104).
- MATTOS, Carlos de Meira – *Geopolítica e Globalização* (nº 775, p. 125 e 126, e nº 776, p. 133 e 134); *Estratégias de Segurança e Defesa* (nº 777, p. 41 a 46).
- MELLO, José Octávio de Arruda – *Tempo Histórico, Espaço e Cultura do Nordeste Brasileiro* (nº 776, p. 149 a 151).
- MORGADO, Sergio R. Dentino – *A Globalização, o Estado-nação e a Profissão Militar* (nº 777, p. 5 a 20).
- MOURA, Cláudio Cósca – *A Conferência dos Exércitos Americanos, sua Importância para o Brasil* (nº 774, p. 77 a 91).
- NATIVIDADE, Orlando Efrem – *A Queda do Sistema Socialista na Ex-URSS – Causas e Reflexos para os Movimentos Revolucionários na América do Sul* (nº 774, p. 57 a 76).
- NETO, Pedro Carlos – *Sistema Nacional de Mobilização (SNAMOB)* (nº 775, p. 127 a 130).
- NÓBREGA, Mailson da – *A Crise da Justiça, o Cidadão e a Economia* (nº 776, p. 164 a 166).
- PASSARINHO, Jarbas – *Bota o Tubo* (nº 177, p. 172 a 175).
- PEREIRA, Miguel A. P. dos Santos – *Instalação do Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia* (nº 776, p. 143 a 145).
- RIBEIRO, Osmar José de Barros – *A Desinformação no Brasil* (nº 774, p. 37 a 47).
- RICÚPERO, Rubens – *Boas Fronteiras, Bons Vizinhos* (nº 774, p. 168 e 169); *Brasil, País Monstro?* (nº 774, p. 169 e 170); *O Mundo Visto de Cingapura* (nº 775, p. 146 a 148); *O Quinto Milênio da China* (nº 776, p. 159 e 160); *Coincidências e Desencontros* (nº 777, p. 157 e 158); *No Coração das Trevas* (nº 777, p. 165 e 167).
- ROCHA, João Evangelista Mendes da – *O Serviço Militar Obrigatório e seu Papel Histórico* (nº 776, p. 138 a 140).
- SALLES, Ney – *Davi versus Golias* (nº 776, p. 140 e 141); *Médici – o General e o Presidente* (nº 775, p. 121 a 125).
- SANTOS, Francisco Ruas – *Batalha de Guararapes – um Incentivo à Mediatação dos que se Dedicam ao Estudo ou à Interpretação do Passado Brasileiro* (nº 776, p. 137 e 138).
- SANTOS, Jorge Calvário dos – *Nacionalismo* (nº 776, p. 5 a 17).
- SARDEMBERG, Ronaldo Mota – *O Que é o Ocidente neste Final de Século* (nº 776, p. 167 a 168); *Desenvolvimento: Ainda um Desafio Mundial* (nº 777, p. 170 a 172).
- SARNEY, José – *Destinação Histórica das Forças Armadas* (nº 777, p. 159 a 161).
- SILVA, Alberto Martins da – *Cem Anos de Canudos* (nº 774, p. 144 a 146).
- SILVA, Marco Antônio Felício da – *O Grande Mudo* (nº 774, p. 173 a 175); *O Sarcófago Sagrado* (nº 774, p. 170 a 172).
- SODRÉ, Múni – *No Balanço do Tchan* (nº 776, p. 157 a 159).
- SOUZA, Cesar Augusto Nicodemus de – *Rerepensando as Licenciaturas – um Novo Enfoque para as Próximas Décadas* (nº 775, p. 5 a 16).
- SOUZA, Marcos da Cunha e – *A Conduta Militar Holandesa no Brasil* (nº 776, p. 77 a 90).
- TRINDADE, Valério Stumpf – *O Conflito na Iugoslávia e as Nações Amigas: uma Visão Analítica* (nº 776, p. 59 a 75).
- VEIGA, Virgílio da – *A Propósito do 83º Aniversário de A Defesa Nacional* (nº 774, p. 143 a 144); *Castro Alves – 150 Anos* (nº 777, p. 145 a 148).

EDITORAS



MARQUES SARAIVA

governo ruim custa caro para o cidadão. A sociedade requer quadros
técnicos e políticos mais preparados, intelectual e moralmente, para se
diciar à função-Governo. Sensível a essas preocupações, a UFRJ
cidiu criar a ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO
destinada exatamente pa-
o aperfeiçoamento
queles que formulam,
crem e interpretam
políticas públicas - em
nível federal, estadual e
municipal - relacionadas
aos três poderes da
pública.



Escola de Políticas Públicas e Governo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A sala de aula dos líderes brasileiros.

Marques Saraiva.



Desde 1932 estabelecendo parcerias de sucesso.

Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.

Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20250-430

Tel.: (021) 502.9498 / Fax: 502.0635